

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PPGCSO

Franklin Soldati

Universidade Federal de Juiz de Fora

POR QUE AS PESSOAS VOTAM?

**Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do
juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996-2014**

Juiz de Fora
AGOSTO/2016

Pós-Graduação em Ciências Sociais
Tese de doutorado em Ciências Sociais

Franklin Soldati

Por que as pessoas votam?

**Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do
juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996-2014**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Área de Concentração em Cultura, Poder e Instituições do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

Juiz de Fora
AGOSTO/2016

Franklin Soldati

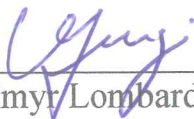
Por que as pessoas votam?

Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996-2014

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Área de Concentração em Cultura, Poder e Instituições do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Juiz de Fora, 11 de Agosto de 2016.

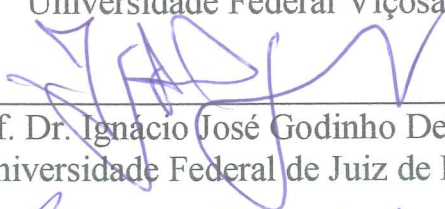
BANCA EXAMINADORA



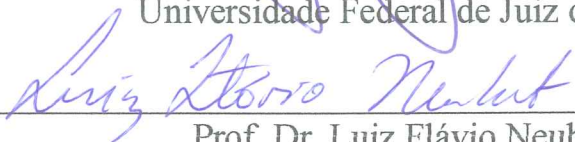
Prof. Dr. Vladimyr Lombardo Jorge
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



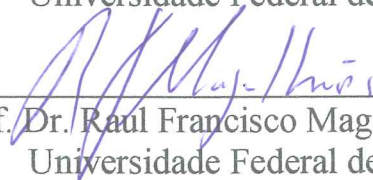
Prof. Dr. Diogo Tourino de Souza
Universidade Federal Viçosa



Prof. Dr. Ignácio José Godinho Delgado
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

JUIZ DE FORA
AGOSTO/2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Soldati, Franklin.

Por que as pessoas votam? : Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996-2014 / Franklin Soldati. -- 2016.

228 f.

Orientador: Raul Francisco Magalhães

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2016.

1. Alienação eleitoral. 2. Análise fatorial. 3. Comportamento eleitoral. 4. Fracionalização eleitoral. 5. Eleições. I. Magalhães, Raul Francisco, orient. II. Título.

“Todo homem tem a arte da política”

“O homem é a medida de todas as coisas,
das coisas que são enquanto são e das
coisas que não são enquanto não são”.

“Se o homem é a medida de todas as coisas,
então coisa alguma pode ser medida para os
homens, ou seja, as leis, as regras, a cultura,
tudo deve ser definido pelo conjunto de pessoas,
e aquilo que vale em determinado lugar não
deve valer, necessariamente em outro”

Protágoras

O Brasil é o único
exemplo de federação
com 3 níveis equivalentes.

“Em 21 de abril de 1993 foi
realizado plebiscito que demandava
escolher monarquia ou república e
parlamentarismo ou presidencialismo”
(TSE, 2016). A República foi escolhida
por 66,26% e o presidencialismo foi
escolhido por 55,58% dos votantes.

“... vamos lá, vamos dar três vivas
ao eleitorado brasileiro” Wanderley
Guilherme dos Santos, Conversa
com o autor, ANPOCS 2006

Agradecimentos

Todo trabalho acadêmico é fruto de muito esforço e dedicação, não apenas do autor, mas principalmente daqueles que o rodeiam e com ele dividam seu tempo e espaço. Espaço e tempo que se tornam menores e, quiça, piores, mesmo assim, quem nos rodeia é capaz de compreender e incentivar o êxito na consecução do trabalho. Por isto, agradeço a Juliana e a Manuela.

A minha mãe, Maria Helena e meu pai, Francisco, *in memoriam*, pelo exemplo de vida, seriedade, esforço e respeito a outrem. Também pela criatividade.

Às minhas irmãs, Viviane, Giselle e Danielle pelo exemplo de dedicação e trabalho.

À família de minha esposa, que se tornou minha família também.

Ao meu orientador, mecânico de gente.

À Flávia, pelo incentivo na opção pelas Ciências Sociais, ainda na fase do vestibular;

Ao meu amigo, sociólogo Gilberto Simplício, professor e ativista, intelectual de *prima*, que a vida solicitou em momentos que o impediram de progredir academicamente, mas não o impediu intelectualmente.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo incentivo, companheirismo e amizade, a todos eles. Mas não poderia deixar de citar nomes que se tornaram especiais nesta caminhada. Wallace, Julim Coelho, Michelle e Astrid,

Aos professores do PPGCSO, que sempre se mostraram preocupados e gentis, capazes de endossar a trajetória e tranquilizar nos momentos de desespero. Especialmente à Professora Elisabeth Pissolato, Aos professores da pós-graduação em Planejamento e Gestão Social, bem como os professores do departamento de Ciências Sociais, todos da UFJF. Aos professores do departamento de Antropologia um agradecimento especial pelo meu aprendizado.

À CAPES, pela bolsa de doutorado, corresponsável na viabilização desta tese.

À professora Tathiana Chicarino pelos comentários ao *paper* apresentado na FESP-SP em 2015. À professora Christianne Jales pelos comentários ao *paper* apresentado na IV Semana de Ciências Sociais da UFJF. À professora Luciana Veiga pelas sugestões de leitura quando da realização do V Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR. Ao professor Léo Andrada pelos comentários à apresentação do *paper* na II Semana de Ciências Sociais da UFJF. Ao professor José Alcides Figueiredo Santos pela ênfase nas origens. À professora Marta Mendes da Rocha pela minha participação em seu grupo de pesquisas, referente ao Legislativo Municipal, que contribuiu sobremaneira para ampliar meu conhecimento na área. Aos professores Marcelo Soares Dulci pelas sugestões de leitura na época de minha qualificação da tese, também ao professor Luiz Flávio Neubert pelas sugestões de metodologia e bibliografia. Ao professor Ignácio José Godinho Delgado pelas sugestões de abordagem já na qualificação da dissertação e depois como integrante da banca de mestrado, insistindo quanto da importância de se enfatizar ainda mais as análises referentes aos Votos em Branco e Votos Nulos. Ao professor Vladimir Lombardo Jorge pelas sugestões de leitura

e encaminhamentos. À professora Jurema Brites que não foi citada na dissertação de mestrado, pelo endosso e recomendações em suas aulas. Ao professor Antonio Carlos Alkmim dos Reis, pelas orientações de leitura e técnicas, como também pela apresentação de outros professores da minha área de estudo. Ao professor Felix Lopez pelos comentários sobre o trabalho técnico e a viabilidade de redução social. Ao professor Bruno Bolonghesi pelos comentários acerca do *paper* apresentado na VII Semana de Sociologia e Política da UFPR em 2016.

Ao pessoal do IESP-UERJ que sempre me recebeu com muita gentileza em todos os eventos que lá participei.

Ao professor Tufi Machado Soares, meu orientador, e aos outros professores da pós-graduação em Métodos Estatísticos Computacionais. Também agradecer a todos os colegas daquela pós, em especial ao companheiro de jornada, Robert Junior do Nascimento. Antes de iniciar tal momento de aperfeiçoamento, meus estudos em estatística tiveram ainda mais estímulo pelo estabelecimento de conversas sobre usos e aplicações de tais técnicas com um amigo de longa data, Dr. Edson Steca. Daí ocorreu uma maior aproximação com meu professor particular na área, Neimar da Silva Fernandes. Agradeço a ele pela segurança no trato da área e confiança que sempre depositou no meu conhecimento estatístico. Seu nome segue também na bibliografia. Estender o agradecimento ao Juninho, indicado pelos amigos da Livraria Quarup, fundamental nos primeiros passos e apreensão do pacote Visual Basic.

À professora Maria Cláudia de Azevedo Leite, *in memoriam* pelas aulas de metodologia onde pude aprender que o bom senso na pesquisa supera qualquer análise sofisticada. Também ao professor Gilberto Barbosa Salgado, *in memoriam* o qual mesmo com posturas conservadoras e arrojadas sempre realizou movimentos de *associação livre* os quais permitiram que os alunos ligassem os pontos e estabelecessem suas próprias ligações kantianas.

Ao professor Faustino Teixeira, então coordenador do PPGCR/UFJF que à época da minha graduação em Ciências Sociais escancarou as portas das disciplinas e permitiu assim que eu assistisse a inúmeras aulas e palestras de professores convidados e mesmo permanentes.

Aos professores do departamento de Filosofia que me acolheram em inúmeras disciplinas, em especial Professor Luciano Caldas Camerino, Joel Neves, José Carlos Rodrigues.

Ao pessoal de apoio da Universidade, sempre dispostos e gentis, o que inclui as gentes das bibliotecas e secretarias. Ainda os terceirizados, bem como os das impressões e cantinas.

No intuito de perceber o *ethos* das elites políticas juizforanas nas disputas pelo poder municipal foram realizadas três entrevistas, com especialistas da área. Por isso, um agradecimento especial pelo tempo e informações disponibilizadas ao Professor Ignácio José Godinho Delgado, ao Professor Carlos Alberto Hargreaves Botti e também ao Jornalista Wilson Cid.

Ao pessoal do IPEA pela pré-aprovação de um projeto. Ao final o trabalho não foi selecionado pela impossibilidade de mudança do autor para a cidade sede do instituto. O autor pretende agora dar prosseguimento aos trabalhos aqui iniciados através da solicitação de financiamentos e bolsas de pesquisa aplicada a instituições de direito.

Ao pessoal do INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais pelos cursos em softwares geoespaciais. Análise Espacial de Dados e SPRING. Especialmente aos professores Eduardo Camargo e Carlos Felgueiras.

Ao professor Rodrigo Rodrigues-Silveira pelo curso de Visualização e Análise Espacial de Dados realizado no ICH-UFJF.

Agradecer aos colegas da AVISO, Associação Virtual de Sociólogos, pelos compartilhamentos gerados e pelas oportunidades proporcionadas a todos nós estudantes das ciências sociais. Em especial ao companheiro e sociólogo Ricardo Antunes de Abreu e a Professora Dra. Carla Regina Mota Alonso Diéguez da FESP-SP.

RESUMO

O estudo propõe o conceito de uma *Ontossociologia* a partir da análise comparada do comportamento eleitoral na cidade de Juiz de Fora e de outros importantes municípios, nas eleições para o executivo no Brasil no período 1996-2014. Nele pretendeu-se comprovar que o comportamento eleitoral do juizforano pode ser lido sob quaisquer variáveis componentes do ato eleitoral. Como objetivo demonstrar que Comparecer às urnas de votação, de alguma forma, tende a indicar que o eleitor acata o sistema político eleitoral por se sentir incluído nos benefícios societários. “Abster-se”, por outro lado, tende a representar que o eleitor sente-se excluído das benesses sociais produzidas pela sociedade. “Votar Válido” representaria concordar de algum modo com as listas eleitorais. “Votar Nulo” é discordar das mesmas listas, enquanto “Votar em Branco” é o medo de realizar escolhas eleitorais. Como consequência desses resultados a proposição do conceito de uma *Ontossociologia*. Por isto, após uma revisão da literatura da área, e de seguir as pistas de uma tradição de estudos político eleitorais, o sentido da tese rumou à proposta de resignificar o conceito de *engajamento eleitoral* ao adicionar à ideia de “Alienação Eleitoral”, sua contraparte, a de uma “Efetividade Eleitoral”. A pesquisa ainda propiciou rearranjar o conceito de Comportamento Eleitoral. Assim, “Comparecer” e “Votar Válido” ou “Votar Nulo” pode ser entendido como “Aceitação das Listas Eleitorais”, pois de alguma forma o eleitor é beneficiário dos dividendos produzidos pela sociedade, situação em que o eleitorado concorda com o sistema político eleitoral. De outra parte “Abster-se” ou “Votar em Branco” demonstraria “Rejeição às Listas Eleitorais”, pois representa a exclusão social desse tipo de eleitor, em que o eleitor nega o modelo adotado. O estudo ainda permitiu incluir a ideia de um *continuum* entre sofisticação política e indigência social. O primeiro polo representaria o cidadão ativo, capaz de pensar e de viver a política ativamente enquanto o segundo polo é representado pelo sujeito que por algum motivo não somente se abstém dos processos eleitorais mas foi abandonado / abandonou os laços sociais comunitários e perambula. Tudo redundando na possibilidade que o alcance dos índices eleitorais propostos interfira na análise da fragmentação parlamentar e em consequente análise da estabilidade política do país dada a atual configuração do sistema político eleitoral, com representação proporcional específica. A construção de modelos idealtípicos denominados de Grupos Políticos Primários e Grupos Políticos Secundários, pensados para conter as motivações políticas primevas, determina o “conceito” e conclui a tese.

Palavras-chave: Alienação Eleitoral, Análise Fatorial, Fracionalização Eleitoral, Diagrama de Significâncias, Eleições.

ABSTRACT

The study proposes the idea of an *Onto-Sociology* concept starting from the compared analysis of the electoral behavior in the city of Juiz de Fora and of other important municipal districts, in the elections for the Executive branch in Brazil in the period of years 1996 – 2014. Such study intended to prove that the electoral behavior of the “Juizforano” can be examined under any of the variable components of the electoral action. The purpose is to demonstrate that: “To Appear to Vote,” in some way might indicate that a voter accepts the electoral political system, since he/she feels included in the societal benefits. “To Abstain”, on the other hand, might indicate that such voter feels excluded from the benefits provided by the society of which he/she is included. “To Validly Vote” would represent to agree in some shape or form with the electoral lists. “To Null Vote” might indicate he/she disagrees with the same lists, while “To Cast a Blank Vote” could be due to fear of making an electoral choice. Thus the proposition of the concept of an *Onto-Sociology* due to the aforementioned results. Upon researching the literature and following the trends of socio-political studies, the thesis ultimately steered toward proposing a new concept, expanding on from “Electoral Alienation”, but along with, that of “Electoral Effectiveness,” hence reshaping the idea of *electoral engagement*. The research still provided the opportunity to redefine the concept of *voting behavior*. Therefore, to “Appear to Vote” and to “Validly Vote” or to “Null Vote” can be understood as “Acceptance of the Electoral Lists”, because in some way the voter is a beneficiary of the dividends produced by society, situation in which the electorate agrees with the electoral political system. On the other hand, to “Abstain” or to “To Cast a Blank Vote” would demonstrate “Rejection to the Electoral Lists”, because it represents the social exclusion of that voter profile, in that the voter denies the adopted model. The study still proposes the idea of a continuum that sprawls across between political sophistication and social destitution. The first pole would represent the active, inquisitive citizen, thus politically active, while the second pole is represented by the citizen that for some reason not only refrains from the electoral processes but has potentially abandoned / been abandoned by the community social ties and therefore wanders along without any kind of civic participation. The result is the possibility that the reach of the proposed electoral indexes might interfere with the analysis of the parliamentary fragmentation and in the consequent analysis of the political stability of the country, given the current configuration of the political-electoral system, with specific proportional representation. The construction of ideal-typical models of Primary Political Groups and Secondary Political Groups, thought to contain the primeval political motivations, thus determines the “concept” and it concludes the thesis.

Word-key: Electoral Alienation, Factorial Analysis, Electoral Fractionalization, Diagram of Significance, Elections.

SUMÁRIO

Lista de diagramas, gráficos, quadros e tabelas	13
INTRODUÇÃO	16
1. Infraestrutura urbana e voto - eleições de 2006 e 2008	20
2. Conceito de “Perfil Urbano Brasileiro”	35
3. Infraestrutura urbana, o contrato e o voto – eleições entre 1996 - 2014	66
4. Conceito de “Contrato”, ou o que tem pra hoje	87
5. A meio caminho – balanço do sistema político eleitoral brasileiro	120
6. A orientação do voto e o comportamento eleitoral do juizforano	154
7. Revisão da literatura sobre comportamento eleitoral	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
ANEXOS	214

LISTA DE DIAGRAMAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

1	Tabela 1 – eleição municipal de 1996	21
2	Tabela 2 – eleição presidencial de 1998	21
3	Tabela 3 – eleição estadual de 1998	22
4	Tabela 4 – eleição municipal de 2000	22
5	Tabela 5 – eleição presidencial de 2002	22
6	Tabela 6 – eleição estadual de 2002	23
7	Tabela 7 – eleição municipal de 2004	23
8	Tabela 8 – eleição presidencial de 2006	23
9	Tabela 9 – eleição estadual de 2006	24
10	Tabela 10 – eleição municipal de 2008	24
11	Tabela 11 – eleição presidencial de 2010	24
12	Tabela 12 – eleição estadual de 2010	25
13	Tabela 13 – eleição municipal de 2012	25
14	Tabela 14 – eleição presidencial de 2014	25
15	Tabela 15 – eleição estadual de 2014	26
16	Tabela 16 – análise fatorial – variáveis constituintes do 1º fenômeno: “Perfil Urbano Brasileiro”	29
17	Diagrama de significâncias das eleições de 2006 e 2008 para o executivo	31
18	Tabela 17 – <i>score</i> do primeiro eixo “Movimento de Reafirmação Urbana”	51
19	Tabela 18 – <i>score</i> do segundo eixo “Preocupação Social Urbana”	51
20	Diagrama de beta e de significância das eleições para o executivo entre 1996 – 2008	68
21	Tabela 19 – análise fatorial – Divisão do Trabalho	77
22	Tabela 20 – análise fatorial – Distribuição de renda	77
23	Diagrama de beta e de significância das eleições para o executivo entre 2006 – 2014	79
24	Diagrama de beta e de significância das eleições para o executivo entre 1996 – 2014	86
25	Diagrama de grupos políticos primários	109
26	Diagrama de um grupo político secundário	111
27	Diagrama dinâmico da estrutura de um grupo político primário	113

28	Tabela 21 – Taxa de aprovação comparada à reeleição nas eleições presidenciais 1994-2010	141
29	Gráfico 01 – Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Belo Horizonte, 1998-2014	156
30	Tabela 22 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Belo Horizonte 1998-2014	156
31	Gráfico 02 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Juiz de Fora 1998-2014	157
32	Tabela 23 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Juiz de Fora 1998-2014	157
33	Gráfico 03 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade do Rio de Janeiro 1998-2014	158
34	Tabela 24 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade do Rio de Janeiro 1998-2014	158
35	Gráfico 04 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de São Paulo 1998-2014	159
36	Tabela 25 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de São Paulo 1998-2014	159
37	Gráfico 05 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Uberlândia 1998-2014	160
38	Tabela 26 - Votos Nulos, Votos em Branco e Votos Válidos na cidade de Uberlândia 1998-2014	160
39	Gráfico 06 – Box-Plot – Votos em Branco e Votos Nulos nas 5 cidades nos níveis municipal, estadual e federal 1998-2014	162
40	Tabela 27 – Análise descritiva dos Votos em Branco e Votos Nulos nas 5 cidades nos níveis municipal, estadual e federal 1998-2014	163
41	Gráfico 07 – Gráfico de linhas Votos Nulos 54 cidades 1998-2014 nas eleições estaduais e federais	164
42	Gráfico 08 – Gráfico de linhas Votos em Branco 54 cidades 1998-2014 nas eleições estaduais e federais	164
43	Tabela 28 – Taxas de Votos Nulos e Votos em Branco 54 cidades 1998-2014 nas eleições estaduais e federais	165
44	Tabela 29 – Exceções da preponderância da taxa de “Votos Nulos” sobre a Taxa de “Votos em Branco”	166
45	Tabela 30 – Taxa de Comparecimento eleitoral 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	171
46	Tabela 31 – Taxa de Abstenção eleitoral 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	171

47	Tabela 32 – Taxa de Alienação Eleitoral 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	172
48	Tabela 33 – Taxa de Efetividade eleitoral 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	172
49	Tabela 34 – Índice de Rejeição das Listas 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	176
50	Tabela 35 – Índice de Aceitação das Listas 5 cidades 1996-2014 eleições municipais, estaduais e federais	176
51	Tabela 36 – Comparecimento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras pelo voto direto entre 1945-60 e 1988-2014	197

INTRODUÇÃO¹

Por que as pessoas votam?

A observação que o eleitorado de algumas cidades comparece às urnas de votação mais que outros nas eleições para o executivo no Brasil estimulou estudos acerca das indagações sobre as motivações do eleitor para votar. Entre eles um teve origem entre pesquisadores de Ciência Política da UFJF² e o presente estudo é um desdobramento do projeto inicial³.

O processo de colonização, e urbanização, brasileira obedeceu àquelas premissas metageográficas de nossos colonizadores, de modo que nossas cidades não nasceram da discussão interessada, nasceram prontas, e ainda sofrem influência do espaço no tempo. Nossos partidos políticos surgiram nesse ambiente. Em Pinto (Apud MATOS 1994, pág. 9) a introdução de eleições e votos deu-se com a criação dos Municípios, Câmaras Municipais ou de Vereadores, desde os 1500. Eram compostas por alguns dentre os chamados *homens bons*, os de maior destaque. Eram eleitos dois juízes ordinários, três vereadores e oficiais da câmara. Como resultado da concentração de poder pelos reis criou-se, na Metrópole, o Conselho Ultramarino que se pôs a limitar o desempenho das câmaras municipais com a indicação pelo Rei do juiz de fora. Em 1910 ocorre no Brasil a primeira eleição que eleva os ânimos e envolve a opinião pública, com as candidaturas de Marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa. Instalou-se, já naquela época, um confronto entre *militarismo* e *civilismo*.

Como ficará mais claro adiante, tais aspectos fundacionais determinam de modo claro nossas características político-partidárias e mesmo que elas venham se modernizando as práticas políticas das revoluções passivas continuam a se atualizar. Tal aspecto sempre influenciou diretamente o nosso comportamento político (participação política reduzida embora com razoáveis taxas de comparecimento eleitoral) e sua assunção permite entender o atual momento político⁴.

¹ No ato de defesa desta tese foi sugerido pelo Professor Vladimyr Lombardo Jorge uma sequência de capítulos mais amigável para a leitura: 7, 4, 5, 1, 2, 3 e 6. Ele insistiu tratar-se apenas de uma sugestão.

² Uma da pesquisa qualitativa realizada pelo CPS – Centro de Pesquisas Sociais será comentada durante a tese.

³ Não passa despercebido o fato que algumas cidades brasileiras deixaram de realizar o recadastramento eleitoral, o que pode ter gerado viés no número total de eleitores aptos. O autor foi encorajado em inúmeros congressos e seminários a investigar se o recadastramento teve ou não impacto na abstenção. Várias solicitações foram endereçadas ao TSE, sem sucesso.

⁴ Ênfase para a avaliação do australiano John Burnheim, sobre o fato das atuais democracias não passarem de “oligarquias eletivas com fortes elementos monárquicos” (Cf. MIGUEL, 2000).

De qualquer forma o eleitorado nacional está atento ao que acontece, mesmo com os altos custos de participação política, ele se utiliza de mecanismos indiretos e compara sua vida pessoal com os da sua comunidade além das informações obtidas junto à família, aos amigos, grupos diversos, jornais distintos, revistas, televisão, rádio (SOUZA, 1976) e internet.

Admite-se aqui que o eleitorado brasileiro é, e sempre o foi, consciente, tem uma atitude forte, conversa, ouve, discute seus problemas cotidianos, mesmo que seja, apenas, num círculo restrito, muito em função daqueles custos de participação enfatizados por Wanderley Guilherme dos Santos que explicam a distância entre o *demos* e a *pólis*. Configurações políticas que admitam participação mais inclusiva como a poliarquia (DAHL, 2012) (LIMA JUNIOR, 1997a) (AVRITZER, 2012), e que enfatizam o papel primordial dos cidadãos, mesmo através da centralidade dos grupos, orientam a atual pesquisa intitulada: *Por que as pessoas votam?*⁵. O estudo tem como tema central uma indagação sobre as motivações do eleitor para votar. Por que as pessoas votam, ou não votam? E por que orientam seu voto em determinada direção? Em estudo precedente privilegiou-se uma distinção entre “Comparecimento” eleitoral e “Abstenção” e as análises sobre os “Votos válidos”, “Votos em branco” e “Votos Nulos” emergiram naturalmente. No presente estudo adota-se um conceito amplificado de República, onde até mesmo a malfadada “Abstenção” é encarada como uma forma legítima de participação. “Votar em Branco” e ou “Votar Nulo” assume, desde já, a mesma conotação da “Abstenção”, uma manifestação consciente e legítima de uma *vontade política*. Com relação à obrigatoriedade do voto é importante ressaltar que para grande número do eleitorado tal tem mais peso simbólico que punitivo já que fica de fora das sanções impostas aos eleitores ausentes por não estarem incluídos nas redes produtivas. Mecanismos de justificação e o pagamento de multas simbólicas permitem ao eleitor se eximir sem maiores consequências desse ato eleitoral. Fica subentendido que a política nacional assume características lentamente construídas, moldando aspectos originais de uma estrutura impar.

Mesmo com o eleitorado atento, as desigualdades socioeconômicas nas cidades brasileiras, e entre elas, são patentes. Por este motivo vários estudos vêm sendo realizados há décadas como forma de obter respostas à busca de maior equidade social e desenvolvimento de nossas comunidades. O presente trabalho procurou seguir as trilhas de vários deles, na tentativa de constituir indicadores de infraestrutura urbana, aqueles capazes de quantificar o bem comum.

⁵ A tese de doutorado foi precedida pela Dissertação de Mestrado do próprio autor, intitulada “O eleitorado juizforano nas eleições para o executivo no Brasil de 2006 e 2008”, defendida junto ao PPGCSO-UFJF em fevereiro de 2011.

Por isto, através de fundamentação teórica e da referência a estudos qualitativos, mas também, pela utilização do método quantitativo, buscou-se reiterar resultados obtidos à observação empírica, que aponta uma superioridade no comparecimento do eleitorado de cidades que possuem melhor infraestrutura urbana.

No presente estudo a cidade de Juiz de Fora é comparada a outras importantes cidades brasileiras⁶, no período 1996-2014. Como poderá ser observado, o comparecimento eleitoral de Juiz de Fora, nas eleições para o executivo no Brasil, é superior na grande maioria dos pleitos ao das outras cidades, sendo vez por outra superado, mas apenas em poucos pontos percentuais. Posteriormente, outras cidades serão incluídas nas análises apenas pela necessidade da utilização de técnicas estatísticas específicas.

Podem-se elencar inúmeros motivos que acionam os indivíduos a comparecer às urnas de votação. São muitos os estudos que relacionam o comportamento eleitoral ao bem-estar social, pessoal e dos pares; a esperança que a vida pessoal de alguma forma melhore; aos níveis de renda; à escolaridade; ao grau de urbanização; à idade; à distância entre a residência do eleitor e os locais de votação; a insatisfação ou indignação com algum governo ou algum momento político específico; a um ativismo pautado por uma educação republicana, cívica; por se acreditar que homens e mulheres são de fato animais políticos e, por que não dizer o fato de que a *àgora* seria o lugar por excelência dos cidadãos.

Como hipótese geral a de que o estágio de infraestrutura urbana tende a determinar as taxas de comparecimento às urnas de votação e a variação na taxa populacional, bem como os níveis educacionais, tende a orientar os votos do eleitorado em suas diferentes modalidades de manifestação, em suma, pretende-se uma análise sociológica do comportamento eleitoral.

Ficará claro, no andamento do trabalho que a metodologia se apresenta de forma contínua, ao emergir de formas diversas diante dos obstáculos e necessidades que surgiram no desenvolvimento da pesquisa, cada momento solicitou adequações de percurso que o próprio trabalho apontou (Cf. Becker, 1997). Abordagens de Reis (1991), Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), Ricoeur (1976) (1990), Ramos (1965) além de outros, também poderão ser notadas.

⁶ As mesmas cidades utilizadas na dissertação de mestrado do autor. Juiz de Fora se situa no centro de um triângulo, tendo como vértices, as principais cidades do país, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, daí as constantes comparações com os grandes centros. A cidade de Uberlândia possui características socioeconômicas bastante semelhantes às desse município, por isto foi incluída no estudo.

A estrutura da presente tese se orientará pelos seguintes passos. A introdução que ora se encerra é seguida pelo primeiro capítulo, destinado a um comentário explicativo da pesquisa originada com a Dissertação de Mestrado (SOLDATI, 2011), a qual consegue relacionar todo o comportamento eleitoral a razões plausíveis pelo eleitorado nacional. O segundo capítulo se destina a explicar o conceito de “Perfil Urbano Brasileiro”. Fenômeno obtido através da técnica da Análise Fatorial e subsequente avaliação com Modelos de Regressão Linear. O terceiro capítulo trata mais especificamente da tese, pois além de propor outro fenômeno, por mudanças metodológicas nas instituições promotoras dos dados, o corte temporal é ampliado com o objetivo de tornarem mais robustas as análises eleitorais. O quarto capítulo cuida de conceitualizar o “Contrato” com o intuito de estabelecer ligação entre as eleições para o executivo e a representação. O capítulo cinco procura realizar um breve relato de momentos eleitorais historicamente significativos da memória nacional, onde em razão da consolidação da vontade nacional as regras eleitorais acabaram por comprometer em pleno jogo o contrato democrático republicano. O capítulo seis avalia o comparecimento eleitoral do juizforano, comparado a outras importantes cidades brasileiras, investiga o conceito de “Alienação Eleitoral” e propõe a adoção de dois novos índices, “Aceitação das Listas Eleitorais” e o de “Rejeição das Listas Eleitorais”. O capítulo sete faz uma pequena revisão da literatura nacional sobre comportamento eleitoral. Por último segue a conclusão.

Capítulo 1 – Infraestrutura urbana e voto - eleições de 2006 e 2008

O trabalho teve início com uma pesquisa do departamento de ciência política do curso de ciências sociais, do antigo ICHL, da UFJF. Alguns professores desse departamento, cientistas políticos, observaram que havia maior comparecimento do eleitorado juizforano em comparação aos outros eleitorados de importantes cidades brasileiras. Para tanto se realizou, à época, uma pesquisa qualitativa através da qual se pode confirmar maior comparecimento dos eleitores dessa cidade pelo fato dela possuir índices, mais, elevados de variáveis educacionais, em relação às demais. Sendo assim a consideraram uma cidade mais universitarizada, com boa oferta de ensinos médio e fundamental, em relação às demais.

Anos mais tarde, o professor Raul Magalhães sugeriu retomar o mesmo tema de interesse, agora através da metodologia quantitativa e, por que não, refazer o caminho da qualitativa em buscas de respostas ou confirmações. Seguiu-se então a dissertação de mestrado, do presente autor, intitulada “O comparecimento eleitoral do juizforano – nas eleições para executivo no Brasil no período de 2006 e 2008” (SOLDATI, 2011 a)⁷. A tese é apenas um aprofundamento natural do tema inicial da pesquisa.

O presente capítulo inicia com uma exposição comparativa das taxas de comportamento eleitoral de algumas cidades brasileiras, depois a exposição dos resultados obtidos na pesquisa da dissertação de mestrado do autor, para as eleições do executivo no Brasil de 2006 e 2008 no Brasil, e suas conclusões. A fim de dar inícios aos trabalhos segue, portanto, uma comparação dos resultados eleitorais de cinco importantes cidades brasileiras, no período entre 1996 a 2014, a saber: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, São Paulo e Uberlândia⁸.

As tabelas abaixo demonstram de fato uma superioridade no comparecimento do eleitorado juizforano no período avaliado. As exceções ficam por conta do ano de 2010, nas eleições presidenciais e estaduais, onde apesar de aparecer nas últimas posições se estabelece diferença

⁷ Até a defesa da dissertação o autor pode apresentar resultados parciais através da produção de artigos, os quais possibilitaram aprimorar a argumentação principal da pesquisa. Para tal basta conferir a bibliografia em SOLDATI (2009 a; 2009 b; 2009 c; 2010). A monografia da especialização em Estatística (Idem 2011 b), de outro modo, foi principalmente a iluminação e a defesa do formato da apresentação dos dados já presentes na dissertação de mestrado, bem como no primeiro *paper* apresentado no XXXIII Encontro Anual da ANPOCS. Conferir ainda Soldati (2011 d).

⁸ Os dados das eleições para o executivo no Brasil anteriores ao período de 1996 não foram coletados em virtude de serem de difícil obtenção, já que o TSE ainda não realizou a completa digitalização de todo o material disponível. Segundo informações no próprio site, a instituição vem dedicando esforços e recursos no intuito de realizar a modernização de todos os Bancos de Dados eleitorais.

com os de maior comparecimento de apenas 1%. O interessante nessas eleições se refere às taxas de “Abstenção”, de “Votos em Branco” e “Votos Nulos” colocando Juiz de Fora e Rio de Janeiro em destaque pela força que tais taxas demonstram nesse período específico. Outra eleição em que a cidade fica um pouco atrás será a de 2014, também com menos de 1% de diferença entre a posição que ocupa e a maior taxa de comparecimento eleitoral entre as cidades. Pode-se concluir que mesmo oscilando nas últimas eleições para o executivo no Brasil, o comparecimento eleitoral do juizforano continua em níveis elevados.

Tabela 1
Eleição Municipal de 1996

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,07	86,93	80,32	82,82	85,89
Abstenção	15,93	13,07	19,68	17,18	14,11
Válidos	86,35	92,68	86,88	93,09	95,60
Branços	2,96	1,16	1,81	1,55	0,85
Nulos	10,69	6,16	11,31	5,36	3,55
Branços e Nulos	13,65	7,32	13,12	6,91	4,40
Taxa alienação	27,41	19,43	30,22	22,91	17,88

Fonte: TSE / Adaptado

As taxas de “Comparecimento” para as eleições municipais de 1996 situam-se no patamar de 80%, tendo Juiz de Fora 86,93% (perto de 87%), seguida por Uberlândia, quase 86%, Belo Horizonte 84,07%, São Paulo 82,832% e por último a cidade do Rio de Janeiro com 80,32%.

Tabela 2
Eleição Presidencial de 1998

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	82,68	85,88	80,01	82,61	83,94
Abstenção	17,32	14,12	19,99	17,39	16,06
Válidos	85,99	85,07	85,96	85,17	84,49
Branços	4,91	3,25	2,93	4,27	4,02
Nulos	9,09	11,68	11,11	10,56	11,48
Branços e Nulos	14,01	14,93	14,04	14,83	15,51
Taxa alienação	28,90	26,94	31,22	29,64	29,08

Fonte: TSE / Adaptado

Nas eleições presidenciais de 1998, novamente Juiz de Fora aparece com uma taxa maior de “Comparecimento”, com quase 86%, seguida por Uberlândia 84%, Belo Horizonte 83%, São Paulo 83% e Rio de Janeiro com 80%.

Tabela 3**Eleição Estadual de 1998**

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	82,68	85,88	80,01	82,61	83,94
Abstenção	17,32	14,12	19,99	17,39	16,06
Válidos	83,30	87,03	84,39	89,48	84,26
Branços	6,80	3,77	3,64	4,31	5,97
Nulos	9,91	9,20	11,97	6,21	9,77
Branços e Nulos	16,70	12,97	15,61	10,52	15,74
Taxa alienação	31,13	25,26	32,48	26,09	29,27

Fonte: TSE / Adaptado

Já nas eleições para governador de 1998, como era de se esperar, as taxas de “Comparecimento” se equivalem à da eleição presidencial, uma vez que se trata do mesmo pleito eleitoral. Poder-se-á observar, entretanto, que variam substancialmente as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, permitindo inferências, as quais induzem a uma crença na utilização de voto útil.

Tabela 4**Eleição Municipal de 2000**

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	89,29	88,13	83,57	85,77	87,18
Abstenção	10,71	11,87	16,43	14,23	12,82
Válidos	88,13	92,65	91,53	90,23	94,34
Branços	4,30	1,92	3,06	4,08	1,90
Nulos	7,57	5,43	5,40	5,69	3,76
Branços e Nulos	11,87	7,35	8,47	9,77	5,66
Taxa alienação	21,31	18,34	23,51	22,62	17,75

Fonte: TSE / Adaptado

As eleições municipais de 2000 mostram que as taxas de “Comparecimento” entre as 5 cidades situam-se bastante próximas, Juiz de Fora 88,13% vem logo atrás de Belo Horizonte com 89,29%, em seguida Uberlândia com 87,18%, São Paulo 85,77% e Rio de Janeiro com 83,57%.

Tabela 5**Eleição Presidencial de 2002**

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	86,36	88,27	84,65	84,45	86,62
Abstenção	13,65	11,73	15,35	15,55	13,39
Válidos	93,99	93,94	94,01	92,04	93,59
Branços	2,47	2,19	1,81	2,91	2,57
Nulos	3,55	3,87	4,18	5,05	3,84
Branços e Nulos	6,01	6,06	5,99	7,96	6,41
Taxa alienação	18,84	17,07	20,42	22,28	18,94

Fonte: TSE / Adaptado

Nas eleições presidenciais de 2002, Juiz de Fora reaparece com maior comparecimento, figurando com 88,27% seguida por Uberlândia com 86,62%, Belo Horizonte com 86,36%, Rio de Janeiro 84,65% antes de São Paulo com 84,45%.

Tabela 6
Eleição Estadual de 2002

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	86,36	88,27	84,65	84,45	86,62
Abstenção	13,65	11,73	15,35	15,55	13,39
Válidos	90,91	89,54	92,15	92,12	90,84
Branços	4,16	4,56	2,42	3,23	4,16
Nulos	4,93	5,91	5,43	4,66	5,00
Branços e Nulos	9,09	10,46	7,85	7,88	9,16
Taxa alienação	21,50	20,96	22,00	22,21	21,32

Fonte: TSE / Adaptado

Novamente serão apenas as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos” as que apresentaram variação nas eleições presidenciais e estaduais de 2002.

Tabela 7
Eleição Municipal de 2004

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,92	87,06	84,12	85,05	86,36
Abstenção	15,08	12,94	15,88	14,95	13,64
Válidos	89,29	91,58	92,92	93,31	91,44
Branços	3,49	2,15	2,17	2,29	2,06
Nulos	7,22	6,26	4,92	4,39	6,50
Branços e Nulos	10,71	8,42	7,08	6,69	8,56
Taxa alienação	24,17	20,26	21,84	20,64	21,04

Fonte: TSE / Adaptado

Juiz de Fora aparecerá com 87,06% de “Comparecimento”, nas eleições municipais de 2004, seguida por Uberlândia 86,36%, São Paulo 85,05% superando Belo Horizonte com 84,92% e o Rio de Janeiro com 84,12%.

Tabela 8
Eleição Presidencial de 2006

	Belo Horizonte	Juiz de Fora	Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	90,17	89,81	89,25	91,88	91,24
Branços	4,01	3,26	3,35	3,03	3,12
Nulos	5,82	6,93	7,40	5,09	5,65
Branços e Nulos	9,83	10,19	10,75	8,12	8,77
Taxa alienação	24,13	22,72	25,19	21,00	22,00

Fonte: TSE / Adaptado

Tabela 9

Eleição Estadual de 2006					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,14	86,05	83,82	85,98	85,49
Abstenção	15,86	13,95	16,18	14,02	14,51
Válidos	87,91	80,56	88,95	89,02	84,55
Branços	4,63	6,71	4,02	4,71	5,93
Nulos	7,46	12,73	7,03	6,28	9,53
Branços e Nulos	12,09	19,44	11,05	10,99	15,46
Taxa alienação	26,03	30,68	25,44	23,46	27,72

Fonte: TSE / Adaptado

No pleito de 2006, nas eleições presidenciais e estaduais, Juiz de Fora tem uma taxa de “Comparecimento” às urnas de 86,05%, seguida por São Paulo 85,98%, Uberlândia 85,49%, Belo Horizonte 84,14% e Rio de Janeiro com 83,82%. Permanecem oscilantes as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”.

Tabela 10

Eleição Municipal de 2008					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	83,15	85,15	82,09	84,37	85,29
Abstenção	16,85	14,85	17,91	15,63	14,71
Válidos	85,48	89,90	87,25	92,08	93,89
Branços	6,13	3,55	5,27	3,34	1,81
Nulos	8,39	6,55	7,48	4,58	4,30
Branços e Nulos	14,52	10,10	12,75	7,92	6,11
Taxa alienação	28,92	23,45	28,38	22,31	19,92

Fonte: TSE / Adaptado

Em 2008, Juiz de Fora tem uma taxa de 85,15% nas eleições municipais, logo atrás de Uberlândia, 85,29%, que pela primeira vez a supera, embora por poucos décimos percentuais. São Paulo vem em seguida com 84,37%, Belo Horizonte com 83,15% e Rio de Janeiro com 82,09%.

Tabela 11

Eleição Presidencial de 2010					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,19	83,77	81,64	84,63	84,61
Abstenção	15,81	16,23	18,36	15,37	15,39
Válidos	91,22	90,11	88,54	92,52	91,94
Branços	3,92	3,81	3,96	3,08	3,14
Nulos	4,86	6,08	7,50	4,41	4,92
Branços e Nulos	8,78	9,89	11,46	7,48	8,06
Taxa alienação	23,20	24,52	27,71	21,71	22,21

Fonte: TSE / Adaptado

Tabela 12

Eleição Estadual de 2010					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	84,20	83,77	81,65	84,63	84,61
Abstenção	15,80	16,23	18,35	15,37	15,39
Válidos	86,15	79,52	82,45	90,48	85,11
Branços	5,63	7,98	5,60	4,11	5,71
Nulos	8,22	12,50	11,95	5,41	9,18
Branços e Nulos	13,85	20,48	17,55	9,52	14,89
Taxa alienação	27,47	33,39	32,68	23,43	27,99

Fonte: TSE / Adaptado

Nas eleições presidenciais e estaduais de 2010, Juiz de Fora 83,77% aparece apenas à frente do Rio de Janeiro com 81,65%, pois São Paulo surge com 84,63%, Uberlândia com 84,61% e Belo Horizonte com 84,20%. Note-se que a diferença da quarta posição de Juiz de Fora para a primeira que é de São Paulo é de menos de 1% e que as taxas de “Abstenção”, de “Voto em Branco” e “Votos Nulos” do Rio de Janeiro, nas eleições presidenciais, e de Juiz de Fora, nas eleições estaduais estão bem acima das outras cidades.

Tabela 13

Eleição Municipal de 2012					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	81,12	82,67	79,55	81,52	84,19
Abstenção	18,88	17,33	20,45	18,48	15,81
Válidos	85,06	89,57	86,49	87,22	91,87
Branços	5,79	3,48	5,03	5,43	2,81
Nulos	9,15	6,95	8,48	7,35	5,32
Branços e Nulos	14,94	10,43	13,51	12,78	8,13
Taxa alienação	31,00	25,95	31,20	28,90	22,65

Fonte: TSE / Adaptado

No ano de 2012, Juiz de Fora 82,67% aparece logo após Uberlândia 84,19%, nas eleições municipais, seguidas por São Paulo 81,52%, Belo Horizonte 81,15% e Rio de Janeiro com 79,55%.

Tabela 14

Eleição Presidencial de 2014					
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	81,95	81,36	78,54	80,95	82,34
Abstenção	18,05	18,64	21,46	19,05	17,66
Válidos	91,61	88,14	84,62	87,55	89,58
Branços	3,55	4,49	5,00	5,10	4,42
Nulos	4,84	7,36	10,38	7,35	6,01
Branços e Nulos	8,39	11,86	15,38	12,45	10,42
Taxa alienação	24,93	28,28	33,54	29,12	26,25

Fonte: TSE / Adaptado

Tabela 15
Eleição Estadual de 2014

	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>	<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
Aptos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Comparecimento	81,93	81,35	78,53	80,94	82,33
Abstenção	18,07	18,65	21,47	19,06	17,67
Válidos	83,75	76,85	81,26	80,97	79,37
Branços	7,46	10,20	5,96	7,87	9,98
Nulos	8,79	12,95	12,77	11,16	10,65
Branços e Nulos	16,25	23,15	18,74	19,03	20,63
Taxa alienação	31,39	37,48	36,18	34,47	34,66

Fonte: TSE / Adaptado

As últimas eleições avaliadas serão as de 2014, onde, embora numa terceira posição, Juiz de Fora 81,35% vem novamente com menos de 1% de diferença para a primeira cidade Uberlândia 82,33% e Belo Horizonte 81,93%, seguidas por São Paulo 80,94 e Rio de Janeiro com 78,53%.

Como pode ser visto e como antecipado, Juiz de Fora, mesmo que nas últimas eleições não supere sempre as taxas de comparecimento eleitoral das outras cidades, continua com elevada participação eleitoral, no tocante às urnas. Uma explicação inicial pode passar pela construção de novos índices, um de “Efetividade Eleitoral” e outros dois, o “Índice de Aceitação das Listas” e o “Índice de Rejeição das Listas”, índices que serão explicados adiante. O fato é que a queda do comparecimento eleitoral em Juiz de Fora, pode ser explicada pela movimentação da direção do voto⁹. Interessante observar que o comparecimento eleitoral nas eleições municipais continua elevado, ao contrário da queda nestes dois outros índices. Ao menos em Juiz de Fora se pode creditar que o comparecimento eleitoral tem relação direta com a oferta de candidatos. O eleitorado juizforano parece ter percebido o que estava em jogo nas eleições para o executivo estadual e federal de 2010.

Um estudo similar que se apresentou como modelo e inspirou todo o trabalho foi uma pesquisa de Lima Junior (1990) que avaliava os motivos os quais tenderiam a movimentar o eleitorado em direção às urnas. Pensou-se na tentativa de replicar sua metodologia no âmbito do comparecimento municipal, mas como as unidades de análise desse trabalho foram os estados e não os municípios, a pesquisa teve obrigatoriamente que seguir outros passos. De modo que, primeiramente, tentou-se uma regressão linear ordinal entre variáveis de infraestrutura urbana, baseadas no Censo 2000, mas ofertadas pelo Atlas de Desenvolvimento

⁹ Na página 176, tabela 35 “Aceitação das Listas” o índice de Juiz de Fora é o mais baixo entre todas as cidades, justamente nas eleições onde concomitantemente a taxa de comparecimento eleitoral da cidade declinou também no nível federal, mas efetivamente no estadual. Confronte as tabelas 34 e 35 e os conceitos de Rejeição e Aceitação das Listas eleitorais os quais constam na página 169.

Humano no Brasil, publicado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD-ONU (2003), e variáveis de comportamento eleitoral, extraídas do *site* do TSE (2008). Ocorreu que não se obtinha associação estatística, ou ao menos associação estatística adequada. Por isto optou-se pela formação de *set's*, os quais também não trouxeram qualquer êxito. Resolveu-se, portanto, pela tentativa na aplicação da técnica da Análise Fatorial¹⁰, com rotação Varimax, onde a partir de 22 variáveis previamente escolhidas, foi obtido um fenômeno e dois eixos ortogonais, posteriormente cruzados com as variáveis de comportamento eleitoral. Uma pergunta pode pairar sobre o leitor, como foram selecionadas as variáveis componentes do modelo? Simples, apenas por responder a indagações de quais critérios levariam uma ou outra pessoa às urnas de votação, ou por responder, mesmo que em parte, a pergunta “por que as pessoas votam?”. A possibilidade de testar o IDH municipal com as taxas de comparecimento eleitoral foi abandonada no momento inicial, dada a grande possibilidade de associação, o que à época parecia muito óbvio. Tais modelos serão realizados à frente e contrapostos aos resultados do presente trabalho. Passa-se então a descrição das variáveis.

Os dados avaliados tiveram associação testada, pela técnica da Regressão Linear, pelo cruzamento entre as variáveis **dependentes** de comportamento eleitoral e **independentes**, de caráter socioeconômico, oriundas da constituição de fenômeno obtido pela técnica da Análise Fatorial¹¹.

As variáveis

Como **dependentes**, foram extraídas diretamente do *site* do TSE as variáveis relativas ao comportamento eleitoral do 1º turno das eleições para o executivo no Brasil no período de 2006 e 2008. Àquelas relativas ao 2º turno não foram avaliadas devido à sua baixa ocorrência. Na análise foram utilizados os dados de 54 cidades brasileiras, minimamente as capitais, e ao menos uma cidade do interior de cada estado, alguma cidade de destaque, com mais de 100.000 habitantes, e que estivesse entre as 100 maiores cidades brasileiras, com relativa distância da capital estadual. As exceções ficaram para Minas Gerais, onde além de Juiz de Fora e Belo Horizonte foram incluídas as cidades de Governador Valadares, Montes

¹⁰ A técnica será devidamente explicada no capítulo seguinte, contudo exemplos de sua utilização podem ser obtidos em Kruskal (1978), Souza e Camargo (1996), Machado Soares (2005), Eysenck (1976).

¹¹ Na literatura tal procedimento é denominado *contrafactual*. Quem explica a ponte entre a crítica literária e fenômenos sociais é Magalhães (1997) que admite a possibilidade da construção de cenários alternativos.

Claros e Uberlândia, como também para o estado de São Paulo, dado a sua pujança, Ribeirão Preto e Presidente Prudente¹².

Como variáveis **independentes** utilizou-se de variáveis socioeconômicas, tratadas pela Análise Fatorial¹³, do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD-ONU; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA, 2003), relativas ao censo de 2000, variáveis que não foram utilizadas para compor diretamente o IDH brasileiro, mas importantes para avaliar a qualidade de vida das cidades brasileiras.

Como o trabalho solicitou uma análise multidimensional (KRUSKAL, 1978) (EYSENCK, 1976) (FIGUEIREDO FILHO, SILVA JÚNIOR, 2010), optou-se por utilizar a Análise Fatorial já que tal possibilita a criação de variáveis indicadoras, as chamadas dimensões, capazes de resumir a informação das variáveis componentes com independência, onde a correlação entre elas é grande embora com controlada multicolineariedade. Nesse exercício foram obtidas duas dimensões compostas por um conjunto de 22 variáveis independentes, então selecionadas. Ambas as dimensões ofertaram um fenômeno responsável por 70% da informação contida nestas variáveis. Após rotacionadas as dimensões explicam, cada qual, 38,9% e 31,1% do total. Como poderão ser observadas, as cargas do primeiro e do segundo eixo, as tais dimensões, sinalizam a correlação existente entre o fator gerado e a variável. De modo que quanto maior for seu valor absoluto, maior será a relação. O sinal indica a direção. Confira a Tabela 16:

¹² A ampliação do número de cidades foi devido à utilização da técnica multidimensional, que solicitou um número mínimo de casos.

¹³ Para os procedimentos de análise fatorial e modelos de regressão foi utilizado o pacote SPSS (2006).

Tabela 16

Variáveis ora selecionadas	Componentes	
	1º	2º
Esperança de vida ao nascer, 2000	0,597	
Renda per Capita, 2000	0,847	0,417
Intensidade da indigência, 2000	0,593	
Intensidade da pobreza, 2000		-0,757
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	0,476	0,825
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	0,453	0,837
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira, 2000	0,576	0,678
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV, 2000	0,345	0,831
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000		0,852
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000	0,374	0,841
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por		-0,881
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, 2000		-0,578
Percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais, 2000	0,313	
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com pelo menos 3 dos bens anteriores, 2000	0,756	0,516
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade, 2000	0,912	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais de idade com doze anos ou mais de estudo, 2000	0,817	0,404
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000	-0,897	
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	-0,908	-0,309
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o curso superior, 2000	0,784	0,441
Taxa bruta de freqüência à escola, 2000	0,539	
Taxa de alfabetização, 2000	0,889	
Número de médicos residentes por mil habitantes, 2000	0,750	0,349

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2003 (PNUD-ONU); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA) / Elaboração própria em SOLDATI, 2011

A variável “Esperança de Vida ao Nascer” teve carga expressiva no 1º componente, mas inexpressiva em relação ao 2º. A carga da “Renda per Capita” é expressiva nos dois componentes, mas a do 1º componente é quase o dobro da do 2º. A “Intensidade da Indigência” foi verificada expressiva apenas no 1º componente. Em compensação, a carga da “Intensidade da Pobreza” é destacada negativamente no 2º componente. A simples descrição das cargas possibilita delinear a diferença entre a essência do 1º e do 2º componentes, fato fundamental no conceito da Análise Fatorial. Quase todas as variáveis relativas à infraestrutura urbana tem a carga do 2º componente sensivelmente mais expressiva do que a carga do 1º, o que resulta caracterizar o 2º componente com uma dimensão mais distributiva. Já naquelas outras, relativas aos aspectos habitacionais, verifica-se que a carga “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios Subnormais” é expressiva apenas com o 1º componente. No que concerne ao 2º componente, a carga é expressiva negativamente tanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios com Densidade acima de 2 pessoas por Dormitório”, quanto com o “Percentual de Pessoas que Vivem em Domicílios e Terrenos Próprios e Quitados”.

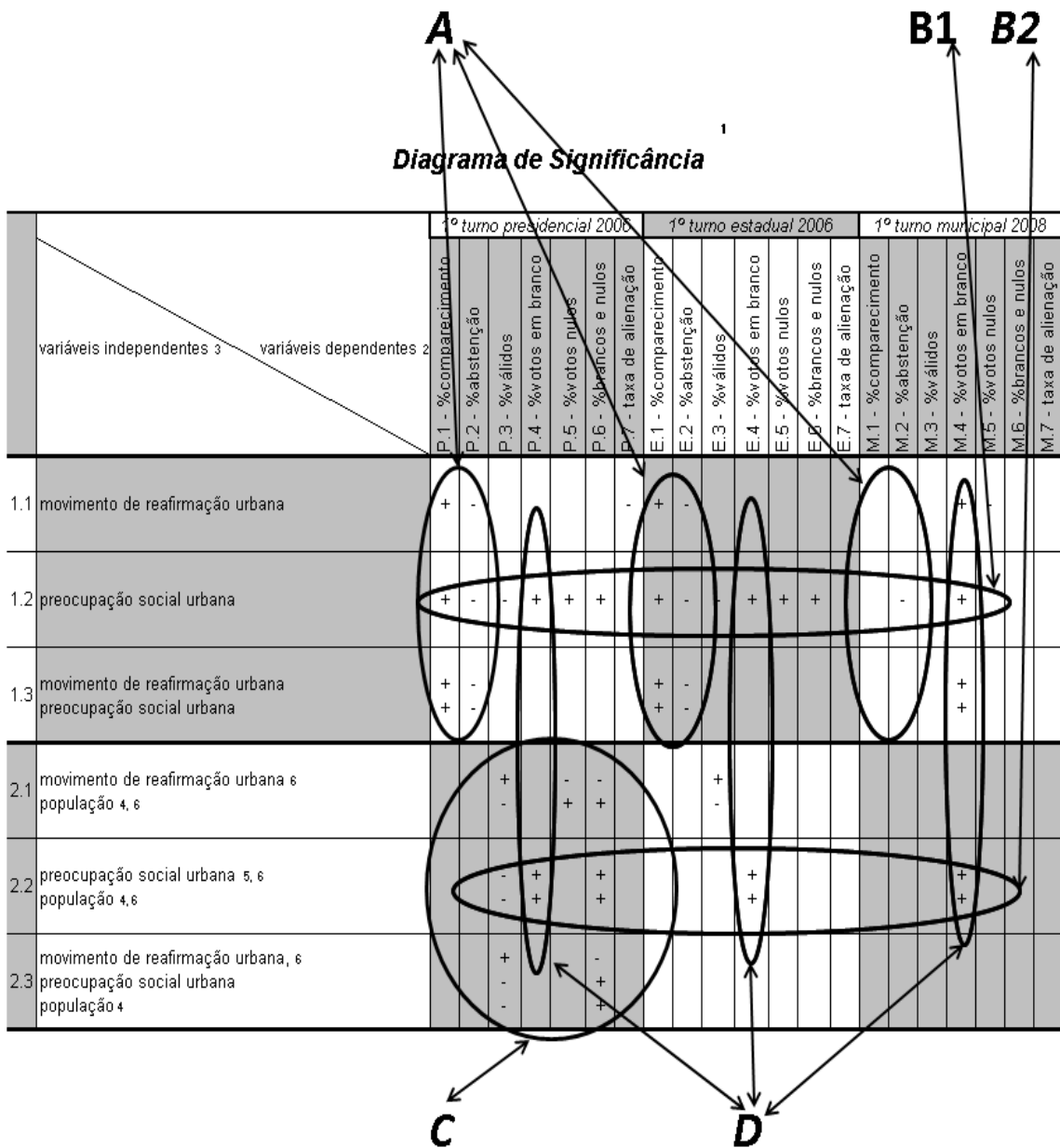
Ao final da análise, o **2º componente ortogonal**, uma das dimensões, foi denominado de “Preocupação Social Urbana”, pois pode ser entendido como preocupação ao atendimento de serviços básicos, uma vez que tende a demonstrar que serviços de infraestrutura básica são expressivamente superiores àqueles encontrados no 1º componente, a outra dimensão. No **1º componente**, ao contrário, percebeu-se uma ausência de tal preocupação: o atendimento de serviços básicos. Observou-se, neste componente, cargas superiores de escolaridade, de consumo, de atendimento médico, de *renda per capita*. Mesmo que as cargas de indigência e de habitações subnormais sejam também relevantes, além daquelas relativas aos serviços de infraestrutura sejam inferiores aos do 2º componente. O 1º componente ortogonal foi denominado, portanto, de “Movimento de Reafirmação Urbana”. A conceitualização dos eixos admitiu que o fenômeno proposto pela técnica propiciasse a ideia de um “Perfil Urbano Brasileiro” além de permitir ranquear o desempenho de cada uma das 54 cidades pelo desempenho dos escores, dos eixos ortogonais. Pode-se passar então a inicialização dos procedimentos de análise de regressão onde cada um dos dois componentes ortogonais tem a função de variável independente.

Modelos de Regressão

Utilizam-se modelos de regressão com o intuito de se explicar o comportamento de uma variável (dependente) com base em outras (variáveis independentes) (WRIGHT, 1993). Como é o comportamento eleitoral o que está em jogo, assume-se todo o conjunto de “Aptos”, expressados nas distribuições de “Comparecimento” e de “Abstenção”. Depois foi posto à prova, todo o conjunto do “Comparecimento”, o qual reúne as distribuições de “Votos Válidos”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”. Também foi incluída a ideia de “Taxa de Alienação Eleitoral”¹⁴. Entendeu-se que as variáveis dependentes são descritoras do comportamento eleitoral, estadual e federal de 2006, e municipal de 2008 (em alguns casos). A operacionalização dos modelos se deu da seguinte forma, foram sendo lançados nos modelos o “1º componente ortogonal”, depois o “2º componente ortogonal” e logo depois a “População”, primeiramente em separado, para em seguida o serem em conjunto. O quadro que segue abaixo sintetiza toda a bateria de 132 modelos de regressão avaliados¹⁵.

¹⁴ Adota-se aqui o entendimento técnico de taxa, ou seja, a soma do número da abstenção, dos votos em branco e dos votos nulos, dividido pelo número de eleitores aptos ao exercício do voto.

¹⁵ “A confecção deste quadro de significância – diagrama - foi questionada, inúmeras vezes, quanto à sua utilidade, por professores e colegas. Apesar de sua estrutura inicial ter sido diferente, o que importa dizer é que o quadro reflete a mesma lógica de exposições gráficas, ou seja, maior facilidade de entendimento e apreensão dos dados por que expõe a distribuição inteira, de significâncias, num só campo visual. A existência de um sistema



Fonte: SOLDATI, 2011

1 Foram realizados todos os modelos de regressão indicados, aqueles não significantes estão representados com as caselas em branco. A leitura faz-se como o coeficiente "B" numa tabela de regressão. Por exemplo, na coordenada acima, linha 1.3 e coluna P.1 onde o sinal é positivo, lê-se: quando **aumenta** o "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" tende a aumentar a "% do Comparecimento". Quando o sinal é negativo, como na linha 1.3 e coluna P.2 lê-se: quando **diminui** o "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" tende a aumentar a "% da Abstenção".

2 As variáveis dependentes foram extraídas do site do TSF

3 As variáveis independentes foram extraídas do Atlas do IDH - Desenvolvimento Humano do Brasil - IBGE (2000). Os componentes ortogonais "Movimento de Reafirmação Urbana" e a "Preocupação Social Urbana" foram formados conforme a técnica da Análise Fatorial, já mencionada anteriormente;

4 A população foi transformada logaritmicamente e dividida por mil;

5 Em função do reduzido n, admitiu-se significância em torno de 0,05 %;

6 Em geral os problemas de multicolinearidade foram bastante reduzidos mas quando ocorreram foram de ordem moderada.

(TAVARES, 1997) operando poderia ser passível de ser captada, mesmo que apenas numa face, e parece que se obteve êxito já que o movimento tocquevilliano, bem como hobbesiano e a métrica de Runciman, ressaltados no trabalho Santos (2007) puderam, neste quadro, ser identificados. Também reitera afirmações de Lima Junior (1997)” (SOLDATI, 2011).

Foram realizados 132 modelos de regressão, mas apenas os modelos cuja associação foi significativa foram assinalados. Assim, cada casela do diagrama acima se refere a um modelo de regressão, mas apenas aquelas com sinal positivo ou negativo foram verificadas associação estatística. A relevância e a tendência dos resultados foram outros fatores que orientaram a análise, por isto modelos isoladamente significantes ou nem tão relevantes não foram lidos. Entendeu-se que as associações verificadas tenderam a certa *centralidade do voto*. Para a leitura dos resultados deve-se seguir a ordem das letras em caixa alta no diagrama de significâncias, como é feito a seguir.

O principal grupo de modelos de regressão realizado, campo A, foi significativo para as eleições presidenciais e governamentais de 2006, portanto, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. Do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”. De modo reflexo, o resultado se mantém para as taxas de “Abstenção”, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” aumenta a “Abstenção”, quando diminui a “Preocupação Social Urbana” aumenta a “Abstenção”.

No campo B1, percebeu-se que analisada isoladamente a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”, os “Votos Nulos” e o somatório dos “Votos em Branco e Nulos”, tanto no nível presidencial, quanto no estadual. Quanto ao nível municipal, o modelo se torna significativo quando aumentando-se a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Do mesmo modo que nos níveis federal e estadual, quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. A diminuição da “Preocupação Social Urbana” também tende a aumentar os “Votos Válidos”. A leitura geral da linha 1.2, o campo B1, permitiu observar que o aumento da “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, em contrapartida ele tende também a aumentar os “Votos em Branco” e os “Votos Nulos”, ou seja, apesar do eleitorado se comportar numa razão mais distributiva, acaba por implicar concomitantemente a isto uma previsão de certa estagnação da vida do cidadão.

A inserção da variável “População” nos modelos comprova a leitura do campo B1. Isto quer dizer que quando aumenta a população aumenta a concorrência intergrupos, o que provavelmente, dificultará a ascensão de muitos.

Na avaliação do campo C, ao se introduzir a variável “População”, depreende-se que o aumento do “Movimento de Reafirmação Urbana” e a diminuição da “População” tende a aumentar os “Votos Válidos”. De outra parte, acompanhando as análises anteriores, quando diminuem a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos Válidos” e quando, ao contrário, aumentando-se o “Movimento de Reafirmação Urbana” e diminuindo-se a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Deste modo, conclui-se que o aumento da população provoca incremento de “Votos em Branco” e de “Votos Nulos” e a diminuição da população tende a aumentar os “Votos Válidos”. Tal situação vai de encontro ao movimento de ambição identificado por Santos (2007), na trilha tocqueviliana, de superação das sociedades igualitárias e pouco desenvolvidas serem superadas pelas sociedades desiguais, mas altamente desenvolvidas. Outro fator que reitera tais análises é o espelho negativo dos “Votos Válidos” nas eleições presidenciais e o conjunto de “Votos em Branco e Nulos” na linha 2.3.

Por último a análise do campo D, repete as avaliações dos campos B1 e B2, quando aumentam a “Preocupação Social Urbana” e a “População” tende a aumentar os “Votos em Branco”, agora nos três níveis, federal, estadual e municipal. Acredita-se que a eleição presidencial é que, principalmente, orienta o pêndulo esperança / ambição sinalizando a possibilidade da vida do eleitor mudar.

Considerações finais acerca dos resultados

Cumprir informar que na análise inicial, quando emergiram os eixos, pensou-se em nominá-los como riqueza / pobreza, bem-estar social e especialização do bem-estar. Os empecilhos foram o fato da sociologia não se restringir às questões financeiras e que a questão urbana, na grande maioria das vezes, ultrapassa o conceito de bem-estar, dados os problemas socioestruturais que chegam atrelados a este processo.

Toda a análise foi pautada na crença da existência de uma poliarquia brasileira, onde por uma insatisfação poliárquica os grupos se movimentariam constituindo a dinâmica democrática nacional. A relação entre os níveis de infraestrutura urbana e as taxas de comparecimento eleitoral permite entender toda a movimentação do executivo federal nos últimos anos, onde o país investiu pesadamente em obras de infraestrutura básica. Tais constatações caminham para reafirmar que o voto é ação estratégica no sentido de garantir a manutenção ou melhora da condição mínima da vida individual, e mesmo coletiva. No momento da aplicação da

análise fatorial pensou-se utilizar os próprios IDH's, mas recuou-se talvez em função da obviedade, pois seria muito provável verificar associações estatísticas, cidades com melhores IDH's, provavelmente, teriam maior comparecimento, também por serem índices robustos, a associação emergiria. A análise multidimensional específica, em detrimento dos IDH's, permitiu por outro lado a idealização *contrafactual*. Assim, apesar do fenômeno geral se dirigir à infraestrutura urbana brasileira, seus componentes indicam de maneira isolada preocupações coletivas e preocupações individuais, reafirmando os cálculos estratégicos de vida realizados por cada cidadão e isto é chave na discussão em ciência política.

Capítulo 2 – Conceito de “Perfil Urbano Brasileiro”¹⁶

O eleitor comum demora a decidir seu voto por resguardo, bem como para reunir informações capazes de habilitá-lo a tal exercício ou a uma ação específica, comparecer ou não. Mas se perguntados quanto às principais preocupações que os chefes dos executivos deveriam ter em mente (SOLDATI, 2012a) (2012b), sabe-se que, em geral, o eleitor tenderá a participar com elevadas opiniões a respeito do bem-estar e sobrevivência dos pares, enquanto seus convivas de seu bairro, sua cidade, seu estado e seu país (ARISTÓTELES, 1991) (BIGNOTTO, 2002) (COSTA, 2008) (EISENGERG, 2003). O que importa é que o cidadão percebe o grau de acesso às discussões ou decisões políticas ao seu alcance dentro dos grupos e ou dos estamentos. Logicamente, outras questões políticas domésticas, incentivam ou não, o grau de participação na sua comunidade, embora a continuidade também possa ser medida no grau de confiança nas instituições (D’AVILA FILHO, LOMBARDO JORGE, 2009, pág. 4). Portanto, ele é capaz de também perceber a desigualdade social intrínseca da sociedade em que vive (SCALON, FIGUEIREDO SANTOS, 2010) (SOUZA, 2015).

Pode-se observar que cotidianamente um conjunto restrito de questões, representadas aqui como variáveis socioeconômicas, vai tocando os cidadãos mais proximamente e a partir deste conjunto se incumbem de cuidar de suas comunidades e participam através da disseminação de suas preocupações. Neste momento cada um olha para si como se estivesse olhando para o outro, todos são capazes de se colocar no lugar de seus pares, a fim de observar as semelhanças cruciais do bem viver. À medida que se consegue, ao menos intimamente, resolver tais dilemas solidários, ou ao menos postergá-los, a orientação toma a forma das aspirações pessoais, de dar conta dos objetivos pessoais. A isto podemos entender como um movimento de especialização pessoal / urbana, que todos operam. Pois que somente a cidade propicia até hoje a conquista de meios tecnológicos capazes de superação de obstáculos. Mesmo assim, sabemos que a urbanização não é inocente, pois dadas as incapacidades latentes, a sociedade não consegue resolver suas questões mais essenciais¹⁷. De modo que, primeiramente, teríamos uma decisão comunitária para somente depois termos encorajada uma decisão individual.

¹⁶ Simmel (SOUZA, ÖELZE, 2006) é quem faz uma interpretação do papel da arte na vida humana. Sua leitura permite compreensão da existência de uma convecção da arte para as construções urbanas, não no sentido *strictu*, mas no *latu*, pois as diferentes edificações representam tão somente os inúmeros estratos sociais. A edificação de nossas cidades demonstra assim a plenitude de uma insatisfação, de uma inconclusão permanente. Uma sociedade que não se completa.

¹⁷ Ver "Reflexões sobre a violência urbana" (FEGHALLI, MENDES, LEMGRUBER, 2006) e o documentário de José Padilha e Marcos Prado, "Estamira" (2004).

Qual a urgência atual do eleitorado? Tem ficado evidente para todas as bandeiras políticas que as carências de infraestrutura nacionais podem ser satisfeitas por diferentes instâncias. Pelo estado ou pelo mercado, já que somente o Estado tem sido incapaz de atualizar a manutenção de nossa infraestrutura. Mesmo com o alto custo do fracasso a participação política do eleitorado, no Brasil, tem mudado de simples participação eleitoral para uma constante avaliação eleitoral, e continuou inibida a uma ampla participação política ao menos até 2013¹⁸.

Entende-se que o ferramental capaz de monitorar o desempenho dos mandatos dos executivos, num *accountability*, é a eleição. Aliam-se a ele outros instrumentos utilizados nas campanhas eleitorais e que são capazes de incrementar a democracia brasileira: as pesquisas de opinião e os métodos de covariância. Pois, para se avaliar qualitativamente as partes de um todo absoluto de modo eficaz é preciso, a partir de conceitos humanisticamente constituídos, verificar quais distâncias estamos uns dos outros. Estas distâncias podem ser estabelecidas pela opinião pessoal de cada concidadão, via pesquisas de opinião, bem como pelo levantamento de índices e taxas diagnosticados pelos institutos de pesquisa e até mesmo pelo *insight* surgido durante o levantamento. Mas é tal a influência da mídia nas campanhas eleitorais que desde há algum tempo é solicitada a obrigação de registrar a publicação de pesquisas eleitorais nos cartórios eleitorais (CHEIBUB, 2011). O fato é que as informações coletadas, sob quaisquer formatos, serão desenvolvidas e utilizadas como ferramentas de defesa e ataque na luta pelo voto.

Como qualquer outra, a democracia brasileira é específica. Nosso eleitorado, na maioria das vezes, desconhece as reais diferenças entre nossa tradição política e outras tradições enaltecidas pelos meios de comunicação. Mesmo assim, quando não afirma de imediato, ele desconfia de que sua participação é sempre diminuída, sufocada. De qualquer modo, com o exercício do voto, o eleitor tem verificado que, apesar de lento e gradual, o processo eleitoral pode resultar em melhorias contínuas à sociedade¹⁹. Uma hipótese clássica da ciência política é a existência de associação entre comportamento eleitoral e variáveis socioeconômicas (ALKMIM DOS REIS, 1992, 1997).

¹⁸ É fato, que o alvorecer do século XXI com governos preocupados em maior distribuição de renda, houve incremento no interesse pela participação política no Brasil. Considerado o estopim, de inúmeras manifestações que viriam a se seguir, o “Movimento Passe-Livre” inaugurou com as manifestações de junho de 2013.

¹⁹ Elkins (2000) tece considerações sobre a necessidade da manutenção do voto obrigatório em países de elevada desigualdade social, tal como o Brasil.

Discorrer sobre este capítulo implica estabelecer ligação com o comparecimento eleitoral. Isto se realiza em dois momentos. O primeiro²⁰ é lastreado na estrutura federativa brasileira²¹, ou seja, nos limites impostos pela estrutura legal na realização dos anseios do eleitorado. O segundo se iniciou na verificação de associação estatística, no capítulo anterior, e terá continuidade agora com a decomposição de algumas variáveis estruturais, componentes da Análise Fatorial, através de estudos sobre o *déficit* habitacional brasileiro, sobre a desigualdade no acesso à saúde e sobre a desigualdade de renda no Brasil.

Características municipais e estrutura federativa – capacidades e limites do perfil urbano brasileiro

A fim de iniciar este momento parte-se do princípio que o surgimento / mortalidade, crescimento / decréscimo, expansão / retração, de nossas cidades, se dá por alguns motivos os quais poderão ser rapidamente enumerados: por questões histórico-geográficas; por facilidades de acesso; por recursos naturais de todos os tipos; religiosos; expansão, retração comercial ou industrial; ou mesmo motivações estratégicas onde toda a sorte de razões elencadas anteriormente poderia ser reprisada.

A vocação das cidades pode ser percebida como propulsora de desenvolvimentos iniciais. São famosas as rotulações, ou apelidos que estabelecem ligações entre a sua atividade principal e o nome da cidade. Juiz de Fora é o exemplo mais cabal de tal situação. Seu nome diz respeito ao período colonial / republicano. Na sequência a cafeicultura tomou lugar, pois a cidade habita, de certa forma, o Vale do Paraíba. Em seguida, e por muito tempo, foi denominada de Manchester mineira dada a sua pujança industrial, notadamente o setor de fiação e tecelagem comandou as atividades fabris por aqui. Suas ligações políticas com Getúlio²² lhe permitiram maior participação de agências do estado, o que contribuiu para o fortalecimento da transferência de renda para a cidade. Com seus milhares de servidores públicos, importantes sub-sedes e ou representações do serviço público federal e estadual, como exército, receitas, órgãos técnicos, universidade, escolas técnicas federais e estaduais, escolas das redes S, ou

²⁰ A argumentação desta primeira seção está baseada em projeto encaminhado e pré-aprovado pelo IPEA. O projeto não foi selecionado pela indisponibilidade do autor, à época, em residir próximo a sede do instituto.

²¹ O núcleo duro da próxima seção foi retirado do *paper* apresentado no encontro da ALAS 2013 no Chile, sob o título: “Qualidades do Urbano” no GT02 – Cidades Latino-americanas no novo milênio. Deve-se informar que o texto não foi publicado nos anais do Congresso. Suas ideias centrais foram pensadas pela literatura oferecida pelo Grupo de Pesquisa Legislativo Municipal, do qual o autor faz parte.

²² Os estreitos laços com Getúlio Vargas foram enfatizados pelo jornalista Wilson Cid (2015), em entrevista realizada para compor as informações históricas do município de Juiz de Fora nesta tese.

seja, inúmeras outras entidades estaduais deram estabilidade econômica, mesmo que não desenvolvimentista à cidade de Juiz de Fora.

Similarmente poderiam ser citadas as cidades cafeeiras e seus caminhos de trem, onde algumas inovariam em inúmeras atividades e outras tantas se tornariam as cidades mortas de Lobato. Mas também as prestadoras de serviço médico-ambulatorial-hospitalares bem como as cidades mineradoras. É assim com Volta Redonda, aqui não avaliada, mas que ainda hoje é chamada de cidade do aço. Contudo outras vocações devem ser consideradas. A cidade de Rezende, Barbacena, Anápolis, São José dos Campos, Taubaté com suas bases ou escolas militares. Turísticas como a própria cidade do Rio de Janeiro, as do circuito das águas em Minas Gerais, Caxambu, São Lourenço, Lambari, Poços de Caldas e a de Águas Quentes em Goiás. Industriais como São Paulo, Cubatão, Betim. Portuárias como, Manaus, Santos, Paranaguá e Vitória. Administrativas como Belo Horizonte, Brasília e todas as outras capitais estaduais. No Brasil, a instalação da sede do executivo estadual é uma forma de captar o repasse de recursos federais e de centralizar todos os recursos, de alçada estadual, gerados na circunscrição. Uma grande diferença, *grosso modo*, pode ser notada quando comparada às capitais de estados em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, as capitais dos estados federados, não são necessariamente grandes cidades. A própria Washington é menor que Nova Iorque. Na Austrália, Canberra e Sidney.

Portanto, fica claro que a preponderância do serviço público municipal, com toda a sua rede administrativa, é grande empregadora nas cidades brasileiras. Em geral, cuidam do repasse indireto de benefícios orientados à população. Educação básica, creches, fornecimento de remédios, atendimentos nos postos de saúde e hospitais, serviços de água e esgoto, coleta de lixo, cobrança dos órgãos responsáveis pelo atendimento do fornecimento de energia elétrica, além da manutenção das vias públicas: calçamento, asfaltamento, limpeza, iluminação, podas de árvores e capina, de ruas e praças. Algum tipo de sinalização, controle e registro dos meios de transporte autorizados a operar no município, autorização e fiscalização para comércio e indústria, apoio ao meio rural e atividades afins. Os serviços de segurança pública, como a polícia militar e polícia civil. Juízes de comarca, correios, sistema financeiro, com sua rede de bancos, ou postos avançados.

São famosos os casos, de cidades pequenas, onde ao menos um integrante da família trabalha numa repartição pública. Também são famosas as disputas políticas, pois os grupos se assenhoram das vagas de trabalho temporário, e até mesmo efetivo, o que acaba contribuindo

para aumentar o séquito e o calor das disputas eleitorais pelos partidos políticos. Assim, é permitido imaginar que em inúmeras situações os cargos efetivos do executivo serão mantidos abaixo da necessidade em razão de funcionarem como moeda de troca eleitoral, em função das oportunidades de trabalho²³.

De modo que o estágio atual de infraestrutura urbana de nossas cidades, ou as características geradoras de desenvolvimento / estagnação / retrocesso, poderá ser avaliado pela capacidade de manutenção de suas atividades²⁴. Portanto, não somente a geração de riquezas próprias bem como com a transferência de recursos será capaz de lhes dar autonomia, dependência, inviabilidade ou perenidade. São inúmeras as avaliações da incapacidade do mercado em atuar em atividades as quais solicitem recursos inimagináveis (HOWLETT, 1995). No fenômeno agora analisado encabeçam as preocupações de infraestrutura básica os serviços de fornecimento de energia, abastecimento de água, saneamento básico, saúde pública, principalmente. Tais ficariam inviabilizados sem a participação efetiva do estado. Para tanto seguem breves explicações sobre a estrutura federativa nacional, sobre o regime de descentralização instalado pós-constituente de 1988, acerca das implicações da criação de municípios no Brasil, com os aspectos relativos à confecção da cesta tributária e suas consequências para a adoção de políticas públicas, pois de algum modo contribuem para configurar a imagem municipal.

O que entender como federalismo

A problemática²⁵ federalismo / democracia no Brasil é discutida por Arretche (2001) através de um balanço da literatura norte-americana. Riker (Apud idem, 2001) teria afirmado que o federalismo brasileiro teve origem com o ato adicional de 1834. Esse autor compõe uma geração que acredita que a moderna federação foi uma invenção norte-americana. Assim a grande inovação da constituição da Filadélfia, 1787, teria sido a fórmula associativa que criou

²³ Isto ficou patente com a contratação de professores temporários pela SEE-MG durante os governos estaduais de 2003-2006, 2007-2010, 2011-2014. Segundo comentários dos próprios servidores havia disponibilidade de vagas para a contratação de todos os professores aprovados nos concursos realizados, mas os que se autodenominavam “gestores públicos” entenderam ser melhor a não efetivação. Tudo isso resultou no escândalo da LEI 100. Contrariamente, no estado vizinho, inúmeros professores mineiros foram convocados pelo Estado do Rio de Janeiro, pois mesmo não atingindo pontuação de classificação acabaram sendo efetivados, dadas a aprovação e a existência de vagas. Ao que parece alguns governos optam pela economia de direitos trabalhistas à custa dos próprios servidores e fazem isto empunhando a bandeira de democracia social e “eficiência” da máquina pública, num modelo de estado capitalista.

²⁴ É recorrente a reclamação entre as lideranças locais juizforanas do eterno desvio de recursos auferidos na região em direção a outras regiões mineiras, sob a alegação da prioridade do desenvolvimento de outras localidades estratégicas do estado em detrimento dos interesses da municipalidade.

²⁵ Problemática aqui utilizada no sentido metodológico (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977, p. 50).

um governo central autônomo e independente dos estados que o constituíram, distinguindo-o daquela dependência aos estados-membros, caracterizado nas confederações, onde a presidência e o corpo legislativo passaram a ser escolhidos diretamente pelo voto popular. Isto ampliou as prerrogativas da autoridade central além de lhe atribuir maior prevalência nos casos de conflito entre partes. Como origens promotoras da emergência federativa são elencadas a barganha das partes e assuntos internos, como a ameaça ou oportunidades de expansão, defesas militares e, até mesmo, a diplomacia. Governos centrais desejosos de expansão ou temerosos de ataques, mas impotentes de dominar os governos locais acabariam por ceder parte de sua autoridade aos locais, uma vez que estes detêm a credibilidade da população. Por outro lado, governos locais, com histórica identificação, também temerosos de ataques ou na esperança expansionista, fariam concessões a uma autoridade central aumentando assim suas capacidades militar ou diplomática.

A capacidade de manutenção do estado federativo estaria baseada na descentralização do sistema partidário e não no Senado, como apregoam outros. Seria o dispositivo do sistema partidário que garantiria a independência dos níveis de governo²⁶. Isto responderia aos questionamentos do por que da federação, após concentrar tantos poderes, não se transformar num estado unitário. Uma vez que, quanto maior a probabilidade de um mesmo partido controlar concomitantemente o governo-central e os estados-membros, e ainda se houver alta disciplina partidária, maiores as chances de aumento da carga de centralização.

Numa linha de argumentação oposta a esta visão veio Wheare (Apud ARRETCHE, 2001). Para ele, diferentemente, a grande inovação de 1787 teria sido que o governo central não se subordinaria aos estados membros nem esses se subordinariam ao governo central. Federativo seria aquele estado em que os níveis de governo tivessem coordenação e mútua independência simultâneas, não apenas definidos constitucionalmente, mas principalmente, na prática efetiva das instituições políticas. Wheare desqualifica boa parte de estados que se considerariam federações, já que para ele, o poder do congresso em emendar constituições sem ratificação dos estados membros acabaria por subordinar as partes ao governo central, característica de estados unitários e não de federações. De modo que, seguindo o modelo norte-americano, os estados teriam a prerrogativa constitucional de vetar aprovações da legislação federal.

²⁶ Para o autor fica clara a identificação estrutural de uma hegemonia fechada para uma hegemonia inclusiva ou mais especificamente para as próprias poliarquias.

Portanto, segundo Arretche (2001), ao se combinar as avaliações de Riker e Wheare, o Brasil era uma federação em 1834, quando não se declarava como tal e hoje quando se declara, não o é. Por esta razão, outros estudos começaram a questionar a metodologia USA centrada ao reafirmarem que não apenas as vantagens de ordem econômica, oriunda da associação de estados, mas também aspectos como o interesse em preservar a unidade nacional estariam na origem das federações do século XX. Como exemplo a barganha federativa dos 13 estados americanos em 1787 e o caso brasileiro, onde apenas algumas unidades conquistaram aquele senso de identidade prévia à formação da federação e foi assim que no Brasil a União precedeu suas partes²⁷.

Para a autora nem mesmo a descentralização do sistema partidário seria necessária à manutenção das federações. Mas, segundo ela, o maior problema dessas propostas é que nenhuma delas conseguiu ser generalizada ao ponto de uma teoria alternativa. Tal qual elencar distintos modelos de federalismo, através da seleção de variáveis que permitissem tipos específicos de federações.

Quem teria dado contribuição importante neste sentido seria Stepan (Apud ARRETCHE, 2001). Para ele nenhum estado federativo originado após a revolução francesa e parecido com os moldes americanos teria conseguido se estabilizar, democraticamente. O modelo americano *coming-together*, segundo o autor, seria aquele onde os estados juntaram-se somando forças e assim é tornado exceção e não a regra. Para Stepan muitas federações democráticas contemporâneas tiveram seu estabelecimento através do que ele chamou de *hold-together*, múltiplas etnias, alocadas em estados unitários que apresentavam ameaças de disrupção. O terceiro modelo seria o *putting-together* onde um esforço deliberado pôs-se a juntar num Estado diferentes etnias e nacionalidades, as quais apenas algumas já estavam organizadas em estados independentes. Esta proposta oferece a oportunidade de se visualizar a origem das federações num *continuum*. A preocupação central de Stepan seria com “as garantias institucionais de representação da vontade dos componentes da federação” e por este motivo deixa de avaliar as origens federativas do caso brasileiro.

De qualquer modo, no Brasil, apesar dos “sabinos”, “cabanos” e dos “balaios” (Cf. ARRETCHE, 2001) não existiram grupos suficientes ou preponderantes que reclamassem autonomia ou identidade própria, ou ameaça, ao estado unitário do final dos 1900. Mas avalia

²⁷ Importante assinalar que nenhum dos autores citados confirma um acordo livre e racional entre atores políticos equipotentes.

que, como a literatura disponibilizou, o golpe republicano estaria mais associado ao desgaste da monarquia, onde tal perdera apoio das principais forças como a cafeicultura do sul, e de classes médias emergentes, além dos setores mais conservadores, escravocratas descontentes com a abolição (SCHWARTZMAN, 1982 Apud ARRETICHE, 2001), bem como a observância que a “grita generalizada” contra a centralização pela Coroa estaria na crise fiscal e incapacidade de atender as demandas regionais (COSTA, Apud idem, 2001). Além do fato das importantes mudanças que vêm caracterizando as relações federativas brasileiras, Estado Novo, período militar 1964 e Constituição de 1988.

Federalismo, processo decisório e federalismo brasileiro

Arretche discorre a mudança de paradigma das pesquisas sobre federalismo após os anos 1980. Do enfoque das especificidades de cada modelo federativo, para o peso do federalismo sobre a autoridade dos governos centrais, ênfase na capacidade destes de alterar o *status quo*.

Duas proposições podem ser combinadas e representam aspectos principais desta nova corrente de estudos. A primeira se baseia na crença que “Estados federativos tendem a restringir as possibilidades de mudança do *status quo*, porque a autonomia dos governos locais opera no sentido de dispersar o exercício da autoridade política, aumentando o veto das minorias” (LIJPHART, Apud idem ibidem ARRETICHE, 2001) ou também que a presença de maior número de *veto players* institucionalizados nas arenas aumenta o potencial de estabilidade das políticas em andamento (TSEBELIS, Apud ibidem, 2001). Ou seja, sistemas federativos acabam restringindo mudanças nas políticas uma vez que as garantias institucionais a todos os membros tendem a produzir decisões no “*mínimo denominador-comum*” (PIERSON e LEIBFRIED, Apud ibidem, 2001).

Mas o que significa federalismo de fato? Federalismo como uma descrição genérica que esconde uma gama diferenciada de arranjos institucionais, possibilitadores de riscos e oportunidades nas capacidades de governo. O fato de governos centrais poderem intervir em áreas de políticas sobrepujando outros níveis de governo acaba por estimular a inovação em políticas públicas pelo governo central, mas em contrapartida provoca conflitos de interesse uma vez que outros níveis tenderão a tentar o mesmo, antes que o outro o faça, elevando custos de programas e tornando a coordenação e administração algo difícil. Diferentes modos seriam a adoção com aprovação pelos níveis subnacionais, mas que tendam a estimular vetos e inibam a implementação.

Para Arretche o modelo brasileiro, estaria configurado naquilo que ela denominou de máquina de triturar presidentes já que, se estabelecem na difícil combinação de presidencialismo, multipartidarismo, indisciplina partidária e forte federalismo, gerando excesso de vetos nas arenas decisórias. Como principal ameaça a estabilidade brasileira o impasse entre o legislativo e o executivo. Segundo a autora a implementação de reformas no Brasil seria mais difícil do que em muitos sistemas presidencialistas. Para embasar esta tese ela lembra que o período pós 1986, bem como o de 46-64, demonstrou permanente crise de governabilidade, ao ameaçar aqueles governos considerados mais estáveis (AMES, Apud ARRETCHÉ, 2001). Um sistema federalista destrutivo capaz de constranger a *vontade da maioria*.

A combinação de descentralização de sistema partidário e de federalismo implicou em imobilização dos presidentes nas votações de algumas matérias pelo congresso, já que o congresso e os governadores são *veto-players*. A descentralização federativa no Brasil é também explicada, segundo Willis, Garman e Haggard (Apud idem, 2001) principalmente pela descentralização do sistema partidário que seria devido ao poder dos políticos locais (governadores e prefeitos) na sobrevivência eleitoral dos congressistas. Para Mainwaring (Apud ibidem ARRETCHÉ, 2001) sistemas presidencialistas, calcados na divisão de poderes acabariam produzindo dispersão na capacidade decisória além de coalizões instáveis, embora o sucesso legislativo da presidência possa variar conforme a fragmentação e disciplina partidárias. Para ele um reduzido número de partidos, que também seriam mais disciplinados e centralizados, pode auferir melhores resultados, conforme EUA, Costa Rica e Venezuela.

Num outro aspecto, governadores e prefeitos controlam recursos fundamentais para a carreira dos parlamentares enquanto as lideranças partidárias nacionais tem pouco controle sobre o comportamento dos mesmos. Assim, segundo Hagopian e Ames (1996 e 2001, cf. idem, 2001), com relação às regras partidárias eleitorais, o poder dos governadores e prefeitos situa-se quase como variável independente no grau de descentralização do sistema partidário brasileiro.

De modo que, se comparado às outras federações, o nosso federalismo equipara-se ao norte-americano, já que com número equivalente de cadeiras no senado pelos estados menores, garante-se uma super-representação a estes, não somente pela maior amplitude do poder legislativo, com doze áreas exclusivas de competência, mas também pela capacidade de aprovar todas as leis e emendar a constituição. Outro aspecto fundamental é que o controle do poder local sobre as candidaturas, bem como as regras eleitorais que transformam os

parlamentares dos próprios partidos em competidores, acaba por inibir que a vontade da maioria seja transformada em política pública pelo presidente, muito em função da alavancagem dos recursos de poder das minorias.

Para Riker o fato das instituições locais controlarem as indicações para o Congresso e para o Senado, situação do localismo americano, não implica que os estados não possam controlar as decisões nacionais, mas que a nação não possa fazer o contrário, onde a força e independência dos Estados garantiriam um contrapeso aos atos centralizadores do governo federal. Ao admitir que numa federação os Estados sejam independentes e tenham controle sobre seus representantes nas arenas é, no mínimo, insinuar ameaças à democracia. O que importa é saber que os arranjos constitucionais e administrativos demonstram que caso o governo queira fazer algo numa federação ele demonstrará que poderá fazê-lo e o fará, se assim o quiser.

Percebido a relação de força que o executivo pode assumir frente ao legislativo, mas observados os papéis de *veto-players* dos governadores e legislativo, muito em função de manterem suas máquinas de recrutamento eleitoral como forma de intervir no grau de descentralização, passa-se a discutir o processo de descentralização no Brasil.

Desigualdades e descentralização e o atual papel dos governos e sociedades locais

O fato de o Brasil ter se tornado um dos países mais descentralizados com a redemocratização, comparados a outros países federativos, acabou gerando fatos contraditórios, já que a descentralização gera incentivos pelo governo federal para que os entes subnacionais venham aderir e programar as suas políticas públicas, além de incentivar que os atores locais também o façam causando maior conflito e tornando complexo o relacionamento entre os governos e setores da sociedade local. De outra parte o processo de descentralização escancara os problemas desses procedimentos em países marcados por fortes desigualdades socioeconômicas regionais.

Seriam os municípios brasileiros os maiores beneficiários não só da descentralização tributária ocorrida no processo de redemocratização, mas das medidas descentralizadoras oriundas da constituição de 88. Outro destaque seria a situação de razoavelmente capitalizados de nossos municípios em relação à de outros países em desenvolvimento. O problema é que tal saúde financeira não é generalizada no país. Segundo Bremaeker (Apud SOUZA, 2002) mais de 200 municípios no nordeste não teriam condições de arrecadação

própria, 75% dos municípios apenas arrecadam 10% de sua receita total e que 90% dos municípios, de até 10.000 habitantes, dependem 100% das transferências federais.

Contudo, mesmo diante da ocorrência de situações diferenciadas vividas pelos municípios brasileiros, dados coletados demonstram que os estados e municipalidades vêm substituindo o governo federal em inúmeras funções, enquanto outras permanecem sem apoio governamental em razão da política fiscal do governo brasileiro (AFONSO, 1994, ARRETCHE, 2000, SOUZA, 2001a, Apud SOUZA, 2002). A autora argumenta neste *paper* que, em países marcados por alta heterogeneidade, a descentralização apresenta resultados contraditórios criando novas tensões para antigos problemas, como o das desigualdades inter e intrarregionais.

Contudo tais relações viriam se ampliando com a entrada de organismos multilaterais, supranacionais e das ONGs, ao determinar o que tem se denominado de governança de múltiplo nível, pois operariam com a redução ou abolição de comandos hierárquicos, pela adoção de formas e controles tradicionais. Conforme Pierre e Stocker (Apud SOUZA, 2002) a base passou a ser negociação e não submissão. Segundo a autora seu trabalho interpreta RIG's (Relações Intergovernamentais) as quais possibilitaram padrões de habilitação de grupos com parcos poderes políticos em confronto com outros, cada qual tentando conquistar posições, construindo um continuum.

Deste modo, a descentralização pode ser entendida como ferramenta para o desenvolvimento além de efetivar a redução do papel do Estado. Contudo, alguns tópicos são levantados pela autora acerca deste momento: o primeiro diz respeito ao fato de que quando se levanta algum princípio a favor da descentralização, emerge outro contra; que as vantagens da descentralização não têm sido apresentadas em termos práticos, políticos, mas apenas através dos aspectos normativos. A linguagem utilizada se baseia na eficiência sugerindo que países centralizados não a adotam. Em geral, os processos de descentralização são adotados pelo centro, mas no Brasil o foi pelos constituintes; que a literatura tende a ignorar outros níveis subnacionais enfatizando apenas as relações entre o centro e as localidades, por último é que não existem quaisquer garantias que os benefícios da descentralização serão devidamente distribuídos.

A autora chama a atenção para a revisão sobre as RIG's e descentralização, enfatizando que tal processo provoca a emergência de novos conflitos entre distintos grupos sociais e

consequentemente afeta a distribuição do poder político tanto nos grupos sociais quanto nos níveis de governo. Para tal avisa que fará abordagens referentes a evidências empíricas sobre o desenrolar dos processos, político e tributário, de descentralização em curso no Brasil.

Dimensões e momentos da descentralização

Para Souza (2002) a análise da descentralização no Brasil envolve três dimensões distintas. A primeira delas é a avaliação que tal processo não foi resultado automático da constituinte, mas um desenrolar oriundo das relações anteriores fruto do regime militar. Inicialmente como reação, aí sim automática, à centralização antes estabelecida do modelo desenvolvimentista do regime militar. A segunda é a tradicional associação entre regimes democráticos e ambientes descentralizados. Como terceira dimensão a de que uma perspectiva normativa e a descentralização sempre foram vistas como fator de aumento da eficiência e da acessibilidade aos cidadãos. Contudo tem-se o problema da descentralização numa sociedade heterogênea. A alta desigualdade e diversidade social entre os municípios não formou consenso sobre o que alcançar com a descentralização e por isto cada qual reage de maneira diferenciada a tais procedimentos. Como primeiro impacto deste processo a transferência de capital político e financeiro a grupos antes excluídos das decisões nas estruturas de poder. A segunda é a liberdade auferida a esses grupos de como utilizá-los. Mas um aspecto crucial deveu-se ao fato do processo de descentralização ter sido posto em prática sem ruptura com o regime anterior, ocasião em que velhas e novas elites políticas estiveram envolvidas na implementação das novas políticas descentralizadas.

Descentralização política e financeira: alguns indicadores

Mesmo que o Brasil seja um dos países mais descentralizados do mundo é importante verificar que todo este poder transferido aos setores subnacionais acaba por forçar o próprio governo central a negociar prioritariamente medidas nacionais com os entes subnacionais, com implicações nas próprias RIG's, muito embora o governo federal reaja sempre e, muitas vezes, com sucesso à descentralização financeira. Como exemplo, o fato dele estar instituindo ou aumentando, desde 1988, impostos e taxas não partilhados com o restante da federação. Também pela redução de investimentos em políticas sociais o que acaba pressionando os governos locais na implementação de tais ações, mesmo que não tenham ou não consigam manter tais investimentos solitariamente. E ainda, a limitação que vem sendo realizada no poderio de arrecadação dos entes subnacionais como Responsabilidade Fiscal, Lei Kandir, o

Fundo de Estabilização Fiscal, Fundef, e Emenda Constitucional 29. Para a autora o executivo federal mostra com isto que não reduziu sua influência política, mas que apenas tornou mais complexos os conflitos decorrentes das RIG's.

Em decorrência da descentralização ocorrida e no contra-ataque de recentralização financeira conseguida pelo governo federal, alguns serviços públicos foram despejados numa espécie de limbo social. Como principal constrangimento da descentralização as disparidades inter e intra-regionais. Estudos reforçam as evidências empíricas que a grande maioria dos municípios brasileiros não tem condição de auto-sustentação²⁸, não possuindo atividade econômica substancial e que são caracterizados pela extrema pobreza de suas populações. Isto, para a autora, acabaria por anular o principal objetivo da descentralização que é o de permitir maior autonomia na alocação de recursos. Assim a restrição da transferência de recursos federais envolve ainda a transferência de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres, por ações e recursos federais. Acontece que mesmo os FPE, Fundo de Participação dos Estados, e FPM, Fundo de Participação dos Municípios, não são considerados suficientes para pequenos municípios vencerem a situação de extrema pobreza, mudando pouco a grande heterogeneidade social.

As despesas na área social das regiões menos desenvolvidas é, duas vezes, menor que nas mais desenvolvidas, porém todas as regiões têm aumentado o esforço dos três níveis de governo para atender a região nordeste. Segundo levantamentos, as capitais, antes mesmo de 1988, já priorizavam gastos sociais e não se esqueciam de que o papel municipal tem crescido, também em função do esquecimento federal. Além do fato de que algumas cidades, principalmente capitais, terem procurado aumentar sua arrecadação com base em receitas próprias, e com isto contrariar a perspectiva da escolha pública, do desinteresse em gerar receitas quando são alvos de transferências governamentais. A resultante é que, o aumento da receita própria diminui a dependência das transferências além de viabilizar investimentos prioritários segundo a coalizão política local. Contudo, menos da metade das capitais agiu assim. Souza (2002) insiste que a questão da heterogeneidade quando olhada sob o prisma da descentralização acaba por inibir a consecução dos “requisitos mínimos de uma cidadania social nacional”.

²⁸ Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD-ONU, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO e IPEA, 2013) além de outros importantes indicadores do próprio IBGE com outros do próprio IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), houve redução significativa da carência dos pequenos municípios brasileiros.

Pelo acima contemplado, ruma-se agora a uma argumentação de que o atendimento aos serviços públicos, principalmente infraestrutura urbana, deveria ser otimizado através da descentralização forçada, via imposição de uma repartição do total aquinhado ou através da criação de municípios no Brasil. Isto tenderia a se revestir em atendimento aos anseios públicos.

A criação de municípios como forma de diluição dos efeitos da centralização²⁹

Segundo Tomio (2005), em quase todas as constituições brasileiras (exceto a de 1937) os municípios tem sido entendidos como organizações políticas autônomas, mas somente a carta de 1988 eleva-os ao *status* de ente federativo. Tal situação colocou o país na posição de ser a única federação com três níveis políticos distintos. A descentralização política veio acompanhada de um rearranjo fiscal e de competências tributárias o que acabou gerando o mais expressivo processo de fragmentação de municípios de Estados Nacionais, com a criação de 1.385 novos municípios no Brasil, cerca de ¼ dos atuais, sendo interrompida pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996. Muitos autores entenderam esta onda emancipacionista como resultante da variação no regime político, o que, para Tomio, apesar de precedente é genérica em demasia. A questão colocada por esta corrente se firma no fato de uma “restrição orçamentária não rígida” (SHIKIDA, 1998, Apud TOMIO, 2005), já que as transferências intergovernamentais, FPM por exemplo, incentivariam os atores, em regimes democráticos, a decidir por emancipações, pois tal favoreceria localidades onde se aumentasse o volume de recursos. Segundo o autor, o legislativo, por uma série de motivos, apoio popular entre eles, não sucumbiu às pressões contrárias vindas do executivo³⁰. Contudo ele ressalta que mesmo com perspectivas diferenciadas na criação ou fusão de municípios em outros países, como o fato da transferência de recursos não ser condição *sine qua non* para a manutenção de unidades locais, existem também estudos que demonstraram, por referendos, expectativas negativas quanto às possibilidades de fusão de condados e municipalidades, já que a população entendeu que serviços públicos tem maior capacidade de provimento em regiões mais fragmentadas administrativamente.

²⁹ Leitura que enfatiza os efeitos centralizadores pela federação com resquícios do regime militar é o trabalho de Rolnik e Klink (2011).

³⁰ Para o autor tentativas semelhantes ao FPM foram realizadas pelos EUA onde verificou-se que a simples transferência orçamentária não garante a preservação de pequenos municípios. A comparação com os modelos de emergência das “*new towns*” não informa *accountabilities* da ausência de planejamento na criação ou no suprimento de infraestrutura urbana básica (cf. Tomio, 2005).

A estrutura federativa brasileira está organizada em 3 níveis, não hierarquizados, mas equipolentes e autônomos, onde as competências administrativas, fiscais e políticas são definidas pela constituição. Os estados podem intervir nos municípios em situações jurídicas específicas, na parcela adicional ao ¼ da transferência obrigatória do ICMS, além de regulamentar as condições mínimas para a criação de um novo município como também decidir por emancipações. Portanto, todos os municípios brasileiros possuem o mesmo tipo de autonomia, o mesmo modelo de eleição de governantes, mesma independência e as mesmas subdivisões políticas, os distritos, podendo cobrar os mesmos impostos (Cf. TOMIO, 2005).

O núcleo da discussão desse autor se fundamenta em que, criar um novo município por aqui é o mesmo que criar um novo ente federativo independentemente dele ter menos de mil ou ter milhões de habitantes, diferentemente do que acontece em outros países. Essa característica nacional carrega a mão no impacto político, já que não se conciliam os interesses autonomistas locais com a racionalidade generalizante das altas esferas governamentais.

Com isto, a querela da criação de municípios acaba por se orientar na criação de custos difusos e benefícios concentrados. Já que para a população local, segundo Tomio (2005), a fragmentação municipal redundava em maior disponibilidade de recursos sem a obrigação de aumento na carga de impostos. E se as unidades, a serem fragmentadas, envolverem apenas os municípios pequenos o benefício será amplo, pois eleitores e lideranças serão amplamente beneficiados e ninguém se postará contra.

Para Tomio, o ritmo de fragmentação municipal no Brasil varia mais em função de qual ente federativo está autorizado a decidir pela criação dos municípios e menos em função do regime político. Isto pode ser confirmado pela capacidade dos deputados estaduais de transformar a matéria em algo de deliberação popular, plebiscitária, e legislativa, pois mesmo com os constantes vetos do executivo o parlamentar presume que as retaliações do executivo podem ser superadas pelo ganho de votos, ou simplesmente pelo receio de perdê-los.

Diante da dúvida de criar ou não um município, aos habitantes de pequenas cidades do interior a criação de novos municípios significa maior oferta de empregos e muitas vezes melhorar a oferta de serviços públicos. Caso isto, de fato, aconteça. A questão que o autor coloca é, criar inúmeros municípios concomitantemente é gerar um problema orçamentário, tanto para o governo como um todo, quanto para os outros municípios que não se fragmentaram, mas que dependem de transferências constitucionais, o que concorre para

aumentar as pressões por gastos públicos, nas esferas estadual e federal. O autor defende aprimorar a lógica da distribuição do FPM, para além de populacional se tornar *per capita*, acabando com os impactos negativos sentidos pelos municípios que não se dividem, restringindo também estímulos a fragmentações espúrias.

Descrita a parte estrutural federativa que, de algum modo, formata a constituição física municipal, o trabalho tem seguimento pela exposição das condições de desigualdade de renda, habitacional e de saúde, instaladas em nossa sociedade.

Déficit habitacional – condições urbanas, desigualdade na saúde e desigualdade de renda.

Discutir características setoriais de um Perfil Urbano Brasileiro impôs escolher entre duas alternativas. Aprofundar a análise de dados estatísticos da infraestrutura urbana das cidades avaliadas, o que resultaria numa avalanche de dados e tabelas, ou realizar a descrição da decomposição das principais variáveis na construção do fenômeno acima citado e que indicam acesso desigual à infraestrutura urbana pelas diferentes cidades brasileiras. Optou-se pela segunda alternativa, pois mesmo que mais descritiva, é capaz de ilustrar com profundidade as diferentes maneiras de se viver em nossas cidades.

A ligação entre comparecimento eleitoral e infraestrutura urbana, aqui denominada de Perfil Urbano Brasileiro, por estar estabelecida através de uma equação de regressão, proporcionou um ranking de infraestrutura municipal de algumas cidades selecionadas (veja as tabelas 17 e 18 na próxima página). Tal ranking ordena aspectos de exclusão e inclusão social e confirma a existência de uma desigualdade estrutural onde serviços públicos e aspectos socioeconômicos são diferentemente ofertados a diferentes regiões brasileiras, ou principalmente, entre diferentes estratos populacionais. Em outras palavras é reconhecer que os direitos civis, políticos e sociais representantes da condição humana moderna podem sim ser traduzidos pelo estágio urbano encontrado nas municipalidades além de questionar a capacidade da localidade assumir ou não a denominação de cidade, uma vez que o real significado de urbano se traduz com a ampla oferta de serviços básicos a disposição da população, com destaque para os de habitação, abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica, saúde pública, educação, renda e capacidade de consumo.

Tabela 17

CIDADES AVALIADAS	posição no 1º score	score do "Movimento de Reafirmação Urbana"
Florianópolis	1º	2,09241
Porto Alegre	2º	1,92680
Vitória	3º	1,70712
Curitiba	4º	1,52530
Rio de Janeiro	5º	1,48489
São Paulo	6º	1,34466
Ribeirão Preto	7º	1,32365
Belo Horizonte	8º	1,11371
Presidente Prudente	9º	0,87005
Brasília	10º	0,85721
Belém	11º	0,84071
Cuiabá	12º	0,78179
Goiânia	13º	0,68933
Santa Maria	14º	0,64839
Salvador	15º	0,62106
Manaus	16º	0,54650
Londrina	17º	0,38613
Palmas	18º	0,37419
Juiz de Fora	19º	0,36228
Uberlândia	20º	0,29414
Recife	21º	0,29229
São Luís	22º	0,26250
Campo Grande	23º	0,21439
Aracaju	24º	0,19580
Chapecó	25º	0,13101
Parintins	26º	0,09836
Porto Velho	27º	0,08590
Macapá	28º	0,06168
Santarém	29º	0,05202
Boa Vista	30º	-0,01496
João Pessoa	31º	-0,04564
Natal	32º	-0,08673
Fortaleza	33º	-0,14659
Corumbá	34º	-0,37395
Rio Branco	35º	-0,44656
Montes Claros	36º	-0,48290
Teresina	37º	-0,51539
Sinop	38º	-0,61966
Maceió	39º	-0,62089
Governador Valadares	40º	-0,67216
Santana	41º	-0,75005
Campos dos Goytacaze	42º	-0,79582
Araguaína	43º	-0,81074
Feira de Santana	44º	-0,81077
Rio Verde	45º	-0,82304
Cachoeiro de Itapemirir	46º	-0,91468
Ji-Paraná	47º	-0,91950
Campina Grande	48º	-0,94740
Mossoró	49º	-1,06272
Crato	50º	-1,36067
Imperatriz	51º	-1,42642
Caruaru	52º	-1,85733
Parnaíba	53º	-2,01274
Arapiraca	54º	-2,66692

Fonte: SOLDATI (2011)

Tabela 18

CIDADES AVALIADAS	posição no 2º score	score da "Preocupação Social Urbana"
Cachoeiro de Itapemirir	1º	1,09272
Rio Verde	2º	1,07013
Juiz de Fora	3º	0,97605
Uberlândia	4º	0,95722
Sinop	5º	0,83932
Londrina	6º	0,79245
Goiânia	7º	0,75705
Campo Grande	8º	0,73743
Santa Maria	9º	0,72656
João Pessoa	10º	0,71254
Governador Valadares	11º	0,64412
Presidente Prudente	12º	0,63787
Caruaru	13º	0,61838
Campos dos Goytacaze	14º	0,59826
Chapecó	15º	0,56130
Campina Grande	16º	0,54628
Brasília	17º	0,53758
Belo Horizonte	18º	0,53307
Natal	19º	0,52045
Aracaju	20º	0,36670
Fortaleza	21º	0,31849
Arapiraca	22º	0,31602
Maceió	23º	0,31357
Porto Alegre	24º	0,30597
Ribeirão Preto	25º	0,30507
Recife	26º	0,30320
Curitiba	27º	0,29680
Imperatriz	28º	0,25223
Montes Claros	29º	0,23529
Vitória	30º	0,19062
Florianópolis	31º	0,18975
Teresina	32º	0,16441
Rio de Janeiro	33º	0,06409
Mossoró	34º	-0,00056
Parnaíba	35º	-0,00878
São Paulo	36º	-0,02365
Ji-Paraná	37º	-0,03203
Cuiabá	38º	-0,12610
Salvador	39º	-0,13903
Feira de Santana	40º	-0,31801
Palmas	41º	-0,32647
Araguaína	42º	-0,38715
Corumbá	43º	-0,43541
Boa Vista	44º	-0,45786
Crato	45º	-0,60915
Belém	46º	-0,62997
Porto Velho	47º	-0,71629
Macapá	48º	-0,96739
São Luís	49º	-0,97236
Rio Branco	50º	-0,98214
Manaus	51º	-1,11683
Santana	52º	-1,25003
Santarém	53º	-3,07462
Parintins	54º	-4,90716

Diante das vinte e duas variáveis componentes do fenômeno obtido³¹, fica clara a preponderância das características educacionais, habitacionais de saúde e de renda. Por esta razão, entendeu-se, ser possível, representar as características de nossa desigualdade estrutural, com a noção de Perfil Urbano Brasileiro, através da descrição de três perspectivas

³¹ Vide tabela 16 da página 29 da tese.

diferentes, relativas ao déficit habitacional brasileiro, pela existência de associação entre classe social e desigualdade de saúde no Brasil, bem como pelo déficit de renda representado pelo sucesso dos programas de transferência de renda.

Desigualdade nas condições habitacionais

Carência habitacional e déficit de moradias no estado de São Paulo foi o tema de estudo realizado por Genevois e Costa em 2001, com este mesmo título. O objetivo principal foi discutir as dificuldades enfrentadas para dimensionar o real déficit populacional paulista de então. A incomensurabilidade de variáveis, e a inexistência de trabalhos específicos na área, mas primordialmente, a adoção de metodologias diversas por algumas fundações, que se debruçavam sobre o tema, acabou por gerar resultados diferentes. Por este motivo, os autores citados propuseram enfatizar os conceitos e os procedimentos de cada pesquisa e reconhecer a validade das mesmas. Tal necessidade foi devido à constatação de que mais da metade dos paulistas (52%) viviam então em favelas, cortiços e em loteamentos clandestinos (ESTADÃO Apud GENEVOIS, COSTA, 2001). No presente trabalho não importa tanto identificar, de modo estrito, qual ou quais aspectos metodológicos foram tomados, por uma ou outra instituição, mas fundamentalmente ilustrar as inúmeras possibilidades de se morar em nossas cidades, quer dizer, a capacidade desigual dos cidadãos no acesso as condições de moradia em oferta.

Um critério para avaliar a adequabilidade da moradia, utilizado pela PCV – Pesquisa sobre Condições de Vida, organizada pela Fundação Seade no cálculo do déficit habitacional do Estado de São Paulo, quando da realização do Fórum São Paulo – Século XXI, foi a exigência mínima de quarto, sala, cozinha e banheiro, a fim de proporcionar independência, e não sobreposição, das funções básicas do ser humano: repouso, estar, preparação de alimentos e higiene. Assim tal fundação preferenciou a utilização de dois indicadores, o de “número e tipos de cômodos existentes” e “cômodos utilizados para dormir”. De modo que o segundo informa se a falta de espaço numa moradia impõe a utilização de outro cômodo para seus ocupantes dormirem. A metodologia também entendeu que casas e apartamentos que contemplam tais características são ou não satisfatórias e que as casas podem ser ampliadas, mas os apartamentos não. Outras informações acerca das condições habitacionais também foram observadas, como por exemplo, as condições da infraestrutura urbana disponível do derredor, tal como as ruas de acesso, que inclui a existência ou não de iluminação pública, pavimentação, guias e sarjetas, como também a qualidade dos serviços internos do domicílio,

ligações com as redes públicas de abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, coleta de lixo, e suas alternativas, como a existência de poços, minas d'água, lampiões á querosene ou gás, ou a utilização de velas, fossas negras ou sanitárias, lançamento dos resíduos em lotes urbanos, rios e lagos, enterramento ou ainda a queima do lixo doméstico.

Já a Fundação João Pinheiro (Idem GENEVOIS, COSTA, 2001) quando da publicação do livro *Déficit habitacional no Brasil*, proporcionada pelo convênio de assistência técnica para habitação e saneamento celebrado com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da ONU, em 1993, com base nas estimativas baseadas na PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 1990, do IBGE, decidiu denominar toda a controvérsia sobre a interpretação do déficit habitacional brasileiro, e a necessidade ou não de construção de unidades habitacionais ou novas moradias, de *necessidades habitacionais*. Nesta categoria, os técnicos dessa fundação incluíram as noções de *déficit* (o qual implica a construção de moradias) e de *inadequação* (que implica reformas). Tais abarcam não somente a ocupação levando em conta o número de moradores, como também a detecção de carências, como a possibilidade de reformas ou a necessidade de sua substituição, ou seja, construção de novas moradias. De modo que o déficit habitacional se refere à necessidade de construção de novas moradias seja para substituir os domicílios existentes sem condição de segurança aos moradores seja para garantir adequação àquelas famílias que não às tem em domicílio privativo.

Compõem o conceito de déficit habitacional as categorias de coabitação, domicílios rústicos e os improvisados. Como coabitação entendem-se aquelas famílias que residem num mesmo domicílio. Tem-se assim a família principal e a família secundária. A preocupação é a atenção de que toda família nuclear deveria ter acesso a um lar exclusivo. Como famílias secundárias também foram entendidas aquelas que vivem em cômodos alugados e cedidos. Na definição da Fundação IBGE (Apud idem, 2001, p. 77) cômodo pode ser encarado como um domicílio que ocupa um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, tal como um cortiço. A Fundação Seade, por seu turno, entende que parte das coabitações é voluntária, daí não se deve entender como déficit de moradias.

A categoria de domicílios rústicos, para outros, barracos, é composta de domicílios permanentes cuja edificação é feita predominantemente por material improvisado, paredes de taipa não-revestidas, madeira aproveitada ou de material de vasilhame, piso de terra-batida,

tijolo de barro cozido ou adobe, cobertura de madeira aproveitada, ou de sapé, ou material de vasilhame. Tais domicílios além de desconfortáveis detêm péssimas condições de salubridade, como inúmeros riscos de contaminação por doenças e de desmoronamento. Tais características geram por si sós, a necessidade de substituição.

A categoria de domicílios improvisados é aquela cuja destinação inicial não foi a de moradia, tais como lojas, salas comerciais, garagens, mas também inclui as variáveis de prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta. A simples descrição indica a necessidade de substituição por moradias novas.

Na outra ponta, a condição de inadequação habitacional congrega aqueles domicílios com uma ou mais carências e sem a gravidade dos problemas levantados na questão do déficit. Asseguram condições mínimas de habitabilidade mediante reformas, ampliações, construção alternativa, bem como correção no atendimento dos serviços de infraestrutura básica, abastecimentos de energia e água, e devida alocação do esgoto e coleta de lixo. Incluem-se nesta categoria domicílios com adensamento excessivo, infraestrutura inadequada, ou com elevado comprometimento da renda familiar com aluguel.

Como característica de adensamento excessivo as fundações podem entender, diferentemente, o indicador de “moradores por dormitório”. Aqui será entendido como “congestionado” caso o domicílio tenha mais de três moradores por dormitório. Tal critério foi baseado na justificativa que os domicílios abrigam em média, três a quatro moradores por unidade. Tal categorização inclui a separação em casas e apartamentos, pois como já visto, existe capacidade de ampliação nas casas, o que não é possível nos apartamentos, gerando a necessidade de substituição da moradia.

Como razões de adensamento, estipulou-se o espaço interno disponível, levando-se em conta o número de cômodos e o número de pessoas, como especificar o uso (privativo ou coletivo) da cozinha, do banheiro e do tanque de lavar roupas, bem como possuir a característica mínima com quarto, sala, cozinha e banheiro. As moradias impróprias serão aquelas com espaço mínimo indispensável insuficiente, pois haverá sobreposição de funções, daí a inadequação.

Os adequados são entendidos como aqueles onde há mais de uma pessoa por cômodo e mais de duas pessoas por quarto. De modo que é considerado adequado um domicílio com quarto, sala, cozinha e banheiro que abriga um casal e um filho. Neste caso, há mais de duas pessoas

por quarto, mas menos de uma por cômodo. Também será entendido como adequado o domicílio que possuir quatro quartos, com sala, cozinha e banheiro e dois moradores por quarto. Ali, apesar de morar mais de um morador por cômodo, há apenas duas pessoas por dormitório.

Por último a questão do comprometimento excessivo da renda com aluguel. Entendeu-se em algumas instituições que o gasto acima de determinado limite de renda, não implica a necessidade de novas construções, pois o estoque de domicílios vagos identificados garante a reposição. O limite de comprometimento de 30% da renda foi utilizado, pela adoção consagrada desse percentual pela CEF – Caixa Econômica Federal, mesmo para aquelas famílias de renda mensal muito baixa.

Algumas questões foram tratadas diferentemente pelos técnicos da Fundação João Pinheiro. O mais importante a destacar foi à admissibilidade da diferente situação econômica dos moradores dos domicílios. Assim para cada faixa de renda, adotou-se um padrão mínimo de aceitabilidade da qualidade ou do acesso aos serviços de infraestrutura básica, que inclui o abastecimento de energia e água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Assim cada estrato teria um padrão, abaixo do qual seria considerado inadequado. A justificativa para tal assunção é que se alteram os níveis de exigência do fornecimento dos serviços de acordo com condição social do indivíduo.

A identificação das reais necessidades é vital, pois pode evitar, através de programas alternativos, dar entrada no computo de inadequação total e incrementar os dados do déficit de habitação. Também importante enfatizar que não apenas tais fundações são geradoras de dados primários, mas muitas vezes se baseiam ou complementam seus trabalhos com dados secundários, muitas vezes, produzidos ou levantados pelos censos demográficos, que distam das épocas de pesquisas ou que demoram a ser publicados. Ainda se discutiu o corte para identificar o limite de renda que habilitaria famílias a terem condições de escolha de onde morar, mesmo assim preferiu-se trabalhar com indicadores relacionados diretamente à moradia, que indicassem lateralmente o nível de renda recebido pelas famílias.

Por último o trabalho apontou para a necessidade de se buscar a definição de um padrão mínimo de adequação habitacional, entendendo-se a diversidade do conjunto de moradias, mas a partir de um padrão mínimo classificar todas as habitações, bem como realizar para que os dados sejam capazes de reunir as carências individuais e globalmente, pois podem ser

encontradas diferentes carências em vários domicílios como também podem ser encontradas inúmeras carências em um mesmo domicílio e sobrecarregar a totalização das carências. A discussão do artigo chama atenção para o fato de que a adoção da metodologia pelos agentes implica na super ou sub-representação do déficit habitacional, aspecto que deve ser levado em conta na adoção das políticas públicas.

Outra característica importante foi introduzida pela fundação Seade nos anos 1990, ou seja, da possibilidade da casa ser construída individualmente no lote, ou compartilhar com outras o mesmo terreno. A questão é que independentemente de possuírem separadamente os equipamentos hidráulicos, não disporia de salubridade, ventilação, circulação de pessoas, ou com a privacidade necessária se as pessoas vivessem em áreas isoladas. Também se discutiu o estado de conservação do imóvel, já que mesmo casas e apartamentos de alvenaria aparentemente confortáveis, com inúmeros cômodos e sem congestionamento não oferecem condições habitacionais adequadas, se não tiverem manutenção ou se foram mal projetadas ou construídas. Aspectos como ventilação, iluminação, umidade e luminosidade prejudicam a saúde dos moradores. A proximidade de áreas de risco deveria também ser identificada, como vizinhança de áreas de risco, tais como gasodutos, linhas de alta tensão, encostas, represas, áreas de contenção, contratos verbais de locação, ocupações ilegais de habitações inacabadas, fruto de invasões ou mesmo de moradores permanentes como as vítimas de desabamentos, incêndios, etc. Outro fator importante que deveria constar de futuros levantamentos é a espacialização das informações dentro da malha urbana, pois as condições habitacionais são completamente distintas conforme o bairro ou distrito. Encerrada a descrição das características habitacionais brasileiras a seção tem prosseguimento com o relato da desigualdade do acesso à saúde.

Desigualdade no acesso à saúde

Figueiredo Santos (2011) é quem apresenta a teoria sociológica das causas fundamentais da saúde, teoria que almeja explicar a dinâmica ligação entre a posição socioeconômica e saúde, mesmo nas situações atuais de progresso social de controle de doenças e enfatiza a sua natureza não-linear. Toda a discussão é inaugurada pela explicação das diferenças sociais na definição de saúde e da doença. A saúde como um estado de amplo funcionamento e bem-estar humano, onde a saúde física e a saúde mental estão entrelaçadas. Obstáculos à plenitude de tal situação podem ser identificados a partir da desigualdade ou disparidade em sua distribuição, ou seja, através da diferença verificada de que grupos sociais em desvantagem

experimentam sistematicamente pior saúde, ou mais risco de saúde. Como método a utilização de marcadores de vantagem social subjacente. A ideia é avaliar equidade, ou seja, comparações relevantes ocorrem entre grupos de diferentes posições sociais subjacentes, pois, segundo o autor, é rara a ocorrência de que o estrato mais privilegiado não tenha o nível mais elevado de saúde.

Existe consenso sobre a invariância das desigualdades em saúde, pior a posição social, pior será a saúde, seja no Brasil, seja nos países avançados. Os dados sugerem que a discrepância de saúde entre grupos socioeconômicos ascendem a dez ou mais anos de expectativa de vida e chegam a alcançar 20 ou mais anos na idade em que a primeira limitação funcional pode surgir. Os grupos mais privilegiados obtêm vantagens na capacidade de compressão da limitação funcional e morbidade, em estágios mais avançados ao longo da vida. Conseqüentemente pessoas de estratos sociais inferiores tendem a estar em desvantagem no amplo espectro de fatores de riscos ambientais, comportamentais, psicossociais e biomédicos, que medeiam a relação entre a doença e as condições sociais (HOUSE et al., 1992, 1994 e 2005; HOUSE e WILLIAMS, 2000; LAHELMA, 2001, apud FIGUEIREDO SANTOS, 2011).

Segundo o autor, mesmo que a desigualdade vital entre as pessoas possa ser considerada como a forma mais importante de desigualdade, pois se refere às questões últimas de vida e da morte, ela tem papel modesto na controvérsia política e no debate público. De modo que existe uma notável invisibilidade da vida longa e saudável do grupo privilegiado (THERBON, 2006, p. 6, apud idem 2011). Necessário então uma investigação das variantes nas chances de saúde entre indivíduos e entre grupos para o entendimento dos determinantes sociais da saúde (MARMOR, 2005, apud idem ibidem, 2011).

Por isto, renda e educação constam como os principais indicadores de posição social, tanto na literatura de epidemiologia social e mesmo nas ciências sociais sobre desigualdade social. Indicadores como os de ocupação poderiam ser utilizados, mas é preferível o da renda, por ser um preditor robusto e por conseguir indicar o impacto da mediação de outras variáveis intrínsecas. É consenso que cada passo auferido na escala de renda implica ganhos imediatos e cumulativos na obtenção de saúde (LYNCH e KAPLAN, 2000, p. 25, apud ibidem, 2011). Contudo a renda pode ser volátil durante a vida e a riqueza pode ser indicador alternativo ou complementar à renda. De qualquer forma a educação é o mais forte preditor socioeconômico isolado de saúde segundo a literatura norte-americana (COCKERHAM, 2007, p. 85-87, apud

ibidem, 2011). Por ser de fácil manuseio e utilização, aplica-se inclusive naquela população não economicamente ativa, além de estar atrelada a inúmeros outros indicadores de saúde, mesmo que sua estabilidade na fase adulta da vida possa comprometer a captura de novas noções de hábitos saudáveis. Entretanto, a maior dificuldade analítica de tal variável é sua distribuição assimétrica entre as *coortes* ou pessoas nascidas em épocas diferentes (KRIEGER, WILLIAMS e MOSS, 1997 p. 264; LAHELAM, 2001, p. 73, FIGUEIREDO SANTOS, 2011).

Quanto às *classificações de ocupações* afirma-se que podem ser utilizadas como indicador de classe social, mas por poderem medir aspectos particulares, como compartilhar mecanismos mais genéricos da posição socioeconômica capazes de explicar a associação entre ocupação e as consequências da saúde, acaba por justificar e categorizar as ocupações de modo diferente, o que redundando na diversidade da interpretação (GALOBARDES et al., 2006, p. 49-50; SHAW et al., 2007, p. 124-126, apud idem, 2011). Mas a ocupação social das pessoas, através de dados empíricos convencionais, permitiu identificar desigualdade de classe em saúde. Permitiu também estabelecer critérios para a prevenção ou emergência das doenças e de seus progressos. A educação como variável interveniente indicou que a direção da influência se dá da posição social para a saúde, diante de doenças crônicas mais graves e que permanece estável na vida adulta.

Contudo, o estudo do autor pretendeu testar um indicador informado conceitualmente por uma teoria de estratificação social e para tal se utiliza de um indicador-principal, por ser capaz de refletir um *status* principal. Para tal realiza uma revisão seletiva de estudos populacionais, nacionais, que cuidam dos determinantes socioeconômicos da distribuição da autoavaliação da saúde no Brasil. Entre eles um estudo sobre desigualdade em saúde com base na PNAD de 1998, que concluiu ser a idade o determinante principal na percepção do estado de saúde como ruim ou muito ruim, mesmo que fatores como educação e rendimento tenham efeitos colineares. Em 2003, o autor, realizou pesquisa com dados da PNAD de 2003, caracterizada por ele próprio como interessante, pois nela são utilizados três índices socioeconômicos, como a renda familiar *per capita*, escolaridade e índice de bens por domicílio. Como variável dependente a declaração do estado de saúde como ruim ou muito ruim. A pesquisa concluiu que as condições socioeconômicas, medidas pela renda atual e também pelo índice de bens, entendido como acumulação, são variáveis independentes do estado de saúde das pessoas (DACHS e SANTOS, 2006 apud idem ibidem, 2011). Outro estudo, este baseado nos dados do Inquérito Mundial de Saúde, mas apropriado ao caso brasileiro, analisou os determinantes

sociodemográficos da autoavaliação da saúde no Brasil. Ele verificou que a posse de ativos no domicílio aparece como variável independente na contribuição para uma autopercepção satisfatória de saúde boa ou muito boa (SZWRCWALD et al., 2005, FIGUEIREDO SANTOS, 2011). Outros estudos baseados na PNAD utilizaram a mesma metodologia na investigação de associação entre posição socioeconômica, com base na renda domiciliar *per capita* e na saúde de idosos e adultos mais jovens brasileiros. Metodologias à parte, os estudos concluíram que as pessoas do estrato social mais baixo, nos dois grupamentos de idade, apresentam as piores condições de saúde e pioram no uso dos serviços de saúde (LIMA-COSTA, MATOS e CAMARO, 2006; LIMA-COSTA, BARRETO e GIATTI, 2002, apud idem, 2011).

Mesmo tendo apresentado as inúmeras *proxies* acima, Figueiredo Santos (2011) adverte a ocorrência de uma mudança paradigmática no papel fundamentalmente determinante das condições sociais da saúde e das propriedades causais das estruturas sociais na produção da saúde e da doença. Os fatores sociais se afirmam como variáveis independentes sobre a doença e a mortalidade, pois são capazes de caracterizar não somente o risco de exposição, a suscetibilidade, além do curso, bem como o resultado da doença nas manifestações genética, infecciosa, metabólica, degenerativa ou mesmo maligna (COCKERHAM, 2007 apud idem ibidem, 2011). Já a posição socioeconômica, mesmo que observável, deve ser encarada como extraindividual, já que o controle efetivo dos recursos é assimetricamente repartido na sociedade que implica na apropriação desigual de recursos pelos grupos no enfrentamento as demandas e exposições negativas ligadas à saúde. (LYNCH e KAPLAN, 2000, p. 21, apud ibidem, 2011).

Por outro lado, cresce a concepção na sociologia do elo entre posição socioeconômica e vantagens adicionais de saúde e longevidade, conhecida como a teoria das condições sociais, como causação fundamental da saúde e da doença. Toda esta perspectiva é iniciada por House (1992), aperfeiçoada por outros, mas bastante refinada por Phelan e Link (apud ibidem, 2011). A ideia é fundamentada não na boa vida, mas na consequência do uso deliberado de recursos pelos grupos e indivíduos. De modo que as pessoas que possuem recursos culturais, monetários, de poder e prestígio utilizariam desses recursos para incrementar seu bem-estar e sua saúde, independentemente dos fatores de risco estivessem em ação em determinado momento. A ideia é que a utilização dessas vantagens é desigual e é capaz de explicar as disparidades em saúde. Outro aspecto crucial é perceber que a teoria da causa fundamental

prevê que as disparidades são retro alimentadas pela expansão social da própria capacidade de controle das condições da saúde.

Na verdade o conceito de causa fundamental implica não na identificação de mecanismos específicos responsáveis por uma persistente associação entre posição social e doença, mas numa noção de metamecanismos, específicos e variados, de modo a reiterar e atualizar a direção da associação entre posição socioeconômica e a saúde, num amplo número de fatores que operam de modo majoritário e na mesma direção (LUTFEY e FREESE, 2005, apud FIGUEIREDO SANTOS, 2011).

Ocupantes de posições socioeconômicas mais elevadas têm, em geral, acesso a inúmeros recursos que previnem riscos e ajudam a promover a saúde e em consequência disto tais estratos mantêm-se saudáveis até bem tarde da vida, formando um efeito de teto. De outro modo, o principal determinante da saúde individual e da população não seria a desigualdade em si, mas a influência da posição absoluta e relativa daqueles grupos que se encontram até o limite de 40 ou 60 % de desvantagem. Tais são mais expostos, ou mais vulneráveis ou mais suscetíveis, a eventos e condições de vida negativas para a saúde, pois não são detentores de recursos sociais e psicológicos capazes de lidar com eventos e situações adversas na vida. Daí a grande necessidade de políticas socioeconômicas com foco na base da pirâmide social, como forma de minimizar a desigualdade socioeconômica e melhoria da saúde individual e da população (ROBERT e HOUSE, 2000a e b; HOUSE e WILLIAMS, 2000, apud idem, 2011).

Na verdade, uma nova ênfase na estrutura social tem se delineado na sociologia da saúde bem como na epidemiologia social, ou seja, a da importância do trabalho conceitual e a posição relacional das pessoas no ordenamento social. Classe social então significa um *status* predominante capaz de vincular os indivíduos à distribuição dos recursos econômicos e sociais, à qual implica acesso às oportunidades de saúde. Participação desigual na distribuição de vida saudável e da doença. O autor (2011) adota a definição de classe social de Erik Olin Wright (Cf. idem ibidem, 2011), como uma especificidade da divisão social erigida por uma distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes de determinada sociedade, numa espécie de configuração social reflexa da dialética de apropriação e dominação. E ainda se utiliza das relações de classe numa estratificação social especificamente brasileira, ao observar a estimação de assimetrias quantitativas nos padrões de saúde e na elaboração de narrativas explicativas da apropriação socialmente desigual das oportunidades de bem-estar, vida saudável e experiência da doença.

Ao procurar demonstrar o efeito independente de classe social, os microdados da PNAD de 2003 foram utilizados, cujo suplemento especial, mais restrito, cuidou de investigar características de saúde de moradores de domicílios brasileiros e totalizaram mais de 182 mil casos. Para dimensionar a variável independente, Figueiredo Santos (2011) parte do princípio que *classe* altera, intensifica ou reduz o efeito de raça na renda e que parte do efeito de raça se dá via *classe social*. Opta por uma classificação teórica formulada na conceitualização de uma ampla estratificação social, a qual, de acordo com ele, garante a convergência das dimensões não somente de propriedade, organização / autoridade e qualificação / perícia em fatores diferenciadores de classe no capitalismo contemporâneo. *Classe*, nesta acepção, é definida basicamente em termos de relações de propriedade, posse de direitos e poderes sobre diferentes tipos de ativos produtivos, que demarcam de modo “escalar” as posições de domínio e subordinação e mesmo de exclusão da rede produtiva.

Tida pela literatura internacional como um indicador poderoso de saúde, o estudo persegue a existência de discrepâncias de classe social na distribuição de tal autoavaliação do estado de saúde da pessoa como variável dependente (IDLER e BENYAMINI, 1997; PAYNE, 2006, p. 69-75, apud idem, 2011). A autoavaliação do estado de saúde pelo indivíduo é uma das medidas mais acessíveis, abrangente e informativa em estudos populacionais, pois é capaz de capturar dimensões não apreendidas em questionários elaborados. Tais procedimentos foram alvo de inúmeras críticas e, por isto mesmo, foram atualizados a fim de minimizar vieses e tornar robusta a medida.

Como variáveis independentes de controle, o estudo lançou mão de dez modelos estatísticos que realizaram diferentes combinações para a função mesma de variáveis de controle. Para tal foram compostos com as opções de gênero, raça ou cor, educação - em termos de categorias de anos completos, medidas de renda - sob a forma categórica, mensuração da variável de riqueza ou valor do domicílio - e ou propriedade do domicílio, bens disponíveis no domicílio.

De modo que a pesquisa foi concebida e desenhada para testar a capacidade de classificação socioeconômica utilizada com o intuito de demarcar seletividade social e assimetrias na distribuição do estado de saúde da população. Privilegiou-se o enfoque da causalidade fundamental, ao se valorizar o uso estratégico de vantagens materiais, no engendramento da desigualdade em saúde entre os grupos sociais, para, a partir daí, se investigar a relevância e os efeitos adicionais de saúde, nas circunstâncias de classe, via classificação socioeconômica, que ultrapassam as questões materiais consideradas, renda e bens acumulados, como na

combinação de vantagens materiais e educacionais e ainda, vantagens e desvantagens de renda, bens e educação associadas à estratificação de classe.

A clara diferenciação de classes realizada, por este estudo, coloca-o em pé de igualdade com outros que contrastaram a situação de saúde da classe mais privilegiada em comparação com outros estratos no acesso à saúde. Estudo similar espanhol entendeu que não é tanto a educação que favorece a saúde diretamente, mas o acesso proporcionado pela educação que é capaz de proporcionar posições de saúde mais vantajosas (MUNTANER et al, 2003, p. 955, apud FIGUEIREDO SANTOS, 2011). Portanto, as divisões de classe no estudo captadas pela classificação verificaram discrepâncias acentuadas na distribuição das chances de saúde na população brasileira. O estudo conseguiu demonstrar que a qualificação do conceito de classe social para o Brasil provoca a emergência de gradações na distribuição de chances de saúde que é independente e adicional aos usuais indicadores de posição social nos estudos de saúde, como grupos de renda relativa, educação e bens acumulados, utilizados em separado ou através de combinações. De modo que os efeitos de classe podem ser apontados como determinantes sociais no estado da saúde da população.

Como exposto acima, fica instituída a possibilidade de contrastar toda esta argumentação com a capacidade dos municípios em oferecer mais ou menos médicos por mil habitantes. Tal indicador permite imaginar pelo conceito da colinearidade o impacto de suas cargas na disposição da saúde como um todo. A próxima seção cuidará de iluminar as disparidades de renda no Brasil, enfatizando o volume de famílias atendidas em programas de transferência de renda.

Desigualdade de Renda

O grande fosso instalado entre os diferentes estratos sociais brasileiros é a matéria desta seção. Tal também reflete a posição ocupada pelo país no *ranking* das desigualdades. Uma simples comparação entre a renda per capita nacional e a de países de democracias avançadas derruba qualquer argumentação em contrário. Se a situação de um Perfil Urbano Brasileiro é o que sustenta o comparecimento do eleitorado e é capaz de manter de pé nosso regime democrático, a avaliação da situação econômica do brasileiro comum é pertinente.

Em artigo publicado no *Journal of Democracy*, em 1996, Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1996), perguntam como antecipar a informação se qualquer país teria no ano subsequente a condição de regime democrático? Como resposta a alegação de que deveriam

estar presentes algumas condições essenciais para a manutenção do regime, como a própria democracia, certos níveis de riqueza, crescimento com inflação moderada, diminuição da desigualdade, ambiente internacional favorável e instituições parlamentaristas. Para tanto, eles observaram a situação de sobrevivência e morte de regimes políticos de 135 países. Encontraram 224 regimes, sendo 101 considerados democráticos, 40 transições para ditaduras e 50, para democracias. Entre as democracias encontraram 50 parlamentaristas, 46 presidencialistas e 8 sistemas mistos. Os autores defendem o conceito de democracia minimalista e seguem Dahl nas condições mínimas para a existência de um regime poliárquico. Entre alguns critérios chama a atenção o nível da linha de corte da *renda per capita*, menos de US\$1.000,00 para democracias frágeis, onde o regime deveria durar até 8,5 anos até US\$6.000,00 aonde a previsão da durabilidade democrática se aproxime de um século. Dissipar o mito da democracia circular foi o interesse desses autores, ou seja, de que, em países pobres, as ditaduras seriam mais adequadas à geração de desenvolvimento econômico e uma vez estabelecidas seus regimes autoritários se encaminhariam naturalmente aos modelos democráticos.

Ao se acompanhar as análises do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2006; 2010; 2014), do PNUD-ONU, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO e IPEA (2003; 2013) é possível perceber que o Brasil obteve melhoras significativas no atual período democrático. O Plano Real, como será relatado, motivou a eleição e a reeleição de um Presidente da República por estabelecer um ambiente de estabilidade e proporcionar segurança e esperança. A interrupção dessa estabilidade promoveu a alternância do executivo federal, colocando no poder o único partido de massas brasileiro. Os governos eleitos após este período, os dos últimos 13 anos, optaram por um cardápio distributivo diante do cenário internacional, como a opção em ampliar o investimento social ao invés de ajustes fiscais, o que facilitou a geração de emprego e renda; a manutenção da ampliação do crédito gerou empregos diretos, não somente às pessoas, mas também ao setor produtivo³². Outra iniciativa importante foi a consolidação em níveis elevados das reservas em dólares, ambiente que contribuiu para minimizar as crises internas e externas que sempre sujeitaram o país a recessões prolongadas. Por fim, observou-se que nos últimos anos, mantiveram-se investimentos em infraestrutura, considerados primordiais no desenvolvimento futuro da nação, de modo que as obras nas malhas viárias como aeroportos, rodovias, ferrovias, não

³² (Cf. POCHMANN, GUERRA, ALDRIN SILVA, 2014).

pararam, além de incentivar outros setores estratégicos com as hidroelétricas, indústria naval e petrolífera.

Mas como comparar *renda per capita* de países cuja situação social é tão dispare uma da outra? Mesmo sem grandes parâmetros comparativos, é imperioso notar a importância dos programas sociais dos últimos governos, principalmente o Programa Bolsa Família – PBF.

O PBF, foi criado pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Teve como orientação combater a fome, pobreza e desigualdades através da transferência de um benefício financeiro, associado à garantia de acesso a outros direitos sociais básicos, saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. Também se almejou a inclusão social no intuito de emancipação das famílias beneficiárias, na tentativa de oferecer saídas à condição de vulnerabilidade.

Como objetivo principal deter o crescimento da pobreza, da fome e da desigualdade, como uma modalidade de política compensatória, dados os danos causados pelo capitalismo. Todo o conceito é pautado na ideia de que a pobreza é fenômeno estrutural decorrente da dinâmica histórica no desenvolvimento capitalista. De modo que os programas de transferência de renda são encarados como mecanismos de enfrentamento da pobreza e dinamização da economia, principalmente em regiões de baixo e baixíssimo desenvolvimento. De acordo com este referencial, os Programas de Transferência de Renda são o eixo prevalente do Sistema Brasileiro de Proteção Social, cuja função é estancar a contínua reprodução do ciclo da pobreza: baixo nível educacional, baixa renda, alimentação e saúde a títulos precários e instabilidade no emprego. Tudo em função de na sociedade capitalista as famílias não disporem de igualdade de condições no acesso a serviços básicos de qualidade.

O grande problema, contudo, é o elevado custo para o Estado desse programa, pois a maior parcela da população é considerada pobre, justamente o público alvo da transferência de renda. Por isso, a única possibilidade de atendimento, diante de recursos escassos, é a organização de uma fila de prioridades, já que são voltadas para alívio imediato da pobreza e da miséria.

De acordo com o Mapa da Exclusão Social no Brasil (Cf. POCHMANN; AMORIM, 2003; IPC-UNDP, Apud MAIA, []) 41,6% das cidades brasileiras apresentavam os piores resultados no tocante à exclusão social, notadamente aquelas localizadas no Norte e Nordeste. Enquanto o Instituto Brasileiro de Economia, o IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, baseado

no Censo Demográfico de 2000, informou que em torno de 35% da população brasileira vivia em extrema pobreza, algo em torno de 57,7 milhões de pessoas, mas naquela região algo em torno de 13,8 milhões de pessoas.

Em levantamento de 2004 verificou-se que diante de uma população de 182 milhões de pessoas, com uma estimativa 11 milhões de famílias pobres, que viviam com até R\$120,00 por mês, ou 16 milhões mas que recebiam até R\$175,00 por mês, foram cadastradas pelo governo quase 15 milhões, mas de fato foram atendidas cerca de 11 milhões de famílias pelo Bolsa Família, além de 70 mil pelo Bolsa Escola, algo próximo de 3 mil famílias para o Bolsa Alimentação, 650 mil para o auxílio gás e 32 mil para o cartão alimentação.

Importante enfatizar que o governo instituiu as chamadas condicionalidades, ou seja, condições mínimas para o recebimento e que representam compromissos assumidos pelas famílias na atenção à educação e a saúde de suas famílias, para a continuidade do recebimento. Tais dizem respeito ao acompanhamento gestacional, acompanhamento da primeira infância, manutenção de vacinas da idade, bem como a frequência escolar de crianças e adolescentes. Esse aparelhamento condicional pressupõe a baixa escolaridade como o principal empecilho para uma diminuição da disparidade entre classes sociais, pois a pobreza no Brasil tem sido diagnosticada como geracional, quer dizer, tem sido verificada a sua transmissão de pai para filho.

Acontece que nem todos referendaram o programa. Segundo o THE ECONOMIST (MAIA, sem data) o PBF realizou grandes esforços no combate à pobreza. A imprensa nacional, ao contrário, apenas se preocupou em apontar irregularidades e nada opinou sobre o impacto no seu público-alvo. De qualquer forma, estudos realizados pelo Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento – BIRD, através do Radar Social, evidenciaram declínio da pobreza e da desigualdade social no Brasil, principalmente 2004 e 2005 e creditaram tais alterações à estabilidade monetária, geração de emprego e aos Programas de Transferência de Renda orientados à população mais pobre. Já um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, entendeu que o Bolsa Família foi responsável por queda de até um terço na desigualdade no Brasil, entre 2001 e 2004, enquanto outro terço ficou a cargo do mercado de trabalho, gerado nos governos de então. Outra instituição que percebeu a queda da desigualdade foi a FGV. Para ela, a desigualdade atingiu seu menor nível desde o Censo realizado em 1960, além da redução direta pela transferência de renda e do impacto em outras economias.

Capítulo 3 – Infraestrutura urbana, o contrato e o voto – eleições entre 1996 - 2014

Como observado, a dissertação de mestrado ofereceu resultados que confirmaram não apenas aquela pesquisa qualitativa realizada pelo Departamento de Ciências Sociais da UFJF, como ainda referendou inúmeros estudos que enfatizam o bem-estar como resultado de infraestrutura urbana adequada, que pode incluir a educação como variável pura ou como variável intrínseca, expressada em fatores multicolineares, como os trabalhos de Lima Junior (1990), Alckmim dos Reis (1986) (1997), Rocha e Carmo (2007), Dahl, (2012), Santos (2007), Reis (1978). O primeiro capítulo faz isto, reitera em dois pleitos que o eleitorado das cidades que possuem maior infraestrutura urbana tende a comparecer mais às urnas eleitorais, nas eleições para o executivo no Brasil, nada mais natural que a pesquisa avançasse com o aprofundamento do tema e ampliação do período. Por isto foram incorporadas novas eleições.

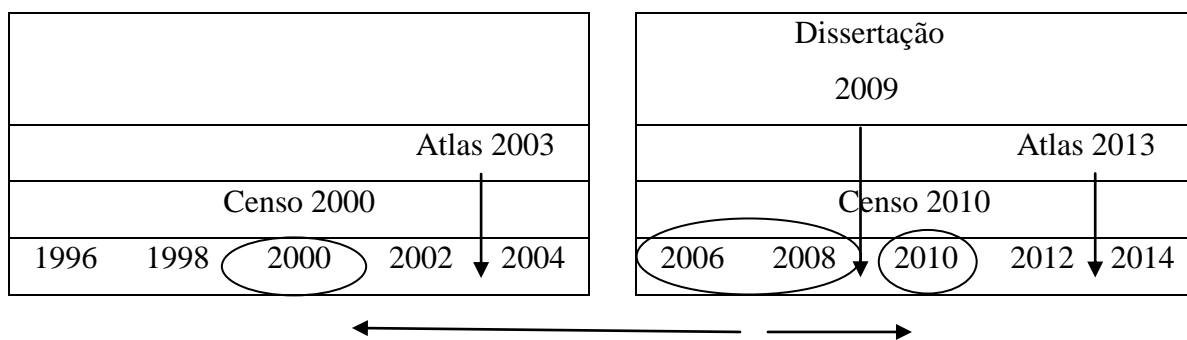
O problema é que o corte temporal trabalhado na dissertação de mestrado foi relativo às eleições federais e estaduais de 2006 e para as municipais de 2008. Como os *Censos Demográficos no Brasil*, realizados pelo IBGE, são decenais e como o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD-ONU, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, IPEA, 2003), se utiliza dos dados gerados por esses *censos*, mas que são elaborados, em geral, três anos após a publicação dos resultados do *censo* nacional, os dados sociais oriundos do censo 2000 foram utilizados numa confrontação com os dados eleitorais das eleições para o executivo no Brasil de 2006 e 2008, simplesmente por que o *censo* de 2010 ainda se organizava. A versão do *censo* 2010 pelas lentes do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil somente veio a ser publicado em 2013-2014 e o Banco de Dados da dissertação de mestrado foi organizado em 2009, antes porém do de 2010 ganhar o campo. Resultado, na dissertação de mestrado 2010 se utilizou dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2003 por não haverem sido produzidos ainda nem o novo *censo* nem o novo Atlas, o que gerou resultados significativos, mesmo que extemporâneos. Suas análises deveriam ser referendadas se o Atlas atual, o de 2013, repetisse o rol de variáveis componentes do Atlas 2003, o que não aconteceu. Tal fato não invalida as análises decorrentes uma vez que a relação entre as variáveis independentes e as dependentes permanece e é o principal motivo de estudos de toda a Ciência Política.

Com a publicação do *censo* 2010 e a elaboração do Atlas 2013, tornou-se mais apropriado testar os dados eleitorais das eleições de 2006 e 2008, com base nos dados de 2010 e não do de 2000, como tinha sido feito. O cruzamento das mesmas variáveis do estudo anterior foi

novamente realizado para repetir os resultados, lembrando que variáveis de infraestrutura urbana que representam obras e ações de infraestrutura básica demoram a se constituir como realidade e conseqüente direito à cidadania.

Portanto, o caminho de análise para avaliar o comparecimento eleitoral foi ampliado. Foram incluídos no modelo às eleições de 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2010, 2012 e 2014, bem como foram mantidas pelos dois ângulos as eleições de 2006 e 2008.

As variáveis do **Atlas de 2003** foram utilizadas para comporem os fatores ortogonais nas análises do comparecimento eleitoral das eleições de 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008. Já aquelas do **Atlas 2013** foram utilizadas para comporem os fatores ortogonais para análise das eleições de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014.



Inicia-se então a análise dos dois períodos avaliados na tese (acompanhe com o diagrama a seguir).

1º período, compreendido entre 1996-2014.

Eleições municipais de 1996 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a diminuir a “Abstenção” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a diminuir a “Abstenção”. Nas eleições municipais de 1996 os votos válidos não foram significantes em nenhum dos eixos. Mesmo assim, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a diminuir os “Votos em Branco”, fato curioso, pois contraria todos as outras eleições no nível municipal. As associações porventura

ocorridas entre os eixos ortogonais e a chamada "Taxa de Alienação" não serão lidas no presente momento.

DIAGRAMA DE BETA, E DE SIGNIFICÂNCIA, DAS ELEIÇÕES PARA EXECUTIVO NO BRASIL ENTRE 1996 E 2008

	presidenciais												estaduais												municipais																																						
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
	% comp pres	% abst pres	% válidas pres	% brco pres	% nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidas gov	% brco gov	% nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidas mun	% brco mun	% nulo mun	% tx alien mun	% comp mun	% abst mun	% válidas mun	% brco mun	% nulo mun	% tx alien mun	% comp pres	% abst pres	% válidas pres	% brco pres	% nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidas gov	% brco gov	% nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidas mun	% brco mun	% nulo mun	% tx alien mun	% comp pres	% abst pres	% válidas pres	% brco pres	% nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidas gov	% brco gov	% nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidas mun	% brco mun	% nulo mun	% tx alien mun			
1	beta 1° eixo																																																														
2	beta 2° eixo																																																														
3	beta 1° eixo	0,470	-0,470	0,670	-0,276	-0,654	-0,670	-0,695	0,470	-0,470	0,510	-0,292	-0,485	-0,510	-0,599	0,343	-0,343	0,370	-0,370	-0,313																																											
4	beta 2° eixo	0,378	-0,378													0,378	-0,378	0,475													0,428	-0,428																															
5	beta 1° eixo	0,506	-0,506	0,632	-0,277	-0,700	-0,634	-0,686	0,506	-0,506	0,569													0,420	-0,420																																						
6	beta 2° eixo	0,416	-0,416	0,407													0,416	-0,416	0,433													0,381	-0,381																														
7	beta 1° eixo	0,280	-0,280													0,280	-0,280													0,311	-0,311																																
8	beta 2° eixo	0,276	-0,276	-0,404	0,470	0,270	0,403	0,297	0,276	-0,276	-0,433	0,470	0,333	0,433	0,400	0,292	-0,292	-0,329	0,381	0,328																																											

Dados do Atlas 2003 - eixos :
 "Movimento de Reafirmação Urbana" e
 "Recuperação Social Urbana"

Fonte: elaboração própria (o formato final deste diagrama, com os Betas, foi alcançado em 10/06/2015).

1 - O quadro moldura em algumas caselas indica que foi necessário retirar até 2 cascos para a observância de significância estatística em 0,05.
 2 - Um asterisco depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,05 e < que 0,08.
 3 - Um sinal de adição depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,08 e < que 0,10.

Eleições presidenciais de 1998 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a diminuir a “Abstenção” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a diminuir a “Abstenção”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a diminuir os “Votos em Branco”, também quando ele aumenta tende a diminuir os “Votos Nulos”, e ainda tende a diminuir os “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições estaduais de 1998 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”, também quando ele diminui tende a aumentar os “Votos Nulos”, e ainda tende a aumentar os “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições municipais de 2000 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Nas eleições municipais de 2000 os votos válidos não foram significantes em nenhum dos eixos. Mesmo assim, quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. O contrário acontece com os “Votos Nulos”, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana”

tende a aumentar os “Votos Nulos” e do mesmo modo quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos”. Pelas análises até então, vai sendo possível verificar um comportamento distinto das variáveis “Voto em Branco” e “Voto Nulo” nas eleições municipais em comparação às eleições presidenciais e estaduais.

Eleições presidenciais de 2002 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos” e do mesmo modo quando diminui a “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições estaduais de 2002 – Atlas de 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Não existe associação entre o primeiro eixo e os “Votos em Branco”, mas quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. De outra parte quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos” e também a diminuição deste eixo tende a aumentar os “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições municipais de 2004 – Atlas de 2003

Não foi verificada associação estatística entre o “Movimento de Reafirmação Urbana”, o “Comparecimento” e a “Abstenção”, contudo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo quando diminui a

“Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco” e quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. De outra parte quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos”.

Eleições presidenciais de 2006 – Atlas de 2003

A análise do período 2006 e 2008 com os dados do Atlas 2003, precedeu todas as análises, por isto, o leitor poderá retornar às páginas anteriores para confrontá-las, embora sem a inserção da variável “População” no presente momento.

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos” e também a aumentar o conjunto “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições Estaduais de 2006 – Atlas 2003

Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar o “Comparecimento”, do mesmo modo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, quando diminui o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar a “Abstenção” e quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”. Quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Nulos” e também a aumentar o conjunto “Votos em Branco e Nulos”.

Eleições Municipais de 2008 – Atlas 2003

Não foi verificada associação estatística entre o “Movimento de Reafirmação Urbana” e o “Comparecimento”, contudo quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar o comparecimento. No movimento reflexo, idem, mas quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar a “Abstenção”³³. Quando diminui a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”. Quando aumenta o “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. Quando aumenta a “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco”. De outra parte quando aumenta o “Preocupação Social Urbana” tende a aumentar os “Votos em Branco e Nulos”.

Concluindo o primeiro período avaliado:

Eleições municipais de 1996, 2000 e 2004 – Atlas de 2003

A existência de associação³⁴ entre as variáveis independentes e as dependentes indica que o estágio da infraestrutura urbana brasileira tende a influir na taxa de “Comparecimento” e mesmo na da “Abstenção”³⁵.

Foram observadas nas associações que o aumento do “Movimento de Reafirmação Urbana” tende a aumentar os “Votos Válidos”, nas eleições presidenciais e estaduais de 1998 e 2002, aquele eixo de característica mais individual. Nas eleições de 2006 e 2008 a associação se dá com a diminuição do eixo da “Preocupação Social Urbana”, mas aumentam as taxas de “Votos Válidos”, já que a característica é mais coletiva.

Com relação aos “Votos em Branco”, verificou-se que suas taxas tendem a aumentar toda vez que diminui a da infraestrutura urbana, nas eleições municipais de 1996, nas presidenciais de 1998 e 2002 e na estadual de 1998. Uma exceção ocorre no nível municipal a partir de 2000 até 2006 onde o “Voto em Branco”, quando compõe o modelo de regressão com o eixo do “Movimento de Reafirmação Urbana”, tende a aumentar e não a diminuir como em 1996. Tal comportamento não fica claro e talvez, pelas análises iniciais, isto possa indicar um sintoma

³³ Na dissertação de mestrado, ao que parece, ocorreu um erro de digitação o qual resultou na não verificação de associação estatística entre o eixo da “Preocupação Social Urbana” e o “Comparecimento” e a “Abstenção”, corrigido agora.

³⁴ Note que as caselas em branco significam ausência de associação. Em contraparte quando não estão vazias, constam os valores de Beta, cargas da associação.

³⁵ Somente não foram verificadas associações estatísticas entre o 1º eixo e o “Comparecimento” e a “Abstenção” nas eleições municipais de 2004 e 2008.

de insegurança, desesperança e ou medo³⁶, com o provável crescimento das cidades. Esta parece ser a única grande exceção nas associações do diagrama, já que todas as outras acompanham as tendências. Outra característica interessante, a associação que era verificada com o eixo mais individualista, o da “Movimento de Reafirmação Urbana” em 1998 e 2002, deixa de ser significativa com os “Votos Válidos”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, invertendo a associação na direção do segundo eixo, mais coletivista, embora com os mesmos comportamentos, com sinais trocados, já que característicos de cada eixo. No diagrama original (SOLDATI, 2011), a inserção da variável “População” acabou explicando isto. Deve-se lembrar que tratava-se de um momento onde as pessoas começavam a entrar no mercado de consumo, as questões que atendiam as aspirações individuais eram bem-vindas e, curiosamente, permitiram a um grande contingente de pessoas ser beneficiado pelo crescimento econômico e aumento do poder de compra.

Com relação a associação entre os eixos e os “Votos Nulos” os resultados se repetem com pouquíssimas exceções. Não é verificada associação nas eleições de 1996, o sendo nas de 2000 e 2004, todas municipais. Também o é nas eleições presidenciais e estaduais de 1998 e 2002. Ou seja, toda vez que diminuem os níveis de infraestrutura urbana tende a aumentar as taxas de “Votos Nulos”. Como na relação ocorrida em 2006 com os “Votos em Branco”, ocorre efeito semelhante, a associação com o eixo mais individualista deixa de ser significativa para o sê-lo na direção do eixo mais coletivista, o da “Preocupação Social Urbana”. Toda vez que ela aumenta, tende a aumentar as taxas de “Votos Nulos”.

Durante a dissertação de mestrado do autor, como acima antecipado, uma análise surgiu quando foi inserida a variável “População” nos modelos de regressão. No modelo que incluía o eixo mais distributivo ocorreu uma migração dos “Votos Válidos” em direção aos “Votos em Branco”, já no modelo que incluía o eixo mais individualista, a migração foi em direção ao “Voto Nulo”. Assim entendeu-se que o “Voto em Branco” é característica de situações de estagnação de vida, e o “Voto Nulo” como aumento da concorrência interpessoal.

Até aqui as associações confirmam isto, o “Voto Branco” como perspectiva de estagnação da vida pessoal, desesperança e agora o medo, e no caso das eleições municipais de 2000, 2004 e 2006 como resultado da incerteza provocada pelo crescimento. Com o “Voto Nulo”, quando há associação ela está vinculada a ideia de conflito, competição interpessoal. Quando os aspectos da cidade se voltam para situações de maior possibilidade de crescimento individual

³⁶ O medo passa então a ser admitido como possibilidade de ação.

diminuem as taxas de “Votos Nulos”, mas quando ao contrário as cidades têm características mais coletivas, tende a aumentar as taxas de “Votos Nulos”.

De modo que, o primeiro fenômeno, intitulado de “Perfil Urbano Brasileiro” pode ser representado como a própria infraestrutura. As variáveis de comportamento eleitoral, por outro lado, indicam a superestrutura, pois representam as escolhas dos caminhos os quais as decisões serão tomadas. Portanto, pode-se argumentar a existência de uma relação entre infraestrutura e superestrutura³⁷ no período de 1996 a 2008, nas eleições para o executivo no Brasil. Em seguida é apresentada a análise do segundo período eleitoral, ocorrido entre 2006 e 2014, sob a ótica do segundo fenômeno proposto.

2º Período avaliado, compreendido entre 2006 – 2014

Um fato é amplamente conhecido e merece destaque, as instituições e institutos de pesquisa tendem a renovar continuamente seus métodos e objetos de análise, muitas vezes, em razão do (des) compasso de desenvolvimento estabelecido no país, sendo assim, resolvem alterar por inúmeros motivos, o perfil das variáveis que comporão o estudo ou os seus Bancos de Dados. Desta feita, foi o ocorrido entre a feitura dos Censos 2000 / 2010 e dos Atlas de 2003 / 2013. Assim as variáveis componentes extraídas dos dois, Atlas, são diferentes em quantidade e de certo modo também em qualidade. Ficaram de fora do Atlas 2013 algumas variáveis relativas ao consumo per capita (automóveis, eletrodomésticos), bem como variáveis de saúde (quantidade de médicos por mil / habitantes). O que importa com isso é que os fenômenos observados e que serão propostos na conclusão dos eixos ortogonais constituídos pela técnica da Análise Fatorial serão diferentes, embora conceitualmente próximos.

Outra mudança importante foi o fato do novo Atlas vir com um número muito superior de variáveis socioeconômicas, com a supressão de algumas e inclusão de outras o que acabou solicitando a busca pela identificação de um novo fenômeno. Primeiro tentou-se a utilização do pacote Lisrel (pacote estatístico que utiliza um acrônimo para Relações Estruturais Lineares) e Prelis (Pacote estatístico que prepara a matriz de dados). Contudo, como o programa foi incapaz de processar número tão grande de variáveis já que para a constituição do fenômeno foi selecionada mais de uma centena de variáveis, optou-se novamente para a utilização do pacote SPSS (2006), mesmo que também nele se tornasse obrigado a organização em *set's*. Tal necessidade acabou gerando uma questão técnica chamada de

³⁷ O determinismo socioeconômico também é sustentado pela corrente funcionalista (ALMOND E VERBA, 1965, Apud ALKMIM DOS REIS, 1997, p. 49-50).

“sobremodelagem”, fato considerado comum mesmo que indesejável. Portanto no segundo período de análise após serem avaliadas 238 variáveis, 138 delas foram organizadas em 10 *set's* de características específicas, à saber:

1. **Expectativa de sobrevivência** (conjunto de 07 variáveis relativas à expectativa de vida ao nascer, mortalidade até um ano de idade, até cinco anos, razão de dependência até 15 anos e acima dos 65, probabilidade de sobrevivência até os 40 e até os 60 anos, e taxa de envelhecimento).
O Set apresentou um KMO de 0.839.
2. **Medida de escolaridade** (conjunto de 51 variáveis relativas à escolaridade de toda a população brasileira e que contem medidas como frequência, atraso e conclusão).
Apresentou um KMO de 0,892.
3. **Renda** (conjunto de 22 variáveis relativas à renda per capita, renda per capita dos mais pobres, parte dos mais ricos, de pobreza, de vulneráveis à pobreza).
Apresentou KMO de 0,940.
4. **Características da casa** (conjunto de 7 variáveis que inclui a existência de água canalizada até um dos cômodos da casa, banheiro e água, densidade superior a 2 habitantes por dormitório, coleta de lixo, energia elétrica, domicílios com abastecimento e esgotamento sanitário inadequados, pessoas sem energia elétrica).
KMO não disponível, matriz não definida positivamente.
5. **PEA – procurando emprego** (conjunto de 6 variáveis que inclui a taxa de desocupação de 10 anos ou mais, entre 10 a 14 anos, entre 15 a 17 anos, entre 18 a 24 anos, acima de 18 anos e entre 25 a 29 anos de idade).
KMO de 0,776.
6. **Ocupação** (conjunto de 5 variáveis que inclui a taxa de atividade das pessoas de mais de 10 anos, entre 15 a 17 anos, entre 18 a 24 anos, acima de 18 anos e entre 25 a 29 anos de idade).
KMO de 0,844.

7. **Escolaridade domicílio** (conjunto de 10 variáveis que inclui a escolaridade de desocupados com fundamental, ensino médio e superior completos, acima 18 anos, de crianças que vivem em domicílios em que ninguém possui fundamental completo, percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, percentual de domicílios vulneráveis à pobreza, percentual de pessoas sem fundamental completo e vulneráveis à pobreza).
KMO de 0,911.
8. **Região com baixo desenvolvimento / desocupação** (conjunto de 12 variáveis que inclui o percentual de 18 anos ou mais que são empregadores, de ocupados no setor agropecuário, no setor do comércio, grau de formalização do trabalho de ocupados, ocupados na indústria de transformação, ocupados sem rendimento, ocupados com rendimento até 1 sm, até 2 sm, até 3 sm, até 5 sm, rendimento médio dos ocupados, percentual de ocupados de 18 ou mais que tem carteira).
KMO de 0,887.
9. **Contrastes de renda – riqueza / pobreza** (conjunto de 7 variáveis que inclui o índice de Gini, o percentual de renda apropriada pelos 10% e depois pelos 20% da população com maior renda per capita, do percentual de renda apropriada pelos 40%, depois 60% e depois pelos 80% da população com menor renda per capita, e pelo índice de Teil).
KMO de 0,873.
10. **População** (conjunto de 11 variáveis que inclui o total da população residente masculina, da residente feminina, da PEA acima de 10 anos, entre 10 e 14 anos, entre 15 e 17 anos, acima de 18 anos, da população rural, da população total, da população urbana, da população total que reside em domicílios próprios e permanentes).
KMO não possível.

Dos 10 *set's* obtidos realizou-se nova fatorial com rotação varimax obtendo-se dois novos eixos ortogonais, ocasionando a já antecipada remodelagem. Nesta nova rotação foi possível extrair dois novos eixos ortogonais que explicam o fenômeno proposto. O primeiro fator explica 57,17% e foi denominado “Divisão do Trabalho” em função das características componentes bem como as de diferenciar cidades grandes e cidades pequenas. O segundo

fator, ou eixo, explica 14,61% do fenômeno e pode ser denominado de “Distribuição de Renda”, ou mesmo “Distribuição de Riquezas” já que aponta para uma busca por recursos ou pela produção de riquezas. A conceitualização dos eixos implica avaliar as cargas e avaliar as variáveis componentes de cada *set*.

Divisão do trabalho		
expectativas de sobrevivência	0,840	-0,148
medida de escolaridade	0,923	-0,067
renda	0,961	-0,112
características da casa	0,840	-0,191
ocupação	0,715	-0,413
escolaridade domicílio	-0,949	-0,112
região bx desenvolvimento - desocupação	-0,899	-0,208

Fonte: elaboração própria

Distribuição de renda		
PEA procurando emprego	-0,167	0,741
contrastes de renda	-0,488	0,499
população	0,205	0,601

Fonte: elaboração própria

Divisão do trabalho

A explicação fundamental que ilumina a ideia de “Divisão do Trabalho” é a distinção entre quem toma decisões e quem as executa. Atualizando-se o tema, teremos quem toma as decisões e quem não pode tomá-las. Isto é basilar em qualquer definição sobre o tema.

Segundo Fabrizio Bencini (Cf. BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 2010, p. 130) embora o fenômeno da burocratização possa ser encarado como um mal tipicamente moderno, ao se verificarem as causas de sua manifestação observa-se que tal sempre existiu, já que o domínio burocrático começa com a divisão social do trabalho, naqueles processos produtivos os quais se manifestam as primeiras hierarquias de funções. Mesmo que o poder da burocracia

tenha sido por muito tempo subordinado às classes dominantes o autor argumenta que o processo de burocratização acabou por atingir toda a formação social e todos os sistemas políticos, estados capitalistas desenvolvidos, principalmente em sua fase monopolista deixaram florescer esse mecanismo. Países subdesenvolvidos onde o papel da burguesia é tímido, a burocracia assume peso notável e se transmuta de veículo para afirmação da própria burguesia nacional. Neste caso também servirá de estímulo ao desenvolvimento capitalista reafirmando sua própria existência. A burocracia acaba por envolver todas as organizações e movimentos civis, uma vez que as atividades desempenhadas pelo aparelho e por seus quadros se confundem pois a consecução das atividades e de seus objetivos passam a ser considerados não mais como meios de atingir objetivos, mas como os próprios fins em si mesmos. Isto acaba gerando a tendência na conservação de privilégios auferidos pelas funções desempenhadas pelos quadros funcionais, tornando este novo *status* algo natural, coisa que Michels³⁸ já o tinha percebido com relação aos partidos políticos.

Análise do diagrama de significâncias das eleições para o executivo no Brasil entre 2006-2014

O segundo período, representado no diagrama da página 79, se refere às eleições entre 2006 e 2014. Como variáveis **independentes** foram utilizadas novos eixos ortogonais oriundos da seleção de 138 variáveis socioeconômicas, do novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2013 (PNUD-ONU; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA)³⁹. Um eixo foi denominado de “Divisão do Trabalho” e outro de “Distribuição de Renda”. Como variáveis **dependentes** àquelas de comportamento eleitoral, oriundas do *site* do TSE.

Com relação ao comparecimento foi verificada associação nas eleições presidenciais e estaduais de 2006 e 2010 e o eixo da “Divisão do Trabalho”, demonstrando que aquelas localidades onde existem maiores possibilidades de buscar alternativas de trabalho qualificado, em qualquer nível terá maior comparecimento eleitoral. Isto é perfeitamente compreensível, já que historicamente as pessoas migram para aquelas cidades onde se imagina poder arrumar melhores empregos e melhores condições de vida. Por outro lado,

³⁸ Cf. o artigo “Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels” (BRAGA, 2012).

³⁹ Importa lembrar que a variável “Contrastes de Renda” por motivos técnicos poderia participar dos dois eixos ortogonais, concomitantemente. Sua ausência no segundo eixo, acabaria por inviabilizá-lo, sua não inserção provocaria alterações no comportamento, pois eles assumiriam apenas o valor de média, foi por isto mantido no segundo e excluído do primeiro.

cidades que possuem “Divisão do Trabalho” mais complexa, provavelmente tenderão a possuir melhor infraestrutura.

DIAGRAMA DE BETA, E DE SIGNIFICÂNCIA, DAS ELEIÇÕES PARA EXECUTIVO NO BRASIL ENTRE 2006 E 2014

		presidenciais						estaduais						municipais								
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
		% comp pres	% abst pres	% válidos pres	% brco pres	% nulo pres	% brco nulo pres	% txalien pres	% comp gov	% abst gov	% válidos gov	% brco gov	% nulo gov	% brco nulo gov	% txalien gov	% comp mun	% abst mun	% válidos mun	% brco mun	% nulo mun	% brco nulo mun	% txalien mun
		2006						2006						2008								
s	beta	0,360	-0,361		0,284			0,360	-0,361		0,353							0,426				
	1° eixo																					
e	beta	0,315	-0,315				-0,313	0,315	-0,315						-0,292			-0,272	0,296		0,272	
	2° eixo																					
r	beta	0,396	-0,396		0,302			0,399	-0,399		0,257+							-0,288	0,401		0,288	
	1° eixo																					
r	beta	0,276	-0,276					0,272	-0,272													
	2° eixo																					
z	beta																					
	1° eixo				0,276						0,245*											
z	beta	0,282	-0,282					0,282	-0,282						0,288							
	2° eixo					0,259																

Dados do Atlas 2013 - eixos: "Divisão do Trabalho" e "Distribuição de Renda"

Fonte: elaboração própria (o formato final deste diagrama, com os Betas, foi alcançado em 10/06/2015).

1 - O quadro mediu em algumas caselas indica que foi necessário retirar até 2 casos para a obtenção de significância estatística em 0,05.

2 - Um asterisco depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,05 e < que 0,05.

3 - Um sinal de adição depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,08 e < que 0,10.

Com o segundo eixo, o da “Distribuição de Renda”, é verificada associação num período maior, mas como aconteceu com o primeiro, não ocorre associação nas eleições municipais. Somente nas eleições presidenciais e estaduais de 2006, 2010 e 2014. Ou seja, quando aumentam as taxas de “Distribuição de Renda”, tende a aumentar as taxas de “Comparecimento” e quando diminuem essas taxas tende a aumentar as de “Abstenção”. O que também faz sentido, já que todos irão buscar não apenas as localidades que oferecem oportunidades, mas principalmente aquelas onde é possível obter colocação. O mais importante fica por conta da ausência das associações entre a “Divisão do Trabalho” e o “Comparecimento” e depois com a “Abstenção” nas eleições de 2014. O que remete ao período eleitoral anterior às mesmas eleições. Os meios de comunicação, todos os grandes sem exceção e assim como a própria oposição, alardeavam sistematicamente que uma recessão de grandes proporções assolaria o país. Outra possibilidade seria a saturação da “Divisão do Trabalho”, níveis de universalidade em inúmeros critérios, já que este processo mesmo impulsionado pelo fantasma da crise acabou por reconduzir a “situação” no âmbito federal. Nos níveis estaduais a investigação deve ser individualizada.

Neste período, 2006 – 2014, somente houve associação entre os eixos e os “Votos Válidos”, nas eleições municipais de 2008 e 2012. Cada qual com um dos dois. Em 2008, foi verificada associação com o eixo da “Distribuição de Renda”, o aumento desta tende a diminuir os “Votos Válidos”. Já em 2012, houve associação com a “Divisão do Trabalho”, o aumento desta tende a diminuir os “Votos Válidos”. Bastante plausível, talvez a mesma explicação do ocorrido com o comportamento dos votos nas eleições municipais de 2000 a 2012, que vem a seguir.

A variável “Votos em Branco” tem comportamento sistemático em todo o período avaliado e em todos os níveis das eleições para o executivo. Quando aumentam os níveis de “Divisão do Trabalho” aumentam as taxas de “Votos em Branco” nas eleições presidenciais e estaduais de 2006, 2010 e 2014, bem como nas municipais de 2008 e 2012. A explicação satisfaz a tendência, aumentam os riscos de estagnação da vida pessoal, com as dificuldades inerentes do crescimento / desenvolvimento das cidades, pois aumenta o risco de se ficar de fora, de que as oportunidades sejam apenas para os outros.

Por último as avaliações com relação aos “Votos Nulos” no período de 2006 a 2014. Não foram verificadas associações entre os eixos “Divisão do Trabalho” e “Distribuição de Renda” com os “Votos Nulos” nas eleições municipais de 2008 e de 2012, como também não

o foram nas eleições presidenciais e estaduais de 2006 e 2008. Mas, nas eleições de 2014, quando aumenta a “Distribuição de Renda” tende a aumentar os “Votos Nulos” nos dois níveis federativos. Isto não somente confirma análises anteriores acerca do “Voto Nulo”, da questão mais conflitiva que o permeia, como reforça seu espectro, já que abre a possibilidade de incluir outras questões antes não observadas, como é o caso da raiva e do ódio. O que de fato autoriza incrementar o “Voto Nulo”, quando aumenta a “Distribuição de Renda”? Como todas as análises políticas apontavam, o país estava dividido e manter a diferença pode ser razão de vida para muitos.

Como se pode notar a associação estatística é mais forte nos períodos iniciais da análise, nos anos de 1996, 1998, 2000, 2002 e 2004, em seguida ela tem comportamento diverso, altera-se o eixo de associação estatística, de um eixo que contempla variáveis com preocupações mais individuais, a significância corre na direção do eixo cujas variáveis componentes são mais coletivas, mais distributivas. Nas eleições de 2006 e 2008, com a mudança na associação estatística, pela adoção de diferentes fenômenos, o sinal dos Betas se inverte.

Pode-se depreender que inicialmente as associações deixam de ser significativas no sentido de serem mais individualistas e começam a ocorrer num viés mais distributivista, mas mantêm-se a perspectiva coerente, os sinais das cargas dos Betas, acontecem em direções opostas, determinando que de fato, são comportamentos distintos. De modo que enquanto no primeiro eixo a associação é positiva entre o “Movimento de Reafirmação Urbana” e os “Votos Válidos”, em 1998, presidencial e estadual, na estadual existe associação negativa no eixo mais coletivista, para o “Voto em Branco” mas positivo quando o eixo é o coletivo. O raciocínio se mantém com exceção para os “Votos Nulos” nas eleições municipais de 2000, em ambos os eixos as cargas são negativas. Já nas eleições de 2006, presidencial e estadual, não ocorre significância no primeiro eixo, mais individual, mas apenas no eixo mais coletivo, e fica clara a inversão dos sinais das cargas dos Betas. Como exceção também a eleição municipal de 2000, onde as cargas de “Votos em Branco” são idênticas nos dois eixos. Quando aumenta a ocorrência dos eixos, tende-se a aumentar o “Voto em Branco”.

A geração do segundo fenômeno altera a associação estatística. De uma ocorrência plena no eixo mais individualista, a associação torna-se significativa apenas com os “Votos em Branco”, no eixo de expectativas de crescimento, mantendo-se assim em dois períodos eleitorais, 2006, presidencial e estadual, e 2010, idem. Quando chega 2014, pode-se notar drástica mudança, o comparecimento que até então foi significativo, deixa de sê-lo para o eixo

de mais expectativa de crescimento e somente a abstenção permanece significativa no sentido de buscar “Distribuição de Renda”. O interessante é que ocorre associação entre o eixo “Distribuição de Renda” e o “Voto Nulo”, tanto na presidencial, quanto na estadual. Determinando uma insatisfação entre os fatos.

É imprescindível explicar que a variável “População” não integra a constituição do primeiro fenômeno, “Perfil Urbano Brasileiro” em nenhum de seus dois eixos ortogonais, “Movimento de Reafirmação Urbana” e da “Preocupação Social Urbana”, contudo ela é inserida no modelo de regressão linear e altera a distribuição. Quanto ao segundo fenômeno, entendido como o próprio “Contrato”, a “População” integra o segundo eixo e por motivos metodológicos, a variável “Contrastes de Renda” acaba participando apenas do segundo eixo.

Uma visada superficial levaria a impressão de que as associações entre as variáveis independentes e as dependentes, de comportamento eleitoral estariam mais enfraquecidas, se comparadas ao primeiro fenômeno. Na realidade somos levados a imaginar uma continuidade do desenrolar dos acontecimentos, seguindo uma mesma lógica⁴⁰. O fato é que os fenômenos são apenas aparentemente diferentes. Por serem extraídos da mesma matriz social e mesmo que não apresentem características idênticas, acredita-se que possam indicar processos similares por distintas angulações, pois se foram omitidas algumas variáveis, por questões técnicas, operacionais ou mesmo políticas, foram incluídas outras que corroboram o caráter social do Banco de Dados. A inexistência deste fato desfiguraria seu propósito, deixando de servir aos próprios objetivos. Defende-se aqui, portanto, que mesmo que as variáveis sejam distintas e formem distintos fenômenos, consegue-se aproximá-los pelo simples objetivo do tal Banco de Dados servir de balizamento para um Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Dito isto, podemos completar a análise do mesmo quadro.

Se a variável “População” participa do segundo eixo do segundo fenômeno, aquela característica, primeiramente observada no “Perfil Urbano Brasileiro”, de alterar o comportamento dos “Votos Válidos”, bem como dos “Votos em Branco” e dos “Votos Nulos”, alterando suas orientações, seus sinais, pode ser repetida. Mas como entender a associação entre a “Divisão do trabalho” e os “Votos em Branco”? Talvez pela mesma ocorrência entre os “Votos em Branco” e o eixo mais individualista do primeiro fenômeno, o

⁴⁰ Na primeira vez que o novo diagrama foi apresentado ao orientador da tese, o Prof. Raul Magalhães teve como primeira reação à dúvida se se poderia imaginar tratar-se de um fenômeno contínuo. A resposta tomou rumos de uma ocorrência improvável já que os fenômenos são diferentes. Mas o fato também não foi negado e a impressão vai sendo amadurecida.

a ocorrência do medo. Quanto maiores as possibilidades de crescimento, maiores as chances de se ficar de fora. A novidade é que em 2014 o eixo “Divisão do Trabalho” não tem associação com o “Comparecimento”, como também não o tem a “Abstenção”. O da “Distribuição de Renda” permanece. Mas o mais importante neste período eleitoral é verificar que existe associação estatística entre a “Distribuição de Renda” e o “Voto Nulo”. O que, em sua consciência, poderia resultar numa associação estatística desta natureza, quando aumentasse a distribuição de renda / riquezas aumenta o voto nulo? É pautado principalmente nesta, mas também nos resultados auferidos com o primeiro fenômeno, nas eleições de 2006 e 2008, onde a conflitiva hobbesiana ficou clara. Portanto, o ódio, um sentimento humano emerge explicando a natureza ativa do “Voto Nulo”. Neste caso, vota-se nulo por não concordar que a renda, ou a riqueza seja distribuída, que alcance outros.

Se a “Divisão do Trabalho” deixa de ser significativa fica a prova que o país sente os efeitos da crise apregoada pela imprensa⁴¹. Primeiro insistiram que uma crise internacional assolaria o país, depois passou-se a esquecer a tal da crise externa e insistiram que a crise econômica interna já havia se instalado. Fica também caracterizado que os recentes anos serviram para homogeneizar, minimamente, as regiões no tocante à “Divisão do Trabalho”, num processo de saturação. Isto vai de encontro aos trabalhos que confirmam o aumento da “Distribuição de Renda” no país, alcançando regiões antes não atendidas (DIAP, 2014) (PNUD-ONU; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA, 2013), (POCHMANN, AMORIM, 2003).

Como resultado do atendimento a tais anseios, de criação de oportunidades, encerra-se a associação estatística com a “Divisão do Trabalho”, mas permanece a de “Distribuição de Renda”. Ou seja, o “país” reconhece os avanços obtidos pelo governo, mas questiona o “Contrato”. Não importa mais, a preocupação com as possibilidades de satisfação, ou a uma melhor colocação na participação do processo de “Divisão do Trabalho”, ao participar indiretamente dos quinhões da propriedade privada. Agora urge a “Distribuição de Renda” que coloca em xeque as grandes questões democráticas. Se para Santos (2007a) o que vale é o *Horizonte do Desejo*, a contraparte é o horizonte do fracasso. Seguindo o mote, os *Custos do Fracasso* impedem que a maioria do eleitorado aja quando o limiar de renda é baixíssimo, fato que é superado quando acontece distribuição de renda e crescimento econômico. O contrário torna-se verdadeiro, impulsiona parte da elite à mostrar a sua face mais dura quando seu horizonte de conforto se situa próximo ao risco.

⁴¹ Cf. análise da relação Divisão do Trabalho e oligarquia na página 20 Poliarquia 3D (SANTOS, 1998).

Um visada geral, ambos períodos e ambos fenômenos

Numa perspectiva alternativa podemos entender assim o diagrama de significâncias (conferir o diagrama completo da página 86), o resultado das eleições para o executivo federal, estadual e municipal. No nível federal, instalou-se em todo o país o embate entre os candidatos FHC e Lula, principalmente, nas eleições de 1998 e de 2002. Em 1998 saiu vitorioso o candidato FHC onde o comparecimento do 1º turno sinalizou que o eleitorado percebeu esperança entre a sua condição de bem-estar e o resultado político das eleições para presidente. No nível estadual por seu turno, avaliando-se as associações da infraestrutura urbana de cada município e as taxas de comparecimento, foi possível verificar tal associação, muito embora não seja possível identificar as lutas políticas, ou seja, os pares em disputa política pelo executivo. Do mesmo modo no nível municipal. De qualquer forma é possível descrever minimamente os embates na cidade de Juiz de Fora. Motivo da presente tese, com seu histórico político das eleições avaliadas.

Mesmo tratando de eixos ortogonais denominados de “Movimento de Reafirmação Urbana” e “Preocupação Social Urbana” que juntos constituam um “Perfil Urbano Brasileiro”, o certo é que ao se tratar tais dados com variáveis de comportamento eleitoral, “Comparecimento”, “Abstenção”, “Votos Válidos” e “Votos Não-Válidos”, procura-se verificar a existência do próprio edifício da superestrutura. Confirmando as avaliações de Santos que para o aumento da participação política do eleitorado brasileiro eram necessários que alguns aspectos fossem observados. Aumento da “Distribuição de Renda”, crescimento econômico, a fim de reduzir o *custo do fracasso*.

O segundo momento diz respeito à mudança em curso, percebendo a construção do edifício simmeliano (SOUZA; ÖELLE, 2006) a própria participação altera-se e os eixos ortogonais orientam para o fenômeno específico e a relação deste fenômeno com as variáveis de comportamento eleitoral, “Comparecimento”, “Abstenção”, “Votos Válidos” e “Votos Não-Válidos”, parecem propor um aprofundamento de nosso modelo democrático. Tudo indica que o crescimento econômico, a diminuição das desigualdades e a distribuição de renda, bem como a saturação da divisão do trabalho consolidou uma nova ordem. Por isto pode-se afirmar que as estruturas políticas nacionais sofreram abalos e que se refletem no atual quadro de instabilidade política nacional, tal como antes. A novidade é que mesmo com as incessantes tentativas de destruição da nova ordem, o novo edifício se mantém. Novos atores foram incluídos e mesmo as titubeantes certezas que cercam nossa civilidade dão indícios de serem

capazes de desfigurar a ordem tradicional⁴². A pergunta é se haverá retrocesso? A manutenção dessa nova ordem não implica alterações substanciais, mas o embate proposto por correntes contrárias à ordem instalada tem se mostrado exageradamente alto para toda a sociedade brasileira.

⁴² Reis (pág. 327, 2000, *passim*) tece considerações sobre o “problema básico constitucional” e o risco da assunção de formas de pretorianismo. Mais adiante trata os sistemas eleitorais, democráticos, como instrumentos de “apaziguamento”. Em outro momento, o autor arremata com a afirmação de que a adoção de soluções não democráticas se daria pela existência de uma burguesia não consolidada, “fraca” em suas palavras. Esta linha de raciocínio por si só contesta a efetivação de uma Revolução Burguesa.

DIAGRAMA DE BETA, E DE SIGNIFICÂNCIA, DAS ELEIÇÕES PARA EXECUTIVO NO BRASIL ENTRE 1996 E 2014

	presidenciais										estaduais										municipais																																									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V																			
	% comp pres	% abst pres	% válidos pres	% brca pres	% nulo pres	% brca nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidos gov	% brca gov	% nulo gov	% brca nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidos mun	% brca mun	% nulo mun	% brca nulo mun	% tx alien mun	% comp pres	% abst pres	% válidos pres	% brca pres	% nulo pres	% brca nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidos gov	% brca gov	% nulo gov	% brca nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidos mun	% brca mun	% nulo mun	% brca nulo mun	% tx alien mun	% comp pres	% abst pres	% válidos pres	% brca pres	% nulo pres	% brca nulo pres	% tx alien pres	% comp gov	% abst gov	% válidos gov	% brca gov	% nulo gov	% brca nulo gov	% tx alien gov	% comp mun	% abst mun	% válidos mun	% brca mun	% nulo mun	% brca nulo mun
1	beta																																																													
	1º eixo																																																													
2	beta																																																													
	2º eixo																																																													
3	beta																																																													
	1º eixo																																																													
4	beta																																																													
	2º eixo																																																													
5	beta																																																													
	1º eixo																																																													
6	beta																																																													
	2º eixo																																																													
7	beta																																																													
	1º eixo																																																													
8	beta																																																													
	2º eixo																																																													
9	beta																																																													
	1º eixo																																																													
10	beta																																																													
	2º eixo																																																													
11	beta																																																													
	1º eixo																																																													
12	beta																																																													
	2º eixo																																																													
13	beta																																																													
	1º eixo																																																													
14	beta																																																													
	2º eixo																																																													

Dados do Atlas 2003 - eixos:
 "Movimento de Reestruturação Urbana" e
 "Preocupação Social Urbana"

Dados do Atlas 2013 - eixos: "Divisão do
 Trabalho" e "Distribuição de Renda"

Fonte: elaboração própria (o formato final deste diagrama, com os betas, foi alcançado em 10/06/2015).
 1 - O quadro moldura em algumas caselas indica que foi necessário retirar até 2 casos para a observância de significância estatística em 0,05.
 2 - Um asterisco depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,05 e < que 0,08.
 3 - Um sinal de adição depois do valor de Beta, em algumas caselas, indica que a significância estatística ficou > que 0,08 e < que 0,10.

Capítulo 4 - O contrato, ou o que tem pra hoje

Quando escrevia o “Contrato Social” Rousseau chegou a utilizar outra expressão para intitular seu trabalho, “Da Sociedade Civil”. Já com relação ao subtítulo tentou os seguintes: “Ensaio sobre a Constituição do Estado”, “Ensaio sobre a Formação do Corpo Político”, “Ensaio sobre a Formação do Estado”, “Ensaio sobre a Forma da República”. O subtítulo definitivo só veio na versão definitiva, “Princípios do Direito Político” (ROUSSEAU, 1991)⁴³.

Este capítulo realiza uma aproximação entre as eleições para o executivo e as ideias de representação e de contrato. Inicia com a ideia de representação adequada às nossas tradições políticas. Segue uma discussão sobre o conceito de opinião, que compreende a ideologia e a persuasão. Depois uma seção dedicada aos instrumentos de representação da opinião toma lugar, os partidos políticos. Na sequência serão abordadas mudanças na legislação eleitoral que, ao longo do tempo, caracterizam a proporcionalidade para as eleições legislativas, por último são propostas razões para a desobediência à vontade nacional.

A representação

Toda uma discussão relativa à ideia de representação pode ser buscada em Santos (1987) (1991)⁴⁴ que realiza um cotejo entre as percepções de representação, baseadas na discussão das diferenças conceituais entre facções e partidos políticos e tendo como pano de fundo o ideal igualitário, que permearam alguns trabalhos nos primórdios da ciência política, rumo à proposição de melhores formatos de governos democráticos. Para tanto inicia uma argumentação pautada num processo de dignificação da atividade política através dos partidos políticos organizados por uma estrutura de parlamento. Neste sentido se utiliza de alguns teóricos que iniciam movimento semelhante rumo à construção de uma perspectiva pessoal.

Primeiramente resgata o círculo interpretativo de James Mill (Apud idem, 1987), capaz de estabelecer elos entre as ações humanas, seus desejos, moralidade e interesse. Para este somente a existência de um corpo representante do interesse comunitário poderia impedir o sacrifício desse interesse pelos governantes. De Burke, que desacreditava das facções, toma o conceito das chamadas conexões honrosas, ligações, baseado na consideração representativa da aglutinação dos desejos dos outros por um. Para esse, a ideia de que todos os desvios seriam corrigidos pela emergência de contrários e, por este motivo, merecedores de consagração nacional. Em Madison percebe a utilização das facções como salvaguardas do

⁴³ Comentário sobre a nota de autoria de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado, citados na referência bibliográfica do volume de Rousseau da coleção Os Pensadores (ROUSSEAU, 1991).

⁴⁴ Referências da representação poderão ser encontradas em Aires (2009), Almeida (2015) Avritzer (1997), Hamilton, Madison e Jay (1985), Limongi (2015), Manin (2016), Sartori (1982), Urbinati (2006).

sistema federativo. Já de Stuart Mill, o combate ao princípio republicano madisoniano, majoritário, que argumentava na direção do governo via representação proporcional, muito embora com cláusulas de exclusão para aquilo que considerava não cidadãos. Para este Mill (Cf. SANTOS, 1987, p. 15) o governo majoritário se resumiria ao mero número e tal não era capaz de eximir a tirania da maioria sobre as minorias. Verificam-se tentativas, com o exposto acima, de solucionar entraves democráticos, ao mesmo tempo em que se valorizavam os mecanismos da democracia e das instituições da época.

De acordo com Santos (1987) foram questões de natureza conservadora oriundas de questões suscitadas pela igualdade política que deram origem ao sistema de representação proporcional. A mesma tensão teria sido percebida por Madison, embora este não a tenha superado. Mill chegara a propor uma teoria educacional do voto, uma espécie de curiosa estratificação científica, ao observar uma estrita distância entre trabalhadores e classes educadas, com peso diferenciado para o voto destas últimas. Mesmo assim, ele acaba por operar uma substituição da compreensão de governo representativo, governo da maioria, pela de governo democrático representativo, governo de todos por todos. Foge assim das implicações da legislação de classe mas, ao mesmo tempo, mantém as vantagens do governo popular.

Um pouco antes, José de Alencar (Apud idem, 1987) consegue resolver algumas questões relativas à representação da minoria. Ao criticar a democracia na sua versão americana e revisitar seus significados greco-romanos acaba por rejeitar os então sistemas eleitorais adequados à democracia proporcional e obtém genuína ideia de representação. Ele define o governo representativo como o resultado do desenvolvimento histórico da humanidade pela orquestração do princípio da delegação da soberania, onde o povo ao exercer o poder através de mandatários conserva o uso do próprio poder de constituí-lo. Por representação majoritária entende que parte da nação elege outros que exercerão a soberania cabida à direção do estado, eleição por maioria absoluta ou relativa de votos. Pois, caso as coisas se mantivessem assim nos governos representativos de então, a maioria exerceria um controle absoluto sobre a minoria. Em tais modelos dois votos valeriam mais que um. Nesta lógica, por redução ao absurdo, toda maioria eleita se autorizaria a revogar as leis estabelecidas numa espécie de princípio de retroatividade. A ideia é que nenhuma maioria soberana se sujeitaria a ser importunada por uma minoria, de modo a ser sempre fracionalizada, desnacionalizada, ao restringir a vontade da maioria ao voto de menor número e enfraquecer sua opinião. Esses teriam sido os artifícios da federação na constituição republicana americana.

No entendimento de Santos (1987), com a fórmula “o governo de todos por todos e a independência de cada um por si mesmo” Alencar define o princípio apropriado do governo representativo. Tal definição também foi explicada por dois outros princípios alencarianos, o da liberdade política e o da liberdade civil, onde o primeiro não outorgaria a independência pelo poder político. A solução adotada por Alencar, segundo Santos, pareceu originária e apenas por isto não pode haver simples substituição da democracia originária pela representativa, pois sacrificaria direitos fundamentais então vigentes. A pessoa social teria a função de mero átomo já que subsumida pela comunidade política, enquanto a civil é individual e independente, integral e indiviso em liberdade. De ambas nasceria a sociedade política, pela comunhão da pessoa coletiva / a sociedade civil e a cidade, do isolamento da pessoa individual. O conjunto das vontades acaba por formar a lei e, a soberania nacional, não se daria pela soma das vontades, mas por uma concreção das vontades. Já a sociedade civil compõe-se de unidades que não se aderem.

Com a presença da discordância no governo de todos por todos Alencar introduz a possibilidade da emergência da ideia nova, que mesmo minoritária pode se tornar majoritária no embate do processo de formação da opinião. Assim ele supõe que a minoria concorreu para a formação da soberania, onde a rigor se a maioria não exercerá o poder, ela o terá apenas como meio de manifestação da soberania nacional já que nenhum voto encerrará a soberania, funciona apenas como símbolo e reflete a **opinião** geral do entorno. Detectado que é a opinião o objeto a ser representado no momento contratual inicia-se uma investigação sobre seu significado.

A opinião (ideologia e persuasão)⁴⁵

Mas o que considerar como opinião?

Como a maioria do eleitorado é formada por pessoas comuns (REIS e CASTRO, 2001) o conceito de ideologia será tomado aqui como a própria opinião. Entenda-se ideologia, como se verá adiante, não no sentido *stricto*, mas no sentido *lato* da expressão, como processos reducionistas ancorados na rotinização da vida cotidiana. Essa ponte entre ideologia e opinião

⁴⁵ Não trabalhadas nesta tese as dialéticas de Ricoeur (1976), constituintes de sua teoria da interpretação: evento / significação, distanciação / apropriação, explicação / compreensão. Outra perspectiva, aqui também não explorada, vem do artigo de Flávia Biroli “Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do ‘jornalismo moderno’ no Brasil” (MIGUEL e BIROLI, 2010). Nele a autora percorre sob o olhar foucaultiano o caráter normativo da disciplina na modelagem do profissional do jornalismo moderno no Brasil, ao ponto de se consolidar a valorização da “Técnica como Vocação”, situação onde o controle do olhar profissional deixa de ser externo e passa a ser inerente à profissão.

fica estabelecida no trabalho de Magalhães e Veiga (1999). Estes autores realizaram pesquisa de recepção de discurso midiático nas eleições presidenciais de 1998 por cidadãos eleitores de baixa e baixíssima renda, previamente selecionados, com o fito de entender o impacto das mensagens midiáticas junto à opinião de tais eleitores. O eleitor se utilizaria de dois expedientes, a própria opinião, entendida como um estoque de conhecimentos e no processo de apropriação das mensagens midiáticas, entendidas como a própria ideologia e conseguiriam enquadrar e explicar os discursos midiáticos da política.

Para alcançar este resultado os autores realizaram uma investigação sobre alguns conceitos de ideologia. Pelo fato da democracia americana ser, até então, das mais bem-sucedidas no mundo contemporâneo e buscaram compreender como o eleitor americano apreende e processa informações que lhe capacitam ao voto e concluíram que este eleitor resolve seu voto com um mínimo de relações com o mundo da política. Retiram de Lane (Cf. idem, 1999, p. 18) a distinção entre *ideologia explícita e estruturada*, capazes de gerar um séquito, e outro tipo de ideologia, denominada por ele de *latente*. Esta última se refere ao eleitor comum e teria forte relação com o contexto no qual é interpretada pelos próprios eleitores, processos ideológicos de natureza reducionista, onde os processos que lhe permitem agir na escolha política deverão estar ancorados e compreendidos numa convergência da esfera política com o dia a dia. Isto lhe rendeu severas críticas, mesmo assim Lane acreditava que as opiniões grosseiras do cidadão comum, comparadas às das elites, não comprometiam a democracia que sustentavam.

Ao consultar os estudos e experimentos de Berelson, Lazarsfeld, McPhee, Downs e Lupia e McCubbins (Apud idem ibidem 1999, p. 20) Magalhães e Veiga verificam o mesmo sentido em todas as premissas básicas, pois “as pessoas podem usar substitutos para informações ‘enciclopédicas’, ou técnicas, sobre política” (Cf. ibidem, 1999, p. 20). Já em Converse (Cf. ibidem 1999, p. 21) os indivíduos se utilizariam dos seus sistemas de crenças para orientar a ação política, de modo que independentemente do próprio ambiente social o indivíduo relaciona-se com o mundo político de acordo com sua capacidade de conceitualizar. Ele ainda faz uma oposição entre alienação e engajamento. Para eles é possível que a ideologia política dos eleitores conduza a um estado de motivação marcado pela alienação, e não pelo engajamento, capaz inclusive de influenciar o comportamento sobre o voto, fato que ficará claro mais à frente.

Além da vertente norte-americana, Magalhães e Veiga (1999) avaliam, na literatura, autores que permitem extrair proposições possíveis de teste para aplicações empíricas do conceito de ideologia. De modo que passam a encarar as ideologias como “*fórmulas de ajuste*” do mundo às percepções individuais, os eleitores no caso. Ideologias então foram encaradas como fórmulas de redução de conceitos de determinado campo, mais universal, para outro campo, específico dos processos de rotinização do dia a dia.

De Boudon (Apud idem, 1999, p. 25) foi recuperado um estudo comparativo, denominado de *teoria restrita da ideologia*, pois à maneira de Weber⁴⁶ se entendeu que explicar o comportamento dos indivíduos era explicá-los racionalmente. As ideologias proporcionariam a possibilidade dos indivíduos explicarem o mundo através de fundamentações falsas ou duvidosas, sendo este o ponto que caracterizaria um discurso como ideológico, ninguém examinaria os fundamentos das ideias que adota. Ideologias seriam, deste modo, ideias recebidas, mas compartilhadas socialmente, embora com justificativas ilógicas ou falsas. Contudo seriam ideias funcionais, operativas, capazes de orientar a escolha social mesmo operando sobre bases falsas ou duvidosas. Para este autor, as ideologias só poderiam funcionar assim, pelas determinações que ligam a situação individual à sociedade e onde as distorções (Ibidem 1999, p. 20) que possibilitam a emergência das ideologias seriam consequência do próprio espaço social onde o agente está inserido. Tais espaços geram os efeitos de *posição* e *disposição*.

A ideia perpassa no sentido de que a percepção social não é de natureza contemplativa, mas suficientemente ativa. A *posição* do agente é capaz de lhe atribuir ângulos específicos de apreensão social enquanto a *disposição* orientaria as percepções de modo característico. Os efeitos de *posição*, de classe, são apontados como formadores e deformadores de mentalidades e funcionam tanto como barreiras quanto recursos. Já os efeitos de *disposição* são deformadores de ordem cultural, pois alteram a leitura do mundo, já que viriam carregadas de *pré / conceitos*. Esta engrenagem atua tanto na estrutura social, as chamadas posições, quanto na estrutura cultural / cognitiva, as disposições.

Contudo para Magalhães e Veiga (1999) os problemas relativos à concatenação da ideologia e escolha não podem ser suficientemente trabalhados apenas com os conceitos de *posição* e *disposição*. Por isto incluíram novos conceitos capazes de abarcar os processos cognitivos

⁴⁶ Nota do autor: veja “Knies e o problema da irracionalidade” disponível no primeiro volume da Metodologia das Ciências Sociais (WEBER, 1993)

individuais tipicamente americanos, bem como os de Boudon, com os campos de *interação* e *habituação*. Almejaram assim um instrumento capaz de avaliar as múltiplas dimensões das falas dos eleitores relativos ao experimento que realizaram e também balizaram o conceito de ideologia com as noções bourdiesianas de *habitus* e de *realidade da vida cotidiana*, de Schutz (Cf. idem, 1999).

Schutz trabalhou a fenomenologia do mundo social e mesmo que não tenha trabalhado diretamente a ideologia ele o fez de modo indireto. O mundo social para ele é criado e reproduzido via repetição dos cursos de ação, sedimentados pela rotinização. As rotinas são facilitadoras dos cursos de ação uma vez que diminuem seus custos. Mas um conceito basilar para o autor é o da *atitude natural*, base fundamental de estabilidade para o comportamento, onde depreende-se que o mundo funciona conforme se está habituado, conseqüentemente o enquadramento dos fenômenos da vida é feito no universo de experiências rotinizadas. Caso isto não seja suficiente, o agente se utiliza da experiência do outro, num recurso a um *especialista*. Outro conceito complementar é o de *estoque de conhecimentos* e por ele se entende as experiências vividas e transmitidas pelos e para os agentes sociais. É o que cada um dispõe para compreender e agir no mundo. De acordo com Magalhães e Veiga (1999), o modelo de Schutz se aproxima da construção do conceito de ideologia até então, pois funciona como um conjunto de ideias operatórias propiciadas no espaço da *atitude natural*, ou seja, explicações possíveis do mundo já conhecido. Também podem trazer explicações úteis sobre a compreensão que escapa de algum fenômeno.

Por outro lado, no trabalho de Bourdieu “*A economia das trocas simbólicas*” (Cf. idem, 1999) é a irredutibilidade da esfera da representação, pois o universo simbólico não é apenas uma estrutura estruturada pela ação material das classes, mas estrutura estruturante do próprio mundo da ação. A esfera simbólica é perpassada por campos de sentido, ao estruturar ordens do mundo, ou seja, as formas de dominação social tornam-se distintas das dominadas, pela reprodução simbólica no campo onde a *distinção simbólica* entre classes e grupos é a dinâmica social. As posições de dominação são criadas e criadoras de linguagens demarcadoras de diferença, da posição social. Por isto são chamadas de estruturas estruturantes, onde os processos não apenas sancionam mas legitimam as formas de dominação e por isto são chamadas por Bourdieu de *ideologia*. Mesmo assim o que mais se aproximaria dos processos operatórios das ideias seria o conceito de *habitus*, as disposições simbólicas responsáveis pela geração da distinção. Para os autores é aqui que Bourdieu se encontra com Boudon (Apud MAGALHÃES; VEIGA, 1999), na aproximação dos conceitos

de *posição* e *posição de classe* e *disposição* com o de *habitus*. O *habitus* deve ser entendido como a disposição para estabelecer diferenças, através da linguagem, e ser o responsável pela reconstrução da distinção social, uma vez que para ele linguagens representam o poder.

Os autores também entendem que todos os conceitos de Bourdieu são relacionais, inclusive o de *habitus*, por isto sua utilização pressupõe referências empíricas, passíveis de abstração e sustentação de novos conceitos. Para eles o modelo de Boudon se aproxima muito da ideia de *habitus* porque práticas “*simbólicas*” são modalidades aptas a operarem com esquemas ideológicos, sustentadas por argumentação até mesmo falsa ou duvidosa. Tanto a ideologia quanto o *habitus*, são capazes de naturalizar os conteúdos arbitrários, sustentáculos da dominação e como tal aptas à reificações das posições de classe. Contudo eles são contrários a preponderância da estrutura sobre os agentes, tal qual Bourdieu, pois para o modelo explicativo pretendido a escolha reduz-se a unidade, ao indivíduo e isto, mesmo que inúmeras estruturas contingenciem a racionalidade e a liberdade individual, cria obstáculos.

De outro lado, o conceito de *estoque de conhecimento* de Schutz (Apud idem 1999) concorda com a ideia de *disposição* e conseqüentemente com a de *habitus*, simplesmente por que estilos de vida, linguagem e tipos de saber dos atores estão ligados. *Rotinização* e *habitus*, da mesma forma, naturalizam as disposições compulsórias, suavizando-as. Pelo acima exposto, ideologia é entendida pelos autores como:

“conjuntos operatórios de ideias que organizam a fala e o conhecimento, mediante recursos de posição e disposição gerados pela inserção do agente em sua vida cotidiana. A vida cotidiana é a âncora da realidade, sendo conformada pela rotinação de procedimentos e ideias que marcam para o agente um patamar de distinção social”, (Ibidem, 1999).

Verificado que o conceito de opinião, o de ideologia latente, se adéqua ao grosso do eleitorado nacional torna-se necessário esmiuçar o de persuasão, que trata da recepção das mensagens midiáticas produzidas pela mídia com o intuito de influenciar a opinião.

A persuasão

Quando se debruçaram sobre a persuasão, na mesma pesquisa abordada, os autores investigaram o impacto das interpretações de indivíduos que assistiram uma seção de discursos persuasivos do programa HGPE (Horário Gratuito Político Eleitoral) das eleições presidenciais de 1998. Eles estudaram tanto a aceitação dos discursos televisivos bem como

os diversos graus de rejeição da propaganda, inclusive a rejeição completa que redundaria no fracasso da persuasão. Mas o que ficou entendido como o conceito de persuasão?

As ideologias, como os “*pacotes de ideias*” de Boudon (Cf. MAGALHÃES; VEIGA, 1999), são como mecanismos utilizados para explicar o mundo, numa visão particular, de modo que são universalizações de visões particulares. O processo de convencimento das explicações ideológicas pelos *pacotes de ideias* é chamado de persuasão. Para tanto, Magalhães e Veiga utilizaram as noções de Stephen Toulmin, que contrário a Perelman, não tratou do uso estratégico, mas do uso comum da retórica. Como proposta principal desse autor, que seu uso retórico não pode ser totalmente formalizado pela lógica simplesmente por não funcionar em bases lógicas.

De acordo com Toulmin (Apud idem, 1999) a estrutura comum do pensamento é o que ele denomina de *quaselógica*, porque não utiliza premissas pré-estabelecidas, sendo assim as pessoas fazem inferências e deduções similares a operações lógicas em raciocínios particulares elevados à condição de premissas. Assim, esse teórico é aproximado de Bourdieu com a ideia de *field-dependent*, onde a argumentação e suas conclusões somente funcionam referenciadas a um *campo de significados*, já que são variados e se referem aos grandes campos de pensamento com a política, religião, senso comum. Toulmin consegue tornar a lógica um instrumento de análise de argumentos, não de validade universal, mas dentro de um campo de significados contextualizados. Para ele o que tem que ser reconhecido é que a validade não é intercampos mas intracampos. Por isto, o argumento persuasivo é validado por argumentos fundados no mesmo campo onde ele está sendo julgado. Exatamente por isto é que o campo político é então reduzido ao campo da *atitude natural* e a validade dos argumentos utilizados no discurso político não será mais do campo político mas do de significado comum.

Boudon ao desejar criar um modelo de explicação, para a crença e a ação, enfrentou a necessidade de explicar como os indivíduos aceitam as crenças falsas. Daí descobriu que a chave que permite a aceitação dos argumentos persuasivos é a estrutura lógica a fim de produzir o mecanismo *quaselógico*. Sendo assim, mais importante que ter uma estrutura lógica é ter uma aparência lógica, por isto, para tornar algo aceitável é preciso fundamentá-las em razões “verdadeiras” ou falsas para aceitá-la.

Para Magalhães e Veiga (1999), tanto Toulmin quanto Perelman estão recuperando a proposta aristotélica da retórica⁴⁷, de que algumas questões não são passíveis de exata demonstração, principalmente aquelas ligadas aos problemas estéticos e morais. Contudo, a melhor maneira de lidar com elas é tratá-las como se operassem logicamente. Desta maneira é que os juízos políticos são tratados na esfera do provável, pois tais não serão conclusivos, ocasião em que as crenças e atitudes do eleitorado frente a determinado candidato precisam apenas de uma simples impressão e assim motivarem uma decisão, uma vez que dão lastro a um raciocínio operatório. Age-se de uma forma porque tem-se um estoque de razões, mesmo falsas, que garantem os motivos.

Após estabelecer contrapontos entre alguns modelos da comunicação de massa e avaliar algumas estratégias teóricas para a persuasão os autores consideram que um eleitor só é persuadido, a partir da absorção das propostas imbuídas nas mensagens recebidas em consonância com os elementos cognitivos componentes de sua experiência cotidiana, ou seja, apenas com o crivo pessoal (Idem 1999, p. 46). Em outras palavras isto quer dizer que, antes de desenvolver conceitos específicos para tratar de política, o eleitor trata de reduzir a política ao seu tamanho, à sua compreensão comum do mundo. Os mecanismos capazes de operar tal redução requerem a incorporação dos tais *pacotes de ideias* que recebidos pelo eleitor como explicações razoavelmente válidas e generalizáveis, provenientes de fonte que ele mesmo elege: a mídia ou outro eleitor mais bem informado do que ele. Os autores denominaram de *ideologia do eleitor* o uso desses pacotes nas necessidades de tomada de decisão de votar e explicar seu voto.

Ao concluir a defesa da elucidação deste conceito, eles reafirmam que iniciaram seus trabalhos na crença de que o comportamento dos eleitores de baixo estrato social seria marcado por uma forma ativa na formação de preferências, em razão do estímulo do mundo político, incluída a mídia, além da propaganda eleitoral, de modo que não se limitariam à conformação de suas opiniões aos discursos que lhe seriam dirigidos a fim de persuadi-los. O verificado na pesquisa foi justamente o oposto, são cruciais as informações prévias na organização das mensagens políticas recebidas, quer na aceitação, quer na rejeição. De maneira que mesmo ao possuir recursos cognitivos simples, eles são tornados eficientes na avaliação da propaganda política e decisão do voto. A propaganda persuasiva terá que se comunicar com as experiências prévias do eleitor bem como com suas ideias operatórias, do

⁴⁷ Cf. Aristóteles (1985).

contrário não funcionará a persuasão. A conclusão final afasta esse eleitor do estereótipo do eleitor manipulável, de massas, completamente desprovido de pensamento. Isto para os autores é alentador, já que o estudo deixou claro que mesmo o eleitor de baixíssima renda tem na sua liberdade de pensamento e opinião um valor pessoal e não estaria disposto a acatar soluções autoritárias. A conclusão negativa foi que o mesmo eleitor foi incapaz de perceber a forte ligação entre o exercício do voto e a implementação de políticas responsáveis pelo seu bem-estar, exclua-se daí as soluções clientelísticas. Em geral, ele se considera completamente excluído dos benefícios materiais de uma ação política democrática. Foge daí uma interpretação da noção de interesses, afastado que está de tornar a participação política como instrumento real de ação contra as desigualdades sociais. Na análise final da pesquisa este eleitor se utilizou de um instrumento judiciário⁴⁸, através de uma lógica retrospectiva e plebiscitária, votou pela reeleição quando se viu satisfeito com a posição do então governo, ou votou contra, a fim de punir o executivo brindando com seu voto a oposição.

Resolvido o problema da **representação** e de seu objeto, a **opinião**, bem como os efeitos que as mensagens persuasivas podem operar sobre ela, passa-se então a discutir os partidos políticos, uma vez que diante da literatura adotada nesta tese os partidos políticos são os porta-vozes, as milícias da nação, pois são capazes de representar a **opinião**. Pode-se depreender que o sistema eleitoral, como está proposto, caminha naturalmente para situações mais democráticas, mais inclusivas e mais eficientes, mas importa ressaltar o sentimento de horror não mais da *legislação de classe* tomado por setores da elite tradicional, mas da verdadeira *vontade geral*, o qual redundará em ininterruptas movimentações objetivadas em descaracterizar ou impedir ajustes de aperfeiçoamento de nossa democracia proporcional, percorrendo sempre a trilha do viés oligárquico, do poder pelo poder.

Partidos políticos

Para Sartori (1982), Macquiavel e Montesquieu teriam sido os precursores entre os cientistas políticos que pensaram a ideia de partido num sentido favorável, mesmo que nunca tenham utilizado o termo. Isto em função da concordância de ambos de que a liberdade tal a de Roma, só teria sido possível graças aos distúrbios entre patrícios e plebeus, já que todas as leis erigidas em favor da liberdade foram frutos diretos desses desacordos⁴⁹. Contudo a noção ambivalente de partido emergirá com Bolingbroke, mesmo que este a tenha confundido com

⁴⁸ Termo utilizado no jargão da retórica...

⁴⁹ É obrigatória a leitura do(s) “Discorsi” (1994) e do “Príncipe” (1991) de Machiavelli.

a de facção. Para esse, o partido tornava-se o veículo utilizado pela nação, através das vozes e condutas de alguns homens. Na sequência viria Hume que entendeu por *coalizão* um desejo universal em abolir as distinções artificiais e odiosas. Posteriormente, em Burke, os partidos já são partidos, pois não mais se baseavam em interesses e afetos, como nas facções, mas em *princípios comuns*. No entendimento de Sartori (1982) Burke realiza uma rara distinção, pois conseguiu contrariar o que pregavam os homens do Rei, os quais defendiam que todas as ligações políticas eram facciosas. No entendimento dele, tais ligações é que permitiam o pleno desempenho do dever e a resistência às investidas da Coroa. Ligações para alguns, conexões para outros mas para o próprio Burke, *honrosas*.

O lento processo de transição da facção ao partido possibilitou que linhas mais tênues realizassem seu tecido, porque mais profundamente se operava outra transição, a da intolerância para a tolerância. Os partidos foram encarados como alternativa por que se compreendeu que a diversidade e o dissenso eram compatíveis com a ordem política e só foram admitidos quando o horror da desunião foi substituído por uma crença na plausibilidade de uma formação política não unitária. Então, em Sartori (1982), um pluralismo político teria tido mais aceitação nos países da reforma muito em função de operar um sistema de muitos partidos sem provocar a desorganização da formação partidária.

A *diversificação de poder* foi outro aspecto de grande importância para que o pluralismo político fosse ganhando adeptos. A possibilidade da existência de uma pluralidade de grupos independentes e nãoinclusivos, de associações múltiplas e voluntárias, não atributivas e não consuetudinárias ou institucionais. O pluralismo como a possibilidade de operar cortes transversais capazes de neutralizar aquelas articulações sociais fixas, características de tribos, raças, castas e grupos consuetudinários. A solução da questão dicotômica consenso / conflito é resolvida pelo autor com a proposta da superação das crises de legitimidade, criação dos estados-nação, onde os sistemas partidários realmente funcionaram.

Mas o governo partidário somente foi ensaiado pelos ingleses em meados do século 18, porque o que realmente conseguiram foi instalar um governo responsável. Responsabilidade dos ministros em relação ao parlamento, mesmo sem a existência de um sistema de governo baseado em partidos. Segundo Sartori (1982) a representação era uma função do parlamento, muito mais virtual do que eleitoral, pois o representante não se ligava aos eleitores por aquilo que ele chamou de instruções, mas as realizava no parlamento, de modo que o partido era muito mais aristocrático do que democrático. A superação deste modelo aristocrático rumo a

outro, sensível, se dará com a revolução industrial e todo o processo veio pelo alto e não com o clamor popular. Provavelmente, segundo ele, os deputados tenham acreditado que ganhariam força se sua representatividade “fosse menos presuntiva e mais eleitoral” e do outro lado o governo respondeu do mesmo modo. De ambos os lados a necessidade de ampliar a base de apoio e o partido coletor de votos pode se transformar, aos poucos, em partido angariador, pois para tal tornou-se necessário atender queixas e reivindicações.

Mas por que um partido? Um partido seria uma agência de representação e de expressão das reivindicações populares, ao menos deveria ser. O problema é que a representação é possível sem a presença de partidos e do mesmo modo a função de exprimir desejos e aspirações, pode ser feita por outros instrumentos que não eles. Mas a grande característica dos partidos é a transmissão de reivindicações apoiadas por pressões, reforçando aqueles aspectos mais importantes a fim de serem transformados em políticas públicas. Por isto canalizam, expressam, orientam a caótica vontade pública (Cf. NEUMAN, apud SARTORI 1982, p. 50). Mesmo ao admitir a capacidade de modelar e manipular dos partidos políticos, ele acredita que um sistema pluripartidário oferecerá um impacto manipulador multicentrado e entrecruzado.

Em José de Alencar (SANTOS, 1987), por seu turno, a função dos partidos é a de interligar os votantes, de modo que a amplitude geográfica não dilua a **opinião**, via individualização do candidato, pois quanto mais nacional mais representativa da soberania será a **opinião**. Já com relação à natureza dos votos, entende que esses sejam votos cidadãos e, principalmente por isto, se nenhum pesquisador se preocupou em categorizar as qualidades das pessoas, nenhum deve agora querer qualificar o voto. Em Alencar a pessoa é civil e é a quem competem os direitos individuais. Já o voto é político a quem competem os direitos coletivos, o cidadão participaria apenas com uma partícula. A universalidade do voto estaria calcada no dogma da igualdade, por isto, um direito natural, originário, onde a admissão do direito natural pelo voto ficaria embasada na assunção de que todos os membros da sociedade civil estariam aptos ao seu exercício, uma vez que mesmo indiretamente eles contribuem com recursos, como consumidores, doadores e que, de alguma forma, acabam expropriados da própria renda.

Por isto, fica rejeitado o argumento conservador contrário à universalização do sufrágio, pelo medo da revogação da propriedade e leis agrárias (SANTOS, 1987). Como receios principais o peso pretendido ao voto censitário e a igualdade jurídica entre indivíduos de desproporcional capacidade. Diferentemente de Mill, alega que o poder político é único, é a

delegação da soberania universal, isto em função ao peso pretendido do voto censitário e a igualdade jurídica entre indivíduos de capacidade desproporcional. Assim funcionaria o sistema partidário, a sociedade política busca acompanhar o *demos*, quanto maior sua abrangência, mais representativo se torna o mandato.

Para Alencar, na antiguidade, a democracia era direta, pois ainda não se desenvolvera a vida civil e o homem era apenas cidadão. De modo que, para ele o impedimento da vida anterior se deu, não pelo aumento populacional, mas pelo desenvolvimento da sociedade civil. Foram os negócios os responsáveis pelas diferenciações, pelas causas fundamentais para a emergência do domínio do privado e o indivíduo tornou-se impossibilitado de ater-se continuamente na vida pública. Nesta complexidade da vida social, em contraposição ao político e ao privado e ao social é que a democracia assumiu sua forma indireta. De acordo com Santos (1987) Alencar é ferrenho defensor da proporcionalidade, pois tal garantiria a legitimidade do regime, da mesma forma que garantiria o salvo conduto das minorias ao lhe permitir participação. A proporcionalidade seria então, a mais forte e mais legítima forma de resistência em um país livre, quer dizer, a representação das minorias. Encara como ideal da democracia que ela se realize pela representação no parlamento, replicando suas funções originárias. Com isto resgata a função da oposição, como fato natural da competição política. Para Santos, em Alencar, a simples ascensão de um partido político provocaria a criação de outro, fato essencial em qualquer regime representativo.

Definido o papel dos partidos políticos e resgatada à discussão, sobre o papel da proporcionalidade, tem início uma digressão acerca da configuração de nosso sistema político, pós-1988, além de um retrospecto sobre os códigos eleitorais brasileiros com ênfase no sistema proporcional. A preocupação é desmistificar alegações que desqualificam o nosso sistema político eleitoral, baseadas na crença do comportamento individualista e errático de nossos parlamentares. Por isto serão apresentados a seguir estudos os quais explicam a racionalidade eleitoral parlamentar.

Sistema político eleitoral brasileiro e o sistema proporcional^{50 51}

As especificidades de nosso arcabouço institucional levaram à Ciência Política a questionar as condições de governabilidade brasileiras. Fundamentados na literatura europeia, Duverger e também em Sartori (Cf. CARVALHO, 2003) a preocupação centrava-se nas consequências políticas das leis eleitorais de Douglas Rae. Como preocupação principal o elevado número de partidos nacionais após a transição. A explicação doméstica era o sistema proporcional de lista, mas o debate acalorou-se onde foram propostas reformas eleitorais com o intuito de enxugar um sistema partidário altamente fragmentado. Em decorrência, a discussão acadêmica tratou de elucidar o nexos causal entre sistema eleitoral e sistema partidário, pois antes do resultado ser consequência do sistema proporcional, a propalada fragmentação deveria ser oriunda do ambiente externo, tal como a migração partidária e a permissão de coligações para as eleições legislativas. Já nos anos 1990 teve entrada na discussão os aspectos relativos aos vícios e virtudes das propriedades do sistema de governo e nossas características presidencialistas, bem como parlamentaristas.

Analistas acadêmicos, numa perspectiva comparada, avaliaram a especificidade da abrangência dos poderes, legislativos, na América Latina e presidencialismo no Brasil. A ideia era que nosso sistema proporcional de lista aberta juntamente ao multipartidarismo, provavelmente, resultariam em ingovernabilidade, dadas as dificuldades na formação de coalizões sustentadoras de estabilidade. A razão estaria na chamada dupla legitimidade, do executivo e do congresso, num atrito cotidiano.

Será o trabalho de Figueiredo e Limongi (Apud idem, 2003, p. 14) que tratará de desconstruir esse consenso sobre o comportamento dos partidos parlamentares no Brasil. Segundo eles, existiria no período alta coesão dos partidos políticos diante das votações no plenário, bem como orientações distintamente ideológicas. Isto derrubou a tese do comportamento errático de nossos parlamentares. A pesquisa ainda revelou, pautada no neoinstitucionalismo, que as ferramentas disponíveis ao executivo poderiam de fato retardar o ritmo da produção

⁵⁰ A base desta seção é o *paper* apresentado no VII Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, em 2013, Recife, intitulado “Reforma política e eleitorado brasileiro: em busca de coerência política e geográfica”.

⁵¹ Inúmeros são os trabalhos dedicados ao estudo dos sistemas político eleitorais. Dentre eles destacam-se aqui os de Lima Junior, (Cf. 1983) e a consagrada tese de Tavares (1994), além dos autores citados nesta tese. O trabalho de Marengo dos Santos, segundo o próprio, buscou “a construção de inferências causais generalizantes, aptas a explicar a formação, estabilidade e mudança em instituições políticas” (2012, p. 204) ainda (Cf. 2013).

legislativa, mas mesmo assim os projetos encaminhados pelo executivo teriam tido aprovação da ordem de 86%, no período de 1988-1994, taxa próxima dos sistemas de gabinete.

As críticas mais contundentes, as análises acima citadas, vieram de Mainwaring e Ames (Cf. CARVALHO, 2003). Mainwaring alertou para o fato que as votações deveriam ser avaliadas dentro de todo o processo de negociação intrapartidária, embutido aí a ideologia que permeia os partidos. Também o fato de que muitas votações seriam realizadas pelos líderes, pelo apaziguamento e pelos compromissos, por isto as *proxies* utilizadas para verificar coesão partidária não caberiam. Ames adverte, por outro lado, que antes de discutir a taxa de aprovação dos projetos enviados pelo executivo, seria importante avaliar aqueles outros que antecipadamente foram retirados do plenário, dada a derrota iminente. Para esses autores foram esses motivos os responsáveis pela paralisação de uma reforma política após o período de transição, dispersão de poder e baixa efetividade do executivo, bem como com partidos fragmentados com baixa institucionalização e elevada sensibilidade às demandas regionais e locais, aliados ao forte presidencialismo e federalismo. Mesmo assim, torna-se importante destacar que mecanismos institucionais, prerrogativas do executivo, garantiriam a capacidade de indução à cooperação dos agentes, tais como as medidas provisórias, áreas de legislação com exclusividade do executivo, bem como as prerrogativas de pedidos de urgência, foram elencadas por Figueiredo e Limongi (Cf. idem, 2003).

Porém, enfatizaram resultados de pesquisas nas duas direções, a favor e contra a dispersão e governabilidade. Mas o núcleo de toda a discussão poderá ser entendido através do questionamento sobre qual seria o ator central no processo legislativo nacional, enquanto na literatura norte-americana se perguntaria se seriam os partidos, no modelo partidário, as comissões, no modelo informacional, ou os próprios deputados no modelo distributivista? O fato é que no caso específico do Brasil a pergunta deveria ser refeita, dado a natureza multifacetada de nossa atividade legislativa. Qual o agente legislativo seria prevacente em cada uma das modalidades decisórias da câmara?

Será com o instrumental da escolha racional que o autor operacionaliza seu conceito. Segundo ele, o próprio Mainwaring (Cf. idem ibidem 2003, p. 19) recusa a perspectiva do institucionalismo histórico, pois no período de 85 a 97, nem políticos nem os eleitores foram leais aos partidos, quando estes não serviram a seus interesses. Parte, portanto, para a escolha racional e o modelo distributivista, onde a adoção de uma política concentradora de benefícios em determinadas regiões e conseqüente distribuição generalizada dos custos tende a chamada

conexão eleitoral. Isto estaria pautado numa comparação entre os congressos norte-americano e brasileiro, em ambos o voto personalizado seria privilegiado em detrimento do voto partidário, contribuindo para construção de uma reputação pessoal pelos parlamentares.

Contudo, o autor chama a atenção para o fato de nosso sistema proporcional de lista aberta, permitir a eleição de representantes de unidades geográficas distintas. Isto complica a simples analogia com os tipos de Ames (CARVALHO, 2003), que reuniu numa tabela 2x2, as características de dominância e contiguidade do cenário eleitoral. Ou seja, concentração ou dispersão territorial da votação de deputados, se dominante ou não, se majoritário ou não nos municípios de votação. Tal conjugação permitiu a proposição avançar além daquela categoria norte-americana, concentrados / dominados para no caso brasileiro serem adicionados os perfis: fragmentados / dominados, concentrados / partilhados e fragmentados / partilhados. Toda esta categorização resulta em estratégias diferenciadas por parte dos parlamentares. Quer dizer, deputados eleitos em áreas metropolitanas, concentrado / partilhado, teriam difícil reconhecimento do eleitorado, por isto a melhor estratégia para tais candidatos seria a adoção de políticas mais universais. O deputado eleito em áreas interioranas, concentrado / dominado teria, ao contrário, fácil reconhecimento do eleitorado pela paternidade do ganho.

Com base nas avaliações de Ames e as características do sistema eleitoral brasileiro, Carvalho (2003) entende que nem a perspectiva distributivista, nem a partidária, conseguiriam, isoladamente, explicar de modo eficiente o funcionamento de nosso congresso. Somente pela combinação de ambas seria possível entender a lógica da representação política nacional. O autor também incluiu em suas análises o contraste capital / interior, ao seguir os clássicos estudos de Gláucio Ary Dillon Soares e Lipset (Apud idem, 2003), fundamentados na tese de que congressistas baseados em regiões mais escolarizadas e com maior renda, as quais seriam necessariamente regiões mais urbanizadas, tenderiam a utilizar-se de políticas mais universalistas. Ao contrário, congressistas baseados em regiões menos desenvolvidas, menos escolarizadas e com menor renda, privilegiariam reclamar a paternidade na alocação de benefícios junto a suas bases. Segundo o autor, sua pesquisa conseguiu demonstrar uma quase perfeita congruência entre os dados comportamentais e atitudinais, ancorados ainda na origem geográfico-eleitoral dos representantes.

Avaliado o comportamento de nossos parlamentares, pela ótica da escolha racional e do distributivismo (Ibidem 2003), comenta-se o trabalho de Amorim Neto, Cortez e Pessoa

(2011) quanto à necessidade de uma reforma política que aproprie o cálculo da proporcionalidade através de mudanças na magnitude eleitoral⁵².

*Distorções de nosso sistema proporcional*⁵³

Para Amorim Neto (2007) um sistema político é tal qual um sistema ecológico, num complexo e intrincado equilíbrio de fatores institucionais e sociais. Fatores como a formação das chapas eleitorais; a estrutura das cédulas, se voto em nomes ou em listas, e estas, se abertas, fechadas ou flexíveis; regra majoritária ou proporcional como requisito para a ocupação das cadeiras; magnitude das circunscrições eleitorais; periodicidade e coincidência, ou não, do calendário eleitoral, tanto para o executivo, quanto ao legislativo; poder legislativo tanto do chefe do executivo quanto dos líderes partidários; operacionalização do orçamento através das formas impositiva ou autorizativa; estrutura das clivagens e heterogeneidade social. Mas também poderia ser lembrada a questão da competência dos três níveis de governo.

Ao idealizar a efetividade de uma reforma incremental, no sistema eleitoral da Câmara dos Deputados, Amorim Neto, Cortez e Pessoa (2011) propõem manter o sistema de representação proporcional com lista aberta já que tal reduziria a magnitude eleitoral das circunscrições eleitorais estabelecendo uma regra proporcional de distribuição de cadeiras entre partidos coligados. Uma reforma assim contaria com um redesenho do mapa eleitoral readequando circunscrições de 12 estados, recalculando a composição da Câmara Federal sob as novas regras. Como ideia fundamental apropriar a representação proporcional ao tamanho do eleitorado e só. Eles entendem que o atual sistema está estruturado sob uma arquitetura complexa e delicada e em consequência disso à possibilidade de piorá-lo com reformas ambiciosas e intempestivas é mais provável do que realmente objetivar melhoras. Na verdade os autores entendem que os sistemas políticos acabam criando uma lógica funcional por cima de um arcabouço institucional em razão de questões históricas, com sucessivas e graduais adaptações, defendem, portanto, a necessidade de uma contínua revisão, através de medidas pontuais e refletidas⁵⁴.

⁵² Leitura complementar poderá ser obtida em Melo (2005).

⁵³ Considerações sobre a desproporcionalidade de nosso sistema eleitoral poderão ser conferidas a partir da página 22, em Lima Júnior e Anastasia (1998). Sobre a possibilidade de tratar a “organização federativa da União” como variável independente ver Melo (2010, p. 17) e (2012, p. 101).

⁵⁴ Fernando Limongi e Argelina Cheibub Figueiredo (2007) criticam a maioria das propostas de reforma política ao advertir que alguns objetivos poderiam ser corrigidos com pequenas alterações, sem alterar instituições políticas fundamentais. Admitem que o veiculado pela mídia deixa transparecer uma sensação de consenso

Para Amorim Neto, Cortez e Pessoa (2011) as grandes coalizões nacionais são devidas, muito, em razão da grande dimensão de nossas circunscrições eleitorais, quer dizer, os próprios estados federados, onde o número de cadeiras para a Câmara Federal varia de 8 a 70. Entendem que mesmo com alguns problemas dos regimes de voto proporcional e de lista aberta, responsáveis por uma alta fragmentação legislativa e pelo favorecimento das pequenas legendas, tais permitem a representação de minorias. Também entendem uma capacidade do executivo pautar o congresso em sua agenda legislativa e permitir assim que as preferências do eleitorado sejam então admitidas. A ideia é que os poderes excepcionalmente fortes do executivo acabam por equilibrar o excesso de fragmentação e o personalismo. Como contorno a algumas dificuldades de nosso sistema político, os autores sugerem o uso de soluções continuadas e a adoção de uma proposta originalmente feita por Lima Junior (*apud idem* 2011) no sentido da redução da magnitude eleitoral de nossas circunscrições, isto sem tocar na representação proporcional e na lista aberta. Ao redesenhar a geografia eleitoral dos 12 maiores estados com magnitude de 8 a 70 obter-se-á uma relação de 8 a 12, concomitante a isso, adotar-se-iam critérios para uma maximização da homogeneidade econômica, num procedimento de agregação de municípios. A justificativa é a tese de que a grande heterogeneidade econômica⁵⁵ seja a principal razão da ocorrência de alta fragmentação legislativa. O instrumental deveria também incluir a proporcionalidade nas coligações partidárias, ao permitir espaço aos pequenos partidos, mas impedindo-os de predar os grandes como também preservaria a função de consolidação das bases na sustentação dos governos antes do primeiro turno das eleições presidenciais.

Jairo Nicolau (2015), em consonância com isso, realizou um inventário do que acredita serem os principais problemas da representação proporcional no Brasil e apresentou interessante conjunto de medidas, as quais entende serem capazes de corrigi-los um a um, tais como: a proibição das coligações nas eleições proporcionais; o fim da proibição aos partidos, sem cociente eleitoral, de participarem da distribuição de cadeiras; introdução de uma cláusula de

estabelecido entre o conhecimento acadêmico e os reformistas, o que seria uma inverdade, pois provocaria uma oligarquização da vida partidária. Acreditam também que as coligações são os elos entre as eleições majoritárias e as proporcionais.

⁵⁵ Os trabalhos de Alkmim dos Reis (1991) (1997) caminham nesta direção. Segundo ele apenas ao circular pelas ruas, avenidas e bairros da cidade do Rio de Janeiro é possível visualizar grandes diferenças sociais e de infraestrutura urbana. Depreende-se de seus trabalhos que o eleitorado vota de acordo com variáveis de infraestrutura urbana. Também CHO e GIMPEL (2012) ao utilizarem as ferramentas GIS entendem a ciência política espacial, pois, países, nações, jurisdições, estados, municípios, distritos, condados, congressos, assembleias, câmaras e etc. são nada mais nada menos que circunscrições, fronteiras geográficas. No artigo citado os autores tomam o cuidado de enfatizar que outras dimensões podem também tomar a forma geográfica, como a histórica, daí citam o trabalho de Key e Heard, em 1949 (*Apud idem*, 2012). Rodden (2010) e ainda a análise da desigualdade socioespacial de Nascimento (2013).

barreira nacional de 1,5%; adoção de listas pré-ordenadas de candidatos nas eleições proporcionais; garantia da elaboração de listas por processos democráticos pelos partidos políticos e contabilização dos votos de legenda para eleição dos primeiros nomes da lista.

Encerrada a avaliação de distorções em nosso sistema político, realiza-se na sequência um relato sobre os códigos eleitorais brasileiros, com destaque para a questão da proporcionalidade, já que está intimamente relacionada a estabilidade do executivo.

O estado da arte de nosso sistema político eleitoral 1985-2016

Para pensar o cenário de nosso sistema político, importa conhecer algumas alterações eleitorais significativas que acabaram por desenhar o perfil político institucional atual. Para exemplificar, pode-se trabalhar com o inventário dos códigos eleitorais brasileiros, realizado por Nicolau (2002)⁵⁶. O primeiro código eleitoral data de 1932 e com ele a Justiça Eleitoral foi criada além de inúmeros dispositivos que tornaram as eleições mais limpas. Com relação ao sistema eleitoral foi responsável por um sistema misto complexo, combinando características proporcionais e majoritárias. Segundo o autor, o modelo proporcional já vinha sendo defendido desde 1893. Mas o de 1932 inovou em muitos quesitos, principalmente quanto ao cálculo do quociente eleitoral, dizia que o número total do comparecimento dos eleitores dividido pelo número de cadeiras a serem ocupadas. Cada partido elegia tantos candidatos quantas vezes atingisse o quociente eleitoral e os mais votados dos partidos eram eleitos. O golpe de 37 encerrou a incipiente experiência democrática, mas em 1945, novo sistema proporcional foi introduzido para a Câmara dos Deputados. O quociente passou então a ser calculado levando-se em conta a divisão do total de votos válidos, inclusive brancos, pelo número de cadeiras disputadas e os votos válidos recebidos por cada partido, coligação, eram somados e divididos pelo quociente. Do mesmo modo como no anterior, um partido elegia candidatos tantas vezes atingisse o quociente eleitoral. Em 1950, novo Código eleitoral foi promulgado, alteram-se algumas regras eleitorais, mas principalmente alterou-se aquela relativa à distribuição de cadeiras na Câmara dos Deputados. Tal sistema continua em vigor até os dias de hoje e teve como única alteração, em 1998, o fato dos votos em branco deixarem de ser contabilizados no cálculo do quociente eleitoral. Divide-se o total de votos válidos e votos de partidos e os em branco pelo total de cadeiras. O total de votos por partido é dividido pelo quociente eleitoral. Cada vez que o partido consegue atingir o quociente elege

⁵⁶ Outro trabalho importante que contempla um histórico robusto da legislação eleitoral é o artigo “A participação política: a ampliação do mercado eleitoral e as distorções do sistema de representação” de Lima Junior e Anastasia (1998).

um deputado. Depois entram as sobras, maneira de alocar segundo o sistema de maiores médias, o total de votos do partido é dividido pelo número de deputados que ele conseguiu eleger somando-se um. Assim os partidos que obtiverem maiores médias elegem as cadeiras restantes.

Para Jairo Nicolau (2002) após duas emendas à Constituição de 1988, em 1990, é que volta a ser permitida a possibilidade de coligação entre os partidos nas eleições proporcionais, as quais foram proibidas pelo Código Eleitoral de 1965. Também nesta época o mandato presidencial foi reduzido para 4 anos, procurando-se com isto aumentar a conexão eleitoral entre a votação obtida pelo partido, coligação, do presidente e a representação dos partidos na Câmara dos Deputados. Tal observação é importante, pois dois dos presidentes eleitos com frágil vínculo com os partidos políticos, Jânio Quadros, 1960, e Fernando Collor, em 1989, viveram situações de trágico desenlace para a história política nacional. Para Nicolau as chamadas eleições solteiras, com frágeis bases parlamentares, acabaram por estimular tal mudança. Em 1997, via manobras condenadas pelos atuais algozes, ratificou-se uma emenda constitucional que permitiu uma reeleição para os chefes do executivo, nos três níveis federativos, no Brasil. Também em 1997, o Congresso aprovou uma lei definitiva para regular as eleições a de nº 9.504 (Cf. idem, 2002). Até então cada período eleitoral era regulado por legislação específica para o pleito, causando distorções e grandes variações nas características dos processos eleitorais.

Importante salientar a íntima conexão da composição do Congresso Nacional e a estabilidade, bem como produtividade, do executivo, como já mencionadas. Tais fatores acabam por influenciar também as taxas de “Abstenção”, “Comparecimento”, como ainda os “Votos Válidos”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, pois demarcam de alguma forma os contornos a serem vividos pelo país no horizonte político. Daí pode-se explicar o terreno propício para o aprofundamento da crise política, principalmente estimulada pela mídia ao Governo Dilma.

Entende-se alcançada a explicação do conceito de contrato. O eleitorado nacional contrata com seu voto a sua representação no executivo, com base na opinião e atribui também por ela sua preferência a determinado partido político. O voto ao legislativo funciona de modo a equilibrar a força do executivo. O problema nacional, como será visto adiante, é que setores oligárquicos tem se especializado em alterar a correlação de forças entre executivo e legislativo num claro desrespeito à *vontade nacional*. Mas o que levaria ao sentimento de desobediência, ou desautorização à *vontade nacional*, se a proporcionalidade está garantida tal

cláusula pétrea de nosso regime democrático deveria ser respeitada. Mas não o é. Os motivos serão propostos a seguir

Conclusão: as razões da desobediência à vontade nacional

O voto é a decisão final do processo eleitoral, é o resultado do retrabalho pelo eleitorado do impacto da ideologia na opinião. No limite, toda análise a qual relaciona comportamento eleitoral e variáveis socioeconômicas averigua a consistência do contrato social estabelecido. Do mesmo modo que a oposição nos grupos políticos primários questionará a eleição na situação original. Nesta seção objetiva-se explicar o significado de grupo político primário.

Ao aceitar, por princípio, a ideia de *direito natural* no exercício do voto admite-se, por conceito, que as associações estatísticas verificadas entre os comportamentos eleitorais possíveis, a saber: “Comparecimento”, “Abstenção”, “Voto em Branco” e “Voto Nulo”, e variáveis socioeconômicas permitem pensar uma *Ontossociologia*⁵⁷, o que acarreta consequências importantes para a Ciência Política. Na verdade se o voto está atrelado a uma ontologia, por questões existenciais, nós votamos a fim de sermos representados, quando, de fato, gostaríamos de atuar diretamente. O conceito de direito natural em José de Alencar (Cf. SANTOS, 1987) e o significado político da eleição em Santos (1987) (2007) sustentam esta proposição. Portanto, ao participar de modo inequívoco do momento político-eleitoral o eleitorado acata o contrato. Vota-se para influir nas esferas de decisão independentemente da qualidade de tal representação.

Tal raciocínio autorizou investigar o conceito de Alienação Eleitoral⁵⁸, que resultou em aproximar, em dois blocos diferentes, as modalidades de comportamento eleitoral e propor duas novas estruturas. Primeiro, como será visto, o conceito de Aceitação das Listas Eleitorais afirma uma concordância com as regras do jogo eleitoral, já que incorpora o total de “Votos Válidos” e o dos “Votos Nulos”⁵⁹. Refere-se à inclusão de numerosas parcelas do eleitorado no contingente populacional que tem acesso à maior participação no mercado de trabalho e

⁵⁷ Leituras sobre o desenrolar da ideia de "conceito" proporcionam interessantes perspectivas sobre a existência social.

⁵⁸ O capítulo 6 desta tese investiga a orientação do voto, no sentido do comparecimento e comportamento do eleitor.

⁵⁹ Um dos componentes mais esdrúxulos que tem se tornado constante em algumas das manifestações contra o governo atual têm sido os reiterados pedidos de intervenção militar por grupos específicos, notadamente setores da elite pouco esclarecida intelectualmente. Ao se iluminar tal comportamento com as análises de Oliveira (1999) e Reis e Castro (2001) pode-se atribuir a uma arbitrária abdicação do comparecimento eleitoral por supostos benefícios a se auferir com a instalação do regime reclamado. Silêncio midiático com elevada sensação de normalidade civil, segurança seletiva e participação no mercado de trabalho. Ou seja, uma forma de clientelismo.

distribuição de renda, e riqueza, o que acaba por inibir os movimentos de insatisfação (SOLDATI, 2015 ab)⁶⁰. Já o de Rejeição das Listas Eleitorais explica a insatisfação com o sistema eleitoral, transmitida por um sentimento de decepção, de desesperança do ato eleitoral. Ficam então equiparados os comportamentos da “Abstenção” e do “Voto em Branco”. Isto inclui aquelas parcelas, que de acordo com Oliveira (1999), estão alijadas das redes de benefícios, bem como aqueles que sentem medo em se posicionar, de enfrentar os altos custos do fracasso, mesmo que seja numa simples manifestação pelo voto.

A inclusão / exclusão do eleitorado, através da aceitação / rejeição das listas eleitorais, nos dividendos da república pode ser demonstrada ao idealizarmos a estrutura de um partido político. Um partido político é o melhor exemplo da disposição “representação”.

Grupos políticos primários

Mas como estabelecer paralelos entre a representação, uma *ontossociologia* e um partido político⁶¹? Toda vez que duas partes se unem para escolher alguém que fale em nome dos dois, ou em nome de mais, coloca-se em operação o mecanismo da representação. Por isto, entende-se como grupos políticos primários aquelas associações humanas onde duas partes se organizam para eleição de um representante (ver diagrama da estrutura de um Grupo Político Primário na próxima página)⁶². Pode-se idealizar que os pleitos eleitorais serão definitivos neste tipo de grupo e o eleito carrega a confiança e o não eleito frustração. A certeza da impossibilidade de reverter este quadro estruturante, que é universal, é então enviada aos pares e deverá ser tratada pelas sociedades sob a forma de consenso. Os mesmos sentimentos que gravitam os processos eleitorais gravitam a confiança e a contrariedade dos não eleitos. Ao replicar os momentos eleitorais dos grupos políticos primários nos grupos políticos secundários, as sociedades representam a si mesmas. De modo que as democracias atuais⁶³ são representações de manifestações primevas.

Pode-se depreender desta proposição que o sofrimento⁶⁴ pelo não atendimento das expectativas dos correligionários é transformado em problemas de classe ou de estamento. Também é possível acreditar que a replicação de nossa cultura política primária nos conduz

⁶⁰ *Paper* apresentado no Seminário FESPSP “São Paulo: a cidade e seus desafios” em 2015 intitulado “Considerações sobre a alienação eleitoral – das eleições para o executivo no Brasil entre 1996-2014”.

⁶¹ Cf. Braga (2010), Ferreira Neto (1988), Sartori (1982), Seiler (2000), Diniz (1982), Dulci (2010). Cf. ainda a nota 51.

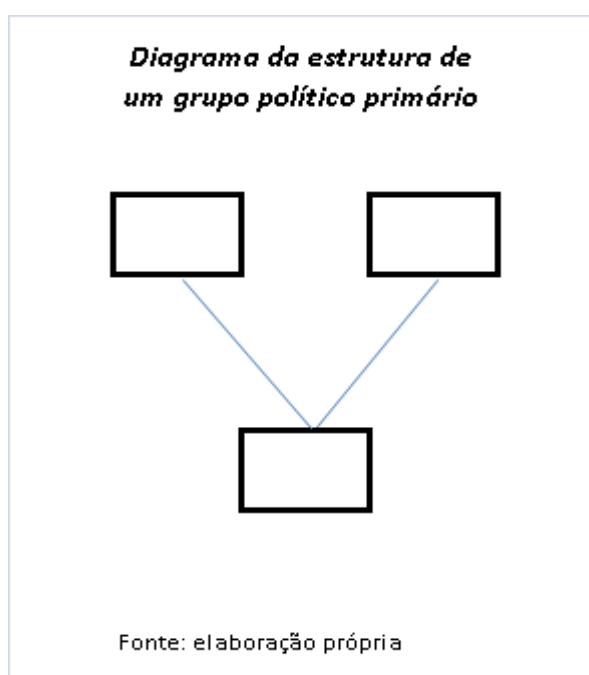
⁶² Um introito pode ser visto na perspectiva comteana (BASTIDE, 1984).

⁶³ Para o autor a maioria das formas políticas.

⁶⁴ Considera-se mesmo uma questão kierkgaardiana.

sempre a uma conjunção ortogonal entre *continua* dicotômicos: centralização / participação, absolutismo / liberalismo.

A fim de forçar a manifestação da estrutura de um partido político, torna-se necessário o esboço de um partido político ideal-típico, ou seja, de um grupo político, o que caminha na direção de demonstrar que os motivos contratuais são recorrentes. É por isto que se pode remeter à criação dos partidos de notáveis, porque o conflito sempre ressurgirá no mesmo formato enquanto o papel do partido de massas será o de reacender a questão contratual.



Santos (1987) entendeu uma originalidade de José de Alencar na fórmula proporcional e aprofunda suas investigações na tendência à aproximação da *polis* ao *demos*. Pode-se concluir, com a leitura oferecida por Santos, a também original distinção que Alencar faz da vida social e da vida civil⁶⁵. Na mesma obra o autor ainda expõe a proposta de Buchanan (Apud idem, 1987) com a reatualização geracional do contrato. Encontrar respostas aos problemas criados ao impasse da representação é o próprio motivo da ciência política, pois quando a representação não se efetiva fica criado o problema social. Gabriel de Tarde (VARGAS, 2000) percebeu que os movimentos de repetição e imitação determinam o desenvolvimento social.

⁶⁵ Cf. Séyes.

Assim se dão os partidos políticos. Por que não outros modelos se fortaleceram e frutificaram? A resposta pode estar na constituição dos grupos políticos primários. A sociedade representa a si mesmo nos partidos políticos. São manifestações, réplicas dos grupos políticos primários, mas são grupos políticos secundários como o são inúmeros outras associações civis. Na realidade participamos de eleições diariamente e a saída encontrada para a derrota eleitoral foi criar a distinção da classe ou do estamento⁶⁶. O que está em jogo, não é nem o medo da repetição de uma recondução da situação eleitoral, do eterno retorno, mas uma forma de ocultar a fatalidade do não reconhecimento eleitoral. É a culpa pela impossibilidade eletiva de todos os candidatos nos grupos políticos primários é que gera as classes e o estamento. Por isto sempre buscaremos o reafirmar de nossas opiniões, para recuperar ou manter nossas posições perdidas nos grupos políticos primários. E é assim que muitas elites se esforçam e se esforçarão em fraudar resultados.

Segundo Sartori (1982) a estrutura de oportunidades é central para o militante na política intrapartidária, pois é o que poderá resultar em ganhos ou em perdas, numa relação direta entre a quantidade de votos a obter e quantos ele poderá controlar para a conquista dos cargos almejados⁶⁷ os quais se transformarão em dádivas. O desespero humano kierkgaardiano traduz a infelicidade do candidato não eleito, tido como incapaz, impossibilitado de construir a sociedade aos seus próprios moldes, de justificar sua existência. Qual o histórico, o *curriculum* do partido vencedor, ou de ambos e as influências ou o grau de influência que incidirá sobre o eleito? O eleito vai e o não eleito acompanha, a ele ou os outros, já que carrega simbolicamente a existência. Os grupos políticos primários terão influência elevada no comportamento dos candidatos, mas será no eleito que os resultados serão mais visíveis.

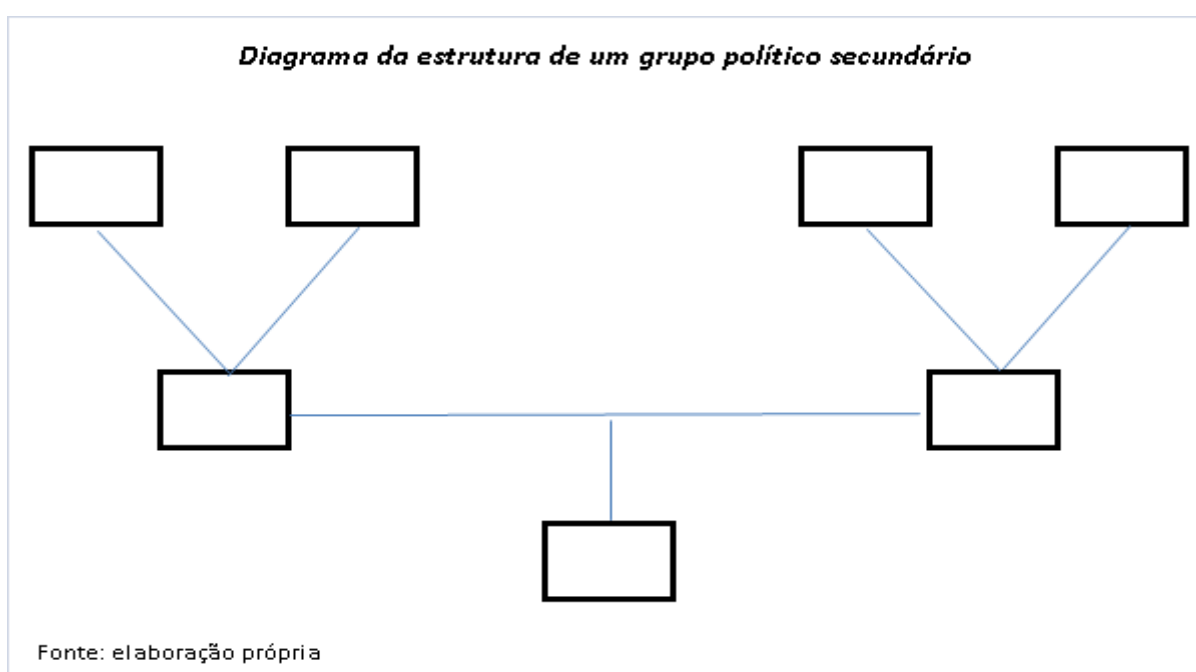
Grupos políticos secundários

No surgimento das agremiações políticas modernas temos as facções e os partidos políticos de notáveis como expressões, exemplares, dos grupos políticos secundários. Somente muito tempo depois é que se configurou e se admitiu a existência de partidos políticos de massas. Ainda hoje esta dicotomia prevalece, como é amplamente discutida a tendência à bipolarização dos sistemas partidários em dois grandes grupos e que ganha força nos momentos pré-eleitorais e mesmo durante os mandatos, nas movimentações de coalizão.

⁶⁶ O autor da tese propõe aqui um corte epistemológico nas avaliações de Alencar, na relação entre sociedade política e sociedade civil, bem como a atualização de Santos, bebido em Pizzorno, do movimento aproximação / distanciamento da *polis* do *demos*.

⁶⁷ Nota do autor: cargos os quais serão transformados em dádivas.

O funcionamento dos grupos políticos secundários é apenas reflexo direto dos grupos políticos primários (ver o diagrama da Estrutura de um Grupo Político Secundário a seguir). O próprio nome partido sugere que é parte de um todo. Um todo ao se desmembrar revela ao menos duas partes, como também demonstrou Sartori (1982). Partidos políticos tendem a se opor na luta por hegemonia, a representar o todo. No processo de oposição eles se aproximam para disputar a eleição, a fim de eleger seu candidato. Todo partido tem por princípio eleger seu candidato e não o do partido contrário. Todo candidato traz como herança partidária um capital sociocultural e sabe que se vencido, este capital ficará em segundo plano, a integralidade dos modelos de vida, experiências e modos de atualizar a sociedade estarão em suspenso, em desuso. Seu modelo e sua razão de viver estarão em xeque, daí o sofrimento, o desespero⁶⁸. Caso o candidato vença o capital sociocultural será atualizado de modo a referendar sua tradição, seu modo de vida.



Os sentimentos que orientam o comportamento eleitoral, esperança, confiança, compaixão, desespero, medo, ódio e toda uma constelação que gravita em torno de cada um desses, podem ser observados nas disputas entre os postulantes, pelas candidaturas intra e interpartidárias. Tanto o eleito quanto o não eleito são, por direito, eleitores e carregam consigo as expectativas e desapontamentos das eleições primárias. Simbolicamente o fato de

⁶⁸ Bem ao estilo kierkgardiano.

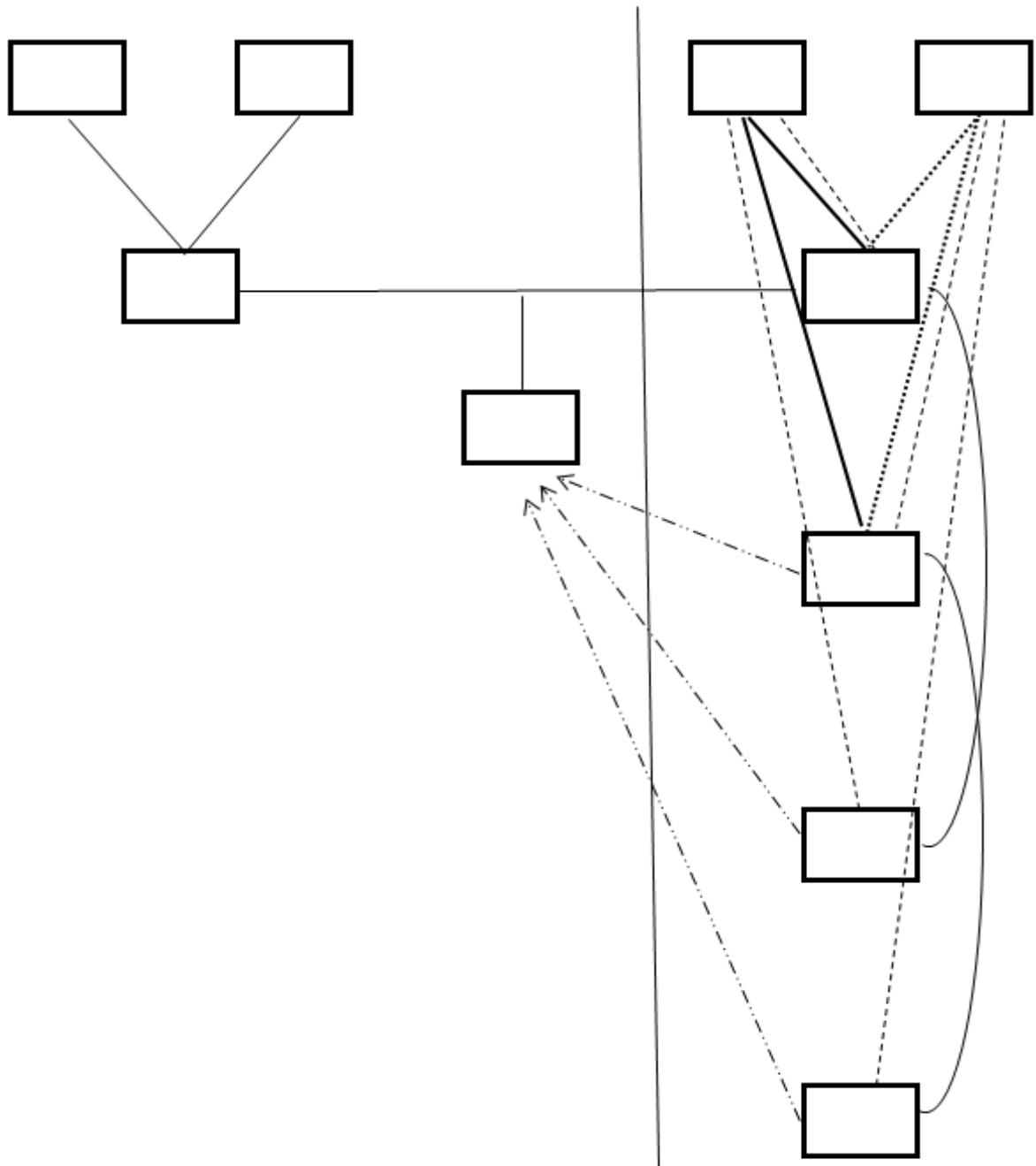
ser eleito eleva a ideologia ao caráter de *status*, da legitimidade da bandeira da existência. O fato de não ser eleito produz frustração. Em Sartori (1982) a certeza da oposição na impossibilidade de ocupar, em algum instante, a posição de situação produzirá o que ele chamou de oposição irresponsável. Ao resignificar a motivação dessa expressão se poderiam propor sentimentos como o ciúme, o ódio e a inveja⁶⁹.

Entre o eleito e seu competidor. A cada par que disputa uma eleição podem ser adicionados novos integrantes, em eleições subsequentes, que buscarão identidade a cada uma das partes, tal propicia a formação de um micro sistema partidário (ver diagrama dinâmico na página seguinte). Isto pode ocorrer tanto transversal quanto longitudinalmente. Todo o confronto fica instalado e mesmo após as eleições cada parte tentará reconduzir seus ideais como modelo de vida. Costumeiramente o vencido sai de cena carregando um ressentimento, mais pelo desespero de não se atualizar do que propriamente pela derrota. A decepção dos partidários atíça a oposição e a derrota é assimilada por todos, pois o modelo não foi levado a cabo. O reconhecimento não os alcança e por isto instala-se o conflito.

Todos os outros candidatos subsequentes participarão do mesmo conflito e cada grupo político primário cria seu sistema partidário. Toda situação procura uma oposição para realizar uma eleição, esta é a essência de um sistema partidário. Fundamental saber qual partido apoiou mais seu candidato, até mesmo se os partidos opostos apoiaram um, ora o outro, ou os dois candidatos. Quando existe acordo entre os partidos para eleger, ou favorecer uma candidatura, o resultado tenderá a ser ótimo a um dos candidatos, mas não ao outro, dependerá da sinceridade do apoio, da quantidade e intensidade destinada a ele, e se, os partidos e o eleito, além dos grupos primários e periféricos, até mesmo dos secundários, permitirão seu desenvolvimento. De modo que as eleições laterais funcionam como modalidades de influência da opinião, de regateio ou sustentação, do *status quo*, do contrato.

⁶⁹ O sentido de inveja tal como utilizado no Horizonte do Desejo de Santos (2007). De qualquer forma são sentimentos comuns à humanidade e passíveis de serem avaliados em gradações de valor. Sentimentos que podem ou não ser claramente justificados.

Diagrama dinâmico da estrutura de um grupo político primário



Fonte: elaboração própria

70

⁷⁰ Pensou-se a possibilidade de inverter o diagrama acima, mas como se entendeu que o paradoxo da existência foi tornado questão de classe ou de estamento, resolveu-se mantê-lo assim.

A consciência partidária acompanha os candidatos, agora eleitos e não eleitos. Eles desenvolverão seus programas de governo com base nas próprias preferências, herdadas dos partidos. O eleito se torna o portador do projeto, alguns não-eleitos também, aquém. Mas nada impede que consigam, ao se aporem ou se oporem a outros partidos, eleger seus candidatos.

A possibilidade de analisar estatisticamente a sociedade e inferir tendência probabilística na ação individual, permite admitir que as formas sociais assumidas sejam resultados humanamente produzidos, formas possíveis e, por isto, passíveis de serem reduzidas, a ação individual. Por isto, na realidade concreta podemos pensar a realização da paisagem urbana como uma expressão social genuína.

Considerações da conclusão

As epígrafes apresentadas na abertura desta tese comentam a liberdade de cada grupamento humano ser autônomo politicamente. Contudo, mesmo reafirmando este projeto, o autor entende que defender autonomia implica acatar limites propostos pelo conjunto federativo, sob o risco de descaracterizar a república, ou simples caracterização de impedimentos.

Na verdade o que trava o desenvolvimento político, ou mesmo o entendimento pleno da política representativa nas bases atuais é seu caráter de legislação de classe elitista, já que setores temerosos de uma democracia plena⁷¹ impedem o pleno exercício da democracia proporcional com o intuito de manter os postos chaves controlados. A não assunção pela política, de decisões democráticas, mantém a estrutura do *status quo* inerte⁷².

O eleitor desenvolve mecanismos de avaliação da política governamental e seria capaz de alterar o escopo do sistema político eleitoral pelo voto, como o tem historicamente demonstrado. A dificuldade surge pela ininterrupta movimentação de elites, ainda hoje, orientadas por perspectiva não liberais⁷³, ibéricas. A contenda Dom Pedro I, Dom Pedro II ainda persiste. Como grupo político primário por excelência, a família imperial brasileira⁷⁴.

⁷¹ Com a ideia de poliarquia levada a sério, Leonardo Avritzer faz importantes considerações sobre as idas e vindas do ideal democrático nas proposições de Marx, Downs, Schumpeter, Dahl e Habermas (A moralidade da democracia, 1997). A proposta de Dahl poderá ser conferida em Poliarquia (2012), a de Habermas em Mudança estrutural da esfera pública (1990) e em Direito e Democracia (1997), a de Schumpeter em Capitalismo, Socialismo e Democracia (1984).

⁷² Aquele mesmo horror do dissenso, observado por Sartori (1982), e que somente aos poucos foi diluído ao admitir-se uma plausibilidade na assunção de uma forma política não unitária.

⁷³ A dicotomia liberalismo / iberismo proposta por Santos (1987) para avaliar o período imperial complexou-se. Os estamentos se espraiaram.

⁷⁴ “A República estava lá, mas a democracia não ou jamais fomos ibéricos” (MAGALHÃES, 2011).

Embora tenha aberto as portas para a representação das minorias, para elites locais, não necessariamente oligarcas, o desenrolar da Conciliação, talvez por características da condução imperial, resultou numa involução eleitoral. De qualquer jeito a condução regencial é vista como algo benéfico por José Murilo de Carvalho (LIMA JUNIOR, 1997b) e o que, de fato, ele condenou foi a forma em que a oposição atuou no período. Tal visão é contrária a de Santos (1987) que abertamente explicita sua preferência pelo liberalismo de D. Pedro I. Ele ainda percebe José de Alencar como conservador pelo impedimento defendido por este quanto ao voto do analfabeto, mesmo que defendesse a universalidade do voto. Vale salientar o peso que a educação já representava para a intelectualidade naquela época. Basta lembrar a saída de Mill com a teoria educacional do voto, aqui mesmo já mencionada. Pelo exposto, pode-se propor uma aproximação entre a Conciliação e os mecanismos de Coalizão, já que sua manutenção enviesada redundou em involução ou tentativas de, como se dá agora. Reformas políticas pontuais como a apropriação da proporcionalidade poderiam democratizar nosso sistema político, atualmente com viés oligárquico.

Mas a estrutura de competição eleitoral se repete nos 3 níveis do executivo, pois tratam-se de recriações de momentos eleitorais dos grupos políticos primários. Como se dá a passagem de um modelo a outro? Por semelhança, segundo Tarde (2000).

Como pode ser observado (ver diagrama na p. 109), para a existência de um sistema partidário, será necessária a existência de dois, ou mais, partidos políticos. Note que cada qual travou disputas internas na escolha de seu representante e agora os coloca na arena eleitoral propriamente dita, para concorrer à vaga de representante da ideologia partidária e quiza da opinião pública.

Ao se avaliar o comportamento eleitoral do eleitorado juizforano verifica-se que a cidade continua com elevado comparecimento devido a seus altos índices de infraestrutura urbana. Contudo as taxas de “Abstenção” e “Voto em Branco” começam a se elevar muito provavelmente em razão do aumento da desigualdade urbana pelo desinteresse individual e consequente estagnação social dos cidadãos, bem como do impacto massivo da propaganda midiática.

Com relação à representação nota-se que os principais partidos políticos juizforanos espriam a essência dos partidos políticos nacionais. O tamanho da cidade, sua posição geográfica e seu desenvolvimento político e socioeconômico deixam-na atrelada aos desenvolvimentos dos

grandes centros de seu entorno. Fica fácil identificar as diretrizes ideológicas de nossos partidos e estabelecer ligações com os partidos nacionais. A cidade repete o macrocosmo político nacional, com três principais partidos na arena política, ao representar um pluralismo moderado e segmentado, visível nas coligações partidárias das últimas décadas de suas eleições municipais. As dimensões invisíveis da política (SARTORI, 1982), também ficam evidentes em nosso cenário político, pois embaralham as noções de esquerda e direita. Partidos considerados de centro descambam para a direita, alguns mais outros menos. Isto força a esquerda a radicalizar em alguns momentos, obrigando-a a demarcar fronteira do que é ser esquerda ou direita, mesmo que para sobreviver tenha que alinhar programas considerados não tão de esquerda assim.

Um dos partidos políticos juizforanos encarna muito bem o papel de partido de notáveis. Somente cidadãos “nobres” bem-nascidos e bem-educados que com seu primor assumirão o papel das lideranças. Os especialistas também desenvolvem papel primordial nesta agremiação. Outro partido político é famoso pelas consultas realizadas junto às suas bases. Constituído por lideranças liberais locais, mas também estamentais pretende sempre solucionar seus problemas em amplos debates do tipo, façamos nós mesmos. Na ocorrência de impasses, ou na falta de cidadão competente em determinado assunto implica a importação de lideranças genuínas, neste caso em especial, de especialistas. Uma terceira força diz respeito aos movimentos populares, sindicais e de intelectuais, onde toda a tradição democrática, nas principais decisões do partido, é levada a sério. Isto não implica na automática solução de impasses, pelo contrário, muitas vezes o partido cai no imobilismo pelas dificuldades na obtenção de consensos democraticamente organizados.

O partido de notáveis descende diretamente dos nobres estamentos e não abre mão das condições auferidas pela consolidação de uma tradição de privilégios, os quais são propagados como características meritocráticas. O partido das lideranças também pode ser entendido assim, orientado por diretrizes estamentais mesmo que sua constituição seja mais democrática, onde a miscigenação de valores é percebida, também preservam e criam seus privilégios. No partido dos trabalhadores, sindicalistas e intelectuais, também está presente a força estamental, embora existam maiores possibilidade de inclusão de setores sociais da população, aslém de privilegiar uma estrutura liberal sem ser escravo dela. Se todos defendem, no nível municipal, um regime democrático pode-se entender que a democracia do primeiro partido é a forma como seus especialistas escolhem como os programas irão beneficiar certas parcelas da população e todos deverão concordar com isso. O segundo adota

o critério das consultas junto as suas lideranças, bem ao estilo de Pareto e Mosca. O terceiro adota a prática das consultas às bases, mesmo com a presença de especialistas ou integrantes estamentais. Todos esses aspectos contribuem para angariar maior ou menor antipatia junto ao eleitorado e mesmo entre os partidários. Esta análise apenas confirma a tradição republicana brasileira, onde a participação do cidadão é restringida de acordo com a ideologia partidária hegemônica. As tentativas dos últimos anos de oxigenar nossa vida política nacional acabaram por disseminar a possibilidade de maior inclusividade na vida política dos municípios. Os resultados ainda são imprevisíveis dadas as constantes tentativas de golpe pelos setores estamentais. Mas o fato é que o país ficou mais democrático e mesmo que parcelas da população estejam ainda indecisas quanto às vantagens de uma maior participação política, cresceu o número dos que a defendem. Talvez seja este o legado dos últimos governos. A coisa já foi feita⁷⁵, já aconteceu e alterou a natureza da existência social, através de realizações concretas e com a inegável distribuição de renda e crescimento econômico conseguiu-se alterar, para melhor, a vida da população.

Portanto, conclui-se que três correntes principais parecem constituir nosso ideário político. Aqueles que se intitulam notáveis, a pequena burguesia, nem sempre tão pequena assim, e os grupos de trabalhadores e de intelectuais. Duas correntes principais defendem estilos de vida diferenciados ao eleitorado brasileiro. Uma entendendo maior centralização e planejamento e controle altamente elitista. Outra defendendo abertura aos processos decisórios ampliando a participação de setores da burguesia local, não considerados de casta, e aquele outro que pretende ampliar a participação de setores populares. A vitória representa a adoção, ou ao menos a defesa, das políticas sustentadas nas campanhas, à derrota cimenta o terreno ideológico da oposição.

O partido de notáveis se orienta por ideias onde uma elite pensa ou adota ações e posturas que as elites deveriam fazer, ao menos pensam em agir assim. Propugna crescimento econômico com austeridade social, baixa ou nenhuma distribuição de renda. O partido da pequena burguesia reafirma a construção de uma autonomia produtiva. O partido de massa, ao menos defende participação popular, crescimento econômico com distribuição de renda e aumento da participação popular no centro de decisões.

⁷⁵ Em palestra ministrada no auditório do ICH-UFJF o professor Timothy Power entendeu a possibilidade de retrocessos (POWER, 2015).

Nas manifestações de junho de 2013, em todo o país, parece ter ficado claro que a reclamação não era o impedimento de uma presidenta, mas de um modelo político, exageradamente centralizador, capaz de desvirtuar todo conceito republicano. E foi consenso, que naquele público, a esmagadora maioria das pessoas não sabia o papel desempenhado pelos partidos políticos e era recorrente a alegação quanto a necessidade em afastar esses instrumentos de representação da vida do país. De qualquer forma maior participação melhora o civismo, instrui e isto é razão da defesa de impedimento pelos estamentos.

Ficou claro na análise da infraestrutura urbana, fruto do primeiro período eleitoral avaliado, de 1996-2004, no “Perfil Urbano Brasileiro” bem como na explicação do conceito de “Divisão do Trabalho”, que a questão das vocações das cidades tem influência na forma de ocupação da mão-de-obra municipal. É correto afirmar que boa parte dos municípios brasileiros, como atualmente organizados, sobrevive basicamente de repasses federais, principalmente se o município for de pequeno porte.

Mas o fato é que na estrutura sindical organizada no Estado Novo e que orientou a vida política no período 1946-64 tem forte peso o padrão cooptativo e a alta desvalorização da atividade político-partidária (SOUZA, 1976, p. 104). Depois, no regime de 1964 (SOARES, 1973) as regras instituídas pelo AI-5 provocaram um esvaziamento do legislativo, pois ele perdeu suas principais características e funções de representação. Tal cenário orientou as atenções das elites em direção a postos chaves no executivo. Por último, já na formação e organização das comissões da Assembleia Nacional Constituinte por setores tucanos (PILLATI, 2008). Todo este histórico dá uma ideia do aparelhamento do estado brasileiro, por setores da elite oligárquica⁷⁶.

Se a proposta de vencer o *custo do fracasso* (SANTOS, 2007) contém redistribuição de riquezas e crescimento econômico algo realizado pelos governos dos últimos 13 anos⁷⁷, a oposição tem se especializado em fazer o contrário, além de a mídia realizar um massacre panfletário, com o espriar do medo através da imagem da recessão, inflação, desemprego e

⁷⁶ Poderíamos denominar de “Teoria do Absurdo”, alguns apontamentos realizados por Dahl (2012, p. 208), e que se encaixariam perfeitamente na estrutura das crises cíclicas brasileiras. Leitura fundamental é a proposta de Santos (1998) da inserção do eixo “Controle” às dimensões dahlsianas e a lembrança de Ramseyer e Roseblut (Apud idem, 1998) com o conceito de “*empty core*” e a definição de oligarquia.

⁷⁷ Delgado (2016) é quem também apresenta artigo sobre os problemas de coordenação e capacidades estatais para um modelo desenvolvimentista ao realizar estudo comparativo sobre as trajetórias e horizontes da China, da Índia e do Brasil. Não custa enfatizar que o modelo de estado interventor foi fundamental no sucesso da economia nacional, dos últimos 13 anos, e o responsável pela promoção do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

diminuição da atividade produtiva. Isto redimensiona para pior a linha da pobreza e reposiciona em níveis anteriores a participação popular⁷⁸. Em consequência, ao elevar-se o *custo do fracasso*, altera-se em pleno curso as bases contratadas. Um golpe.

⁷⁸ Ver "Reciprocidade e confiança em contextos de escassez: o caso do Blat" (MARQUES, 2002).

Capítulo 5 - A meio caminho – balanço do Sistema Político Eleitoral Brasileiro

Este capítulo também poderia ser intitulado como “Contratos nacionais e rupturas”, ou ainda “Negação do contrato pelas oligarquias, um modelo nacional de legislação de classe”. O fato é que, ancorado pelo trabalho de Olavo Brasil Lima Júnior (1990) procurou-se apresentar literatura que ilustra momentos históricos nacionais relativos às possibilidades de desenvolvimento democrático, mas que foram interrompidas ou por retrocessos “legais”, que culminaram com uma atuação política diminuída e que enfraqueceram as instituições nacionais, ou que foram interrompidas, por processos autoritários ou ainda através de “tentativas” ferozes de descaracterização do regime democrático, como o é o caso atual. Serão apresentados três momentos considerados emblemáticos na história política eleitoral brasileira.

Na perspectiva de Lima Júnior (1990) ao longo de nossa história, instituições como os partidos políticos e as eleições, incorporadas ao ideário liberal, serviram ora como instrumentos de dominação, ora como forma de representação, para tanto ele se refere aos períodos do Segundo Reinado, República Velha⁷⁹ e regime autoritário militar. Os partidos teriam sido sempre marcados por alto grau de elitismo e excludência. Daí a forma como foram criados os partidos políticos no Brasil, sempre de cima para baixo, ou por alguns segmentos da elite, sempre sem vínculos estreitos com a sociedade e sem a participação popular. Outro fator marcante foi a permanente mutilação ideológica, em razão dos constantes impedimentos legais ao seu funcionamento, tais como as proibições de funcionamento de partidos políticos de esquerda. Uma última característica importante é seu aspecto intermitente e, quase exclusivo, para fins eleitorais. Em geral o surgimento de novos partidos políticos sempre se deu nos contextos de mudança de regime, como forma de aglutinação das elites políticas e sempre com propostas de oposição / apoio ao regime anterior e ao novo regime. Tal intermitência é fruto de seu elitismo, onde a falta de vínculos estreitos com os interesses organizados sempre desenhou um perfil partidário pouco nítido ideologicamente falando⁸⁰. Segundo ele, a experiência da ressurgência democrática dos anos 1970 trouxe novidades essenciais ao fortalecimento do sistema partidário nacional. Adiante serão abordadas algumas visões acerca do período da Conciliação, considerado, pela *intelligentzia*, como momento crucial na história do sistema político nacional.

⁷⁹ Cf. Carvalho (1987) (1988) (1997), Carone (1978).

⁸⁰ Cf. Braga (2010).

A Conciliação

Ao avaliar a importância das eleições na política imperial, Nicolau (2002) informa que alguns estudiosos da época, bem como outros recentes, comparam o sistema monárquico brasileiro com o parlamentarismo britânico. Lá o partido vitorioso escolhia o primeiro-ministro e a formação do governo dependia das eleições, houve enorme pressão para redução das fraudes e ampliar o eleitorado. No Brasil, ao contrário, o imperador designava o chefe de Gabinete e este organizava a eleição. Assim, o partido que era convocado garantia a vitória nas eleições, por isto não eram as eleições que geravam governo, mas davam sustentação parlamentar ao Gabinete escolhido pelo imperador.

Com o advento da República os principais cargos ocupados pelos governantes eram posições conquistadas eleitoralmente e apesar da presunção da lisura dos procedimentos elas não eram eleições limpas. As eleições eram fraudadas de todas as formas possíveis em todas as fases do processo eleitoral. Do alistamento dos eleitores, votação, apuração e diplomação. Como instrumentos principais das fraudes poderiam ser citados o *bico de pena* e a *degola*.

Outro fator comprometedor das quatro primeiras décadas da República era o baixíssimo comparecimento. São raríssimos os dados das votações neste período. De acordo com Nicolau (2002) um dos poucos resultados que informam o comportamento eleitoral da época é das eleições para a Câmara Federal de 1912, ali o comparecimento foi da ordem de 2,6% da população. Já nos pleitos para a presidência, somente em 1930, um pouco mais de 5% foi às urnas. Mas as regras contribuía para o baixo comparecimento, o voto era masculino e proibido aos analfabetos. A taxa de analfabetismo da época era em geral acima dos 50% da população adulta.

Já na visão de José de Alencar (SANTOS, 1987), após o Segundo Reinado iniciou-se um tempo de paralisia e decadência, com a corrupção generalizada entre os partidos políticos, na chamada Conciliação e mesmo que tal parecesse expressão honesta e decente, aos olhos do grande público, somente qualificava a grande prostituição política de uma época. Alencar se ressentia pois entendia os partidos políticos como a “milícia da nação”, responsáveis pela soberania, pelas instituições, pelo monarca e pelo povo e na ausência deles tomaria conta a guarda pretoriana, capaz de nomear e destituir ministros e imperadores. Para ele, os sistemas representativos através dos partidos políticos, condensariam a soberania na representação e

garantiriam a supremacia do governo civil, única alternativa institucional a governos autoritários. Ele ainda enalteceu a função da oposição nos sistema políticos.

Mesmo sem saber se houve distinção entre a leitura de Burke (Cf. SANTOS, 1987) sobre o momento de evolução dos partidos políticos ingleses nos períodos pré e pós 1688, Alencar teria iniciado um estudo sobre a evolução dos partidos políticos brasileiros. Santos aprofunda a visão, ao entender que havia no país, após a Independência, algo que chamou de *antagonismo de nacionalidades*, onde ser liberal significava ser brasileiro, ao passo que ser absolutista era sinônimo de ser português. Neste raciocínio a abdicação não fora suficiente para superar a divisão partidária da época de Pedro I. O problema parece ser que o partido da Independência com a morte de Pedro I que era liberal dividiu-se fazendo ressurgir ideários portugueses, resultando no encerramento dos partidos nacionais e a emergência dos partidos políticos. Para Alencar (Idem, 1987) os partidos nasceram mal, o “conservador” apoiado na indústria nacional “trabalha” para as estrangeiras, enquanto o “liberal” trai seus princípios liberais o que provocou a revolução de Minas. Quando chega a Conciliação, 1854, os partidos antigos acabam desmoralizados e caem num fosso imobilista.

Alencar indica à Coroa ações capazes de ressuscitar a vida política nacional responsabilizando-a pelo estado letárgico da nação. Incita-o a restaurar os partidos políticos ao reforçar o poder da *opinião*, uma vez que em governos representativos os partidos agregam as opiniões e as milícias, já que tais têm por função representar uma parcela da opinião nacional e o parlamento a de abarcar as frações correspondentes à representatividade eleitoral. Para Santos (1987) isto difere drasticamente da concepção de Burke, para quem os partidos, as chamadas *honradas conexões*, deveriam exercitar todo o poder a fim de realizar seus ideais sectários. Isto acabou por resolver o enigma democrático fundamental, com a garantia de que, pelo voto sem restrições, a maioria evitaria a legislação de classe, mas ao invés disso que o parlamento possa assumir a vontade nacional pela representação de todos. Tal se operaria através da fórmula de transformação dos votos em cadeiras, ou seja, a tal *regra de ouro* do regime de democracia proporcional.

Quem também tratou das especificidades do sistema partidário brasileiro do império à Primeira República foi **José Murilo de Carvalho** (LIMA JUNIOR, 1990). Para ele, no tocante à cidadania, foi uma involução a evolução da legislação, pois a restrição à participação manteve-se constante, o que culminou na lei de Eleição Direta de 1881. O fato era que foi mantido baixo o envolvimento popular nos sistemas monárquico ou republicano e

a justificativa era a de sempre, qualidade do voto e lisura das eleições. Na verdade uma das principais razões para reduzir o contingente do eleitorado era o custo eleitoral. Os chamados *espoletas* eram trabalhadores rurais mantidos nas fazendas com o fito de manter alto o séquito dos grandes proprietários.

O Marquês de Paraná ao perceber o perigo de concentração de poder nas mãos dos conservadores, dado os conflitos regenciais e a estabilidade do sistema, resolveu quebrar o monopólio defendendo a representação das minorias. Com a introdução da lei de inelegibilidades reduz-se o número de funcionários públicos, nos cargos parlamentares, mas não diminui a influência do governo, que segue elegendo seus partidários. Naquela época havia toda uma discussão sobre quem governava, se o Rei ou as oligarquias. Para Carvalho (LIMA JUNIOR, 1990), a inautenticidade das eleições era o problema, a política do mando desvirtuava qualquer iniciativa que não levasse em conta a proteção de correligionários. Num outro aspecto o governo necessitava de maioria a fim de governar com tranquilidade, pois a disciplina partidária não era elevada a ponto de dar sustentação ao governo em maiorias reduzidas. Segundo Carvalho (Idem, 1990) o Poder Moderador acabava por favorecer a representação da minoria, pois a derrota de um dos partidos era sempre temporária. De modo que toda a pendenga culminou com o entrincheiramento dos Barões frente ao poder moderador, com a redução da participação política e por obstáculos criados às reformas sociais. Em 1871 era grande a distância entre representação e opinião pública. Toda a movimentação decorrente dos mecanismos responsáveis pela Conciliação acabou por culminar com a lei eleitoral da Primeira República.

Quem também realiza interpretação de que a Lei Eleitoral de 1881 foi elaborada para atender aos donos do poder foi Bastos (Idem, 1990). Para ele, a interpretação original de Victor Nunes Leal (Cf. idem ibidem, 1990) (LEAL, 1975), não explorou a inteligência da oligarquia na elaboração das leis eleitorais. De modo que enquanto as práticas eleitorais paralelas arrebanhavam massas, cabresteando-as, as ações legislativas tornaram-se instrumentos de contenção de frações políticas da própria oligarquia e de camadas urbanas em alguma forma de ascensão.

O decreto de regulação das eleições republicanas viabilizou entendimentos eleitorais entre as antigas oligarquias imperiais e as novas republicanas. Neste período, enquanto os militares foram apêndice, o ideário positivista apenas carregou a rebelião assim como o pensamento liberal forneceu as bases para a recuperação civil do Estado Imperial decadente. Mas ficou aí.

A legislação eleitoral foi montada, como um todo, de forma a impedir qualquer processo de ruptura social. O poder executivo controlava tudo, inclusive a burocracia eleitoral. Para qualquer verificação basta consultar as Leis Rosa e Silva e da Comissão de Verificação (Cf. LIMA JUNIOR, 1990). Na verdade todo o aparato eleitoral eram formas burocraticamente constituídas a fim de viabilizar vitórias eleitorais absolutas.

Tudo leva a crer que enquanto Wanderley Guilherme dos Santos defende ideais liberais democráticos, mesmo que num sentido de centralização, mas num movimento de lenta inclusão democrática das grandes parcelas da população, José Murilo de Carvalho entende que a principal crítica à Conciliação de Paraná era devida a crença de que tal enfraquecia a figura dos partidos políticos, pela fraqueza do sistema, encabeçada pelo Rei. Àquela época acreditava-se que o imperador utilizava-se dos partidos políticos para enfraquecê-los, opondo-os um aos outros, desrespeitava seus programas políticos, abria a pauta da votação da reforma de uns pelos outros, de aproximá-los e de separá-los. Carvalho (*idem*, 1990) concorda que as inversões políticas não favoreciam ao fortalecimento dos partidos políticos, mas de acordo com ele era o que garantia a competição partidária, a própria sobrevivência e o seu enraizamento popular. Para este autor somente se entendeu tal fato após a instalação da república, onde desaparecido o poder moderador entre as facções, desapareceu a alternância dos partidos no poder e daí resultou na extinção dos partidos nacionais e a implantação dos partidos únicos nos estados.

Período democrático de 1945-1964

Assim como na Conciliação, onde as medidas decorrentes culminaram com aquela involução eleitoral, de Carvalho (1990), através da Lei Eleitoral de 1881, no período de 1945 à 1964, o florescer democrático resultará no golpe. Portanto, verificadas as propostas de manipulação de uma legislação a favor de uma hegemonia eleitoral / parlamentar oligárquica no período da Conciliação e posteriormente na Primeira República, passa-se adiante ao que é considerado o primeiro período democrático nacional, onde o movimento se repete.

Pela abordagem de **Lima Junior** (1990) o código eleitoral de 45 estabeleceu que um partido só teria direito a registro se seus princípios programáticos não ferissem os princípios democráticos, ou os direitos fundamentais do homem. Dezesesseis partidos políticos de esquerda não foram reconhecidos e em 1947 foi cancelado o registro do PCB cujo desempenho nas urnas fora considerado excelente. Mas um fato merece registro, houve

aumento considerável na proporção do eleitorado entre 1945 e 1962. A proporção em 1945 era de 16%, já em 1960 chegou a 24%. Isto se deveu não apenas ao envelhecimento da população, mas principalmente pelo processo de urbanização, efeito da industrialização e melhorias das condições educacionais. Contudo a enorme disparidade regional ocasionou a ocorrência de inúmeros subsistemas partidários. Para avaliar a competitividade eleitoral o autor recomenda a verificação da distribuição das preferências e do número de partidos políticos. A primeira pode ser feita calculando-se o índice do quociente eleitoral, o segundo via avaliação do número de partidos efetivos.

Na análise da autenticidade e da representatividade do sistema partidário através das eleições no período, quando comparadas às da República Velha (LIMA JUNIOR, 1990), verificou-se que elas ganharam autenticidade já que foram livres e competitivas, com algumas alterações nas regras eleitorais que contribuíram para isto. O problema foi com relação a representatividade pois enorme parcela do eleitorado ficou de fora em razão da exclusão dos analfabetos nas listas. Isto também confirmou o elitismo do sistema. Com relação a proporcionalidade as regras privilegiaram estados menos populosos e um critério de representação mínima das unidades federadas.

De acordo com os estudos de **Eli Diniz** (Idem, 1990) o golpe de 1964 se instalou como uma estratégia de desmantelamento do sistema partidário anterior, a instalação de um sistema provisório para então depois torná-lo bipartidário. Concomitante a isto ocorrerá uma gradual autonomia da sociedade civil em relação ao regime militar. Inicialmente, em separado, os anseios de uma reorganização partidária e da própria sociedade começam a convergir e resultam em críticas ao situacionismo. A transgressão dos limites previstos da rearticulação política pelos setores oposicionistas acaba num endurecimento do regime militar. Por isto, a fim de evitar perder o controle do processo de liberalização, o governo extingue o bipartidarismo. Instaura-se um pluripartidarismo com inúmeras regras diferenciadas a fim de segurar o voto no governo, mas tal não se tornou suficiente ao ponto de no próprio Colégio Eleitoral, tramado de artifícios, ser eleito um presidente indicado pela oposição.

A autora então discorre sobre a crença nacional acerca da inoperância dos partidos políticos, na sociedade em geral como nos meios acadêmicos. Considerados artificiais, supérfluos, sem condições de expressar as aspirações dos segmentos do eleitorado e como mero instrumento de afirmação de lideranças pouco identificadas. De igual modo, as impressões sobre o eleitorado nacional como imaturo, amorfo, inconstante, volátil, presa fácil de intenções

carreiristas e vantagens pessoais. Tais visões, reflexos dos anos 30, perpassaram a cultura a pretexto dos momentos de modernização da sociedade.

Contudo, para Diniz (LIMA JUNIOR, 1990) os estereótipos que cristalizaram o lado ruim da política aos partidos não revelam o papel que efetivamente desempenharam por todos os momentos históricos brasileiros, mesmo o de 1964. Criados artificialmente, inicialmente não como partidos, mas num esforço de conter as preferências já razoavelmente consolidadas no período progresso, eles desempenharam verdadeiramente o papel canalizador da expressão de insatisfação com o regime. De modo que acabaram por gerar uma base autônoma e realizaram uma inversão das propostas de contenção do regime para o de transformação pela sociedade civil.

A autora propõe avaliar o período de alteração seguindo dois aspectos, regime e partidário. Relata que inicialmente tais lógicas reforçaram-se para depois iniciarem um lento processo de ruptura, com preponderância do sistema partidário, atingindo o ápice em 1974. Por isto Diniz (Idem, 1990) oferece a perspectiva do papel das negociações conduzidas pelas elites e de outras advindas dos setores sociais⁸¹. Mas que a centralidade dos partidos no processo só emerge de fato com as eleições de 1974, onde assume o papel de resistência ao regime militar. Na verdade, após o golpe, os militares nunca negariam completamente os princípios liberais, onde o autoritarismo seria uma fase transitória rumo a um retorno democrático. Comprova isto, o fato de ter havido cinco períodos eleitorais, mesmo com as constantes alterações das regras eleitorais o princípio eleitoral foi mais ou menos mantido.

Ao assumirem o poder, os militares mantiveram o regime pluripartidário, mas com a derrota das eleições de 1965 para governador na Guanabara e em Minas Gerais, estados considerados prioritários nos anseios do regime, resolveram alterar o sistema político e dos treze partidos instituíram um bipartidarismo. Inicialmente ARENA e MDB não eram partidos políticos mas agremiações, o caminho do MDB foi tornado cada dia mais tortuoso e em 1966 ocorreu ampla vitória da ARENA. O AI-5 aprofundará ainda mais as características autoritárias e esvazia por completo as funções e o legislativo foi transformado em mero apêndice do executivo. Em 1970 novamente a ARENA é considerada vencedora e pensou-se inclusive numa autodissolução do MDB e os partidários da ARENA almejavam eternizar-se no poder. Mas em 1974 as posições se alteram e o MDB cresce sistematicamente enquanto a ARENA perde fôlego,

⁸¹ No entendimento *latu* de “setores sociais” uma leitura de referência sobre o MR8 pode ser efetuada em CAMURÇA LIMA (1994).

mesmo com as alterações nas regras eleitorais que ainda serão tomadas. Digno de registro o fato ocorrido a partir de 1974, o eleitorado urbano tornou-se oposicionista e incrementou um caráter plebiscitário das eleições a partir de então, principalmente nas áreas mais industrializadas e urbanizadas. Num movimento contrário as áreas menos desenvolvidas como norte e nordeste, que registraram taxas declinantes de crescimento demográfico, mantiveram os níveis de voto na ARENA elevados.

Após as eleições de 1978 o Serviço Nacional de Informações percebe a probabilidade de a oposição conquistar o controle do Congresso Nacional, de vários legislativos estaduais, além de inúmeras prefeituras. Isto acendeu o sinal de alerta uma vez que o período eleitoral seguinte formaria a composição do Colégio Eleitoral, instituição responsável pela eleição do Presidente da República. Em razão de tais acontecimentos o governo intervém novamente reformulando a legislação partidária a fim de frear o fortalecimento da frente oposicionista. Eliminam o bipartidarismo e criam seis novos partidos políticos, dois deles sucedendo os anteriores. As lideranças reorganizaram suas bases e tem-se a chegada do PT, a reorganização do PMDB, do PTB e do PDT. As mudanças eleitorais compreenderam também a proibição de coalizões eleitorais, obrigatoriedade de lançamento de candidatos próprios e a vinculação de votos. Em virtude de tais regras o PMDB e o PP acabaram por fundir-se. Tal movimentação acabou gerando novo bipartidarismo. Nas eleições de 1982, mesmo com todas estas alterações promovidas pelo governo federal, a oposição sagra-se vencedora.

Um pesquisador que se debruçou sobre certa autonomia das estruturas legais que se eternizaram mesmo após as condições de sua origem terem desaparecido foi **Gláucio Ary Dillon Soares** (1973). Em trabalho consagrado ele definiu que as imperfeições do sistema eleitoral brasileiro constituíram obstáculos para uma adequada representação dos grupos sociais no Brasil. Tanto na Câmara Federal, quanto no Senado, houve nítida desproporção na representação dos estados e não apenas em relação à população, mas ao eleitorado. Tais imperfeições favoreceram sempre os estados menos desenvolvidos e prejudicaram os mais desenvolvidos. O problema, segundo o autor, é que tais desproporções acabaram por prejudicar mais as populações menos desenvolvidas ao empoderar as elites regionais, locais, cujos interesses conflitavam com os da maioria da população.

Isto se deu aumentando-se artificialmente a representação política de estilo tradicional, dominada pelos líderes locais, frequentemente latifundiários, proprietários rurais, coronéis de todos os tipos, uma elite pré-ideológica. Para chegar a esta conclusão Soares se utilizou do

cálculo do número de deputados por estado, instrumento utilizado em 1946⁸² até 1964, O núcleo do problema foi a não adoção pelo legislador, em 1934, de um sistema rigidamente proporcional. De modo que os Estados teriam direito a três deputados quando tivessem inscritos um número de até 100.000 eleitores. De 100.001 até três milhões, mais um deputado por grupo adicional de 100.000 ou fração de 50.000. De três milhões e um a seis milhões de eleitores, adiciona-se mais um deputado por grupo de 300.000, ou fração de superior a 150.000; e por último, além de 6.000.000 de eleitores, mais um deputado por grupo de 500.000 eleitores ou fração superior a 250.000 (Cf. SOARES, 1973).

Do mesmo modo no Senado Federal o problema se repetiu embora numa gradação e relação diferentes. Lá o princípio federativo tomou como unidade o estado e não o indivíduo. Melhor dizendo, provocou uma igualdade entre estados e sacrificou a igualdade entre os indivíduos, tal a discrepância no número necessário para eleger um senador em estados de pequeno e grande porte.

Para tanto procede a uma avaliação entre quociente eleitoral e desenvolvimento, valendo-se de correlações. Como índices, de desenvolvimento econômico e social, adotou os indicadores do emprego industrial (indústria de transformação), da porcentagem de força de trabalho – agricultura, do índice negativo e da alfabetização da população de mais de 10 anos. O autor verificou desse modo associação sistemática entre o número de votos necessários para eleger um deputado federal e tais índices de desenvolvimento, nas eleições de 1950, 1958 e 1962, para a Câmara dos Deputados, com favorecimento dos estados mais rurais, mais dependentes das atividades de agricultura, menor industrialização e com maior proporção de analfabetos entre a população. De outro lado operou-se um prejuízo aos estados mais urbanizados, mais industrializados e com maiores índices de alfabetização. Portanto, os quocientes eleitorais são menores nos estados menos desenvolvidos e maiores nos mais desenvolvidos.

Ao constatar as distorções do quociente eleitoral em 1962 o autor adverte que o sistema eleitoral foi efetivamente pensado a fim de limitar a influência política do Estado de São Paulo, dada a sua pujança e influência econômica. Por isto elegeu-se um piso de 6 milhões e um eleitores.

Quando fala da efetividade, quer dizer, da relação entre desigualdades e partidos políticos, Soares (1973, p. 37) orienta que o procedimento para a verificação dos efeitos do sistema

⁸² Artigo 58 da Constituição Federal de 1946, oriundo do parágrafo 1º do artigo 23 da Constituição de 1934.

eleitoral sobre a representação de cada partido no Congresso, é comparar o percentual de votação que cada qual obteve sobre o total de votos válidos, com o percentual de representação de seus deputados eleitos sobre o número total de deputados federais. O problema é que apenas as eleições de 45 e pós 64 puderam ser avaliadas assim, dado que diante das necessidades do regime de alterar as regras eleitorais a fim de manter-se majoritário no sistema, os dados de votação das coligações não ficaram disponíveis. Nas eleições de 45 fora observado que os pequenos partidos, tiveram a metade da representação a que teriam direito num sistema claramente proporcional, 32 x 16. Enquanto os grandes partidos reformistas ou revolucionários perderam 16 cadeiras. Os grandes partidos tradicionais, por seu turno, tiveram aumentados artificialmente a sua representação em 34 cadeiras, PSD e UDN. De modo que entre 45 e 64 a relação entre sistema eleitoral e parlamentar deve ser representada indiretamente devido aos processos de alianças e coligações.

Os partidos ligados às classes trabalhadoras tiveram maior penetração naqueles estados mais desenvolvidos. Contrariamente, os mais conservadores e tradicionais, tinham maior penetração nos menos desenvolvidos, zonas rurais e agrícolas. Numa outra perspectiva, pode-se dizer que, os estados mais desenvolvidos tornam-se sub-representados no sistema eleitoral, já os menos desenvolvidos tornaram-se super-representados. De igual modo, estiveram sub-representados os partidos de esquerda e trabalhadores e super-representados os conservadores e tradicionais. Disto resulta que mesmo menores, as imperfeições continuaram a favorecer os partidos representantes das oligarquias rurais e tradicionais e reduzir o poderio dos grupos industriais, classes médias urbanas e principalmente das classes trabalhadoras urbanas e seus partidos reformistas e socialistas.

No Senado, o sistema se repetiu noutro formato, com o sistema de cota fixa de três senadores por unidade federativa independentemente do tamanho do eleitorado ou da população. Isto igualou as representações dos estados de número de eleitorado e população muito diferentes. A maioria dos estados do sudeste e alguns outros, os mais populosos, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Guanabara, etc. tiveram sub-representação. Aqueles estados menos povoados tiveram super-representação, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Piauí e Alagoas. Soares refaz as correlações agora avaliando a obtenção de cadeira no senado por duas regiões, aquela que denominou de Brasil desenvolvido e outra região chamada de subdesenvolvida e o

resultado foi de fato impressionante, a região subdesenvolvida deteve 73% das cadeiras, deixando a outra com apenas 27% do total.

Com relação às consequências políticas advindas desse cenário, o estudo pode verificar que tais desproporções são dadas em virtude da sobrevivência política dos coronéis locais. A votação dos coronéis é predominantemente concentrada nos distritos eleitorais locais sob estrita influência socioeconômica. As estruturas tornam-se claras quando comparamos com a situação do estado de São Paulo, onde eram necessários mais de dois milhões e duzentos mil votantes por cadeira e isto por si só desmonta a funcionalidade típica coronelista.

O crescimento do eleitorado observado entre 1950 e 1960 significou que muitos coronéis conseguiram controlar um número de votos suficientes para se eleger na Câmara e no Senado. O problema foi que com a chegada da década de 1960 eles perceberam que o quociente eleitoral ultrapassava os votos que precisavam. Tal fato além de eliminar a condição de certeza da eleição, implicava agora na realização de alianças e coligações.

O controle absoluto do senado é visto como uma das consequências diretas das desigualdades eleitorais na representação dos estados em função do sistema eleitoral adotado. De modo que em 1960 os estados menos urbanizados detinham 48 senadores, contra 18 dos mais urbanizados e povoados. Fica demonstrada então uma relação entre desenvolvimento e sub-representação bem como, segundo os estudos de Neuma Aguiar (Apud SOARES, 1973, p. 44), pela existência de altas correlações entre as transformações logarítmicas de urbanização e industrialização. Eram justamente os estados mais industrializados onde havia maior sindicalização e mobilização da classe trabalhadora. Os índices de desenvolvimento, urbanização e industrialização se correlacionaram com os índices de mobilização da classe trabalhadora (índices tais como taxas de queixas bem como taxas de sindicalização). Assim sendo o sistema eleitoral acabou por aumentar o poder e influência política justamente daqueles estados onde a classe trabalhadora era menos consciente, menos atuante e por isto mais submissa às elites locais.

No que diz respeito à representatividade, o sistema eleitoral brasileiro deu aos estados menos desenvolvidos uma condição política muito superior à equivalente situação demográfica e econômica. Tais seriam os mais rurais, mais agrícolas e com menor participação política do eleitorado.

Uma reforma eleitoral em direção a um sistema eleitoral seguramente mais proporcional teria mantido um equilíbrio da balança, ao aumentar com a mesma intensidade a representação das classes médias, aliadas à burguesia bem como das classes trabalhadoras aliadas aos movimentos esquerdistas e reformistas. Isto enfraqueceria sobremaneira o poder das oligarquias rurais e classes médias tradicionais e aumentaria o da burguesia e o das novas classes médias. Contudo houve oposição cerrada do PSD e seções rurais da UDN, mesmo nos estados mais desenvolvidos.

Quem abordou o papel condicionante do Estado na formação do sistema partidário brasileiro foi **Maria do Carmo Campello de Souza** (1976). Segundo a autora os estudos do período⁸³ subestimaram ou simplesmente omitiram tal aspecto, por isto ela buscou verificar, em outras bases metodológicas, como o nosso sistema partidário é condicionado pelo Estado. Centralização de poder e representação, e combinação de interesses, são problemas comuns a qualquer sistema político. Em sua defesa principal a autora advoga que o Estado não substitui as estruturas intermediárias responsáveis pela interlocução com a sociedade. Por isto o clientelismo sempre recua, como prática de recursos políticos quando o estado favorece de alguma forma a consolidação dos partidos políticos ao ponto de elegê-los como articuladores de objetivos e alternativas nacionais. Ao contrário, percebe que uma estrutura estatal centralizada aumenta sobremaneira as práticas clientelistas. De outro modo, o clientelismo deve ser entendido como modalidade utilizada pelos partidos, numa espécie de controle sobre recursos políticos na busca por geração de poder e em sua institucionalização.

Para a autora, contrariamente ao *sensu comum*, o momento de 1964 não significou uma erosão caótica de nosso sistema partidário, mas antes um realinhamento eleitoral o qual poderia, a médio e longo prazo resultar no efetivo enfraquecimento do poder executivo, atrelado suavemente às forças interioranas, mas com uma representatividade e institucionalização das forças partidárias no legislativo. O momento revelou, tão somente, uma incompatibilidade entre as novas tendências e a estrutura de centralização e ideologia estatais, datadas dos anos 1930.

O aumento do número de alianças e coligações eleitorais na perspectiva de inúmeros trabalhos orienta para um entendimento de que tal significou apenas uma racionalidade sobre o comportamento das normas institucionais vigentes e de seu viés econômico, ou seja, contingentes eleitorais, numa estratificação classista, e sua representatividade no espaço

⁸³ Estudos que abordam a crise institucional, que alguns argumentam, motivou o golpe de 1964.

geográfico. Tal *aliancismo* antes de errático acompanhava ora afinidades ideológicas, ora estratégias de expansão partidária, de ganho eleitoral, e que deveriam declinar nos pleitos seguintes.

Portanto, os indícios de desagregação e fragilidade coexistem com outros de realinhamento e fortalecimento partidário, o que permite reacender a proposta de que tal 46, 1964 carecia era de canais regulares de participação. Enfatiza que a existência de parcelas consideráveis da população alijadas da vida política acabaria por torná-las recurso político disponível, condição utilizada nas eleições anteriores ao golpe de 1964. De modo que é importante perceber que as diferentes tendências de fortalecimento e desagregação do período reforçam a possibilidade de que o momento crítico prenunciava a substituição dos interesses ideológicos burocráticos, prevalentes, pelo governo partidário.

Na defesa que faz de um sistema partidário Souza (1976) elenca três pontos fundamentais capazes de assegurar a competitividade de um sistema político. Como primeiro ponto as clivagens sócio políticas, ou seja, a relação entre representação partidária e diferenciação socioeconômica. Afirmar uma imperfeição nacional, neste aspecto, seria apenas reorientar para a análise sociológica os fundamentos de nosso sistema partidário como um todo. Como segundo aspecto a vigência de mecanismos decisórios plurais complexos, com o fortalecimento da “sociedade civil”, contrapondo à ideologia antipartidária presente, ou seja, a uma “ideologia do Estado” (Cf. LAMOUNIER apud SOUZA, 1976, p. 170). O terceiro ponto diz respeito à vigência de um estado de direito que assegure a representação diferenciada e legítima dos interesses sociais. Segundo ela existiriam no país, partidários dos tipos básicos de democracia. O inglês, do *it yourself*, organizados pela existência de partidos nacionais, e o alemão, caracterizados pela centralização de governo de notáveis, ou mais esclarecidos. No período avaliado, era consenso quanto à necessidade de aumento de poder no sentido de fortalecer o centro de comando político da sociedade e isto encontra eco nas duas formas democráticas acima, pela possibilidade de uma democracia de organizações, perfeitamente possível com governos descentralizados, modelo oposto ao de governos autoritários. De modo que a adoção de políticas distributivas e clientelísticas seria apenas o atendimento às reivindicações específicas locais, quer dizer, infraestrutura urbana de qualidade.

O trabalho realizado por **Antonio Lavareda** (2012, p. 20) inclui a avaliação de importantes teses sobre a situação político eleitoral anterior ao Golpe Militar de 1964. No cômputo geral o autor se deteve a investigar a situação do sistema partidário-eleitoral da época, organizada por

ele, em três categorias: a da desestruturação do sistema; a do formato da competição eleitoral, bipolarização ou da preponderância de partidos dominantes e, por último, a de tendência rumo a uma redefinição do sistema político-eleitoral ou do realinhamento das forças políticas do país. Com relação às causas principais, associadas às proposições anteriormente citadas, o estudo propõe duas chaves principais, uma *externalista* e outra *internalista*. A primeira reuniria os trabalhos que atribuíram ao processo socioeconômico do país, com ênfase na urbanização e industrialização, o papel de motor principal às tendências assumidas pelo sistema partidário eleitoral, desde 1945. A segunda chave privilegiaria a esfera propriamente institucional e que teria propiciado as tendências assumidas na competição, como: a permissão legal das coalizões eleitorais, a ausência de identificação partidária efetiva entre o eleitorado, a debilidade geral dos partidos políticos e, ainda, a estratégia de maximização utilizada pelos partidos políticos na utilização da fórmula eleitoral proporcional e o recurso às coalizões.

Como itens a investigar, pela lógica da desestruturação, o contínuo aumento do número de competidores, o incremento dos votos em branco e nulos e uma crescente dispersão eleitoral. A primeira foi refutada, segundo ele, pelo fato do número de legendas não ter sido suficiente ao ponto de impactar alterações ao longo do tempo. Mesmo que tenham ocorrido mudanças na disputa pelas cadeiras municipais, principalmente nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tal mecanismo acabou sendo diagnosticado por Lima Junior (Apud LAVARECA, 2012) como um processo de nacionalização da vida partidária.

O segundo item de investigação, referente ao comportamento dos votos em branco e nulos foi uma apropriação da ótica de Schwartzman (Apud idem, 2012), que além de considerar desnecessário questionar o fenômeno da abstenção num país onde o voto é obrigatório, acreditou que o aumento de brancos e nulos era uma forma de protesto, resultante de um processo de desestruturação do sistema partidário. Lavareda, por seu turno, defendeu que o baixo índice de brancos e nulos, no início daquele período democrático, acompanhava a tendência de comportamento eleitoral de outras democracias saídas de longos períodos autoritários. Ainda comentou as conclusões de Schwartzman no tocante a indevida valorização da Câmara dos Deputados como setor fundamental do sistema político para o eleitorado nacional e a não levar em conta uma melhor plausibilidade da centralidade do voto, nas explicações para aumento desse tipo de comportamento eleitoral. Na visão desse autor, o cenário do aumento de Brancos e Nulos se devia mais à chegada de vultosos contingentes

populacionais às cidades, que ao deixarem a condição de clientela acabariam por se deparar com uma cena urbana com elevados custos de decisão.

O terceiro item da proposta de desestruturação trata da dispersão dos sufrágios, ou da existência de um realinhamento eleitoral. O autor enumera as dificuldades em optar por algum índice específico, capaz de medir com algum grau de exatidão, ou de intensidade, a competição nos sistemas partidários, seja no âmbito eleitoral, seja no parlamentar. Para tanto optou por investigar a dispersão eleitoral, pois ela permitiria uma tradução em graus de fracionamento, além de adicionar o cálculo do número de partidos com expressão eleitoral, o “Número efetivo” de legendas (**Ne**). Como resultado obtido, pouca variabilidade nas eleições para governador no Rio, Goiás, Pernambuco e São Paulo.

Quanto à possibilidade de fracionamento nas eleições majoritárias, segunda categoria enumerada, Lavareda acata como natural o aumento de candidaturas em pleitos de turno único. E ao analisar os pares de eleições para governador / vice e presidente / vice, acabou por deixar de lado outras eleições, a do município e a do senado. A primeira pela escassez de dados e a segunda em razão dos aspectos relativos das votações uninominais e binominais. Como resultado pode perceber que, nas eleições presidenciais, houve preponderância de crescente dispersão nos três primeiros pleitos, com início em 1945, tendência revertida ao final de 1960, onde o conjunto de fracionamento do país retornou aos patamares de 1950. Com relação aos pleitos estaduais verificou-se a dilatação da competição. A tendência de diminuição do fracionamento orientava a competição na Câmara dos Deputados, mas de acordo com o autor, tal era mascarado pelas coalizões. Por outro lado, expandiram-se os índices nos pleitos proporcionais estaduais e municipais. Tais sinais acabaram por gerar indevidas interpretações de uma marcha irregular do processo de nacionalização do sistema (Cf. LAVAREDA, 2012).

Também as teses que, na rota contrária, tentaram caracterizar o sistema em termos de partidos dominantes ou a ocorrência de bipolarização não se mostraram consistentes. Tais situações ocorreram episodicamente e, embora, aparentemente o sistema funcionasse de modo bipolar, ele na realidade oscilava do início ao fim do pleito nas eleições governamentais.

Na última categoria organizada pelo autor, ele chama a atenção para que o sistema partidário-eleitoral da época seja observado como um objeto poliédrico, muito em função dos diferentes tempos e características regionais, com preferências diferenciadas para os partidos nacionais.

O declínio e a ascensão de partidos políticos na época não eram simétricos, o que, por si só, inviabilizava a tese do realinhamento entendida como processo de inversão de preferências entre competidores já estabelecidos. Por isto, mais oportuno seria classificá-lo como um processo de implantação de um sistema nacional pluripartidário e entender como nacionalização, o processo de extensão da complexidade inicial da marcha do sistema partidário-eleitoral. Isto se deveu à observação que os partidos menores começaram a abrir espaços de representação nos executivos e casas legislativas pelo país. Contudo, não se omitiu o fato de tais serem, na maioria das vezes, de aluguel. Mas o fato é que as organizações partidárias locais gozavam de elevada autonomia o que por si só impedia que as coligações fossem uniformizadas nacionalmente. Daí os diferentes pesos e expressão eleitorais às legendas regionais com incremento real de atores em disputa.

Para ele a hipótese levantada em seu trabalho foi de um sistema partidário-eleitoral bastante complexo, mas em processo de consolidação. Processo heterogêneo, diga-se de passagem, mas onde os sinais de institucionalização eram mais expressivos, tais como apontaram Lima Junior (1983, apud LAVAREDA, 2012) com a afirmação da ausência de fragmentação excessiva no plano parlamentar e a de Abranches (1988, apud idem, 2012) cuja análise de fracionamento na Câmara Federal indicava, no período de 46-64, uma trajetória clara na direção da consolidação de um sistema multipartidário, com fracionamento mediano, cinco partidos parlamentares efetivos e o poder parlamentar apropriado pelos três maiores.

A correlação entre os formatos assumidos pelos pares de eleição nos diferentes níveis de disputa foi tornando-se estável, o que comprovava a consolidação ao longo das unidades federativas, ao contrário do que aconteceria se o perfil de tais fosse errático ou declinasse a associação entre os pares de disputas (Idem, 2012, p. 120).

O processo de consolidação foi reforçado pela maior autonomização do sistema, em face das variáveis socioeconômicas a partir das áreas mais atrasadas, capaz de ir aos poucos solapando os traços estruturais e tradicionais da sociedade. De qualquer forma pode-se observar, durante a pesquisa, a emergência e a articulação de dois subsistemas eleitorais, o majoritário e o proporcional. Houve ainda o início da ocorrência de uma sintonia entre as clivagens nacionais e estaduais e nas proporcionais uma articulação objetiva. Mas ao final do período, no interregno entre as eleições e a configuração das bancadas, começou uma disjuntiva com uma separação perigosa do ato eleitoral e da representação política. Teriam sido as coalizões eleitorais as responsáveis por tais, auxiliadas por uma legislação permissiva. O autor então

ênfatiza o papel das eleições para governador na formação das coalizões proporcionais⁸⁴, bem como o próprio desempenho nas demais eleições, inclusive parlamentares. Na época houve separação entre os períodos eleitorais dos dois tipos de eleições, presidenciais e proporcionais para a Câmara Federal. Todo este arcabouço institucional corroborou para que a identificação partidária pelo eleitorado fosse carregada para as disputas majoritárias, fato não singular ao modelo político brasileiro. Contudo, a identificação partidária daquela época pode ser considerada satisfatória.

O autor concluiu que aquele momento político eleitoral era bastante favorável ao desenvolvimento de um sólido sistema partidário nacional, pois a estrutura do *mass media* ainda não fora homogeneizada pela televisão. A televisão ainda não havia substituído todo o leque de funções entre candidatos e eleitores, que eram desempenhadas pelas máquinas partidárias. Cenário oposto ao atual onde o marketing eleitoral foi dominado pela mídia eletrônica. Mas o fato é que mais de 60% dos eleitores tinham preferências partidárias, mesmo que a maioria estivesse posicionada no centro do espectro ideológico. Sendo assim, seria possível afirmar que não houve um esvaziamento do centro que antecipasse a derrocada do sistema e a radicalização foi apenas a opção das elites.

O fato é que, o processo democrático do período 45-64 estava sendo capaz de implantar clivagens políticas duradouras na sociedade, tais como aconteceram na maioria dos países europeus no início do século passado, quando se consolidaram as clivagens políticas basilares para os seus respectivos sistemas partidários. A dissolução com a introdução de um bipartidarismo artificial acabou por impedir, talvez, segundo o autor, a última chance de implantar um sistema partidário-eleitoral no Brasil, pois mesmo que hoje estejam mantidas a federação presidencialista, com pleitos proporcionais de listas abertas e as coalizões *ad hoc*, a mídia atual enfumaça os quesitos de identificação partidária e leva à disputa a um nível elevado de personalização, fato também presente em democracias avançadas, mas com histórico democrático diferente do nosso.

Por último, é importante destacar a análise de **Wanderley Guilherme dos Santos**. Nela ele entende que os motivos que levaram a crise de 1964 tiveram relação direta com a importância dos partidos políticos no sistema partidário. Sendo assim, seriam três as condições que conduziriam a paralisia decisória e a ruptura institucional: sistema partidário fragmentado,

⁸⁴ Na adoção metodológica, Lavareda toma como objeto de análise a associação entre índices de fragmentação das eleições proporcionais e majoritárias do período (2012, pág. 123).

polarização ideológica e instabilidade nas coalizões parlamentares. Para ele, a impossibilidade de um novo realinhamento partidário, hegemônico, capaz de substituir no Congresso Nacional as coalizões *ad hoc* então dominantes teria sido a responsável pela crise dos anos sessenta. Para Santos (Cf. LIMA JUNIOR, 1990), no governo Kubitschek a coalizão PSD-PTB, não era a única operante, tinha contribuição fundamental o papel da UDN. Já no governo Goulart, as coalizões entre os três principais partidos perderam relevância, a todo instante eram instáveis e dependentes das pautas, isto revelava a perda de apoio do executivo no congresso. Por isto a desagregação do sistema partidário responde mais a uma associação entre fragmentação partidária e polarização política, presentes no sistema político de então, do que a uma dinâmica endógena do sistema partidário existente. O autor ainda acrescenta duas mazelas de nosso sistema partidário responsáveis por problemas incrementais, a falta de regras de exclusão de partidos de baixíssima representatividade eleitoral e a permissão de alianças e coligações nas eleições proporcionais, o que acabou por favorecer a migração de parlamentares imediatamente após a posse.

Como pode ser visto todos os estudos avaliados consideraram uma distribuição preponderante de partidos conservadores na Câmara e no Senado, com elevada concentração de poder da estrutura estatal, legislação que incentivava a fragmentação partidária e seletividade ideológica, as quais implicaram diretamente na estabilidade do executivo federal neste período e que culminou com um golpe militar. De qualquer forma, mesmo com inúmeros mecanismos restritivos da legislação o eleitorado votou pela *vontade nacional* sempre que lhe foi possível.

Período de 1985-2016

Entende-se que o atual período democrático de 1985 até os dias de hoje acabou desvirtuado pelos mecanismos de alteração da legislação eleitoral, via reformas políticas⁸⁵. Assim na impossibilidade de alteração das regras eleitorais e ao perceberem derrotas iminentes, os setores oligárquicos investem em nova estratégia. Desde os anos 1970 vão se fortalecendo os meios de comunicação midiática com farta distribuição de concessões públicas nas décadas de 1970 e no ano de 1998 na aprovação da permissão da reeleição para os executivos no Brasil, novas concessões de canais de rádio e televisão serão endereçados a grupos oligárquicos. Também é discutida a emergência dos dois principais partidos políticos no Brasil neste período, capazes de catalisar o sistema político eleitoral em forças concorrentes. Conclui-se

⁸⁵ Cf. Marchetti (KRAUSE, DANTAS e MIGUEL, 2010), "O TSE e a verticalização das coligações".

com o drama atual que, com a reclamação pela oposição do direito à vaga presidencial, numa luta fratricida iniciada pelo PSDB, depois encampada pelo PMDB contra o PT, é a própria declaração de que dois projetos políticos estão em debate. Tal violência é característica do estamento ameaçado. Como resultado analisa-se que este reclame significa nada mais nada menos que o drama contratual primário, e que pode ser observado nos três outros níveis federativos.

O próximo bloco avalia a emergência das duas principais forças políticas atuais, a vitalidade de nosso sistema partidário, a distribuição da Câmara Federal nos períodos de 2006 até 2014, distintas tentativas e propostas de Reforma Política e a atual situação do Executivo Federal entrincheirado por forças conservadoras, representada pela propagação de uma ideologia própria. Nota-se que impedidas parcialmente pela conjugação de forças do parlamento de procederem reformas eleitorais retrógradas, as forças oligárquicas tem procurado viralizar a opinião pública na tentativa de construir alternativas para um golpe, a mídia. Mídia que continua a utilizar expedientes de construção e desconstrução moral da atividade política, especificamente a sua vertente democrática. Por isto discorre-se, brevemente, sobre a interferência da mídia em inúmeras campanhas eleitorais no período de 1988 – 2016. Não deixa de ser pertinente lembrar que as comissões responsáveis pelos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte foram principalmente organizadas pelo PSDB (PILLATI, 2000), que sob o manto democrático travou setores democráticos essenciais.

O DIAP e a composição das Câmaras Federais e dos Senados no período 2006-2014

Os períodos avaliados a seguir dizem respeito, fundamentalmente, as eleições de 2006 a 2014, já que os anteriores de 1994 a 2004 foram tratadas no fenômeno anterior, denominado de “Perfil Urbano Brasileiro”. Contudo uma análise objetiva, do corte 1985-2016, poderá ser observada com o que segue.

Todo o período de redemocratização poderá ser definido numa polarização entre grupos políticos de esquerda e de direita, representados inicialmente pelo PMDB e PDS, que aos poucos foram se diluindo rumo à formação de novas forças político-ideológicas já que a tentativa de descaracterização de nosso sistema partidário pelo regime militar realizou artificialmente o represamento de ideologias muitas vezes díspares, mas em agremiações únicas, separadas apenas em movimentos de apoiadores e contrários ao regime. Do PMDB surgiu partidos como o PP, recheado de banqueiros. Algumas lideranças e expoentes

emedebistas darão luz aquele que será o principal opositor do PT nos anos vindouros, o PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira⁸⁶, inicialmente com a bandeira de centro esquerda. Do PDS inúmeros partidos surgirão como o DEM, PFL. Já o PT - Partido dos Trabalhadores⁸⁷, emerge em decorrência da grande movimentação dos metalúrgicos do ABC paulista.

Segundo o DIAP (2002), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, a estabilidade econômica obtida com o Plano Real, iniciativa do então presidente Itamar Franco, reproduzida pelo seu sucessor FHC, teve toda a influência nas eleições presidenciais, e mesmo estaduais, entre os anos de 1994 a 1998. Cansado dos problemas oriundos da instabilidade econômica, dos governos posteriores a 1985 pela experiência de insucesso de inúmeros planos econômicos⁸⁸, o eleitorado brasileiro aderiu às eleições de FHC. Mas ao longo de seu segundo mandato, as bandeiras da primeira eleição que se ancoravam na saúde, educação, segurança, emprego e agricultura se desvaneceram pela adoção de inúmeras medidas neoliberalizantes e também em razão da quebra da espinha dorsal do plano econômico, a perda da qualidade de vida, diretamente ligada à desvalorização do Real. Altíssimas taxas de desemprego, alta concentração de renda e grandes problemas urbanos. Tudo isto aliado às mudanças programáticas adotadas pela oposição contribuíram para a eleição de Luis Inácio Lula da Silva em 2002. Em 2006, ano de sua reeleição, o então presidente já gozava de elevada popularidade e alta satisfação do eleitorado pela qualidade de vida alcançada.

Com relação às eleições proporcionais, e mesmo algumas outras majoritárias, ocorreram algumas mudanças que impactaram o agir político (DIAP, 2006). A **verticalização**^{89 90} mantida pelo STE, na eleição de 2006 na contramão da promulgação da PEC 52/2006, obrigou a uma reorganização da campanha eleitoral pelos partidos políticos, com relação às

⁸⁶ Leitura atenta do livro do Prof. Marcelo Soares Dulci expõe a criação do PSDB e de seu principal expoente, um presidente da República (DULCI, 2010). O departamento de Ciência Política da UFPR é especialista no estudo de trajetórias de parlamentares, mas mesmo o DCP da UFMG trata de inúmeros estudos de trajetória política.

⁸⁷ O prof. Paulo Roberto Figueira Leal (2005) faz importantes considerações sobre a história do PT no Brasil.

⁸⁸ Plano cruzado, fevereiro de 1986; Plano Bresser, julho de 1987; Plano Verão, janeiro de 1989; Plano Collor, março de 1990; Plano Collor II, final de 1990; e por último o Plano Real, em junho de 1993.

⁸⁹ O maior problema da verticalização foi a obrigatoriedade daqueles partidos que, lançaram candidatos ao executivo nacional, ou signatários de coligações nacionais, tiveram restrições nas alianças, o que impactou na eleição proporcional e na renovação dos mandatos. O partido que lançasse candidato à presidência não poderia coligar-se com outras agremiações em outros níveis federativos e assim lançaria mão de seus melhores quadros para encabeçar as chapas deixando eles mesmos de concorrer às cadeiras as quais provavelmente venceriam. Isto acabou desvirtuando o comportamento do parlamentar que em 2002 se alinhava com a situação ou oposição e em 2006 passou a se alinhar com sua orientação partidária.

⁹⁰ Ver capítulo "O TSE e a verticalização das coligações" de Marchetti (KRAUSE, DANTAS, MIGUEL, 2010).

campanhas nacional e estadual. A eleição proporcional acabou priorizada por muitos partidos políticos em razão da vigência da cláusula de barreiras, que condicionou o funcionamento parlamentar (cláusula criada pela Lei dos Partidos Políticos, 9096/1995).

Legislatura 2007-2011

Para o DIAP (2010), desde que introduzida à reeleição, o mandato presidencial tem na verdade duração de 8 anos, já que de posse dos instrumentos da máquina pública os governos tem sido capazes de se reeleger após o primeiro mandato. FHC primeiro, Lula depois e agora Dilma⁹¹. Segundo eles, Lula teria percebido a chance de conquistar o planalto pelo encerramento do ciclo. Contudo, teve que fazer algumas concessões programático-ideológicas, como alianças com setores da direita, razão da inclusão de empresários e adoção de certo ideário econômico, ao menos em alguns detalhes, conservador. Fundamental também teria sido a composição com um dos maiores empresários brasileiros, ex-dirigente de grandes associações empresariais, embora nacionalista e republicano convicto. Além disso, a adoção de grandes verbas empresariais para o financiamento eleitoral, seguindo os trilhos dos outros grandes partidos nacionais e por último a contratação de um *expert* no marketing eleitoral.

Pelo prisma das eleições presidenciais, segundo a publicação, uma lógica de aprovação do mandato prevaleceu para a conquista de reeleições e isto desde o governo Itamar Franco. Os governos sem forte apoio popular não fizeram seus sucessores, como exemplo José Sarney. Nas quatro outras eleições prevaleceu a lógica da aprovação do mandato anterior para que se configurasse a reeleição. Na tabela 21, a seguir, fica claro que as taxas de aprovação motivaram os processos de reeleição.

Toda a disputa eleitoral de 2006 ficou travada entre Lula e Geraldo Alckmin, muito em razão da ausência de candidaturas expressivas de centro. Mas um dos fatores essenciais para a recondução do ex-presidente foi mesmo a estabilidade econômica, controle da inflação, redistribuição de renda, redução dos juros, etc. A grande popularidade do presidente, o sucesso dos programas sociais, bem como o medo que a vitória de Alckmin levasse o país a retroceder com modelos de privatizações, permitiu a reeleição. Adicione-se a isto, o fato do presidente não ter sido atingido diretamente pelos problemas éticos no país e algumas

⁹¹ Em tese de doutorado Carreirão (2002) defende a existência de quatro eixos explicativos do voto, nas eleições presidenciais do Brasil, no período 1994-1998. O voto no período variou de forma significativamente associada às oscilações de desempenho dos planos econômicos dos governos de então. Em trabalho posterior realizou revisão da literatura internacional sobre “congruência” (Idem, 2013) subárea que percebe ligação entre as políticas públicas adotadas e os processos eleitorais, numa espécie de *responsiveness*.

medidas que favoreceram o empresariado e classe média, na última hora, corroboraram o voto.

Tabela 21
Taxa de aprovação comparada à reeleição nas eleições presidenciais 1994-2010

Ano da eleição presidencial	Presidente	Taxa de aprovação	Candidato à condução ou reeleição pela situação	Legislatura	% da totalização dos votos
1994	Itamar	55%	FHC	1995-1999	54%
1998	FHC	58%	FHC	1999-2001	53%
2002	FHC	35%	José Serra	2003-2007	39%
2006	Lula	63%	Lula	2007-2011	61%
2010	Lula	>80%	Dilma	2011-2015	56,01%

Fonte: DIAP 2010 / Adaptado

A governabilidade do país após as eleições (DIAP, 2006), deveu-se a utilização de alguns instrumentos do presidencialismo de coalizão⁹². Em sua relação com o novo congresso o presidente contará basicamente com a mesma base de apoio do mandato anterior (PT, PCdoB e PRB), além de poder incorporar outros partidos e totalizar o número de 307 parlamentares em sua base (PSB, PMDB, PP, PTB, PL e PSC), bem como a possibilidade da inclusão de PDT e PV e alcançar um número de 344 deputados. No senado, contou inicialmente com os senadores eleitos pelos partidos acima, que totalizaram 44 senadores, mas que também poderia incluir o número de cinco senadores do PDT, além daqueles outros partidos obrigados a fusões pelo impedimento da cláusula de barreira. O governo ainda elegeu o presidente da Câmara cedida ao PMDB no último período e o mesmo se deu com a presidência do Senado.

Algumas observações podem ser destacadas na composição da Câmara no período, principalmente o fato dos estados com forte tradição agrícola terem elegido muitos representantes vinculados ao setor, fator de fortalecimento da bancada ruralista (Idem, 2006, p. 14). Também que as características socioeconômicas dos novos integrantes alteraram a composição da Câmara para um formato mais liberal do que socialdemocrata, o que aumentou a pressão por reformas neoliberais e por redução de uma agenda trabalhista. No quesito espectro ideológico, a esquerda e a centro-esquerda tiveram aumento de seus quadros de 166 para 185 parlamentares. E o então chamado centro, formado por PMDB, PSDB e PMN, cresceu de 146 para 158. A centro-direita (PFL, PL e PTB, PSC, PTC, PHS PAN e PRB) caiu

⁹² Medidas, tais como compartilhar a gestão do estado via distribuição de cargos, negociar a pauta de políticas públicas a ser adotada, liberar os recursos do orçamento via emendas por mera liberalidade ou convênio, podem ser vistas em Limongi e Figueiredo (1998) e ainda em Reis (2000).

de 137 para 126 e a direita (PP, PRONA e PTdoB) também sofreu redução de 55 para 44 deputados. Portanto, com referência à correlação de forças não houve muita mudança para a governabilidade, pois a base governista teve ao seu dispor algo em torno de 308 deputados, mesmo que pudesse alcançar 345 com a atração do PV e do PDT.

Na eleição proporcional de 2006 dos 21 partidos participantes apenas sete atingiram a cláusula de barreira e a alternativa foi à fusão com outros partidos pequenos ou ainda sua incorporação por algum outro grande como forma de alcançar o desempenho. Como resultado é que bem antes do início da legislatura, ou logo após as eleições, 8 dos 14 partidos nesta situação já tinham promovido fusão ou incorporação.

Um aspecto importante enfatizado pelos levantamentos realizados pelo DIAP (2010) desde o início da publicação da “Radiografia do Novo Congresso” foi a persistência das bancadas parlamentares, entendidas como bancadas suprapartidárias que em diversos momentos solapam a fidelidade ao partido político de origem na defesa de valores cívicos, éticos e morais, mas também como valores econômicos, sindicais e de retiro trabalhista. Verificou-se nesta eleição uma ligeira diminuição da bancada ruralista, de 111 deputados e senadores o número caiu para 104, o que não significa redução da influência das votações nas casas. A bancada sindicalista também registrou diminuição de 74 nomes para 69 deputados e cinco senadores, contrariando uma tendência de alta verificada nas eleições de 1998, seguindo o movimento de aclamação do novo presidente. O número de 1998 totalizou apenas 44 nomes. A bancada que mais perdeu quadros na 53ª legislatura foi a evangélica, o que para o DIAP ocorreu em função dos problemas advindos da máfia das ambulâncias.

Arguta análise do momento pré-eleitoral das eleições presidenciais de 2010 foi feita por **Telles** (2010). A autora ressaltou a satisfação do eleitorado com as políticas governamentais então adotadas (76%) e a aprovação da administração pelo presidente Lula (83%). Isto para ela significava a opção pela manutenção do *status quo* e a manutenção pelo voto retrospectivo. Destaca que este tipo de voto já teria atuado sobremaneira nas eleições municipais de 2008, onde fora elevado o número de prefeitos e vereadores reeleitos. Todo o cenário teria sido resultante da prosperidade econômica que permitiu repasse de recursos aos municípios e isto num sistema político com pouca capacidade de produzir vínculos.

Esta incapacidade em estabelecer vínculos consistentes com o eleitorado, bem como com os partidos, se explica pelo fato de nossos partidos não representarem clivagens ou ideologias, de

modo que nem as coalizões multipartidárias seriam capazes de produzir completa estabilidade. Consequentemente, ficam afetadas a governabilidade e a representatividade, determinantes da *responsiveness*. O problema residiria na atual configuração de nosso sistema político onde, em geral, o partido vencedor da eleição presidencial, disporá apenas de minoria das cadeiras parlamentares. Como então responder governativamente ao programa eleitoral se não se dispõe de maioria congressual? O PT teria iniciado seu primeiro governo com apenas 17,7% de cadeiras na Câmara Federal. Sem o PMDB, também não conseguiu manter os aliados do segundo turno da eleição. Contudo, o então presidente soube alargar sua base legislativa, mesmo que para tal tenha sido necessário privilegiar acordos à direita em detrimento dos da esquerda, tornando-se mais dependente da primeira. Mesmo assim, conseguiu atender aos anseios populares e incrementar crescimento econômico com redução da desigualdade social. Já no segundo mandato aumentou a adesão da classe média e sua sustentação na casa legislativa. Pode implementar, desta maneira, boa parte dos programas declarados nas campanhas eleitorais estabelecendo laços de fidelidade à sociedade e aos seus eleitores. Telles entende que o sucesso desse governo petista se deveu a fatores que vão além dos mecanismos do presidencialismo de coalizão. Como principal aspecto deste sucesso a grande liderança de Lula e o fato dele ter se tornado consensual e, por isto, suas principais medidas não puderam ser contestadas pela classe política sob o risco de punição pelo eleitorado, com as possibilidades de não reeleição. Ela acredita que a altíssima popularidade do presidente tenha sido o fator diferencial capaz de orientar o comportamento pragmático-governista da classe política.

Legislatura 2011-2015

Ao analisar o comportamento do eleitorado em 2010, nas eleições presidenciais o DIAP (2010) entendeu o resultado como um recado das preferências do eleitor, pois, mesmo com a pauta coincidente entre os principais partidos políticos, ficaram claras as suas rejeições. Estabilidade e desenvolvimento econômicos, geração de emprego e renda, continuidade dos programas de transferência de renda e maior probidade na conduta dos cargos públicos. A grande aprovação do 2º mandato do governo Lula permitiu a eleição de Dilma Rouseff, ex-ministra da Casa Civil, no segundo mandato.

Com relação à composição do Congresso Nacional e seu impacto no apoio / distensão ao governo Dilma, a publicação revela que além da grande renovação parlamentar nas duas casas, em torno de 45%, a base de apoio foi construída no processo de aliança eleitoral,

contrariamente a outros processos onde a coalizão foi formada em processos de cooptação pós-eleitoral. O processo teria sido amplo, heterogêneo e contraditório, mesmo que contasse com ferramentas para manter a coesão na manutenção do grupo de apoio. O novo governo então contou com 78,56% dos votos válidos para deputado federal que, de alguma forma ou outra, integrariam a base governista e isto foi reforçado pela proibição pelo STF da mudança de legenda, situação em que o parlamentar mudaria de partido. No novo entendimento o mandato pertenceria ao partido e não mais ao parlamentar. De modo que a base governista ficou assim distribuída, 78% dos deputados ou 402 votos, com apoio consistente de 351 deputados, condicional de 51 e 111 votos de oposição. Já no senado, a base poderia chegar a 76,54% ou 62 senadores, sendo 55 consistentes no apoio.

Mesmo com todos esses números favoráveis, a situação teve comportamento cauteloso, já que a eleição de 10 governadores de oposição de algum modo influenciaria o jogo de forças no campo político. De qualquer forma, o novo congresso foi capaz de buscar a plenitude do funcionamento parlamentar, ao contrário da paralisia decisória pelos instrumentos de obstrução nos meses que antecederam a eleição presidencial. A governabilidade, segundo os critérios de controle das mesas diretoras do Senado e Câmara, ficou assegurada, pois a base foi suficientemente ampla para a eleição de parlamentares peemedebistas, no Senado, e petista e peemedebista, na Câmara.

Outro aspecto fundamental na análise da composição das Casas na legislatura 2011-2015 foi o percentual da orientação ideológica partidária. Caso fosse comparado pelos números da Câmara anterior o déficit da oposição seria de 153 para 108. Na outra ponta, os partidos que mais teriam ganhado quadros seriam os de esquerda e centro-esquerda, PT (+9), PSB (+7), PDT (+4) e PCdoB (+3). Também se verificou que os partidos médios, mantiveram certa estabilidade em seus quadros. Mas o PMDB teria perdido a posição de maior bancada para o PT no período, de 90 para 77 cadeiras e ao basear-se na legislatura anterior teria perdido doze deputados.

A publicação ainda sugeriu a existência de consenso quanto à necessidade de uma Reforma Política⁹³ que conquistasse consistência ideológica e programática às agremiações políticas e

⁹³ Quando assumiu o primeiro mandato o presidente Lula sinalizou a pretensão de realizar 7 reformas constitucionais, entre as principais a da Reforma Política. Na verdade, apesar do consenso da necessidade de uma reforma política é a mais polêmica, pois ela envolve aspectos eleitorais e partidários, aspectos suficientes para alterar a correlação de forças no país. Na impossibilidade de “retrocessos progressistas” ela é mantida paralisada (DIAP, 2010).

que combatesse a corrupção e promovesse equidade nos pleitos eleitorais. Contudo as alterações têm sido, em geral, realizadas lenta e pontualmente, como o caso da Ficha Limpa, onde foi necessário grande esforço externo às Casas Legislativas que deixaram claro que mudanças estruturantes poderiam acontecer apenas com generosas regras de transição. De qualquer forma foi grande a expectativa de que a Presidenta auferisse mudanças importantes na legislação como a introdução da lista fechada (com critérios democratizantes), financiamento público, fidelidade partidária, lisura no processo via exclusão de condenados judicialmente. Como podemos atualmente verificar, tais propostas não foram aprovadas pelo Congresso Nacional e a pendenga financiamento privado / publico continua a esquentar os debates com manobras consideradas não usuais, ou mesmo ilegais, pelo então presidente da casa.

A radiografia de 2010 entendeu que pela decisão da titularidade do mandato ao partido, as bancadas informais perderiam força nesta legislatura. Interessante é perceber que a bancada empresarial fora a maior no congresso na legislatura 2011-2015. Um em cada três parlamentares era sócio de algum empreendimento neste tipo de atividade. De 219 na legislatura anterior para 273 na de então, sendo 246 deputados e 27 senadores. Adicionem-se a esses números, inúmeros, outros representantes ideológicos de tais atividades. Uma análise mais profunda identificou que a maior incidência de empresários encontrava-se no PMDB (43), DEM (37), PP (32) e PSDB (24). Um das pautas que mais incomodo trazia aos empresários, segundo o DIAP, foi a PEC 231/95 de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Também impressionou o tamanho e a força da bancada ruralista. Considerada uma das mais eficientes, a bancada conseguiu eleger ou reconduzir cerca de 160 parlamentares ruralistas e ainda totalizar 18 senadores, 10 atuais (mandato até 2015), seis novos e dois reeleitos (até 2019). O que mais une tal bancada é a eterna pauta de “perdão de dívidas”. De modo que na maioria das votações importantes nas casas a bancada se reúne pressionando pelo perdão ou renegociação de dívidas. Como era de se esperar a região Nordeste lidera com número de parlamentares ruralistas, senado e câmara, (142/48), seguida pelo Sudeste (142/37) e o Sul aparece como a terceira maior bancada.

Por outro lado, houve crescimento da bancada sindical no Congresso. Com o acréscimo de 11 parlamentares ao comparar a legislatura 2007-2011, de 61 para 72. A bancada evangélica cresceu o dobro, de 36 para 73 integrantes. Outra bancada de peso é a da comunicação, que

saiu da casa de 60 para mais de 100 parlamentares. Nela estão incluídos congressistas de peso na política nacional e de todos os partidos políticos⁹⁴.

Legislatura 2015-2019

Já segundo a publicação do DIAP (2014), da legislatura 2015-2019, as coligações proporcionais nessas eleições contribuíram para um quadro de deterioração da representação política, o que acabou por influenciar não somente a representatividade, mas também a legitimidade do novo Congresso, no visível aumento da pulverização e ampliação do caráter conservador em ambas as casas legislativas. Pois, mesmo com a aparente renovação parlamentar o que houve mesmo foi uma circulação das elites, ou mudança de cargos no poder, onde uma enxurrada de ex tomou assento. Secretários, assessores, governadores, prefeitos, deputados, senadores, vereadores.

A publicação destaca que as alianças foram formadas sem compromisso ideológico, ou partidário, o que resultou num aumento da representação na Câmara Federal de 22 para 28, do número de partidos políticos, com prejuízo para os grandes, crescimento dos médios, além do surgimento de inúmeros pequenos e nanicos. Em quase todos os estados houve alianças entre esquerda e direita, alianças que poderiam tanto eleger candidatos defensores de direitos humanos e sociais, quanto poderiam eleger candidatos com pautas conservadoras e retrógradas o que acabou por acontecer. O problema daí advindo foi que ocorreu redução nas bancadas da esquerda e de centro-esquerda, redução que tem como parâmetro as bancadas da legislatura de 2010. Ganharam aqueles setores que entendem que o mercado é perfeito e perderam aqueles que entendem que o estado deva atuar ora como regulador, ora como produtor ou como fornecedor de bens e serviços. Para a revista muitos são os motivos que levaram a eleição de um congresso conservador, principalmente a frequente desqualificação de nossas instituições, de nossos agentes públicos denotando completa degradação moral. Segundo ela, a falta de resposta do governo a tais acusações leva à percepção que o país estava condenado à própria sorte, inerte, com baixo crescimento econômico e com elevados índices de inflação, corrupção e violência. Mas uma observação é fundamental, a crítica à formação dos quadros eleitorais. Segundo o encarte, mesmo os partidos de esquerda privilegiaram, não os candidatos baseados nos movimentos sociais, mas aqueles outros com facilidade às fontes de financiamento junto aos setores privados ou da máquina pública, o que

⁹⁴ Nota do autor: o problema crucial a ser percebido nesta bancada é que além do poder do voto individual ou do grupo é a influência indireta exercida por tais parlamentares em direção aos outros, sedentos de apoio midiático. Assim, tal bancada assume a forma de uma eminência parda.

contribuiu para a redução dos parlamentares com visão humanista e solidária. Com relação à visão negativa do governo, a publicação adverte que faltou pulso à presidenta na regulação da mídia, que tem estado a serviço da oposição e do mercado, além de ter faltado implementar uma legislação específica aos meios de comunicação como em qualquer outro país civilizado do mundo, também faltou estabelecer melhor comunicação aos setores médios da população brasileira, principal alvo das difamações contra o governo federal.

Conseqüentemente, não seria difícil imaginar como a composição de um Congresso assim trabalharia no sentido de impedir uma reforma política que viesse a inibir as coligações proporcionais, as cláusulas de barreira e o financiamento privado de campanhas. Segundo dados fornecidos pela publicação, se a cláusula de barreira estivesse atuando, o número de partidos atuantes no congresso atual cairia de 28 para sete e seriam eles: PMDB, PT, PSDB, PSB, PP, PSD e PR.

Ao calcular os números da Câmara Federal em 2010 comparada a 2014, a revista chega a um número de redução na base de apoio do governo de 351 para 304 deputados, enquanto os números da oposição cresceram de 111 para 176, já os independentes caíram de 51 para 33. Estes cálculos incluem vieses tais como o número de alguns partidos que inicialmente são apontados como partidos de oposição, mas que poderiam, a qualquer instante, se aliar a base governista (PTB, PSB, PSC e SD). Ao se utilizar do mesmo critério, os cálculos dos números do Senado também indicariam redução da base de apoio, mas também alguns partidos como o PTB e PSB poderão, a qualquer instante, retornar a base governista. Segundo a análise, o maior problema verificado é que tanto uma casa quanto a outra veio menos disposta a cooperar se as negociações estiverem nas mesmas bases institucionais da legislatura anterior. Para a revista, caso o governo administrasse com maestria, a base de aliados poderia alcançar o número de 340 deputados, situação suficiente para aprovação de qualquer matéria de interesse governista, mas para tal seria necessário maior diálogo para a atração de ex aliados.

Dificuldades na condução governista foram especuladas no estudo, pois percebeu-se que, na composição da nova casa, a oposição cresceu, tornou-se coesa e tomou gosto em proporcionar dificuldades à situação. A presidência das duas casas pelo PMDB rompeu uma tradição desde 2011 quando, cada qual, as presidia nas duas primeiras sessões legislativas deixando às seções seguintes ao outro partido. Isto sinalizou endurecimento do PMDB e como pode ser acompanhado, o partido milita no fio da navalha.

De acordo com cálculos realizados para quantificar a base e a oposição, o DIAP (2014, p. 25) avaliou que o governo perdeu cadeiras, de 340 para 304, a oposição ganhou e aumentou seu número de 151 para 176, os independentes, por seu turno, de 22 para 33 deputados. Ainda segundo eles (Idem, 2014, p. 33) os partidos que mais perderam quadros de elite foram os da base aliada do governo, dos 29 deputados não eleitos, 24 eram da base.

É consenso atual que o governo está entrincheirado entre o PMDB e a principal frente de oposição liderada pelo PSDB. O PMDB, de aliado, tem tentado atualizar a pauta dos interesses locais enquanto o PSDB tenta atualizar a pauta de interesses internacionais. Tanto um, quanto o outro se associam quando o interesse das elites locais entra em jogo. Mas o principal destaque a fazer é a tentativa de interrupção dos avanços sociais obtidos nos últimos 13 anos. Tais avanços permitiram a emergência de setores médios, que mesmo inicialmente aderindo a grupos políticos conservadores adentram a arena política, ao iniciar mais livremente nas atividades cívicas. Parece que todo o ferramental do golpe está destinado a combater crescimento econômico, potencializar a crise econômica a fim de deslegitimar a democracia, no sentido entendido por Przeworski, Alvarez, Cheibub e Limongi (1996)⁹⁵, como o próprio Dahl (Apud, REIS, 2000) e porque não dizer Santos (2007), matando a esperança e criando o ódio.

O achaque midiático nas lentes do Manchetômetro – a influência da mídia no contrato

Como já foi amplamente destacado, entende-se que a mídia tenha se especializado em atuar como um quarto poder⁹⁶, ao ponto de encorajar ações levianas por parte de distintos atores, em distintos poderes da república. Esta seção dedica-se a isto.

É recorrente a discussão sobre o papel desempenhado em algumas campanhas presidenciais pela televisão brasileira, principalmente na ocasião dos debates entre os candidatos disponibilizados pelas emissoras de televisão. Em inúmeras situações os grupos de comunicação foram responsáveis por viradas espetaculares em campanhas eleitorais de candidatos sem o vigor popular necessário para vencer uma eleição. Contudo setores oposicionistas souberam bem se articular e preparar uma contraofensiva para a difícil tarefa de superar os artifícios televisivos. Contudo, solapada pela opinião pública nas eleições de

⁹⁵ Conferir também Przeworski e Limongi (1993), “Regimes políticos e crescimento econômico”.

⁹⁶ Após o dia 13/03/2016, mas principalmente após a decisão da condução coercitiva a execração pública pelos jornais televisivos, o FACEBOOK virou cenário de denúncias graves contra o maior meio de comunicação do país. Nela pululavam antigas matérias e reportagens citando as difamações dirigidas ao então Presidente Getúlio Vargas, ao ponto de serem tombados em praça pública inúmeros veículos de tal emissora.

2002, 2006, 2010 e inclusive na de 2014, toda a grande mídia passou a investir em meados de 2012 primeiro numa campanha sobre a crise econômica mundial que a nós afetaria. Num segundo momento após a derrota de 2014 ela voltou-se para questões relativas sobre a legalidade do mandato presidencial.

Intitulado de “Mídia, eleições e democracia” o livro organizado por Heloiza Matos (1994) ilustra, com uma série de artigos esta interface, ou seja, a realização de inúmeros apontamentos sobre a exacerbação midiática nos processos eleitorais brasileiros, datados à partir do início da ditadura militar e que perduram até os dias de hoje.

Para Matos, e de acordo com Grossi (Apud idem, 1994, p. 17), há consenso de que a fórmula de centralidade política das comunicações foi substituída pela proposta de centralização das comunicações na atividade política. De modo que, tanto na interação política como na simbólica, os sistemas políticos das democracias modernas estão cada dia mais determinados pela mídia. Além de expandir seus estudos para o clima global das comunicações nas campanhas eleitorais, estuda-se a relação mediada entre eleitores e candidatos e as variáveis de construção do cenário político. A autora ainda destaca as políticas de concessão de canais de rádio e televisão nos anos 1970, bem como a imprensa alternativa.

Na perspectiva de Wilson Gomes (1994, p. 62) os meios de comunicação são propriedade privada, que acabam por representar grupos sociais e sujeitos políticos interessados na apropriação ou repartição dos negócios públicos. Daí sua afirmação de que tais meios não são meros instrumentos de telecomunicação, são instituições, não são inertes ou neutros, mas locutores interessados no jogo político e, nunca, “tribunais liberais” ou auditórios onde diversas locuções tomarão assento. Também entende a propaganda política como uma busca argumentativa da obtenção de consentimento juntos aos cidadãos para a adoção de um conjunto de pretensões e interesses.

No mesmo trabalho, Rubim (Apud SOARES, 1994, p. 121) observa que a televisão produz uma realidade de segunda mão em tudo aquilo que ela media e se assume como o meio de construção por excelência do que é tornado socialmente público. É por isto que a TV nos dá a sensação de estarmos dentro dos fatos. Para Soares a elaboração das pautas dos grupos de comunicação é seletiva, o que permite ao editor arbitrariamente escolher o que lhes interessa comunicar, deixando aberta a possibilidade da não-divulgação. Segundo ele, somente os editores conhecem os critérios não-jornalísticos que ordenam o índice das pessoas e dos

assuntos não-gratos. Ele avalia que na situação brasileira este fato é potencializado com mais ousadia e desinibição pela falta de competição efetiva que fosse capaz de neutralizá-las. De modo que os programas televisivos são produzidos de forma a ofertar uma dança de ridículos quando o assunto é política, tudo é tornado vil e o papel da televisão é o de demonstrar como os políticos são irremediavelmente confusos. Mas a televisão não pararia por aí, ela também é capaz de misturar realidade e manipulação através do entretenimento e da notícia e ainda nos presentear com a indicação de Candidatos. O problema é que agora somente a mídia tem a credibilidade, quase exclusiva, de nos apresentar postulantes aos cargos políticos.

Para o autor (Idem, 1994) estudos tem demonstrado que a mídia nacional tem feito propaganda invisível de seus candidatos, em momentos críticos e geralmente eleitorais. Com bastante desenvoltura ela apoia ou combate candidatos, políticos e governos, apenas em razão de seus interesses corporativos ideológicos. Com isto consegue privatizar a política. O autor finaliza com a afirmação de que no Brasil é incompatível pensar em televisão e democracia.

Um estudo das eleições presidenciais brasileiras, de 1994, é apresentado no livro de **Jorge Almeida** (1998). Nele são apresentadas inferências estatísticas que desenharam o comportamento eleitoral entre parcelas da população que almejavam mudanças na situação sociopolítica nacional e que acabaram por se opor na orientação pelo voto, direita ou esquerda. Segundo Almeida a direita, com o apoio da grande mídia, se apresentou como a portadora das reformas capazes de alterar o vicioso círculo dos infrutíferos pacotes econômicos de até então. E a esquerda foi apresentada como o agente de impedimento deste desenrolar. Para o autor, a efetivação da democracia política no Brasil deve passar primeiramente pela democratização da mídia e a construção de mecanismos alternativos capazes de impedir a submissão da política à mídia e que seja capaz de colocar as energias da sociedade civil em movimento.

Uma análise que caminha nesta direção é a realizada pelo DIAP para a legislatura 2011-2015 (DIAP, 2010, p. 11). De acordo com a instituição, a campanha eleitoral não foi fácil. A candidata do PT teve de enfrentar, além da poderosa aliança PSDB / DEM / PPS, poderosos grupos empresariais com influência superior a de todos os partidos de oposição em conjunto, quer dizer, a grande imprensa brasileira. Para tais analistas, nem mesmo a eleição de Collor, em 1989, teve o apoio tão escancarado da imprensa. Todos os jornais, rádios e televisões

apoiaram abertamente a candidatura de José Serra⁹⁷. Como era de se esperar, pela prática contumaz de nossa imprensa, a candidata foi vítima de campanhas de intolerância, apenas com o intuito de despertar o ódio e, quem sabe, reorientar a opção do voto do eleitor. Utilizou-se do ataque a valores religiosos, crença em Deus, e da família, como a questão do aborto. Ainda agora ela se vale de atalhos midiáticos, lançando em cadeia nacional uma onda de suposições com carimbo de verdade.

Na contramão, emergiram inúmeras tentativas de avaliar o comportamento da imprensa nacional com a intenção de coibir ou quantificar os abusos cometidos. Criado com o objetivo de analisar a cobertura midiática das eleições de 2014, mais especificamente o pleito presidencial, o Manchetômetro (FERES JUNIOR, 2016) é um instrumento idealizado com o intuito de quantificar a oferta da análise política pelos principais meios de comunicação. Como objeto de análise os principais meios de comunicação do país, os jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo como também o Jornal Nacional, um noticiário da televisão ainda popular no Brasil.

A análise levada a cabo no Manchetômetro é focada na capa dos jornais, uma vez que se presume que ela tenha um poder comunicativo superior ao das notícias, no interior da publicação. Também pelo fato das manchetes, chamadas e as fotos da capa, serem os elementos comunicativos mais vistos por todos aqueles que de um modo ou outro tenham contato com os jornais e por último a presunção de que as manchetes e chamadas na capa são consideradas as mais relevantes pelos editores do jornal. Os editores do Manchetômetro, criação do antigo IUPERJ, agora IESP-UERJ, chegam a denominar seu instrumento de Capômetro, pois além de analisar a manchete, avalia-se toda a primeira página da publicação.

O método empregado é a análise de valência a qual se baseia numa dúvida principal, ou seja, se a manchete ou chamada, e o texto que a acompanha, é positiva, negativa, neutra ou ambivalente para a imagem do candidato, partido, pessoa ou governo a qual faz referência. A ideia não é verificar se o que está sendo veiculado é verdadeiro ou falso, mas avaliar o significado da informação em destaque. Para o caso da televisão, Jornal Nacional, o que vale é o tempo da notícia e sua valência, com os mesmos critérios seguidos acima. Além das valências o *site* analisa dois temas fundamentais da cobertura jornalística nas capas dos jornais impressos e no televisivo: a economia e a política institucional, simplesmente por ser a

⁹⁷ Tal fato se repetiu nas eleições de 2014, com o apoio explícito ao outro candidato tucano.

economia assunto fundamental não somente nas eleições mas cotidianamente em qualquer país.

Também são importantes as notícias sobre as instituições políticas pela alta relevância eleitoral que possuem, já que dizem respeito ao objeto precípua das eleições: partidos, legislação eleitoral, candidatos, políticos, cargos, relações entre os poderes da república, etc. A premissa aqui é que as notícias sobre essas matérias têm alta relevância na informação do eleitorado e, conseqüentemente, na formação de opinião.

Por outro lado, há quem discuta a validade da valência como um *coringa*, pois ela seria plenamente adaptável aos objetivos de quem a utiliza (MIGUEL, 2015). Este autor alega que sua utilização coloca na mesma panela, emissor, receptor, pesquisador e objeto do discurso. Como críticas principais, a da suposta compreensão, a de replicação de um ideal normativo da imparcialidade política, conceito insuficiente para a construção de uma crítica normativa, através da aplicação singela das categorias, bom e mau. Segundo Miguel todo o problema da valência poderia ser reduzido aos critérios de noticiabilidade utilizados pela mídia para beneficiar determinados candidatos ou partidos em detrimento de outros. A objetividade fica prejudicada pela adequação ou inadequação das narrativas do derredor pela capacidade inerente do jornalismo, enquanto prática social, de considerar relevantes algumas questões, ao mesmo tempo em que obscurece outras. Segundo o autor boa parte da fé depositada no bom jornalismo é sua capacidade de se ausentar da enunciação, ao transitar como interprete de uma situação universal, atrelada a um interesse geral. Por isto que se uma abordagem fundamentada na valência pode permitir ataque ao viés situacional da imprensa, pode também, por outro lado, reforçar o entendimento de que não se pode atacar a ideologia jornalística, pois é consenso que não se pode mais solicitar imparcialidade de tais meios, mas apenas pluralismo. O fato é que Miguel enxerga problemas metodológicos insolúveis na utilização das valências, mesmo que tal não invalide por completo sua adoção, o que ele faz é solicitar a utilização de métodos mais complexos na verificação da veiculação do viés jornalístico.

As críticas levantadas por MIGUEL (2015) cobram metodologias mais eficazes, mesmo assim ficou demonstrado também por ele, grande viés na cobertura dos fatos apresentados pelos principais meios de comunicação brasileiros. Também parece haver consenso nos trabalhos apresentados anteriormente sobre a grande capacidade que os grandes veículos de comunicação possuem de selecionar, ao mostrar positiva ou negativamente ou mesmo ocultar,

fatos, pessoas, instituições. Assim todas as leituras avaliadas acabam por solicitar um ocultômetro. Dispositivo que fosse capaz de identificar matérias ou notícias suprimidas arbitrariamente dos canais midiáticos e que permitissem aos usuários consultar “especialistas”, tal qual a proposta de Magalhães e Veiga (1999), função que as redes sociais, notadamente o FACEBOOK, YOUTUBE, GOOGLE e o recente WHATSAPP tem realizado num trabalho inigualável no sentido de permitir circular informações percebidas e apontadas por diversos setores da sociedade, mas que são arbitrariamente varridas para as margens do rio da informação, deitando as chances de veiculação apenas quando o volume se agiganta. E mesmo quando levadas para local seguro, na maioria das vezes não alcançarão o grande público. Por isto, na ausência de um ocultômetro, manchêmetro. Mas são inúmeras as possibilidades de metodologias alternativas que começam a ganhar a rede, metodologias que ensaiam a quantificação qualitativa da propaganda política na mídia, ênfase para as técnicas de mineração de dados.

Capítulo 6 - A orientação do voto e o comportamento eleitoral do juizforano ⁹⁸

A inspiração para o presente capítulo começou a surgir ao se avaliarem os pressupostos estatísticos, na pesquisa original, que auxiliaram na conceitualização dos eixos ortogonais constituintes do fenômeno. Ao percorrer os passos metodológicos, a constituição de tal foi precedida por alguns testes de propriedade: normalidade, linearidade e homocedasticidade; os quais permitiram verificar associação estatística, via correlação, entre “Renda per Capita” e “Pobreza” e “Renda per Capita” e “Indigência” ⁹⁹.

Portanto, aquela análise indicou que a “Pobreza” diminui quando as cidades crescem e que quando as cidades crescem muito tem-se instalado o problema da “Indigência” além do ressurgimento da “Pobreza”, isto permitiu inferir que os laços sociais nas cidades grandes são mais frouxos daqueles das cidades pequenas, por isto a “Indigência” nas cidades pequenas é não percebida ou, quiça, não permitida. Na defesa da Dissertação de Mestrado um dos professores integrantes da banca insistiu na necessidade em aprofundar as associações já observadas entre os fenômenos socioeconômicos e os “Votos em Branco” e os “Votos Nulos”, orientação então assumida ¹⁰⁰. Assim pode-se imaginar de um lado que a figura do indigente pode encarnar um *tipo ideal* de eleitor, liberto de todas as amarras sociais, num abandono total das perspectivas individuais e de vida comunitária, representante máximo da ideia de desespero, eleitor que não vota, que se abstém da vida comunitária, da vida social, é andarilho. Num outro extremo, o outro *tipo ideal*, a figura do altamente sofisticado politicamente, aquele capaz de avaliar com precisão os acontecimentos políticos do país e orientar seu voto na direção que mais lhe aprouver: “Abstenção” (quando o cinismo cívico lhe convém), “Voto Válido”, ou “Voto Nulo”. Acredita-se que o “Voto em Branco” seria opção improvável, ou mesmo de última instância. A admissão da existência desse *continuum*, ou de um conceito de eleitor, abre nova perspectiva eleitoral, a de uma *ontossociologia*.

A *orientação do voto* é motivo de inúmeros trabalhos na Ciência Política, embora na totalidade tal expressão seja entendida como preferência do eleitorado, principalmente a

⁹⁸ A adoção metodológica neste capítulo foi resultado de alguns debates entre distintos pontos de vista. Tudo se deu em função de incluir ou não, nos gráficos de linha, os dados da categoria “municipal”, pois como ela é um nível federativo distinto e com eleições extemporâneas aos outros dois níveis, preferiu-se não incluí-la nos gráficos, mesmo assim esses mesmos dados serão incluídos nas tabelas.

⁹⁹ Outro fator foi a informação de uma Assistente Social, há vários anos, de que o público dos abrigos municipais era majoritariamente forjado por indigentes que haviam sofrido algum tipo de violência moral, psíquica, ou mesmo física, de familiares ou congêneres, em que tais acabaram por transformar a própria vida pessoal marcadamente pela atuação em atividades ligadas à perambulação e à reciclagem, à sujeira, inerente à este tipo de atividade, e ao vício, com uso indiscriminado de álcool e drogas.

¹⁰⁰ Prof. Ignácio Godinho Delgado.

opção partidária numa escala ideológica, se esquerda, centro ou direita (Cf. FIGUEIREDO, 2008). Contrariando a trilha usual de trabalhos, o presente capítulo parte da observação que a diferença entre as taxas de “Comparecimento” e “Abstenção”, mas principalmente entre as taxas de “Voto em Branco” e “Voto Nulo” nas eleições para o executivo no Brasil, entre 1996-2014, permite inferências distintas na *orientação do voto*, orientação aqui entendida como a possibilidade de que os diferentes tipos de comportamento eleitoral são na verdade modos ativos de participação. Por isto, pretende-se ainda sugerir conceitos substitutos para o de “Alienação Eleitoral”.

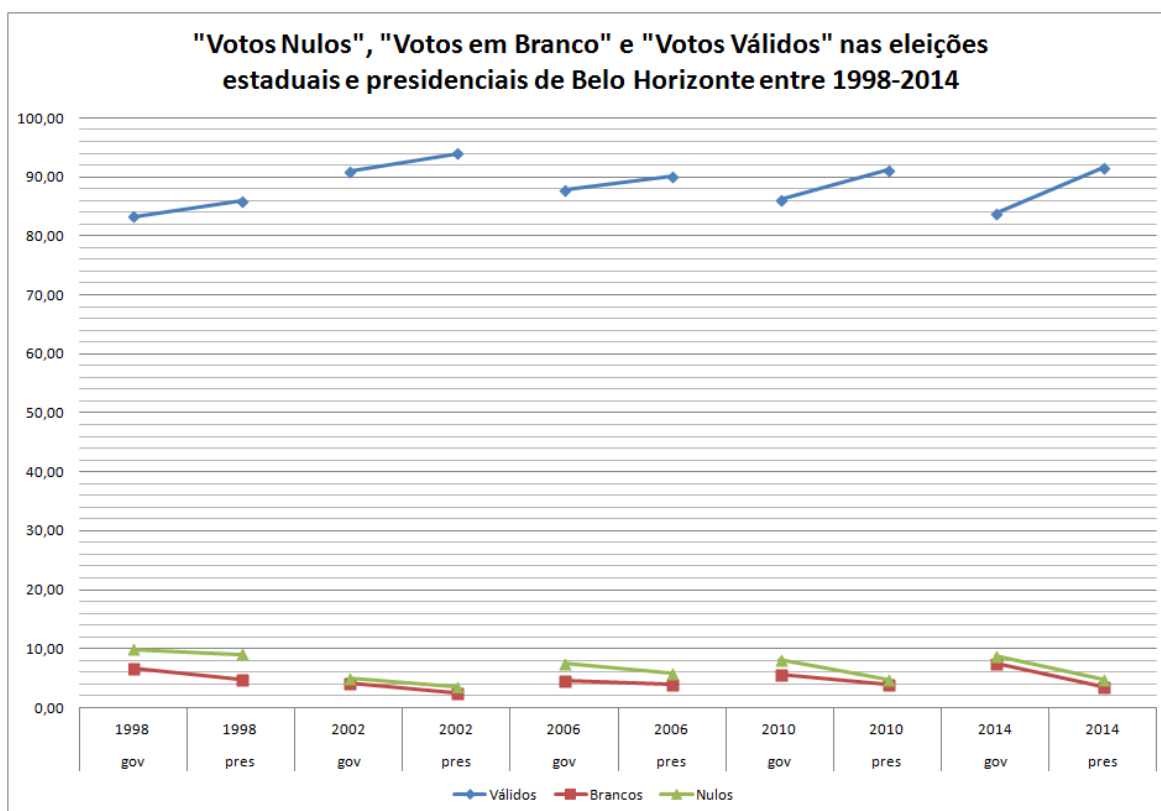
Como ficará claro o “Voto Nulo” é sempre mais efetivo, tem taxas mais elevadas que o “Voto em Branco”, nos três níveis das eleições para o executivo no Brasil. Ao se avaliarem as taxas de comportamento eleitoral de algumas cidades percebe-se que o “Comparecimento” assume diferentes *distribuições* de um nível para outro. A alteração que se destaca é aquela onde se transferem **votos** das eleições presidenciais para as estaduais, ou vice-versa, quer dizer, quando as taxas de “Voto em Branco”, do “Voto Nulo” e do “Voto Válido” alteram-se de um nível para outro^{101 102}. O importante é que são eleições distintas e com motivações diferentes num mesmo momento. De modo que, caso as razões para “Votar em Branco” e “Votar Nulo” fossem aleatórias, as taxas também deveriam ser aleatórias, coisa que não acontece, os votos são transferidos para outras direções embora obedeçam a determinado padrão. Vejam-se, a seguir, as séries das eleições para os executivos presidencial e estadual das eleições entre 1996-2014¹⁰³ de algumas cidades brasileiras:

¹⁰¹ Observações interessantes sobre o declínio dos votos válidos e aumento do comparecimento poderão ser conferidas em Lima Júnior e Anastasia a partir da p. 15 (1998).

¹⁰² Por ocasião da IV Semana de Ciências Sociais da UFJF, a professora Christianne Jales enfatizou a necessidade de melhor redação acerca da transferência de voto nas opções do eleitor, válido, branco ou nulo, entre as distintas eleições: presidencial / estadual (SOLDATI, 2015 b), a fim de evitar interpretações enviesadas em razão do problema da falácia ecológica (Cf. LIMONGI, 2012).

¹⁰³ São avaliadas “microséries temporais” de cinco períodos eleitorais. Tentou-se apresentar um gráfico sem os valores dos “Votos Válidos”, contudo como ele é base para a proporção dos “Votos em Branco” e dos “Votos Nulos” a projeção acaba desproporcional, por isto o formato acima foi considerado como mais apropriado, embora o efeito visual no outro formato demonstrasse mais força, pois as diferenças ficariam mais visíveis. Por este motivo as tabelas foram adicionadas.

Gráfico 01



Fonte: TSE / Adaptado

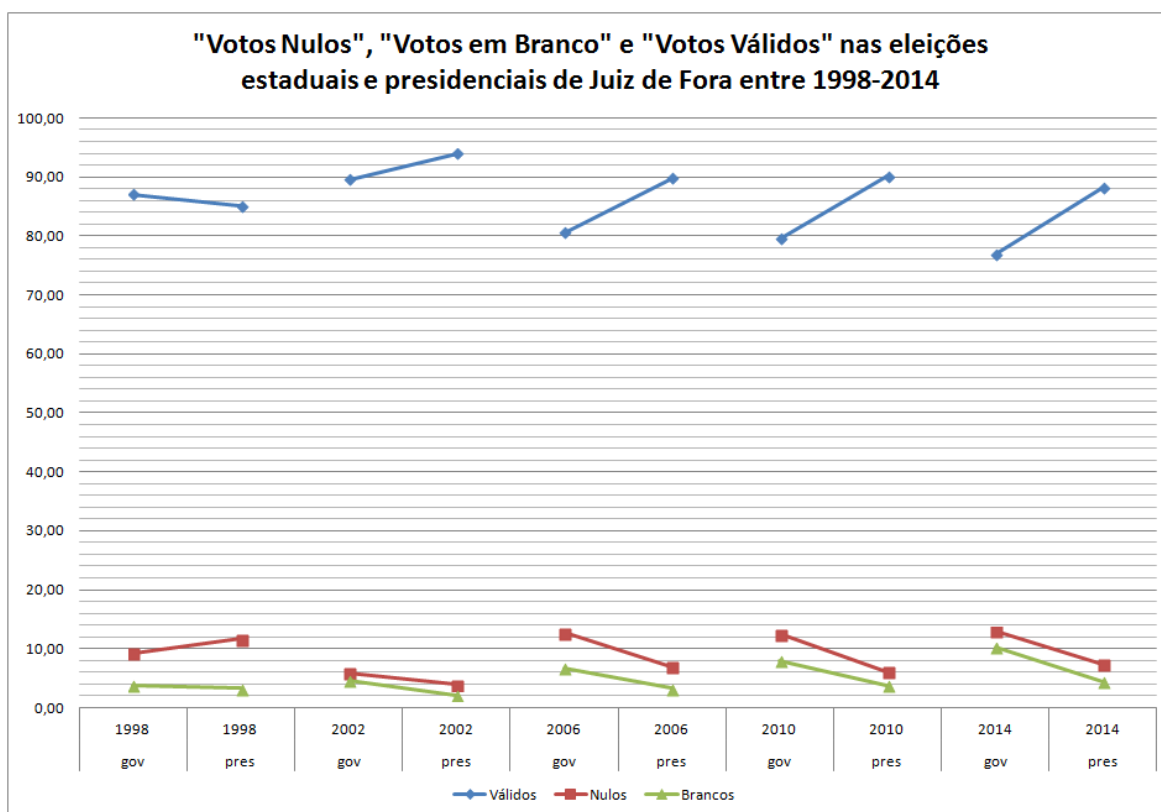
Tabela 22

votos em branco e votos nulos para o executivo estadual e federal na cidade de Belo Horizonte entre 1998 e 2014										
	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres
	1998	1998	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014
Válidos	83,30	85,99	90,91	93,99	87,91	90,17	86,15	91,22	83,75	91,61
Nulos	9,91	9,09	4,93	3,55	7,46	5,82	8,22	4,86	8,79	4,84
Branco	6,80	4,91	4,16	2,47	4,63	4,01	5,63	3,92	7,46	3,55

Fonte: TSE / Adaptado

Perceba nas séries da cidade de Belo Horizonte, como os percentuais de “Votos Nulos” são sempre superiores ao dos “Votos em Branco”. À exceção de 1998, o comportamento das taxas, é harmônico, para verificar basta traçar uma reta saltando um período eleitoral, assim conta-se apenas um período 2002, por exemplo, depois na mesma ordem um mesmo período 2006, e assim por diante, apesar do tamanho extremamente limitado da série temporal, ela parece indicar uma tendência, e 1998 poderia ser entendido como o final de outra série ou apenas mesmo como evento. O movimento, de fato, tende a demonstrar harmonia. Note ainda que as taxas dos “Votos Válidos” funcionam ao contrário das outras duas, pois quando elas aumentam, as outras diminuem.

Gráfico 02



Fonte: TSE / Adaptado

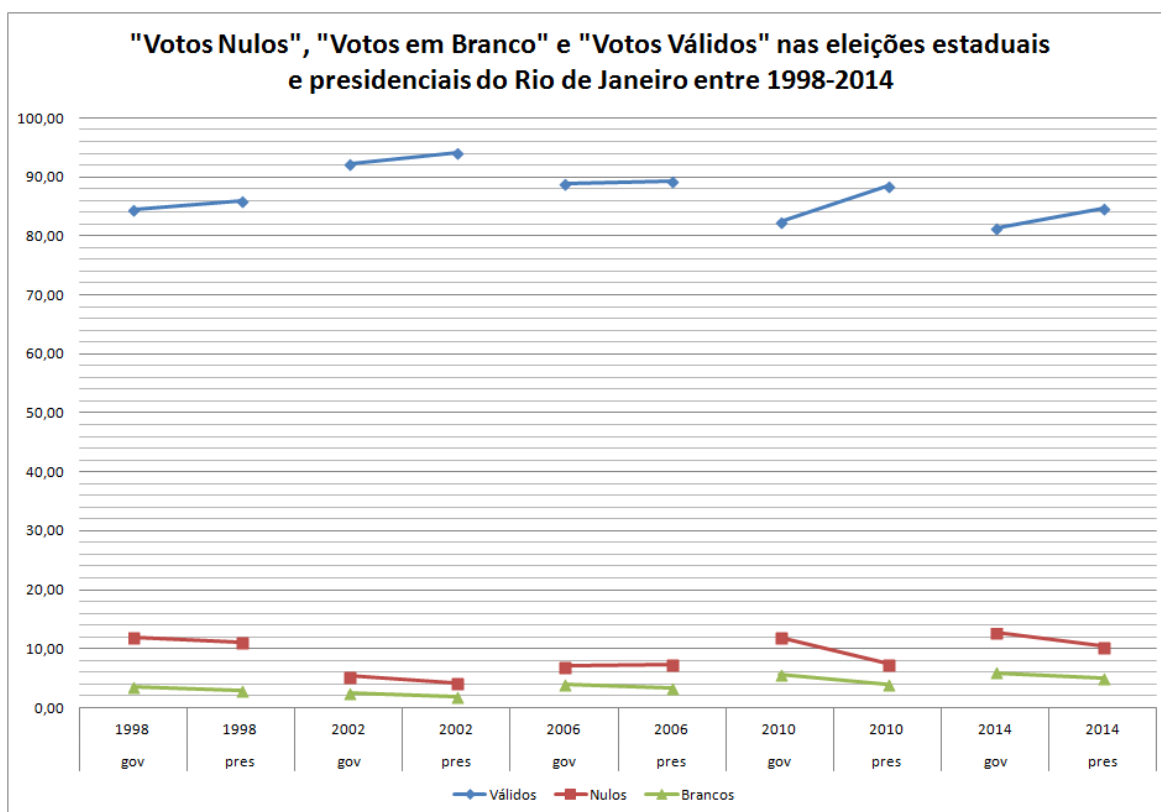
Tabela 23

votos em branco e votos nulos para o executivo estadual e federal na cidade de Juiz de Fora entre 1998 e 2014										
	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres
	1998	1998	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014
Válidos	87,03	85,07	89,54	93,94	80,56	89,81	79,52	90,11	76,85	88,14
Nulos	9,20	11,68	5,91	3,87	12,73	6,93	12,50	6,08	12,95	7,36
Branco	3,77	3,25	4,56	2,19	6,71	3,26	7,98	3,81	10,20	4,49

Fonte: TSE / Adaptado

O período de 1998 na cidade de Juiz de Fora é atípico e outra cidade, aqui apresentada, que tem a mesma movimentação é São Paulo, como será mostrado à frente. Mas o que interessa firmar é que na mesma ida às urnas, num mesmo comparecimento, o eleitorado reage diferentemente, vota mais validamente em um pleito que no outro. Isto demonstra uma profunda reflexão pessoal. Também vai sendo possível visualizar que as séries dos “Votos em Branco” são mais harmônicas mesmo.

Gráfico 03



Fonte: TSE / Adaptado

Tabela 24

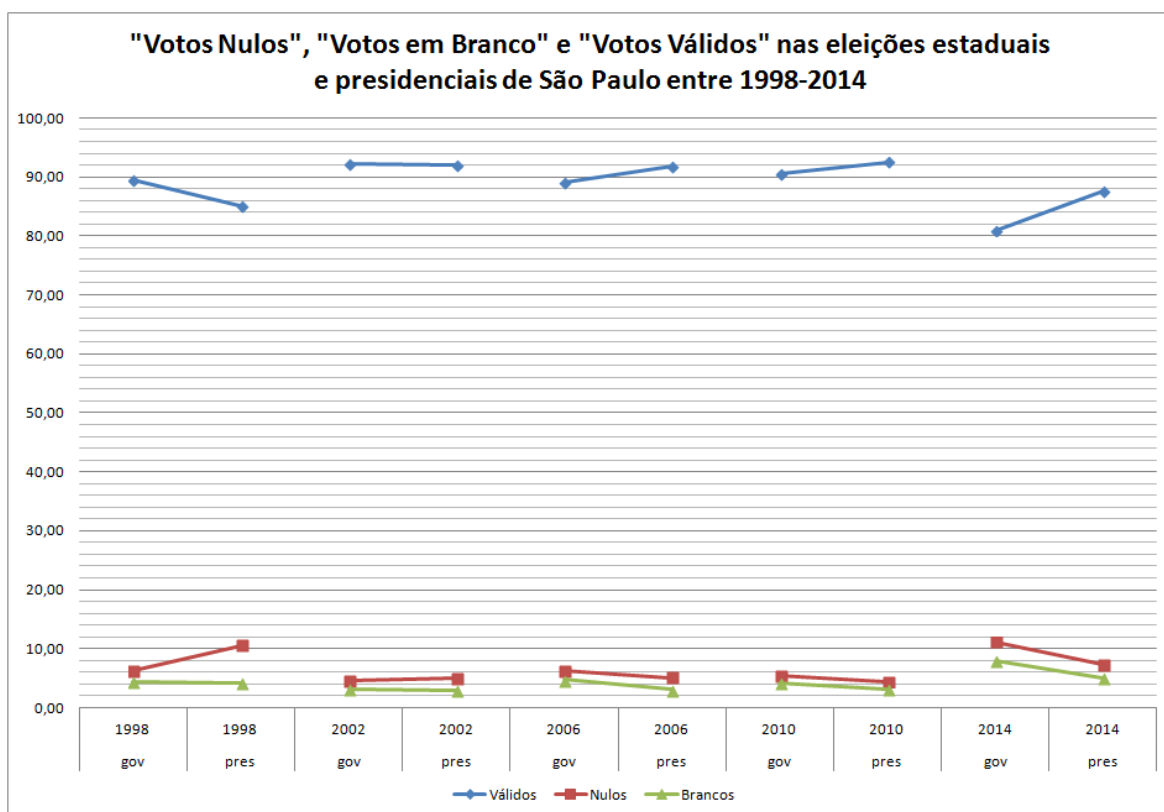
votos em branco e votos nulos para o executivo estadual e federal na cidade do Rio de Janeiro entre 1998 e 2014										
	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres
	1998	1998	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014
Válidos	84,39	85,96	92,15	94,01	88,95	89,25	82,45	88,54	81,26	84,62
Nulos	11,97	11,11	5,43	4,18	7,03	7,40	11,95	7,50	12,77	10,38
Branco	3,64	2,93	2,42	1,81	4,02	3,35	5,60	3,96	5,96	5,00

Fonte: TSE / Adaptado

A votação na cidade do Rio de Janeiro também é expressiva, mesmo que as diferenças entre as taxas de “Votos em Branco” dos diferentes períodos eleitorais sejam menores, ainda assim permanece com relativa distância. O “Voto Nulo” continua efetivo, embora nas eleições de 2002 e 2006 a diferença entre os níveis federativos tenda a minimizar.

Como adiantado, as taxas de 1998 em São Paulo também são atípicas, tais como as de Juiz de Fora e as de Uberlândia. Depois entre 2002 e 2010 as diferenças entre os níveis federativos parecem declinar, mas quando chegam as eleições de 2014, acontece em São Paulo o que acontece no restante do país, reafirma-se a distância entre as eleições estaduais e as federais, com claro incremento do “Voto Nulo” para o âmbito estadual.

Gráfico 04



Fonte: TSE / Adaptado

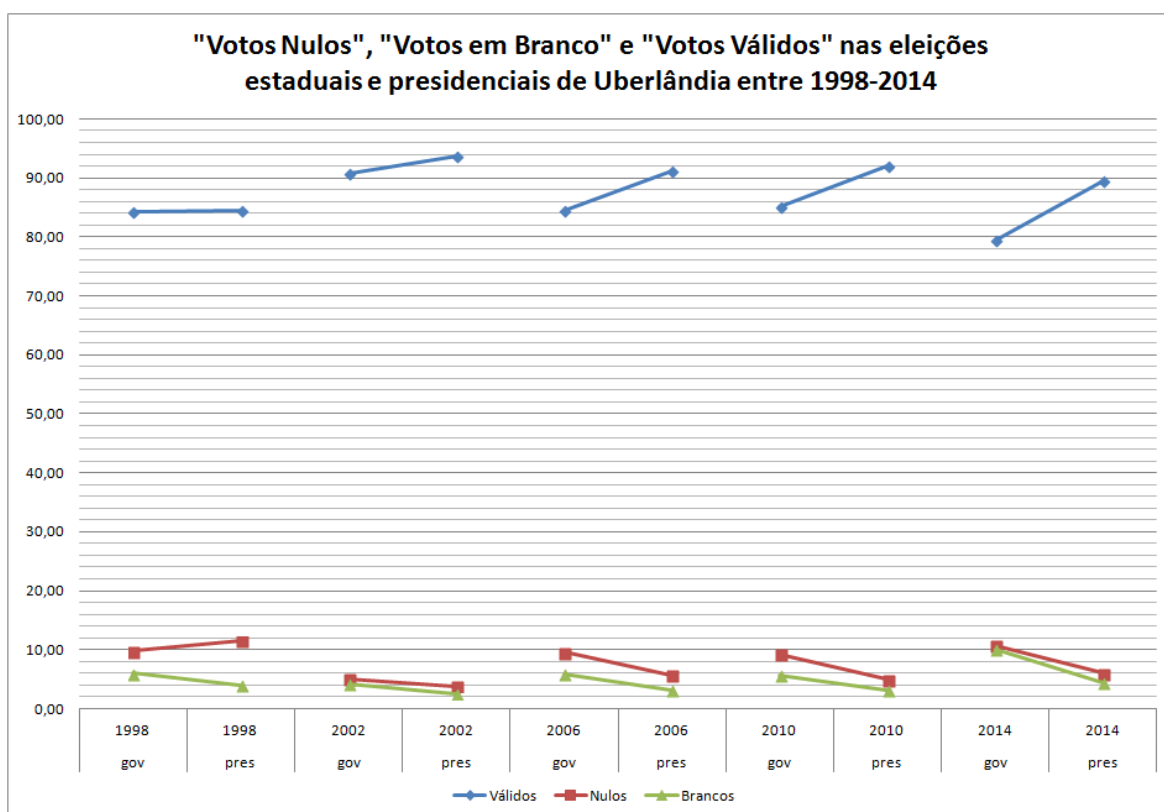
Tabela 25

votos em branco e votos nulos para o executivo estadual e federal na cidade de São Paulo entre 1998 e 2014										
	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres
	1998	1998	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014
Válidos	89,48	85,17	92,12	92,04	89,02	91,88	90,48	92,52	80,97	87,55
Nulos	6,21	10,56	4,66	5,05	6,28	5,09	5,41	4,41	11,16	7,35
Branco	4,31	4,27	3,23	2,91	4,71	3,03	4,11	3,08	7,87	5,10

Fonte: TSE / Adaptado

Por último as eleições na cidade de Uberlândia. As taxas apresentadas se assemelham às de Juiz de Fora, demonstrando uma mesma movimentação das eleições de 1998, onde após tal período as taxas diferem dos demais períodos eleitorais.

Gráfico 05



Fonte: TSE / Adaptado

Tabela 26

votos em branco e votos nulos para o executivo estadual e federal na cidade de Uberlândia entre 1998 e 2014										
	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres	gov	pres
	1998	1998	2002	2002	2006	2006	2010	2010	2014	2014
Válidos	84,26	84,49	90,84	93,59	84,55	91,24	85,11	91,94	79,37	89,58
Nulos	9,77	11,48	5,00	3,84	9,53	5,65	9,18	4,92	10,65	6,01
Branco	5,97	4,02	4,16	2,57	5,93	3,12	5,71	3,14	9,98	4,42

Fonte: TSE / Adaptado

No cômputo geral pode-se observar que as taxas de “Votos Nulos” serão sempre superiores às dos “Votos em Branco”, bem como em relação às diferenças nos percentuais entre os níveis federativos. Nas eleições de 1998, em algumas cidades, o nível estadual supera o federal nos totais das taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”. De 2002 a 2014, pode-se confirmar a existência de um padrão. Neste período tais taxas das eleições estaduais serão sempre maiores as das eleições presidenciais, com distanciamento do comportamento de ambas em 2014.

Daí se poderia inferir que se os motivos para “Votar em Branco” e “Votar Nulo” fossem aleatórios ou que tais ações demonstrassem um completo desinteresse pela democracia, pela política, ou mesmo que representassem apenas erros de digitação, as taxas de “Votos em Branco” nas eleições presidenciais e estaduais apresentariam tendência específica em ambas

as eleições, ou ao menos se repetiriam e o mesmo aconteceria para os “Votos Nulos”. Mas isto não acontece, existem alterações expressivas que permitem visualizar oscilações nas taxas no mesmo momento eleitoral muito embora em eleições distintas. É também por isto que se pode afirmar a ocorrência de reflexão específica tanto para os “Votos em Branco” quanto para os “Votos Nulos”¹⁰⁴.

Na verdade, a literatura discute o conceito de *centralidade do voto* (LIMA JUNIOR, 1999, p. 28), ou seja, quanto mais elevado for o nível federativo, maior será a importância atribuída à eleição pelo eleitor¹⁰⁵. Porém, discute-se também, que ele faz suas opções no nível municipal, mas tem conhecimento que se o prefeito não tiver apoio do governador ele acaba invalidando o próprio mandato. Do mesmo modo o governador. Seu sucesso na administração fica intimamente atrelado ao acesso que ele deverá ter, junto ao presidente. Isto pode explicar parte das diferenças nas taxas de “Votos Válidos”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”¹⁰⁶.

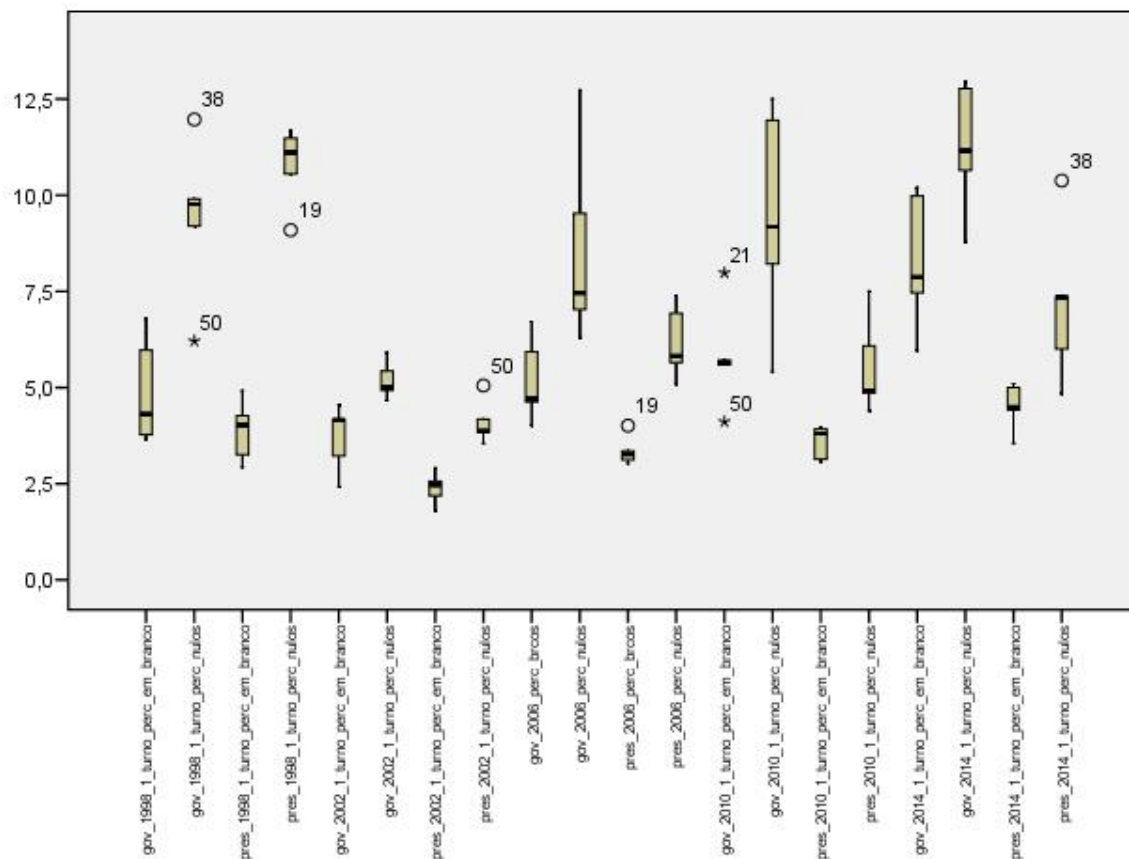
Veja-se como se comportam as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos” das cinco cidades em conjunto, primeiramente com a exposição pelo gráfico Box-Plot (gráfico de número 6). Deve-se salientar que pode haver alguma distorção visual, uma vez que as proporcionalidades, relação entre Aptos / Votos Válidos são diferentes em cada cidade / eleição, mas o que interessa perceber em cada par, “Votos em Branco” / “Votos Nulos” ou mesmo em cada nível federativo, é onde começam e onde terminam as ‘caixas’. Neste tipo de representação gráfica fica clara a preponderância do “Voto Nulo” sobre os “Votos em Branco”. Também é reforçada a ideia da reflexão eleitoral, na opção pela maior incidência de ambos os comportamentos nos níveis estaduais. Deve-se lembrar que, tal tipo de gráfico reúne algumas informações que podem ser assimiladas imediatamente, tal como dispersão / concentração da distribuição, mediana, valores mínimos e máximos, além de extremos.

¹⁰⁴ A associação estatística entre variáveis socioeconômicas e variáveis de comportamento eleitoral ultrapassa esta afirmação.

¹⁰⁵ Artigo interessante, recente e experimental procura esmiuçar a possibilidade de estar em curso uma alteração político-institucional tradicional onde o poder estadual tem sido até então preponderante sobre o municipal. Tal confirmação poderia implicar alterações na ideia de centralidade em nossas eleições (SOARES; TERRON; ALKMIM, 2016).

¹⁰⁶ Leitura imprescindível a de Leal (1975). Ver ainda a abordagem de Lúcio Rennó (2002).

Gráfico 06



De modo similar, mas complementar, segue adiante (tabela 27), uma avaliação com estatísticas descritivas dos dados da *distribuição* das cinco cidades aqui avaliadas que auxiliam o mesmo raciocínio. Basta verificar a distância entre os valores mínimos e máximos e os próprios desvios padrões. Tanto no mesmo período eleitoral, nos distintos níveis, quanto quando avaliam-se distintas eleições.

Tabela 27**Análise descritiva dos "Votos em Branco" e "Votos Nulos" das eleições estaduais e federais entre 1998 a 2014 - 5 cidades**

ano da eleição	1998		2002		2006		2010		2014	
	estadual		estadual		estadual		estadual		estadual	
	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo
nível federativo	federal		federal		federal		federal		federal	
orientação do voto	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo	branco	nulo
N	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
mínimo	3,64	6,21	2,93	9,09	2,42	4,66	1,81	3,55	4,02	6,28
máximo	6,80	11,97	4,91	11,68	4,56	5,91	2,91	5,05	6,71	12,73
média	4,90	9,41	3,88	10,78	3,70	5,18	2,39	4,10	5,20	8,61
desvio padrão	1,41	2,07	0,80	1,04	0,87	0,49	0,41	0,58	1,09	2,60

Fonte: TSE / adaptado

O mesmo comportamento fica patente nos gráficos abaixo (os de número 7 e 8). Ao se avaliar as 54 cidades em conjunto a tendência se repete, muito embora, em algumas exceções ocorra

o movimento de maior incidência na orientação de Votos em Branco e Votos Nulos no nível presidencial do que no estadual.

Gráfico 07

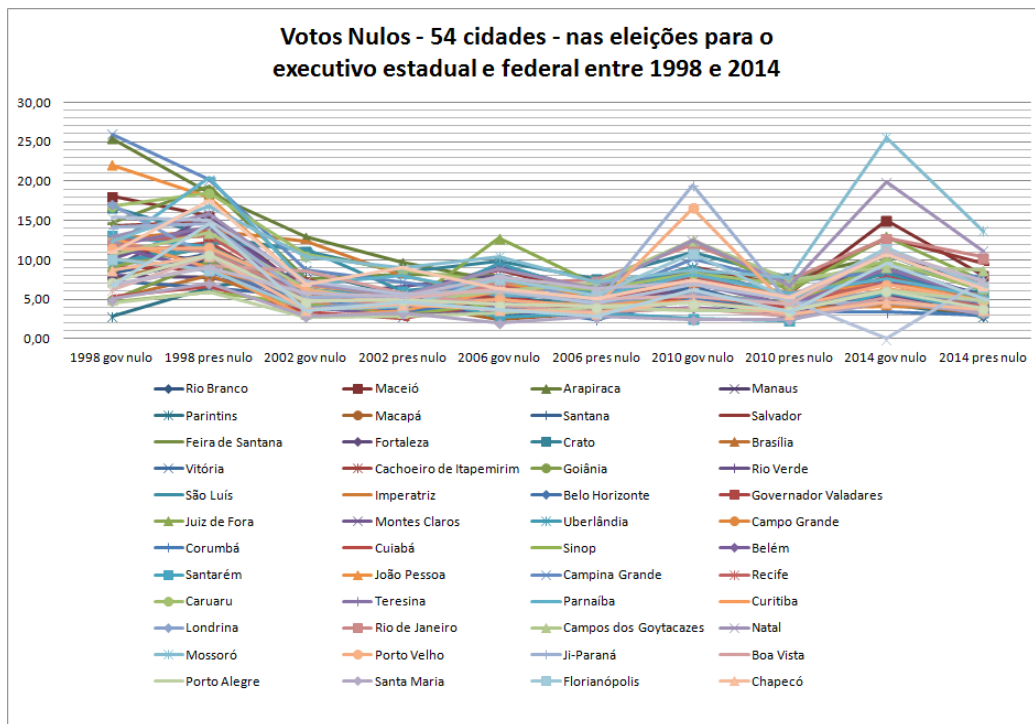
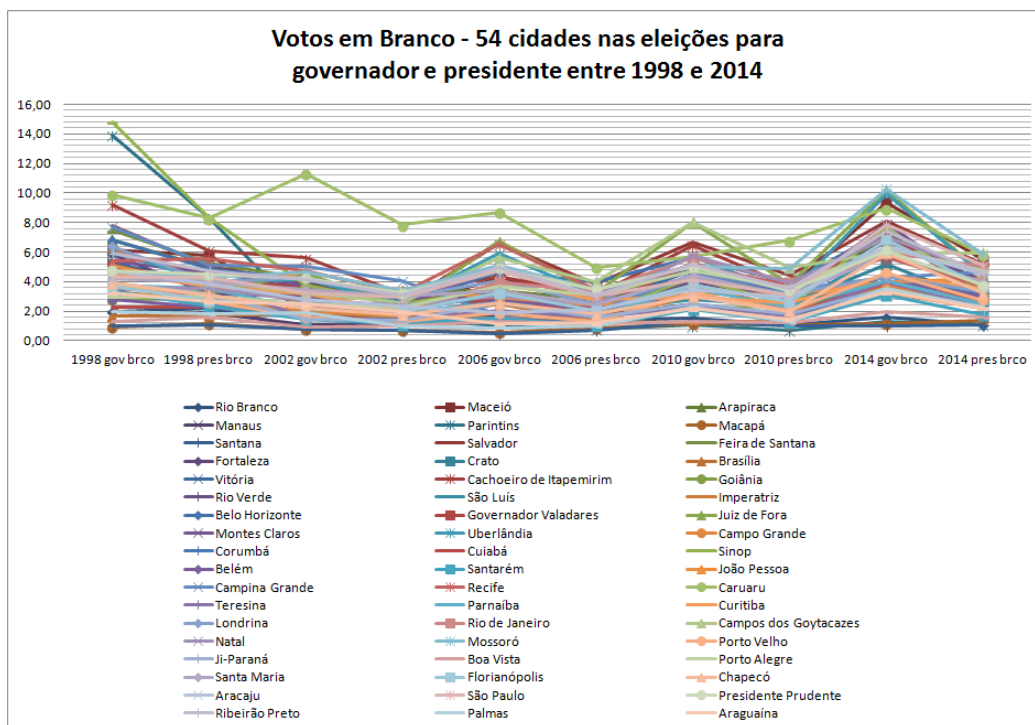


Gráfico 08



A tabela 28 informa o comportamento das taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos” de cada uma das 54 cidades, em separado.

MT, em 1998, nas eleições estaduais e presidenciais; Caruaru, PE, nas eleições estaduais em 2002 e 2006; de Curitiba e Londrina, ambas no Paraná e no mesmo nível e pleito eleitoral, nas eleições estaduais de 2002; Porto Alegre e Santa Maria, ambas no RS, fato que começou com as eleições estaduais de 2002 em Santa Maria para depois também em Porto Alegre, nas eleições estaduais 2006, 2010 e 2014, e presidenciais em Porto Alegre e Santa Maria em 2010 e em 2014, presidencial apenas em Santa Maria; Presidente Prudente, SP, nas eleições estaduais de 2006, 2010 e 2014. Nota-se assim que algumas destas cidades apresentam algum tipo de recorrência, ou quanto ao nível, ou quanto à localização geográfica, ou mesmo quanto a própria cidade avaliada. Apenas as que apresentaram alguma recorrência serão mostradas abaixo:

TABELA 29
Exceções da preponderância da taxa de "Votos Nulos" sobre a taxa de "Votos em Branco"

Cidade avaliada	UF	Período eleitoral	Eleições estaduais		Eleições presidenciais	
			Votos em Branco	Votos Nulos	Votos em Branco	Votos Nulos
Parintins	AM	1998	13,89	2,83	8,34	6,55
Cachoeiro do Itapemirim	ES	1998	9,19	9,16	-	-
		2010	6,46	5,25	3,71	3,36
		2014	5,69	4,89	4,06	3,75
Corumbá	MT	2014	4,09	3,39	3,06	3,00
Sinop	MS	1998	14,79	4,68	8,28	5,87
Caruaru	PE	2002	11,29	10,62	-	-
		2006	8,70	7,19	-	-
Curitiba	PR	2002	3,18	2,76	-	-
Londrina	PR	2002	4,31	3,84	-	-
Porto Alegre	RS	2006	3,68	3,32	-	-
		2010	4,72	3,61	3,63	3,52
		2014	6,30	6,18	-	-
Santa Maria	RS	2002	3,46	2,88	-	-
		2006	3,39	2,06	-	-
		2010	4,43	2,48	2,99	2,41
		2014	5,87	4,66	3,99	3,30
Pres. Prudente	SP	2006	4,91	4,35	-	-
		2010	5,00	4,47	-	-
		2014	6,08	6,07	-	-

Fonte: TSE / Adaptado

Assim, consubstanciado nos dados anteriores, bem como nas associações verificadas entre as variáveis de comportamento eleitoral e o fenômeno do "Perfil Urbano Brasileiro" como também com as variáveis de comportamento eleitoral e o fenômeno do "Contrato", pode-se fechar as propostas de conceitualização de "Comparecimento", "Abstenção", "Votos Válidos", "Votos em Branco" e de "Votos Nulos". Aqui também emerge a possibilidade de

revigorar a participação eleitoral, dado que o *mass media* denigre a todo instante o que se tornou tradicional considerar como alheamento eleitoral.

Distribuição tradicional do comportamento eleitoral e a identificação de outras distribuições

No Brasil, votam os maiores de 18 anos, sendo facultativo o ato aos analfabetos, aos maiores de 70 anos e aos jovens entre os 16 e 18 anos. Eles compõem o que a legislação chama de “Aptos”, onde este conjunto é o somatório daqueles que comparecem e dos que se abstêm.

$$\text{Aptos} = \text{abstenção} + \text{comparecimento}$$

Pode-se então substituir a variável “Comparecimento” pelo somatório de “Votos Válidos”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, como se vê logo a seguir,

$$\text{Aptos} = \text{abstenção} + (\text{votos válidos} + \text{votos em branco} + \text{votos nulos})$$

Quem propôs o conceito de Alienação Eleitoral, expressão composta pelo número de eleitores que se abstêm, pelos que votam em Branco como por aqueles que votam Nulo foi Santos (1987, pág. 42).

$$\text{Taxa de alienação} = \frac{\text{abstenção} + \text{votos em branco} + \text{votos nulos}}{\text{aptos}} * 100\%$$

A explicação que ele sugere é que caso o eleitor acredite que o resultado possa lhe trazer consequências benéficas, ele vota ou zera o voto contrário, caso acredite que não, não comparece ou não vota. Esta é base do *cálculo de razoabilidade* proposto pelo autor. Neste sentido ele sustenta todo o eleitorado no conjunto de eleitores “Aptos”, entre aqueles que votam validamente e aqueles alienados eleitoralmente. Tudo dependeria do significado político da eleição. O mais interessante na argumentação de Santos (2007) é ele conseguir

arregimentar um fenômeno heterogêneo diante da mesma classificação, com sucesso. Quando ele afirma que a incerteza do significado político do processo eleitoral, afeta o retorno esperado do voto e tende a aumentar a taxa de alienação, ele, de fato, consegue abarcar todas as possibilidades constituintes do comportamento eleitoral na direção da importância do voto, e reforça a natureza e a função da “Alienação Eleitoral”, seu descontentamento com um sistema político que exclui, em alguns momentos mais, em outros menos, mas que sempre o faz.

Porém, como a proposta do capítulo é investigar os conceitos de “Votos Válidos”, “Abstenção”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, caminha-se no sentido de rearranjar em novas distribuições esses conjuntos tradicionalmente alocados. Entenda-se isto como primeiras tentativas de elucidar a obstrução de votos do nosso eleitorado. Neste sentido, a má utilização pela mídia do conceito de “Alienação Eleitoral”, arruína por consequência o conceito de participação política, já que permite troças com as instituições mais caras à tradição republicana e traz malefícios incalculáveis à democracia brasileira. Em momentos políticos específicos, notadamente aqueles que contrariam os interesses da grande mídia¹⁰⁷, os jornais e congêneres enfatizam as taxas de “Abstenção” e as de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, tal como *entimemas*, ao induzir questionamentos da legitimidade dos governos eleitos democraticamente, desfigurando as manifestações de descontentamento a momentos ou situações políticas, em direção a um simples desinteresse do eleitorado e de suas próprias funções cívicas ou ainda procurar caracterizá-los como atos de vandalismo. Por isto, se é possível afirmar uma taxa de “Alienação Eleitoral”, é também possível pensar sua contraparte¹⁰⁸, valorizando o “Comparecimento” e os “Votos Nominais”¹⁰⁹.

$$\text{Taxa de efetividade eleitoral} = \frac{\% \text{ de comparecimento} \cdot \% \text{ votos válidos}}{100}$$

Daí, feita a primeira defesa e revigorado o conceito de comportamento eleitoral, onde foi ressaltada a sua grandeza, ao invés do desinteresse político do eleitorado pela magnitude da “Taxa de Alienação”, pode-se caminhar na direção da emergência de dois novos conceitos, o

¹⁰⁷ Cf. Homo Videns de Giovanni Sartori (2001).

¹⁰⁸ Na análise dos dados pode ser observado que os conceitos de “Taxa de Alienação” e “Taxa de Efetividade” constituem uma mesma população dada a ocorrência de Betas com sinais invertidos.

¹⁰⁹ Santos (2007) quando trata da expansão da Arena Eleitoral indica ser crucial avaliar a “associação refletida na percentagem de votos válidos sobre o comparecimento” e entende que o problema político relevante está mais em explicar as oscilações dos votos válidos em relação ao comparecimento e ao eleitorado. Como pode ser observado é um passo diferente ao do aqui proposto, mas é uma aproximação pertinente.

de “Aceitação das Listas”¹¹⁰ e o de “Rejeição das Listas”¹¹¹, ou seja, aceitação, mesmo que parcial do sistema político eleitoral brasileiro, onde o eleitorado apto comparece, vota validamente e vota nulo, por um lado e por outro, não comparece ou vota em branco. Os comportamentos de “Abstenção”, de “Voto em Branco” e de “Voto Nulo” seriam apenas manifestações legítimas de participação e mesmo que permaneça o genuíno conceito de *Alienação Eleitoral*, sua simbologia tem elevação de *status*, de baixo para alto. Aqui a eleição passa a ser entendida como primeira função social. Deve-se enfatizar que pela essência, de uma *ontossociologia*, rejeitar o sistema político eleitoral é rejeitar as formas mas nunca o conceito, quer dizer, é fugir da apelação dos meios de comunicação que parte da população ao recusar momentos políticos ou lideranças, prefeririam sistemas não democráticos, que só viriam a facilitar os interesses dos grandes grupos econômicos¹¹² mas nunca da vida democrática republicana.

Índice de aceitação das listas = (% votos válidos + % votos nulos) – % abstenção

Índice de rejeição das listas = % abstenção + % votos em branco

Como pode ser visto, a "Abstenção" é aproximada ao "Voto em Branco" e o "Voto Válido" é aproximado ao "Voto Nulo". A "Abstenção", assim como o "Voto em Branco", são tidos como formas não tão ativas de participação, formas de desesperança, incerteza, enquanto o "Voto Válido" e o "Voto Nulo" são entendidos como modalidades ativas de manifestação. De modo que todo o conjunto de "Aptos" representa tipos de (des) contentamento com a face do *status quo*.

¹¹⁰ Quem enaltece as campanhas eleitorais pelo HGPE é Lombardo Jorge (2014), pois o programa garantiria o acesso de todos os candidatos, das listas, minimizando o poder dos grupos controladores dos veículos de comunicação.

¹¹¹ Numa pesquisa qualitativa realizada pelo CPS – Centro de Pesquisas Sociais da UFJF, Magalhães e Veiga (1999) atestam que o conceito de alienação política de Lane seria uma falta de identidade entre representantes e representados. Mais à frente, descrevendo a sensação dos entrevistados de que as decisões políticas em sua maioria são impostas a despeito da aceitação popular, eles acabam por concluir que nossa democracia é percebida mais como delegação de poder do que a esperada representatividade. Excelente definição de delegação poderá ser vista em Miguel (2002).

¹¹² Vale leitura do livro "Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal" (BEZERRA, 1999).

Tal possibilidade transforma a maioria das taxas de comparecimento em taxas relevantes e enaltece os sistemas democráticos, como estruturas republicanas, onde qualquer cidadão tem direito e dever de participação. Imperioso notar que caso fossem válidas as inúmeras razões apresentadas por outras literaturas, da incapacidade eleitoral do cidadão comum, as eleições nunca teriam que ser fraudadas^{113 114}, como podem ser observados os históricos democráticos de quaisquer países e até mesmo de movimentos republicanos da antiguidade. As pessoas votam por convicção, por direito natural da humanidade e devem ser ouvidas por instâncias adequadas de participação, numa modalidade unilateral.

Seguem, adiante, tabelas comparativas dos tradicionais e dos outros índices aquinhoados, delineando o comportamento do eleitorado das 5 cidades avaliadas. Juiz de Fora que possui elevado comparecimento nas eleições iniciais, vai destinando parte dos votos válidos em direção aos “Votos em Branco”, nos pleitos estaduais, e “Votos Nulos”, nas eleições presidenciais, com o passar do tempo. Mas também observa-se ligeiro aumento da “Abstenção” na cidade, permitindo entender uma insatisfação crescente com a oferta das listas eleitorais, principalmente com relação às eleições estaduais. Não é demasiado lembrar que o conceito adotado de Rejeição das Listas indica que o eleitor se abstém, ou quando comparece, vota em branco. Já o de aceitação das listas, ele comparece, vota validamente ou vota nulo, neste último caso reafirma sua insatisfação, principalmente com os nomes ofertados. Tal perspectiva reforça apenas o caráter instruído do eleitor juizforano, eleitor ativo, participativo, que apresenta elevados níveis educacionais em sua formação.

A tabela 30 demonstra o Comparecimento nas eleições em todos os níveis do executivo nacional, entre o período de 1996-2014. A de número 31 serve de contraprova à primeira, funcionando como um negativo. Importante enfatizar o comparecimento do eleitorado juizforano de 1996 a 2008. De 2010 a 2014, mesmo ao não obter a maior taxa, não dista 1% da cidade de maior comparecimento.

¹¹³ Um grupo de estudiosas da PUC – SP realizou pesquisa sobre a importância da Justiça Eleitoral Brasileira, criação do Governo Vargas e posterior atuação na Lei da Ficha Limpa, que começou a ser aplicada no Brasil em 2012. Segundo o grupo, a Justiça Eleitoral e o maior diálogo com a sociedade civil permitiu maior controle do jogo político-partidário (CHAIA, GENIRA e FERNANDES, 2013).

¹¹⁴ Cf. Cardoso (2015).

Tabela 30**Taxa de comparecimento eleitoral no período entre 1996 à 2014**

	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 mun	84,07	86,93	1	80,32	82,82	85,89
1998 pres	82,68	85,88	1	80,01	82,61	83,94
1998 est	82,68	85,88	1	80,01	82,61	83,94
2000 mun	85,88	88,13	1	83,57	85,77	87,19
2002 pres	86,36	88,27	1	84,65	84,45	86,62
2002 est	86,36	88,27	1	84,65	84,45	86,62
2004 mun	84,92	87,06	1	84,12	85,05	86,36
2006 pres	84,14	86,05	1	83,82	85,98	85,49
2006 est	84,14	86,05	1	83,82	85,98	85,49
2008mun	83,15	85,15	2	82,09	84,37	85,29
2010 pres	84,19	83,77	4 -1%	81,64	84,63	84,61
2010 est	84,20	83,77	4 -1%	81,65	84,63	84,61
2012 mun	81,12	82,67	2 -1%	79,55	81,52	84,19
2014 pres	81,95	81,36	3 -1%	78,54	80,95	82,34
2014 est	81,93	81,35	3 -1%	78,53	80,94	82,33

Fonte: TSE / adaptado.

Tabela 31**Taxa de abstenção eleitoral no período entre 1996 à 2014**

	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 mun	15,93	13,07	5	19,68	17,18	14,11
1998 pres	17,32	14,12	5	19,99	17,39	16,06
1998 est	17,32	14,12	5	19,99	17,39	16,06
2000 mun	10,71	11,87	4	16,43	14,23	12,82
2002 pres	13,65	11,73	5	15,35	15,55	13,39
2002 est	13,65	11,73	5	15,35	15,55	13,39
2004 mun	15,08	12,94	5	15,88	14,95	13,64
2006 pres	15,86	13,95	5	16,18	14,02	14,51
2006 est	15,86	13,95	5	16,18	14,02	14,51
2008mun	16,85	14,85	4	17,91	15,63	14,71
2010 pres	15,81	16,23	4	18,36	15,37	15,39
2010 est	15,80	16,23	4	18,35	15,37	15,39
2012 mun	18,88	17,33	2	20,45	18,48	15,81
2014 pres	18,05	18,64	3	21,46	19,05	17,66
2014 est	18,07	18,65	3	21,47	19,06	17,67

Fonte: TSE / adaptado.

Do mesmo modo estão estabelecidas as de número 30 e 31 e depois às de número 32 e 33. A adoção do conceito de Alienação Eleitoral permitiu buscar identificar seu reflexo. Um diagrama posterior será aqui inserido com o intuito de demonstrar que os Betas tem sinais invertidos, indicando, provavelmente, o pertencimento a uma mesma *distribuição*.

Tabela 32

Taxa de alienação eleitoral no período entre 1996 à 2014						
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>		<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
1996 mun	27,41	19,43	4	30,22	22,91	17,88
1998 pres	28,90	26,94	5	31,22	29,64	29,08
1998 est	31,13	25,26	5	32,48	26,09	29,27
2000 mun	21,31	18,34	4	23,51	22,62	17,75
2002 pres	18,84	17,07	5	20,42	22,28	18,94
2002 est	21,50	20,96	5	22,00	22,21	21,32
2004 mun	24,17	20,26	5	21,84	20,64	21,04
2006 pres	24,13	22,72	3	25,19	21,00	22,00
2006 est	26,03	30,68	1	25,44	23,46	27,72
2008mun	28,92	23,45	3	28,38	22,31	19,92
2010 pres	23,20	24,52	4	27,71	21,71	22,21
2010 est	27,47	33,39	1	32,68	23,43	27,99
2012 mun	31,00	25,95	2	31,20	28,90	22,65
2014 pres	24,93	28,28	3	33,54	29,12	26,25
2014 est	31,39	37,48	1	36,18	34,47	34,66

Fonte: elaboração própria

Tabela 33

Índice de efetividade eleitoral - 1996 a 2014						
	<i>Belo Horizonte</i>	<i>Juiz de Fora</i>		<i>Rio de Janeiro</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Uberlândia</i>
1996 mun	72,59	80,57	1	69,78	77,10	82,11
1998 pres	71,10	73,06	1	68,78	70,36	70,92
1998 est	68,87	74,74	1	67,52	73,92	70,73
2000 mun	75,69	81,65	2	76,49	77,39	82,26
2002 pres	81,17	82,92	1	79,58	77,73	81,07
2002 est	78,51	79,04	1	78,00	77,80	78,69
2004 mun	75,83	79,73	1	78,16	79,36	78,97
2006 pres	75,87	77,28	3	74,81	79,00	78,00
2006 est	73,97	69,32	5	74,56	76,54	72,28
2008mun	71,08	76,55	3	71,62	77,69	80,08
2010 pres	76,80	75,49	4	72,28	78,30	77,79
2010 est	72,54	66,61	5	67,32	76,57	72,01
2012 mun	69,00	74,05	2	68,80	71,10	77,35
2014 pres	75,07	71,71	3	66,46	70,87	73,76
2014 est	68,62	62,52	5	63,81	65,54	65,35

Fonte: elaboração própria

Tal se justifica, pois este conceito é comumente atravessado pela mídia e como o trabalho avançou no sentido de selecionar e propor a identificação de orientações diferenciadas para o comportamento eleitoral tentou-se realocar em pares distintos aos tradicionais, numa cavada mais profunda, mirando reiterar a imagem dos estratos inferiores do comportamento do eleitorado. Assim contrapostas, percebe-se que uma pertence a outra, como na teoria dos conjuntos. Também aqui um diagrama será inserido para demonstrar ao menos em parte, os Betas com sinais invertidos.

Ao se manterem os níveis educacionais, tal situação do eleitorado juizforano pode indicar que nossa cidade está empobrecendo ou que está em curso um aumento da desigualdade social, ao menos em relação a outras cidades avaliadas.

As tabelas mostram que a Abstenção em Juiz de Fora tem se elevado, como também tem se elevado as taxas de “Votos em Branco” e “Votos Nulos”. O interessante é observar que também têm sido registradas altas nas taxas de “Abstenção” para o nível federal e logicamente também o estadual, nas eleições para o executivo. A abstenção, para as eleições presidenciais de 2014, chegou ao nível mais alto desde as eleições de 1998. O que demonstra um comportamento nacional, de desalento, provavelmente provocado pela insistência da oposição e da mídia em denegrir os cenários futuros do país, movimento de ascensão iniciado em meados de 2010.

Os novos conceitos e a Fracionalização eleitoral¹¹⁵

Quando trata da Alienação Eleitoral toda a discussão é travada pela proposta de Huntington e Nelson (“No easy choice” - Political Participation in Developing Countries, Cambridge, Harvard University Press, 1966) (Cf. SANTOS, 1987). Esses autores propuseram que a participação eleitoral estaria determinada pelos níveis de progresso material alcançado pelas sociedades, inclusive de modo a influir diretamente na orientação do regime, se tecnocrático (antiparticipatório), populista (mobilizador) ou burguês (moderadamente participatório)¹¹⁶. Eles também sugeriram hipótese, bastante plausível segundo o próprio Santos, de que quanto mais atrasada economicamente for a população, região, sociedade, menor confiança ela terá no processo participativo. O sentimento de impotência tenderia a elevar o absentismo. Santos faz interessantes considerações sobre a proposta ao avaliar o período 45-64 pautada em dados por ele então denominados de Alienação Eleitoral. É aqui que ele sugere uma releitura alternativa, “quanto maior a credibilidade do processo político formal, menor será a taxa de alienação eleitoral” (Idem, 1987, p. 45). Chama atenção para o real significado de *credibilidade*, “retorno esperado do voto”, expressão de Huntington e Nelson, retrabalhada por ele.

¹¹⁵ Devo também à leitura do livro “Crise e Castigo: partidos e gerais na política brasileira” às insistentes recomendações do Prof. Marcelo Soares Dulci, quando eu ainda cursava o Mestrado. A primeira vez num encontro casual no CPS, ocasião que me indicou a leitura. Posteriormente, ao tomar assento na banca de minha qualificação de doutorado, o professor novamente recomendou a leitura do livro.

¹¹⁶ Conclusões não verificadas plenamente, ou melhor, não verificadas em todos os períodos avaliados na pesquisa de Santos.

Na tabela III-3, utilizada e intitulada, “Eleições para governador – taxa de alienação eleitoral”, (Cf. SANTOS, 1987, p. 43) ele afirma que os dados analisados confundem um pouco as evidências, pois em três momentos eleitorais, 1947, 1950 e 1965, as taxas de alienação eleitoral do Sudeste superaram às do Nordeste e também em 1947 as taxas do Sul igualmente superaram as do Nordeste. Claro perceber que pela proposta huntingtoniana a alienação deveria vir de áreas menos desenvolvidas, daí um desconforto¹¹⁷. Portanto, as diferentes distribuições propostas nesta tese fazem sentido. Os índices de “Efetividade Eleitoral”, “Aceitação das Listas” e “Rejeição das Listas” seguem a mesma tradição da proposta alternativa de Santos, ou seja, a da credibilidade do processo político formal.

Mas por que trabalhar “Alienação Eleitoral” quando o objetivo era de fato investigar as taxas de “Fracionalização”? O objetivo, de fato, era defender a autenticidade e a representatividade do sistema político no período 45-64, para tanto as análises são dirigidas não somente para as eleições ao executivo mas também para o legislativo. Como representatividade entenda-se verificar correspondência entre a distribuição do poder parlamentar, entre os partidos, e a distribuição da preferência do eleitorado. Segundo ele afirma, nenhum sistema eleitoral converte plenamente as correntes de opinião em cadeiras parlamentares^{118 119}.

Para tanto se utilizou do método da *fracionalização*, ou seja, mensurar a segmentação das preferências do eleitorado, a própria *fracionalização* parlamentar, o número de partidos efetivos e o número de partidos parlamentares. O estudo foi capaz de perceber que a expansão do eleitorado, novas regras eleitorais e principalmente a inclusão da cláusula da obrigatoriedade do voto, obedeceu a um movimento ondulatório, representado pelas flutuações nas taxas de alienação eleitoral no período. O alvo era verificar a existência do impacto dessa flutuação sobre a *fracionalização* eleitoral e os outros aspectos acima a fim de reconsiderar uma relação positiva entre tamanho do eleitorado e *fracionalização* e ainda a consequência da *alienação eleitoral* sobre o número de partidos eleitorais e *fracionalização parlamentar*. Esperou-se perceber uma associação negativa entre a *alienação eleitoral* e os

¹¹⁷ No período 45-64, não se utilizava desmembrar o somatório de “Votos em Branco e Nulos”, ao menos nas eleições para o executivo. No máximo dividia-se em pares de opostos, provavelmente em função da própria oposição à “Comparecimento” e “Votos Válidos”, de um lado, “Abstenção”, “Votos em Branco” e “Votos Nulos”, do outro pela falta de evidências de tais ocorrerem por distintas motivações. A existência de viabilidade em desmembrar os conjuntos e acatar os conceitos aqui propostos abriria a possibilidade de explicar as razões desse desconforto.

¹¹⁸ Considerações sobre as influências da opção pelos sistemas, majoritário ou proporcional não serão tratadas aqui bem como a própria comparação com outros sistemas parlamentares realizadas por ele.

¹¹⁹ Atenção para a mudança do objeto, do executivo até então, avalia-se agora o legislativo. Como citado, imediatamente antes, pretende-se defender autenticidade e representatividade do sistema político, aquela ideia de que o parlamento sustenta a estabilidade do executivo.

itens a avaliar. Apesar de ser verificada a correlação, somente a *fracionalização eleitoral* foi significativa, daí foi possível a ele afirmar que o movimento ondulatório da *alienação eleitoral*, devido ao processo de expansão pelo voto obrigatório, repercute sobre a *fracionalização eleitoral*, mas não chega a alterar o impacto do eleitorado sobre a *fracionalização parlamentar* e sobre o número efetivo de partidos eleitorais. De modo que pela associação verificada quanto maior a *alienação eleitoral*, menor a *fracionalização eleitoral*. Santos também verifica uma independência entre a *fracionalização eleitoral* e a representatividade do sistema político brasileiro.

Aplicando os novos índices na avaliação da *fracionalização eleitoral*

Como já foi visto, a admissão das associações entre o "Perfil Urbano Brasileiro" e as variáveis de comportamento eleitoral, como pode ser acompanhado nesta tese, resultou na propositura de dois novos índices, o da "Aceitação das Listas Eleitorais" e o da "Rejeição das Listas Eleitorais". O primeiro engloba o percentual dos "Votos Válidos", "Votos Nulos" menos a "Abstenção" enquanto o segundo trata da "Abstenção" e dos "Votos em Branco". Também importante lembrar que a investigação da estrutura da "Alienação Eleitoral" permitiu pensar sua contraparte a de uma "Efetividade Eleitoral".

Existe expectativa que os novos índices propostos deverão influenciar no comportamento da Fracionalização, conforme orientou a pesquisa de Santos (1987), principalmente a fracionalização eleitoral. A rigor, o teste deveria englobar a Fracionalização eleitoral e a Fracionalização Parlamentar. Como somente foi possível encontrar dados da Fracionalização Parlamentar realizou-se a correlação.

Também importante sublinhar que as análises relativas à fracionalização dizem respeito aos parlamentos, Câmara dos Deputados, Assembleias e Câmaras Municipais. A ideia de que a representatividade do executivo pode ser avaliada com a movimentação dos dois novos índices propostos. A título de demonstração, a seguir, as tabelas de número 34 e 35 com a movimentação dos índices acima citados referentes ao período 1996-2016:

Tabela 34
Índice de rejeição das listas - 1996 à 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 mun	18,89	14,23	5	21,49	18,73	14,96
1998 pres	22,23	17,37	5	22,92	21,66	20,08
1998 est	24,12	17,89	5	23,63	21,70	22,03
2000 mun	18,42	13,79	5	19,49	18,32	14,72
2002 pres	16,12	13,92	5	17,16	18,46	15,96
2002 est	17,81	16,29	5	17,77	18,78	17,55
2004 mun	18,57	15,09	5	18,05	17,24	15,70
2006 pres	19,87	17,21	4	19,53	17,05	17,63
2006 est	20,49	20,66	2	20,20	18,73	20,44
2008 mun	22,98	18,40	4	23,18	18,97	16,52
2010 pres	19,73	20,04	2	22,32	18,45	18,53
2010 est	21,43	24,21	1	23,95	19,48	21,10
2012 mun	24,67	20,81	4	25,48	23,91	18,62
2014 pres	21,60	23,13	3	26,46	24,15	22,08
2014 est	25,53	28,85	1	27,43	26,93	27,65

Fonte: elaboração própria

Tabela 35
Índice de aceitação das listas - 1996 à 2014

	Belo Horizonte	Juiz de Fora		Rio de Janeiro	São Paulo	Uberlândia
1996 mun	81,11	85,77	1	78,51	81,27	85,04
1998 pres	77,76	82,63	1	77,08	78,34	79,91
1998 est	75,89	82,11	1	76,37	78,30	77,97
2000 mun	81,58	86,21	1	80,50	81,69	85,28
2002 pres	83,89	86,08	1	82,84	81,54	84,04
2002 est	82,19	83,72	1	82,23	81,23	82,45
2004 mun	81,43	84,90	1	81,96	82,75	84,30
2006 pres	80,13	82,79	2	80,47	82,95	82,38
2006 est	79,51	79,34	5	79,80	81,28	79,57
2008 mun	77,02	81,60	2	76,82	81,03	83,48
2010 pres	80,27	79,96	4	77,68	81,56	81,47
2010 est	78,57	75,79	5	76,05	80,52	78,90
2012 mun	75,33	79,19	2	74,52	76,09	81,38
2014 pres	78,40	76,86	3	73,54	75,85	77,93
2014 est	74,47	71,15	5	72,56	73,07	72,35

Fonte: elaboração própria

Capítulo 7 - Revisão da literatura sobre comportamento eleitoral

Como pode ser visto no decorrer desta tese verificou-se associação estatística entre conjuntos de variáveis socioeconômicas e as taxas de comportamento eleitoral, o que possibilitou inferir respostas a cada comportamento específico. Adiante, outros estudos serão citados a fim de balizar os resultados apresentados.

Um trabalho que ancora esses resultados, e permite entender os motivos de maior comparecimento do eleitorado às urnas de votação no país, é o de **Avelar e Dias de Lima** (2000). Os autores avaliam o fundamento da persistência da política tradicional no Brasil. Eles propõem razões bastante apropriadas para explicar as lentas mudanças no processo político brasileiro, esclarecendo a tomada de decisão na direção do comparecimento, da “Abstenção”, ou mesmo da elevada taxa de “Alienação Eleitoral” brasileira, se assim se quiser entender.

Partindo da premissa da existência de fortes correlações entre o grau de desenvolvimento de municípios e regiões e a força de partidos políticos, os autores questionam os motivos da sobrevivência da política tradicional no Brasil baseada no controle do poder municipal, num regime circular de clientelismo e como foi possível minar os fundamentos da política tradicional em algumas regiões brasileiras. Para tanto trabalham as eleições entre 1988 e 1996. Alertam também para o fato da sobrevivência das oligarquias no cenário atual, permitindo perceber sua sobrevivência política inclusive em regiões desenvolvidas.

Do modo como foi observada, a modernização econômica não levou, necessariamente a alterações na política, muito provavelmente, segundo eles, pela existência de um *lag* para a ocorrência de mudanças no perfil das elites políticas. Ao final eles atestam como é desmobilizadora e não-ideológica a política tradicional e concordam com Hagopian (Apud idem, 2000, p. 197) o qual afirma que as elites políticas tradicionais perpetuam a política tradicional, através de um estilo de política altamente concentrado, restrito acesso às arenas de decisão, canais de representação política hierárquicos e níveis de competição altamente regulados. Neste sentido os partidos políticos são apenas veículos de controle oligárquico, onde a elite tradicional transmite seu poder pela linhagem familiar, assumindo um lugar de classe política. Sua perpetuação é obtida via intermediação de interesses e relações clientelísticas.

A fim de trabalhar as escolhas eleitorais, os autores descrevem um trabalho de Reis e Castro (Apud AVELAR e DIAS DE LIMA, p. 200), intitulado de “Região, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro”, onde, através de uma série de *surveys*, e pelo uso combinado dos *modelos de centralidade* e de *consciência de classe*, entenderam que os eleitores mais sofisticados politicamente, minoria numérica, possuem maiores condições de avaliar a situação política do momento, contrariamente ao eleitorado da periferia. Na sequência elegem Baquero (Apud idem, p. 201) a fim de explicar as razões da ocorrência de mudanças de comportamento político pelo eleitorado, através de um realinhamento político-partidário, em função da melhoria da qualidade de vida.

O fato é que são distintas as realidades brasileiras e a separação dos eleitores se dá regional e socialmente e por isto eles se perguntaram sobre a existência de correlação entre análises ecológicas e a estrutura atual do poder político e se também seria possível identificar incremento da competição interpartidária. Através do que denominaram de padrão Brasil, ranqueou-se o porte e o desenvolvimento dos municípios com o intuito de investigar a existência de uma lógica na disputa política local. Para tanto citam as mudanças políticas ocorridas após momentos desenvolvimentistas em cidades do interior, onde outros informam a resistência das elites locais pesando para a continuidade política tradicional, conforme pesquisas de Lamounier para Presidente Prudente e de Reis para Juiz de Fora (Cf. idem *ibidem*, p. 202).

Os estudos revelaram que existe uma continuidade daquilo que chamam de “forças político-oligárquicas” nos municípios piores e menores, à época representada por maior expressão do PFL. Quando a situação dos municípios foi considerada melhor, o partido de destaque torna-se o PPB e o PMDB. O que para os autores é clara demonstração que o centro disputa poder nos mesmos espaços dos partidos cuja base se dá pelo poder oligárquico tradicional. Daí fica fácil entender os motivos que levaram o PT a exercer maior influência, nos maiores centros urbanos por saber-se representar junto à classe trabalhadora urbana, o que inclui o operariado manual à elite intelectual profissional. O partido diferenciou-se por tornar-se agente de recepção de interesses da não elite, organizada pela própria sociedade civil, fora do eixo estatal de benefícios. Também ocorreu no desenvolvimento do país incremento do processo de urbanização, diferenciação de classes e conseqüente perda do monopólio de mediação política pela tradição. Por tudo isto, fica claro o entendimento dos motivos que tal partido de

esquerda obtenha maior êxito nos municípios maiores¹²⁰, pela nova estrutura de identidades políticas na luta pelos bens coletivos que lá se erige. Nas cidades menores, ao contrário, o controle do eleitorado é feito com base nos recursos clientelísticos ou semiclientelísticos, pelo Estado. Eis as dificuldades de transição do clientelismo para a cidadania.

A avaliação estatística proporcionada incentivou os autores a procurar relação entre os espaços geográficos-políticos e os resultados de eleições municipais. Tal foi feito pelo IDH e poder político. Para eles, o IDH permite a apuração das diferenças inter e intrarregionais e é capaz de captar o dinamismo de capitais e cidades do interior de estados nordestinos. Perceberam-se profundas diferenças entre os eleitorados. Foi assim que os autores conseguiram estabelecer uma medida de porte dos municípios brasileiros, anos de estudo e qualidade das moradias, moradores por quarto. Portanto, auferiu-se com a medida diferenças significativas entre municípios muito carentes e outros de boa qualidade de vida. Entendeu-se por tudo isto a existência de espaços mais favoráveis à determinação de tipos de poder local, uns mais favoráveis à dominação tradicional, outros a emergência de focos de pluralismo.

Como conclusão os autores avaliaram que novas pesquisas deverão caminhar no mesmo sentido, o de investigar como as forças tradicionais utilizam-se dos partidos políticos, como “cercados”, na transmissão de interesses via manipulação clientelística ou semiclientelística daquele eleitorado que habita municípios muito pequenos, principalmente nas regiões cuja estrutura social é pouco diferenciada, com baixíssimos níveis de desenvolvimento social. No caso brasileiro, este estudo sugere o sucesso das lideranças de origem local, o que se desdobra nas eleições para o centro nacional, num processo de continuidade das forças políticas locais, principalmente nas regiões de menor desenvolvimento, o que demonstra que a modernização política é processo lento. De forma que os municípios continuam se desmembrando retardando a passagem para a cidadania, como um recurso das elites locais para manter o eleitorado sob o desenho clientelístico.

Outro estudo que trata da obrigatoriedade do voto, mas que na verdade propõe uma genealogia da “Abstenção” é o de **Oliveira** (1999). A autora faz uso de literatura da ciência política comparada e um *survey* realizado na cidade de Londrina no ano de 1997.

Segundo ela, e citando Lipset, Wolfinger e Rosenstone, além de Verba, Nie e Kim, (Cf. *idem*, p. 2/9), as taxas de “Abstenção” eleitoral crescem quando também cresce o número do

¹²⁰ Àquela época a exceção ficou por conta de São Paulo, principalmente o município.

eleitorado, por inúmeros motivos, tais como direito eleitoral ampliado a parcelas significativas da população, antes impedidas de votar. Além dos moradores de zonas rurais, os muito jovens e os muito velhos, indivíduos de baixa renda e baixa escolaridade, variáveis que em geral tendem a andar juntas e que pouco provocam os indivíduos no sentido de ir votar.

De outro modo, existe também consenso no sentido que o voto compulsório faz crescer o comparecimento, mas que fique claro, mesmo que isto signifique pouco em relação à votação de fato, já que muitos deles podem ser alocados como “Votos em Branco” e como “Votos Nulos”. Ela entende que a “Alienação Eleitoral” no Brasil é elevada e que a mesma se deve a aspectos individuais como renda e escolaridade, bem como outras institucionais, tal como a fragilidade dos partidos políticos. A solução viria de medidas capazes de transformar a estrutura da sociedade brasileira.

A pretensa inibição da abstenção pela compulsoriedade dos votos é justificada pelos estudos realizados em países que passaram por tais reformas e tiveram suas taxas de comparecimento significativamente alteradas (IRWIN, 1974, cf. OLIVEIRA, 1999). Um argumento bastante robusto utilizado com base em pesquisas de opinião é que os mais interessados em política seriam aqueles que desenvolveram melhor os ideais democráticos. Donde se depreende que a compulsoriedade introduz no cenário, além dos desmotivados, aqueles indivíduos que espontaneamente não participariam diretamente dos processos eleitorais, principalmente pelo princípio da proporcionalidade e obrigatoriedade do voto, nos dizeres de Túlio Kahn (Cf. *idem*, 1999, p. 5/9), os menos tolerantes e não-democratas. Pelo exposto, imaginou-se que a introdução do voto facultativo resultaria no incremento do nível ideológico, dos partidos progressistas e dos segmentos sociais por estes representados. Contudo não foi o que a pesquisa de Londrina percebeu.

Segundo os estudos de Verba, Schlozman, Brady e Nie (1993, Apud *idem ibidem*, 1999) os *surveys* de opinião apesar de apresentarem diferenças de cunho sociológico entre eleitores e não-eleitores não apresentam diferenças no que tange às opiniões políticas (como aquelas referentes ao bem-estar, ao aborto, etc.). Esta argumentação poderia levar aos que defendem a facultatividade do voto a entender que os abstencionistas estariam virtualmente representados, sem prejuízos à democracia. Contudo, os autores acima, concluíram, num *survey* detalhado, que existem diferenças significativas de percepção entre votantes e não votantes, principalmente no que tange à realização de ações governamentais consideradas prioritárias. Os não-votantes seriam movidos pelas necessidades mais básicas. Todo o movimento, segundo

eles, é que tal acabaria numa sub-representação, já que os interesses dos menos favorecidos seriam drasticamente distantes daqueles grupos mais participativos.

O voto obrigatório seria institucionalmente uma medida garantidora de um mínimo de participação do cidadão comum, de acordo com Verba, Nie e Kim (Cf. OLIVEIRA, 1999, p. 7/9). Trazendo para a arena pública cidadãos que não teriam motivações espontâneas para fazê-lo. Assim no entender da autora retirar tal obrigatoriedade seria tornar sem efeito um dos poucos mecanismos equalizadores de nosso sistema eleitoral.

Um terceiro estudo que pode responder ao menos em parte os motivos de comportamento alienante, com ênfase para a “Abstenção” e para o “Voto Nulo”, é o de **Reis e Castro** (2001). O objetivo do trabalho segundo os autores foi se debruçar sobre o tema da participação política responsável, mas acabou-se respondendo o porquê das possibilidades de volatilidades na participação política ou mesmo na orientação da participação. Em estudo clássico, eles procuraram entender como opera o raciocínio individual que almeja participação responsável, quer dizer, cívica. Num esforço metodológico acabam investigando a perspectiva da escolha racional e de uma abordagem convencional, onde fica enfatizado uma visada sociopsicológica, onde os valores e normas componentes do comportamento das pessoas são privilegiados. Ao final concluem que a racionalidade não inclui os fatores cognitivos, por isto realizam uma inversão do esperado resultado da ação racional / cognitivo, surge a inversão, cognitivo / racional, implicando as consequências da conexão, tronco cognitivo / racional, e os problemas da conexão tronco cognitivo / moral. Com isto reorientam a discussão rumo a uma normatividade da abordagem sociológica da cultura política. Discutindo Przeworski e Elster (Cf. idem, 2001, p.33) acabam por entender que as normas funcionariam como fatores causais condicionantes nas ações das pessoas. Segundo eles seriam as normas irrefletidas as responsáveis pela institucionalização democrática, numa ação prescrita pela cultura ou tradição. Ocorre que para a consolidação de uma tradição de civismo característica de uma democracia consolidada requer um equilíbrio conquistado entre o jogo autoimpositivo dos interesses. Portanto, mesmo procurando agir em defesa do próprio interesse acaba por atender às normas que envolvem a ação de todos no grupo. Fica então a questão da consolidação e institucionalização da democracia nas mãos de estadistas ou legisladores, para resolver as questões de consolidação democrática. Ao realizar um *survey* tendo como fundamentação a existência de um pacto social, os autores tentam verificar uma articulação entre cognição e normas com relação ao tema democrático buscando explorar ligações entre opiniões políticas e sofisticação. O resultado obtido conclui que mesmo em países com longa tradição

democrática a adesão a valores democráticos é feita de forma convencional, dadas às implicações da aquisição mais informada e sofisticada. Isto reflete a questão da consolidação e institucionalização da democracia no Brasil, onde a adesão a valores democráticos seria de forma irrefletida remetendo à nossa herança elitista e aristocrática. Disto resulta que quanto mais sofisticadas as pessoas, mais elas se veriam como antidemocráticas, mesmo assim a pesquisa revelou uma rejeição ao egoísmo calculista. Ainda observaram que nossos sofisticados são mais propensos a um cinismo cívico, de modo que toda vez que a solidariedade estiver atrelada a uma ingenuidade o civismo será substituído pelo cinismo e este mesmo fato também aconteceria com estratos de baixa sofisticação política. Toda a preleção baseada em Reis e Castro (2001) se justifica em razão de explicar no jogo político, principalmente, as possibilidades da “Abstenção”, do voto contrário e mesmo o do “Voto Nulo”.

Bruno Reis (2002, p. 14), por seu turno, entende a possibilidade da abstenção ocorrer em termos de tolerância, quando ela se der em favor da decisão de alguém mais preparado para o exercício do voto. Com este raciocínio, ambas as possibilidades eleitorais são revestidas de moralidade: o direito de participar ou de se abster do ato eleitoral, onde o Voto em Branco ou o Voto Nulo seriam formas alternativas de abstenção eleitoral. Mesmo assim entende necessária a obrigatoriedade do voto, dada à extrema desigualdade social. Discorda do argumento elitista da educação, mas acata o direito de franquear de modo absoluto o ato eleitoral e impedir intimidações, também eleitorais, na existência de voto facultativo.

Quem retomou o conceito de “Alienação Eleitoral” foi **Lima Junior** (1997 b). Ele avança com a discussão, inova e aprofunda a perspectiva de Santos ao abrir a possibilidade de distintas razões para os eleitores se absterem ou votarem branco / nulo. Parte da premissa que o eleitor realiza um cálculo analiticamente antecipado e como decisão final avalia como votar e se vai ou se pode comparecer às urnas. O fato de poder comparecer às urnas é para este autor uma decisão que envolve outra, como votar. Em trabalho específico investiga dois modelos de regressão. No primeiro utiliza a “Abstenção” como variável dependente e como variáveis independentes as variáveis de: urbanização, extensão territorial e escolarização (pessoas com até 1 ano de escolarização, ou seja, quanto maior a taxa, maior o analfabetismo). Segundo Lima Junior (1987) isto confirmaria toda uma tradição na ciência política que enfatiza a importância da educação na participação política, mesmo que a extensão do voto aos analfabetos não tenha igualado nossa cidadania, já que o acesso deles às urnas de votação e às escolas é desigual.

O outro modelo de regressão apresentado refere-se ao conjunto de “Branco / Nulo”. Aí foram significantes as variáveis de extensão territorial e de escolarização. Quanto maior a extensão territorial, menor a taxa de brancos e nulos. No tocante à escolarização (alfabetização ausente ou até 1 ano de frequência à escola) quanto maior, maior a taxa de brancos e nulos.

Deve-se destacar que a linha de pesquisa avançou e todo o rol de análises desenvolvido por ele (LIMA JUNIOR, 1987) foi posteriormente respondido por Santos (2007), onde, para este último, parte do problema da pouca participação política do cidadão brasileiro tem sido resolvida com a ampliação de zonas e seções eleitorais, permitindo ao eleitorado facilidade para ampliar a participação eleitoral. Isto vai de encontro à questão ecológica do autor. Em outro trabalho, juntamente com Anastasia, o autor discorre sobre o resultado de investigação minuciosa de Alkmim dos Reis e Rangel (Apud idem, 1998) onde foi verificado que a renda pessoal e o nível de instrução impactam a taxa de marginalidade eleitoral ou, em outras palavras, que os estratos sociais mais bem situados tem participação eleitoral mais elevada.

Trabalho que se debruçou sobre as questões de comparecimento e abstenção, nos primórdios da pesquisa eleitoral no Brasil foi o de **Gláucio Ary Dillon Soares** (GOMES e D'ARAÚJO, 2008). Ao avaliar a questão da urbanização, e dispersão eleitoral, concluiu que os municípios mais urbanizados teriam maior número de partidos políticos além de uma distribuição de votos mais equitativa e isto seria apenas uma consequência direta do grau de participação popular, ou do grau de elitismo, o que pode ser verificado na desproporção dos quocientes eleitorais. Na realidade, para o próprio Soares (1973) a participação político-eleitoral é menor nos estados menos desenvolvidos e menos povoados, não somente através do comparecimento eleitoral, mas também nas próprias aspirações a cargos políticos. Isto também implica que uma proporção maior da elite consegue auferir mais cargos políticos e se beneficiar ainda mais, ao restringir o acesso dos cargos para a maioria. A política é vista com algo natural e normal para membros da elite subdesenvolvida, e vista como oportunidade de ascensão e *status*.

Um estudioso que se debruçou sobre o impacto da tecnologia sobre os processos eleitorais foi **Nicolau** (2002). Para ele, com a informatização do cadastro em 1986 a fraude ficou impossibilitada, dado o processo nacional de checagem dos nomes. Durante a votação aumentou-se em muito o número de fiscais por todo o país diminuindo a fraude, contudo no processo de apuração as fraudes continuaram em inúmeras regiões do país. Tais fatos somente

foram interrompidos com a universalização da urna eletrônica nas eleições majoritárias e proporcionais do ano de 2000. Daí em diante, além de coibir as fraudes no processo de votação, bem como no da apuração, a urna eletrônica carregou outros efeitos positivos. O de facilitar o processo de votação. Segundo ele, os votos em branco reduziram-se acentuadamente. Também nas eleições proporcionais houve redução inclusive nos votos nulos, levando o autor a defender que erros de digitação, ou a facilidade de uso da urna eletrônica ao invés da escrita de número ou nome. Nicolau sugere que o país tem uma das mais altas taxas de votos nulos do mundo e isto se deve, segundo ele, a descrença e ao protesto, mas também em razão da baixa escolaridade do nosso eleitorado. Por isto, já nas eleições de 1998, mesmo não sendo utilizada em todo o país, acredita que a urna já conseguiu reduzir as taxas de votos nulos em 52%. Com relação ao “Voto em Branco” leva em conta as diferentes maneiras de se calcular o quociente eleitoral em diferentes momentos da história eleitoral brasileira. Votar em branco significou muitas vezes engordar a votação na legenda, como o foi no período de 1945 até 1998 (Cf. NICOLAU, 2002).

Marcus Figueiredo, segundo Magalhães (2015), procurou demonstrar uma racionalidade consistente, onde um voto pode agregar ou desagregar o esforço de ação coletiva. Portanto, ele realiza uma revisão clássica de estudos relativos à Alienação Política e aponta os meios para a superação do “paradoxo da participação”. Quando trata das desejarabilidades do eleitorado na adesão a uma vontade política Figueiredo (2008) entende que o eleitor tem de escolher, a cada rodada política, entre abster-se, votar nulo, votar em branco ou votar em um candidato. Por isto acredita que a participação eleitoral é instrumental e condicional, ele vota em alguém quando acredita que seu voto é decisivo, capaz de maximizar a utilidade esperada de seu voto. O valor instrumental do voto tem relação direta com as regras do jogo eleitoral, quando a estrutura das ofertas gerarem um estado de incerteza sobre os resultados. São as incertezas sobre o resultado que constituem a força motriz para a ação do voto, daí, num jogo eleitoral estritamente democrático, nós sempre teríamos motivação para votar.

De modo que participar é alistar-se e informar-se como eleitor, mas tal não impede que outros se excluam, pois acabam por sentir-se constrangidos pelas próprias condições sociais ou por não perceberem uma conexão causal entre todo o movimento político e a própria situação. Mas fundamentalmente a decisão de participar ou não de eleições, bem como a direção do voto, resulta da preferência do eleitor e das chances de sucesso dos candidatos. A competição assume assim papel primordial no movimento participativo simplesmente pelo fato de que a competição entre iguais ou a baixa competição gera desestímulos. Para Figueiredo (2008), a

arte da ambiguidade é um foco de desmobilização. De outra forma, a regularidade e a incerteza é que darão sentido ao eleitor na luta política. Participação e competitividade do sistema estão intimamente conectadas e é a partir daí que o eleitor avalia o nível de eficiência do voto e experimenta o dilema da participação. Cada qual sabe que seu voto, isoladamente tem valor nulo, e funciona como incentivo a não participação. Mas ele também sabe que suas chances serão elevadas se os outros eleitores decidirem não participar, pois seu voto ganhará peso. Como se espera que todos os eleitores vivam o mesmo dilema, todos resolverão votar, pois a não participação faz aumentar a eficiência dos votos dos outros. O problema é que isto não resolve a questão do carona, já que se isto é racional a carona também o será para todos, mas se todos forem caroneiros aumentar-se-á a força dos eleitores-adversários. Por isto, mesmo diante do incentivo ou dilema do carona, o eleitor tenderá a participar a fim de maximizar a utilidade esperada para seu voto. Ao decidir antes antecipa-se as decisões dos demais. A digressão se completa ao acompanhar as propostas de Ada Finifter (Apud idem 2008, p. 36), que entende ser a Alienação Eleitoral um comportamento majoritariamente adotado pelos ocupantes de faixas etárias de uma relação curvilínea, dos mais jovens e dos mais velhos¹²¹. A proposta faz sentido, os jovens pela incerteza da entrada na maturidade e no mercado de trabalho e os mais velhos pela certeza de aproximarem-se do abismo schopenhaueriano.

De outra forma, foi realizada uma pesquisa acerca da recepção da campanha eleitoral de 1998 junto a um eleitorado de baixo estrato social por **Magalhães e Veiga** (1999). Como hipótese de trabalho os autores pensaram em indivíduos ativos na formação de preferências, estimulados pela propaganda e mundo político, mas o resultado mostrou-se o oposto. Tais indivíduos, mesmo sendo eleitores de baixo estrato social, possuem opiniões prévias e que são cruciais na administração que fazem das mensagens políticas recebidas, ora aceitando-as, ora rejeitando-as. Segundo eles, tais eleitores são possuidores de recursos cognitivos simples, acionam mecanismos reducionistas, porém eficazes nas tomadas de decisão. Os efeitos persuasivos das propagandas eleitorais deverão se comunicar com as experiências prévias deste tipo de eleitor, caso contrário eles falham. Seriam dois os mecanismos colocados em funcionamento por este eleitor, primeiro, ele se utilizaria de um estoque de conhecimento acumulado pelas próprias experiências rotinizando-o na vida diária para julgar as mensagens exteriores. Um segundo mecanismo seria a manipulação de *pacotes de ideias* recebidas da mídia, o que os autores entenderam como a própria *ideologia*, a fim de enquadrar e explicar,

¹²¹ Análise semelhante foi realizada por Alkmim dos Reis (1991, p. 12)

nas interações diárias com os pares, os discursos persuasivos da propaganda do universo político. O trabalho ressalta a importância do HGPE (Horário Gratuito Político e Eleitoral) e põe por terra a ideia de simples manipulação do eleitorado de baixa renda, ou seja, daquele eleitor considerado de “massa” desprovido de pensamento, como também o indica como um cidadão que tem como valor a liberdade de pensamento e opinião e que não estaria, portanto, disposto a acatar positivamente soluções autoritárias.

Repousa nas definições de participação política de Verba, Nie e Kim; Conge; Dahl e Lamounier a discussão de participação eleitoral elaborada por **Alkmim dos Reis** (Apud idem, 1992, p. 16-18). Com base em tais categorizações o estudo se orienta por uma reclassificação do comportamento eleitoral, agora em quatro novos níveis de participação, a saber: o do eleitorado potencial, que poderia ser entendido como o conjunto de pessoas pertencentes a faixa etária permitida ao voto; o conjunto de Aptos, composta por todos aqueles que possuiriam o registro eleitoral, ou documento substituto; o do eleitorado efetivo, referente àqueles que comparecem às urnas de votação; e, por último, o do eleitorado qualificado, o que em outras palavras diz respeito aos eleitores que escolhem candidatos ou votam em legendas.

A direção do voto, se mais à esquerda ou mais à direita, aspecto central no comportamento do eleitor qualificado, é motivo de aprofundamento das investigações através de dois enfoques que se articulam. Primeiramente, são analisados os condicionantes sociais da preferência ideológica, depois eles são confrontados com variáveis socioeconômicas, como ocupação, renda e instrução. Na segunda perspectiva, localiza-se a distribuição do voto, se rural ou urbano, e por isto mais à direita, ou conservador, ou mais à esquerda, ou progressista. Reis (1978, p. 290-1, Apud idem, 1986, p. 22) realizou uma junção de perspectiva, pois incluiu os condicionantes socioeconômicos aos de espacialidade, culminando com a noção de centralidade. Tal conceito pretenderia localizar a posição social global do indivíduo pelas dimensões a isto relacionadas, tais como a econômica ou mesmo a experiência urbana de cada um, ou mesmo à rede de interações sociais que o indivíduo participa. Também os aspectos de natureza intelectual e psicológica com o grau de informação de que se dispõe ou a desenvoltura e segurança desempenhada nos contatos sociais. Para ele, a participação política seria maior quanto maior fosse a centralidade relativa do indivíduo (posição socioeconômica, posição mais urbana), ou seja, a centralidade seria o resultado do encontro de duas dimensões, uma localizaria a dimensão espacial, enquanto a outra corresponderia à posição socioeconômica da população, mais rural ou mais urbana. Para o nosso autor, será o conceito de centralidade o responsável por apontar as desigualdades existentes no país, por permitir

avaliar os impactos dos fatores socioeconômicos e espaciais na participação eleitoral do brasileiro, nas eleições de 1988-89.

Como objetivo central da dissertação, Alkmim dos Reis (1992) pretendeu verificar, os *contornos* de duas hipóteses clássicas: se a participação eleitoral será de fato maior para os segmentos socioeconomicamente privilegiados e se nas regiões mais desenvolvidas tenderá a prevalecer o voto progressista, de esquerda. Utiliza como fontes principais o suplemente PNAD/88 do IBGE, e os resultados das eleições presidenciais de 1988, disponibilizado pelo TSE.

Para tanto, trata a relação entre eleitorado e população¹²² a fim de identificar a *marginalidade eleitoral*¹²³, ou seja, aqueles que podem estar atingidos pelas exclusões socioeconômicas, como ainda aos processos de autoexclusão (Cf. Lamounier, p. 37, Apud idem, 1986). Contudo, o resultado não auferiu uma clara padronização regional, muito embora as mais altas dessas taxas tenham sido encontradas em estados da região Nordeste enquanto as menores foram encontradas na região Sul. Entretanto, ao deixar de lado os completamente ausentes do sistema para tratar do comportamento eleitoral propriamente dito, foi nítido o padrão da distribuição da Abstenção, já que foram altos esses índices para as unidades da região Norte, menores taxas para as regiões Sul e Sudeste, abaixo da média nacional, e para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, taxas situadas em torno da média nacional. Ao se examinar o comportamento das taxas de Votos em Branco e Nulos, nas eleições de 1989, as regiões Norte e Nordeste apresentaram maiores níveis de Abstenção e de Brancos e Nulos, o Norte com alto nível de Abstenção e o Nordeste com maiores taxas de Brancos e Nulos. As taxas do Centro-Oeste acompanham a média nacional, mas as regiões Sul e Sudeste apresentam menores taxas

¹²² A dinâmica entre o eleitorado potencial e o bruto.

¹²³ Foi considerada por Alkmim dos Reis (1986) como sugestiva a categorização de Lamounier sobre um subconjunto do eleitorado de atitude independente ao engajamento e escolha das preferências partidárias. Abordava categorias como a indiferença em relação ao voto, a independência ideológica e a marginalização. Esta última foi objeto de maior investigação pelo autor. Nela o enfoque recai sobre a posse ou não do título eleitoral na população com idade superior a 18 anos ou mais. O autor chama a atenção para o fato que a posse ou não do título não impediria o voto na época, mas acaba por atrelar tal movimento com a ideia de *cidadania regulada*, de Wanderley Guilherme dos Santos. Alkmim dos Reis realiza a ponte para o Título Eleitoral, afirmando, ao contrário do senso comum, que o título eleitoral era, segundo o suplemento da PNAD/1988, o documento de maior franquia da população (Cf. idem, 1991, p. 5). Dentre o percentual das pessoas de 18 anos ou mais, a posse do título representava 89,4% desse contingente populacional. A da carteira de identidade aparecia em segundo lugar, com 78,6%, enquanto a posse da carteira de trabalho era de apenas 73,4%. O então CPF com 71,1%, a da certidão de nascimento, 62,4% e a posse da certidão de casamento vinha em seguida, com 61,8%. O curioso, para o autor é o grande contingente populacional excluído do processo eleitoral. Apesar de solicitar maior reflexão sobre o conceito de participação política eleitoral com o de participação política em suas diversas formas, o estudo conseguiu sintetizar o desfavorecimento social da participação eleitoral no Brasil, do ponto de vista demográfico, tanto do status socioeconômico, quanto espacial e cultural.

de Abstenção e de Brancos e Nulos, conseqüentemente números mais elevados de votos válidos. Esses resultados caminham de encontro à tese da influência das características socioeconômicas no comportamento eleitoral das distintas regiões brasileiras.

Para identificar a direção do voto, o autor realizou uma distinção do eixo esquerda / direita junto à opção pelos candidatos à presidência da república, no primeiro e no segundo turnos. A análise pareceu concordar com o posicionamento político eleitoral de cada um. Como antecipado, a metodologia inclui nos modelos de correlação a votação progressista / conservadora versus a votação dos dois principais candidatos da disputa, Lula e Collor. As associações observadas indicaram uma similaridade ideológica na distribuição do voto entre o primeiro turno e o segundo. Bem como a votação em Collor aparece como síntese de uma opção conservadora, como votações expressivas nos estados Norte e Centro-Oeste, e a de Lula como progressista, como votação acima de sua média nacional nos estados do Sul e Sudeste.

Ao se objetivar alcançar dimensões da estrutura social brasileira, com a avaliação dos indicadores de status socioeconômico, de atividade econômica, de segmentação social e de percepção social, o autor fez uso de um conjunto de clivagens de modo a dar continuidade as suas análises: religião, etnia, classe e status socioeconômico. A fim de referendá-las, o autor visita diversas propostas e autores como o marxismo, funcionalismo e o neoinstitucionalismo. Quando faz referência à literatura brasileira cita as correntes externalista, a qual pode ser espacial, e a internalista, que pode assumir estudos de subjetividade, mais especificamente da racionalidade eleitoral e influência da mídia. Os indicadores construídos a partir dessas clivagens, tais como *status* socioeconômico, atividade econômica, segmentação social e de percepção social, compuseram os modelos de correlação juntamente aos de participação eleitoral. Os resultados permitiram inferir que permanece a clássica divisão entre a região Sul, como mais desenvolvida, e o Nordeste, subdesenvolvido. À região Centro-Oeste situou-se numa posição intermediária, como área de expansão e fronteira. A região Norte, por seu turno, ficou fora da análise por não ter sido contemplada na PNAD. Já sobre o comportamento dos indicadores de Abstenção e Votos em Branco e Nulos, percebeu-se terem sido eles os mais pertinentes para se pensar a regionalização, do mesmo modo como se comportaram os de alfabetização, renda e cor da população. No geral, pode-se afirmar que os estados brasileiros onde é maior o *status* social, menores serão as taxas de Abstenção. A mesma lógica foi observada em relação à votação em Branco ou Nula. Contudo, com relação à cor da

população percebeu-se que as taxas de Brancos e Nulos tendem a aumentar quando aumenta a proporção de eleitores não-brancos.

Concluiu-se que a Abstenção é intensamente influenciada pelos meios de comunicação, embora também influencie os Votos em Branco e Nulos; enquanto os Votos em Branco e Nulos, mas também a Abstenção, associam-se mais fortemente ao nível de renda e instrução. Para o autor, os meios de comunicação são instrumentos de mobilização política e a inserção na estrutura social condiciona o voto válido.

Faltava ainda tratar as diferenças territoriais específicas. Para tanto, foram introduzidas no estudo cinco indicadores ecológicos, com o intuito de serem testados com os indicadores eleitorais, a saber: taxa de urbanização; proporção de eleitores residentes nas capitais; taxa de densidade populacional; taxa de fixação eleitoral (mede a retenção ou a migração do eleitorado no estado natal) e a taxa de homogeneidade eleitoral (ocasião onde a maioria do eleitorado é formado pelos eleitores ali nascidos). Apresenta ainda quatro padrões possíveis de deslocamento do eleitorado para avaliar as taxas de fixação e homogeneidade sob as propostas oferecidas pelo Coeficiente de Variação, CV, bem como do E^2 , Eta quadrado, e auferiu os seguintes resultados: o Absenteísmo é significativamente afetado pela distribuição espacial da população, pois é dependente do grau de urbanização, concentração de eleitores nas capitais e densidade eleitoral. A taxa de Brancos e Nulos tem associação com o deslocamento do eleitorado. Quanto maior a fixação (menor emigração), ou seja, permanência de eleitores naturais nos próprios estados, menor será o voto em Branco e Nulo, caso típico das regiões do Sudeste, São Paulo como melhor exemplo. Por outro lado, quanto mais for constituído, o colégio eleitoral, de naturais do estado (menor imigração), maiores serão tais taxas, representados pelos casos da região Nordeste de então¹²⁴. Com referência à direção do voto foi observado que, quanto maior o nível de urbanização e concentração de eleitores, maior será a proporção de voto progressista. O inverso é verdadeiro para o voto conservador. Isto reitera a importância do tamanho e a localização das cidades no comportamento dessas taxas.

¹²⁴ Como já antecipado, não era costume da literatura, nem dos institutos responsáveis pelas fontes primárias dos dados, separar os Votos em Branco dos Votos Nulos. Até 1998, votar em Branco também tinha destinação para a legenda e apresentavam elevadas taxas frente ao comportamento dos Nulos. Alia-se a isto o longo período sem eleições presidenciais, o que por si só, provoca maior incremento da votação válida e diminuição dos Brancos e Nulos.

Ao avaliar o voto em São Paulo, no período 1970-1978, **Bolivar Lamounier** (1980)¹²⁵ faz observações não somente sobre a geografia do voto, mas acerca da identificação partidária e propõe alternativas à consagrada associação entre “Votos em Branco e Nulos” ao protesto. Basicamente estuda a adesão do eleitorado às candidaturas do então MDB mesmo ao admitir a precária coesão interna deste partido. Também enaltece que todo o sistema de poder então vigente se sustentou via burocracia, civil e militar, além das grandes empresas e não no poder legislativo. Outro objetivo foi entender o crescimento do MDB no estado paulista, o que possibilita reconhecer uma conversão àquela época em curso, de voto *urbano* em voto *oposicionista*, e em consequente voto *emedebista*. Isto se traduziu, segundo ele, no contraste cidade-campo, ou, “mais toscamente” capital e interior, e ainda autonomia / submissão mas principalmente oposição / coronelismo, mesmo que tal tenha sido apenas uma inclinação, uma tendência, pronta a ser desfeita em cada momento político. A pesquisa avaliou detalhes reveladores da reflexão eleitoral, pois compara não somente distintos períodos eleitorais, como também eleições majoritárias e proporcionais, as então possíveis.

Outro fator interessante foi observado com relação à votação de Brancos e Nulos, onde em situações distintas o voto não arenista de 1970 assumiu proporção duas vezes de mais brancos e nulos que os votos emedebistas. O caráter específico das eleições dessa época é enfatizado embora tenha ficado ressaltado o comportamento diferenciado dos pequenos e grandes municípios. O trabalho resulta na avaliação de que as eleições legislativas, então realizadas, assumiram um caráter plebiscitário à situação política do país, julgamento transformado apenas nas possibilidades de sim e não, com a confirmação de votos na ARENA ou no MDB onde isto acabou por se tornar mais importante que as próprias avaliações das administrações locais. Fica estabelecido, para o autor, o caráter sinuoso das avaliações tomadas pelo eleitorado, aonde um vai e vem de aprovação reprovação se incorpora até o ponto onde ficará insustentável a manutenção do regime via aprovação pelo eleitorado paulista. Fato simultâneo e reforçador foi a supressão das eleições diretas. Lamounier (1980) realiza então uma análise baseada na Geografia do Voto fundamentado nas estáveis tendências, bastante homogêneas, entre as diferentes zonas eleitorais da cidade de São Paulo.

De fato o estudo consegue demonstrar principalmente uma votação pelo eleitorado de periferia no MDB, mas fica claro um aumento da proporção dos votos emedebistas de acordo com o movimento descendente das regiões socioeconômicas, em todas as eleições

¹²⁵ Ver ainda Lamounier e Cardoso (1975).

proporcionais bem como em todos os períodos eleitorais avaliados. Mas o autor percebe um paradoxo, dada à associação verificada entre região socioeconômica e orientação do voto. Seriam baixos os conteúdos ideológicos associados ao voto em qualquer um dos dois partidos políticos, bem como baixos os níveis de informação política e grande imprevisibilidade na estruturação das opiniões, ou simples ausência delas. Mesmo assim, verificou-se uma acentuação das tendências eleitorais, quanto mais pobres as áreas se tornam, tanto mais marginalizadas ao processo político as áreas o são. Redundam daí duas hipóteses, ou as associações verificadas são episódicas ou a estabilidade observada é real, mas lastreada em mecanismos compreendidos.

A coisa se elucida quando o autor avalia a imagem dos dois partidos políticos nas eleições de 1974-1978, onde um realinhamento eleitoral ocorrido em 1974, com relação aos anos 1970, acabou por comprovar que uma alteração generalizada nas expectativas do eleitorado ocorrera como fenômeno ideológico e não clientelístico como se poderia supor. Tal realinhamento pode ser percebido numa forte ressonância no imaginário popular a respeito dos dois partidos. Por conseguinte o MDB estava associado, preferencialmente, a imagem do partido do povo, aquele que procura defender os fracos, envolvido numa luta desigual com um poder maior, sempre numa combinação de categorias classistas, de um governo distante, contrário ao povo, eleições indiretas sem a individual participação. Quem encarnava, preferencialmente, a ideia do poder maior era, conseqüentemente, o outro partido político, a ARENA. O fenômeno também pode ser avaliado pelo contraste oposição / governo, mesmo que em alguns casos tal apareça esvaziada, pela falta da própria percepção política aprofundada, em outros fica clara uma demarcação entre satisfeitos e os insatisfeitos com a situação do país. Tudo isto corroborou que a identificação com o MDB se deveu a uma identificação bastante difusa e, especialmente, partidária. Contudo, como era de se esperar as expectativas encontravam-se polarizadas entre aceitação e rejeição do regime vigente, tanto nas camadas de alta renda e elevada escolaridade, quanto nas camadas menos favorecidas da população, mesmo em relação ao próprio MDB, como portador de restrito leque de reivindicações básicas, tais como retorno às eleições diretas, governo civil, direito de greve, aumento dos salários.

Ao analisar a participação do eleitorado brasileiro, mesmo no sistema artificialmente bipartidário nacional daquela época, em comparação a outros de democracia enraizada Lamounier (1980) trabalha o conceito de insatisfação, que segundo ele tem recebido tratamento linear igualando-o entre a elite e às massas. Para exemplificar o autor se refere a tendência em interpretar a votação em branco e nulo, como causa homogênea, também como

causa de uma apreciação crítica a respeito da conduta política parlamentar dos partidos políticos, que segundo os críticos se traduziria no próprio MDB e outras vezes ao próprio regime. Entretanto ao analisar o comportamento dos votos Brancos e Nulos para o senado em 1970 foi verificado que as taxas de Brancos e Nulos na capital são maiores do que as do interior, mas não o são em 1974 e 1978. De outra forma avaliando a votação de três candidatos ao senado percebeu que seu percentual aumenta, sistematicamente à medida que se passa das regiões centrais de elevado nível socioeconômico, às regiões periféricas onde os níveis de renda e instrução são de baixos a muito baixos. Como a proporção é maior nas áreas menos favorecidas o autor lança dúvidas à motivação do protesto como resposta única a este tipo de manifestação pois se o protesto atendesse de fato aos critérios de resposta, um comportamento proporcionalmente menor seria verificado, dado o baixo nível de informação dos estratos em referência. Daí imagina a desinformação e a dificuldade em votar, como fatores concorrentes ao protesto que incrementariam as taxas de votos em Branco e Nulos. A desinformação como um fluxo exageradamente reduzido de informação, tanto das restrições da televisão na campanha, quanto do desinteresse do próprio eleitorado em adquirir informações políticas, dado o esforço individual necessário a isto. A dificuldade em votar, como um comportamento manifesto não apenas nos próprios erros de manuseio com o voto, como a anulação deliberada. O autor finaliza a análise alegando que provavelmente tenha sido a supressão do rádio e da televisão a responsável pela duplicação do percentual de votos em Branco e Nulos nas eleições de 1978, em relação à de 1974.

Com relação à análise final do trabalho ele entende que o bipartidarismo, forçado, foi ao menos capaz de provocar identificações partidárias mais estáveis e mais amplas do que em qualquer outro período eleitoral brasileiro, acreditando que mesmo alterando-se o formato do sistema político da época o brasileiro não votaria mais de forma clientelística, mas ideológico-partidário.

Jacob, Hees, Waniez e Brustlein (2010), numa mesma linha seguida por Lamounier, entenderam que tanto a diminuição da abstenção eleitoral, dos votos em branco e dos votos nulos, verificada após as eleições de 1994 até 2006, quanto à elevação dos votos válidos, que alcançou os níveis atingidos nas eleições de 1989, se deveu a alguns fatores fundamentais. A utilização da urna eletrônica por eleitores de baixo nível de escolaridade, a campanha eleitoral bastante disputada entre os dois principais candidatos à Presidência da República e, principalmente, o papel da mídia, sobretudo a televisão, que segundo eles promoveu amplo debate sobre as eleições presidenciais de 2002 e 2006. O grupo faz ainda considerações sobre

a relação do voto esquerda / direita *versus* a posição socioeconômica do eleitorado e a orientação ideológica de uma multifacetada classe média.

Outro grupo de pesquisadores, estabelecido no Sul do país, tem se dedicado a investigações quanto às motivações do eleitorado em relação a “Alienação Eleitoral” além de procurar entender as distintas razões para o eleitor se abster, votar em branco ou votar nulo. Será apresentado aqui apenas resultados de um dos trabalhos, mas que ilustram um pouco da produção do grupo. **Silva, Gimenes, Borba e Ribeiro (2014)** avaliam se a “intenção” de votar nominalmente, ou anular / votar em branco, estaria associada a uma forma de protesto ou à baixa sofisticação política conforme defendem outros estudos.

A fim de responder tais questões utilizam os dados da etapa brasileira de uma pesquisa do Barômetro das Américas, organizada pelo Latin American Public Opinion Project - LAPOP (Apud SILVA, GIMENES, BORBA e RIBEIRO, 2014). Chamam a atenção para o fato de tal pesquisa trabalhar com intenções de voto numa amostra probabilística e não com os dados oficiais, uma vez que as eleições avaliadas ocorreram alguns meses depois.

Os dados foram analisados por dois modelos de regressão logística. O primeiro tomou como variável dependente as intenções de orientação do voto dos eleitores, abster-se, votar validamente, votar em branco / votar nulo. Tal modelo buscou encontrar associação entre tal comportamento e aspectos cognitivos, concernentes à confiança nas instituições políticas democráticas e no sistema político eleitoral. O segundo modelo tratou como variável dependente a participação em movimentos de protesto sendo as variáveis independentes as mesmas do modelo inicial.

Os dados revelaram que quanto maior a idade dos eleitores, independente do sexo, menor a probabilidade de ser voto em branco / nulo. Também não se verificou associação entre voto nominal e escolaridade, fato que, segundo os autores, desqualifica a tese de baixa cognição para os votos em branco / nulos.

Com relação ao contentamento / descontentamento, com as questões nacionais relacionadas à política e economia, verificou-se, segundo eles, associação com as intenções de votos em branco, e nulos, numa escala inversa. Toda vez que a confiança aumenta, diminuem as chances de votos nessas modalidades. Similarmente ocorre o mesmo com a confiança no sistema político eleitoral, quando aumenta a confiança tende a diminuir a chance de o eleitor votar em branco ou nulo.

Do mesmo modo ocorre com a avaliação da economia e do voto nominal. Quanto pior é a avaliação dos eleitores sobre a situação econômica do país e a própria situação pessoal, maior é a chance de que os votos sejam anulados ou em branco. Portanto defendem a tese da associação entre baixa sofisticação com o fenômeno do branco/ nulo, a qual não foi comprovada para o caso brasileiro, mas que tais votos estariam vinculados a um descontentamento, uma insatisfação com o funcionamento da democracia, confiança nas instituições representativas, com o processo eleitoral e com a economia. Tais estariam associados pelos autores ao protesto por meio do voto.

Os autores decidem então verificar associação entre aqueles que protestam por meio de voto e aqueles que participam de movimentos de protesto já que no mesmo *survey*, constou uma questão sobre a participação ou não do eleitor em algum tipo de manifestação. Na análise dos dados, no modelo de regressão, a única associação significativa observada foi com a escolaridade, quanto maior a escolarização maior a propensão à participação em movimentos de contestação, manifestações e protestos. Concluiu-se, portanto, que indivíduos com maior escolaridade são mais propensos à contestação, pois o envolvimento em manifestações estaria relacionado à centralidade social. Mais do que estar descontente com a economia ou com o sistema político, o indivíduo que protesta é possuidor de recursos educacionais, que também estariam atrelados à posse de bens materiais. Toda a análise faz sentido, mas é importante ressaltar que eles não trabalharam com o “Voto em Branco” e com o “Voto Nulo” em separado e que é objeto do presente *paper*, mas o conjunto “Branco / Nulo”, detalhe que procuram observar em outros estudos.

Em trabalho realizado e que avalia as alterações na legislação eleitoral, pela ditadura militar no período de 1964-85 com o intuito de segurar o regime, **Eli Diniz** (LIMA JUNIOR, 1990) comenta o comportamento da Abstenção, dos Votos em Branco e dos Votos Nulos. Segundo a autora, em 1970 após mais uma vitória da ARENA, o fraco desempenho do MDB foi constatado pela alta proporção de Votos em Branco e Nulos. Tal comportamento alcançou a taxa de 30% e foi capaz de superar em 9% a própria votação deste partido na Câmara Federal no período. Isto abriu discussões sobre uma possível autodissolução do MDB, de um lado e, por outro, os dirigentes da ARENA pensaram na consolidação deste partido tal qual o PRI mexicano. Mas quando chega 1974 o MDB volta a ganhar posições e começa a ocorrer um declínio dos votos em Branco e Nulos, num claro aumento do interesse popular em direção à participação política. De modo que o voto passou a ser entendido como instrumento de manutenção ou oposição à situação instalada, daí a queda também da taxa de Abstenção. Já

em 1982 todas essas taxas mostram-se em níveis decrescentes, confirmando o interesse pelas práticas eleitorais e no reforço da legitimidade do sistema partidário. Em 1983 as eleições contribuíram para uma aceleração do processo de erosão do regime, pois até parlamentares da base governista corroboraram para derrotas em votações propostas pelo próprio governo. Em 1984, inicia-se com apoio de parlamentares da base governista a campanha pelas diretas já. A defesa das eleições indiretas vai contribuir para acentuar as dissidências, fragmentando ainda mais o partido situacionista.

O pessoal de Pernambuco, por sua vez, se dedicou ao estudo de 17 eleições legislativas do estado até 2006. **Rocha e Carmo** (2007), com base numa perspectiva dahlsiana e na defesa da autoestima como condição essencial do comportamento eleitoral, consideram que elementos políticos, históricos e sociais, são relevantes na participação do eleitorado pernambucano. Os dados mostraram que quando o eleitor percebe indiferença nas demandas de transformação da sociedade, pelas autoridades políticas, ele fica inclinado a não participar do processo eleitoral. Mas, ao contrário, se suas demandas forem correspondidas ou se perceberem que sua participação terá efeito interventor em sua realidade, o eleitor inclina-se à participar continuamente. Os autores realizaram uma série temporal do conjunto “comparecimento” versus “alienação” e demonstraram graficamente que os picos de “alienação” em Pernambuco, ocorreram em momentos de extrema importância política no país. Primeiramente em 1954, com a crise do governo e o conseqüente suicídio de Vargas, depois com a tensão do regime militar e promulgação do AI-5, por último a crise do governo Collor. O gráfico impressiona visualmente dado o entendimento imediato que proporciona. Reforçam-se os motivos que levam a maioria do eleitorado a se abster, a votar em branco ou votar nulo ao exponenciar as taxas da “Alienação Eleitoral” nos momentos mais críticos da história brasileira.

Movimento de conclusão do capítulo

Acredita-se que o capítulo respondeu perguntas acerca das orientações do voto do eleitorado nacional. Teve início com estudo que identificou a permanência de “forças políticas oligárquicas” nos municípios piores e menores. Como aspecto contrário também foi observado que os partidos de esquerda tiveram melhor desempenho nos centros urbanos. Discorreu-se em seguida sobre a questão da obrigatoriedade do voto. Neste trabalho entendeu-se que o voto obrigatório se resume a uma medida institucional garantidora de um mínimo de participação do cidadão comum, aquele que não teria motivações espontâneas para fazê-lo e

que é movido pelas necessidades mais básicas. Também foi avaliada uma pesquisa que relaciona a sofisticação e o cinismo cívico, ocasião em que o eleitor sofisticado não somente é capaz de mudar sua orientação ideológica como também é levado a se abster se o contexto socioeconômico assim lhe aprouver. As influências ecológicas são avaliadas em outra perspectiva, dificuldades de movimentação, além dos entraves educacionais levam os votantes a votar em branco ou nulo. Avaliações plebiscitárias, ou ideológicas, ficaram claras nos períodos eleitorais durante o governo militar, onde todo um esforço foi feito pelo regime no sentido de atrelar o voto à orientação governista, fato que não pode ser mantido por muito tempo e por isto o arcabouço do sistema partidário-eleitoral voltou a determinar as regras do jogo político. Outros estudos avaliaram quanto à possibilidade do eleitor votar em branco e nulo, por protesto e por dificuldades no relacionamento com a urna eletrônica. A racionalidade do eleitor como ficou estampado, foi tônica em todo o capítulo, e foi enfatizada num estudo de recepção midiática ocasião em que pode ser destruída a tese do eleitor irracional. Por último a defesa do significado político da eleição que de inúmeras formas, sustenta o aumento ou a diminuição do comparecimento eleitoral.

Tabela 36

Comparecimento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras pelo voto direto entre 1945-1960 e 1989-2014

Ano da eleição	População	Eleitorado	Comparecimento	Abstenção	Votos Válidos (1)	Votos em Branco (2)	Votos Nulos
1945	45.903.000	7.418.930	5.870.667	1.446.201	5.735.125	70.328	65.214
1950	51.888.765	11.446.462	8.254.989	3.200.160	7.898.083	211.433	145.473
1955	56.929.000	15.086.125	9.097.014	6.146.232	8.624.977	161.852	310.185
1960	68.185.401 (3)	16.148.611	12.586.354	3.001.978	11.689.281	423.346 (4)	473.727 (4)
1989 (5)	146.825.475	83.817.593	70.250.194	11.806.032	66.156.191	986.312	3.107.691
1994	153.725.900	94.743.043	77.949.111	16.822.410	63.314.111	7.191.856 (4)	7.443.144 (4)
1998	157.079.573	106.053.106	83.296.067	22.777.177	67.721.697	6.688.239 (4)	8.886.131 (4)
2002 (6)							
2006 (6)							
2010 (6)		135.803.366	106.606.214	29.197.152	99.463.917	2.452.597	4.689.428
2014 (6)		142.821.358	112.683.879	30.137.479	105.542.273	1.921.819	5.219.787

Fonte: Porto (1989), pág. 264 a 266), para 1950 a 1960; Porto (2000), para 1945; Nicolau (1998, pág. 25-28), para 1989 e 1994, e TSE, Secretaria de Informática, Internet, para 1998; Santos (2002, pág. 51) para 1945 a 1998; as informações sobre o tamanho da população e eleitorado foram obtidas da tabela 49 - Câmara dos Deputados 1945-98, de Santos (2002); Ver observação sobre os dados de 1998 na tabela 1. Lima Júnior / Adaptado.

(1) Os dados relativos aos Votos Válidos foram apropriados com a totalização do comparecimento subtraindo-se os votos em branco e votos nulos;

(2) No período 1945-62 o voto em branco era também utilizado para o cálculo de legenda (Nicolau, 2002), mesmo não o sendo para as eleições do executivo pode ter influenciado o comportamento do eleitorado. Outra explicação, talvez mais pertinente seja a do medo em se posicionar escolhendo um dentre os candidatos possíveis, principalmente no período

(3) Os dados acerca do eleitorado de 1955 foram os de 1954 (Santos, 2002, pág. 49), os dados referentes à população e eleitorado de 1960 foram obtidos pela média aritmética simples dos anos de 1958 e 1962 em Santos (2002, pág. 49); os dados relativos à população e eleitorado de 1989 foram os de 1990, conforme em Santos (2002, pág. 49)

(4) Ugeiras divergências entre os dados de Porto (433392, 473806, 7193510, 7444608, 6668610, 8884430) e Santos nestas eleições;

(5) Os dados relativos às eleições de 1989 foram referentes ao segundo turno;

(6) Os dados relativos às eleições de 2002 a 2014 foram referentes ao segundo turno e extraídos do site do TSE;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos avaliados demonstram que se obteve sucesso na análise sociológica. O eleitorado brasileiro tende a comparecer mais às urnas de votação naquelas cidades onde a infraestrutura urbana é melhor e tende a se abster naquelas cidades onde tal é pior. Do mesmo modo ele vota em branco quando pressente estagnação de sua vida e vota nulo quando percebe maiores dificuldades por conflitos inerentes à sua sobrevivência. A segunda etapa do estudo verificou associação estatística entre o que entendeu-se chamar de “Contrato” e “Comparecimento”. Toda vez que o eleitorado percebe que existe chance de ser bem representado ele comparece, do contrário ele se abstém. A interrupção da associação estatística nas eleições de 2014, com o primeiro eixo, “Divisão do Trabalho”, reforça tal argumento. Chance no sentido de vivenciar o espírito do trabalho e do comprometimento cívico, fazendo jus ao seu quinhão, perspectiva que comunga com as possibilidades de saturação da infraestrutura, resultado da satisfação do desejo, uma vez que sua fruição demandará mais expectativas. Com referência ao segundo eixo, “Distribuição de Renda” toda vez que existe chance de buscar melhores condições de trabalho com possibilidades de aumento de renda o eleitor comparece, do contrário se abstém.

Nesta segunda etapa o “Voto em Branco” está associado com a ocorrência da “Distribuição de Renda”, já que a “População” está embutida neste eixo ortogonal ao contrário do ocorrido no primeiro fenômeno, onde foi inserida posteriormente nos modelos de regressão. A análise do “Voto em Branco” nesta segunda etapa reitera a do primeiro, pois localidades com maior “Distribuição de Renda”, maiores possibilidades no mercado de trabalho trazem o fantasma da estagnação para um contingente de pessoas. No que se refere ao “Voto Nulo”, a associação com o novo fenômeno mostra uma face mais cruel das relações interpessoais, o ódio emerge nas análises, uma vez que houve associação entre “Distribuição de Renda” e “Voto Nulo”. Ou seja, toda vez que aumentar a “Distribuição de renda”, tenderá também a aumentar as taxas de “Voto Nulo”.

O diagrama geral permite inferir a emergência do conceito de uma *ontossociologia*, uma vez que com a revisão da literatura e com os resultados apresentados todo eleitor orienta seu comportamento em direção ao voto, uns com efetividade, e mesmo com desconfiança, depositam esperanças ou mesmo indignação, sentimentos de competição e até de ódio nas urnas. Outros descrentes, nos resultados políticos e em suas vidas pessoais quando a insegurança lhes bate à porta, principalmente entre jovens que ainda não entraram de fato na

vida adulta, ou mesmo a terceira idade cuja vida já não possibilita alterações de futuro, se ausentam ou votam em branco. O fato é que os resultados implicam obrigatoriamente acatar a tese da representação, pois existe reflexão, mesmo inconsciente, onde o ato eleitoral é o desejo de se representar ou de ser representado, dadas as complicações da democracia direta nas sociedades, principalmente as complexas^{126 127}. Isto, por si só, elimina aquelas figurações das massas silenciosas. Outro fator aventado é que os movimentos democráticos permanecem continuamente estagnados muito em função da inclusão social de significativas parcelas da população, facilitando uma aceitação do sistema político eleitoral. Alguém poderia afirmar que não tão estagnados assim, coisa que pode ser discutido durante a tese. Nesta direção a constatação de que uma nova estrutura social emergiu, se consolidou, e mesmo diante da desconfiança de parcelas da intelectualidade quanto à possibilidade de retrocessos, percebe-se que não será tão simples assim. Apenas um recuo socioeconômico não diluirá os efeitos já produzidos na infraestrutura.

No tocante à participação política do juizforano ficou patente que a cidade, apesar de decadente socialmente, ainda possui níveis elevados de infraestrutura urbana, não possuindo níveis tão elevados de “Divisão do Trabalho” e de “Distribuição de Renda”, verificados pela leve retração no comparecimento e no perceptível aumento das taxas de Votos em Branco e Votos Nulos e ligeiro aumento da Abstenção. Mas os embates políticos com relação ao executivo apenas demonstram que as lutas políticas, antes de intestinas, são figadais, por que externalizam um ódio primitivo, aqui percebido como oriundo dos embates primevos nos *grupos políticos primários*. Parece que assim funciona em todas as localidades, ainda mais quando a política eleitoral acentua os efeitos de polarização ideológica. O mesmo pode ser observado nos níveis estaduais e federais. No nível federal atualmente é clara a demonstração da recorrente luta pela sobrevivência entre grupos políticos rivais, que disputam seus projetos de vida, suas ideologias, numa guerra fratricida operada por um lado, incapaz de aceitar a igualdade como realidade humana. É uma luta por distinção, pura e simples, apenas por ela, nada mais.

Para finalizar entende-se que a literatura apresentada corrobora na maioria dos aspectos os resultados propostos pela presente investigação, onde os processos eleitorais são valorizados como momentos de avaliações críticas por parte do eleitorado brasileiro. Neste sentido,

¹²⁶ A condição humana Hannah Arendt e a impossibilidade de se representar em comunidades maiores.

¹²⁷ As altas taxas de Abstenção registradas nos últimos anos levantam a possibilidade da não atualização dos dados pelo próprio TSE. O meio acadêmico aguarda ansioso os números do recadastramento biométrico.

reitera-se toda uma tradição de estudos da ciência política nacional a qual afirma que o país precisa de mais participação, mais política, pois é o único ambiente capaz de dar sobrevida à república.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Maria Cristina Andrade. A dimensão representativa da participação democrática contemporânea. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 12-38, jul-dez, 2009.

ALMEIDA, Debora Rezende. **Representação além das eleições**: repensando as fronteiras entre estado e sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro**: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994. São Paulo: Xamã, 1998.

ALKMIM DOS REIS, Antonio Carlos. **A participação eleitoral no Brasil (1988-1989)**. 1992. 125 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PPGCP-IUPERJ, Rio de Janeiro.

ALKMIM DOS REIS, Antonio Carlos. A participação política eleitoral no Brasil – 1988: análise preliminar. **NDI/DPE – Núcleo de Documentação e Disseminação da Diretoria de Pesquisas do IBGE**, Rio de Janeiro, 1991.

ALKMIM DOS REIS, Antonio Carlos. **Voto e segmentação socioespacial no Estado do Rio de Janeiro 1980-1995**. 1997. 202 folhas. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP-IUPERJ, Rio de Janeiro.

AMORIM NETO, Octavio; CORTEZ, Bruno Freitas; PESSOA, Samuel de Abreu. Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma incremental. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 45-55, jun, 2011.

AMORIM NETO, Octavio. Valores e vetores da reforma política. **Plenarium**, ano IV, n. 4, p. 104-111, 2007.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária., 1991.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**: Poética / Aristóteles. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, vol. 2, 1991.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Ed. Unb, 1985.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4), 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), p. 17-26, 2004.

AVELAR, Lúcia; DIAS DE LIMA, Fernão. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova**, nº49, p. 195-223, 2000.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro & SILVA, Glauco Peres da. A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 319-347, 2011.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **LUA NOVA**, n. 39, p. 149-174, 1997.

AVRITZER, Leonardo. **O governo Temer e a nova agenda conservadora**. Jornal CGN – Luis Nassif OnLine, 30 de jun 2016.

BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v.14, n.2, p.380 – 413, nov, 2008.

BASTIDE, Paul Arbousse. **Auguste Comte**. Lisboa: Edições 70, 1984.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “Bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Unb, 2010.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. Eleitorado, elites políticas e o poder executivo juizforano. **Entrevista concedida** a Franklin Soldati nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFJF em 17/05/2011.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Como atuam os partidos políticos no Brasil. **Em debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 12 – 16, jun, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. **Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.44, p. 83-95, nov, 2012.

BRASIL. TSE - **Eleições Brasileiras - Dados estatísticos**. 1996-2014.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Assessoria de Imprensa**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/votacao> > acessado em 16/03/2016.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques & SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os polos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

CAMURÇA LIMA, Marcelo Ayres. **Os "melhores filhos do povo"**: um estudo do ritual e do simbólico numa organização comunista – o caso do MR-8. 1994. 324 folhas. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Impeachment hoje serve a corruptores e corruptos. **Folha de São Paulo**, caderno Poder, na edição de 26 abr 2015, entrevista concedida à jornalista Eleonora de Lucena.

CARONE, Edgar. **A República Velha I: Instituições e classes sociais**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Representação política como “congruência”: uma revisão dos estudos empíricos na literatura internacional. *Paper* apresentado no 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, ST04 – Comportamento político. Águas de Lindóia, *Anais... Águas de Lindóia: Portal ANPOCS*, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **DADOS** – Print version, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1 a 10, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: A política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1988.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_01.htm, acessado em 29/12/2015.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. 1994. folhas. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP-IUPERJ, Rio de Janeiro.

CHAIA, Vera Lucia M.. Reformas do sistema partidário e o poder central no Brasil, em **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, São Paulo, v.3, n. 1, jan-mar, 1989.

CHAIA, Vera; CHAGAS, Genira; FERNANDES, Carla Montuori. “Voto Limpo”: atores e protagonistas na campanha pela soberania popular. *Paper* apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. GT 2: Mídia e eleições. UFPR – 08 A 10 DE Maio DE 2013. *Anais...* Curitiba: disponível em **Portal Compolítica**: < <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-02-%C3%94%C3%87%C3%B4-M+%C2%A1dias-e-Elei+%C2%BA+%C3%81es-Vera-Chaia.pdf> > Acesso em 06/04/2016.

CHEIBUB, Ingrid Sartório. **Leis eleitorais**. Salvador: Jus Podium, 2011.

CHO, Wendy K. Tam; GIMPEL, James. Geographic information systems and spatial dimensions of politics. **Annual Reviews of Political Science**, 15: 443-60, 2012. acessado em 2012 pelo Portal da CAPES via UFJF.

CID, Wilson Borrajo. Eleitorado, elites políticas e o poder executivo juizforano. **Entrevista concedida** a Franklin Soldati, na sede da FUNALFA, prédio histórico da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, em 10 de agosto de 2015, arquivo m4a, 36,5MB.

COSTA, Affonso Henrique Vieira da. Org. **Manual de iniciação à filosofia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

D'AVILA FILHO, Paulo; M. LOMBARDO JORGE, Vladimyr. A democracia sul-americana em perspectiva comparada: os casos do Brasil, da Bolívia e da Venezuela. *Paper* apresentado no I Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR. *Anais...* Curitiba: **Portal SNSP/UFPR**, 2009.

DELGADO, Ignácio José Godinho. Dilemas de coordenação e capacidades do estado para a política industrial: trajetórias e horizontes da China, da Índia e do Brasil. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; BOSCHI, Renato Raul (ed.). **Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

DELGADO, Ignácio José Godinho. Eleitorado, elites políticas e o poder executivo juizforano. **Entrevista concedida** a Franklin Soldati, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas da UFJF, em 21/06/2011 e posteriormente em 08 de setembro de 2015, arquivo m4a, 56,3 MB.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DULCI, Marcelo Soares. **PSDB**: força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. 2010. 304 folhas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - DCP/UFMG. Belo Horizonte.

EISENBERG, José. **A democracia depois do liberalismo**: ensaios sobre ética, direito e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. VI, n.1, p. 109 – 136, 2000.

ESTAMIRA. Direção de Marcos Prado, Produção de José Padilha. RioFilme Zazen, 2004.

EYSENCK, Hans Jürgen. **Sexo, pornografia, personalidade**: consequências sociais da psicologia moderna. São Paulo: Ibrasa, 1976.

FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita. Orgs. **Reflexões sobre a violência urbana**: (In) Segurança e (Des) Esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

FERES JÚNIOR, João. MANCHETÔMETRO. Metodologia. Website de acompanhamento da cobertura midiática das eleições 2014 do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública. CNPq/IESP/UERJ. Disponível em <http://www.manchetometro.com.br/metodologia/>. Acesso em 07 mar 2016.

FERNANDES, Neimar da Silva. **Estatística avançada**. mimeo. 2012.

FERRAZ, Paula Ribeiro. **O gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)**. 2013. 159 folhas. Dissertação (Mestrado em História)— PPGH-UFJF, Juiz de Fora, 2013.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 160 – 185, jun, 2010.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Classe Social e desigualdade de saúde no Brasil. **RBCS** v. 26, n. 75, fev, 2011.

GENEVOIS, Maria Louise Bulhões Pedreira; COSTA, Olavo Viana. Carência Habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (1), 2001.

GOMES, Wilson. Propaganda política, ética e democracia. In: MATOS, Heloiza. Org. **Mídia, eleições e democracia**. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta, p. 53 -90, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia - entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James & JAY, Jon. **O Federalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

HOWLETT, Michael Patrick. **Studying Public Policy: policy cycles and policy subsystems**. Ontario: Oxford University Press, 1995.

KIERKGAARD, Sören. **O desespero humano**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1957.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

KRUSKAL, Joseph; WISH, Myron. **Multidimensional Scaling**. Newbury Park, California: Sage University Paper, 1978.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe & BRUSTLEIN, Violette. **A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Petrópolis: Vozes, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: **Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. LAMOUNIER, Bolivar. Org. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Editora Brasileira de Ciências, 1980.

LAMOUNIER, Bolivar; CARDOSO, Fernando Henrique. Orgs. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964**. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1999.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Alienação Eleitoral e seus determinantes - nota de pesquisa. **DADOS - Revista Brasileira de Ciências Sociais - IUPERJ**, Rio de Janeiro, n. 14, 1990.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Eleições presidenciais: centralidade, contexto e implicações. **RBCS**, v. 14, n. 40, jun, 1999.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997a.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Org. **O balanço do poder – formas de dominação e representação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, IUPERJ, 1990.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Org. **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendência – 1982-94**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997b.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Org. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional – 1945/64**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de; ANASTASIA, Maria de Fátima Junho. A participação política: a ampliação do mercado eleitoral e as distorções do sistema de representação. Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, outubro, 1998. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=comdocman&task=doc_view&gid=5081&Itemid=359, acesso em 01/06/2016.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **LUA NOVA**, n. 44, 1998.

LIMONGI, Fernando. Governo representativo e democratização: revendo o debate. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 93-123, jan-abr, 2015.

LIMONGI, Fernando. O problema da falácia ecológica. Videocurso. IPTV USP, publicado em 03/09/2012.

LOMBARDO JORGE, Vladimyr. Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais. **Comunicação&política**, n.s., v.4, n.1, p. 126-133, 2014. Disponível em: < <http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2014/03/Vladimyr1.pdf> > acessado em 31/10/2015.

MACHADO SOARES, Tufi. Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores sócio-econômicos. **Pesquisa Operacional**, v. 25, n.1, p. 83-112, jan-abr, 2005.

MACHIAVELLI, Nicollò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília: Editora da Unb, 1994.

MACHIAVELLI, Nicollò. O príncipe *in: Maquiavel*. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Pensadores, 1991.

MAGALHÃES, Raul Francisco Magalhães. **Ciência, ficção e contrafactualidade: aproximações exploratórias**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos 98, 1997.

MAGALHÃES, Raul Francisco; VEIGA, Luciana Fernandes. **Ideologia Política, Persuasão, Propaganda Eleitoral e Voto: um estudo da recepção da campanha presidencial, 1998**. 1999. 164 folhas. Relatório Analítico - Centro de Pesquisas Sociais CPS/UFJF, IUPERJ, PROPESQ, FAPEMIG. SHA-2800/97.

MAGALHÃES, Raul Francisco. Ao professor Marcus Figueiredo: uma memória da nossa orientação. **Revista Cadernos e Estudos Sociais e Políticos**, [S.l.], v. 4, n. 7, jan-jun, 2015.

MAGALHÃES, Raul Francisco. A República estava lá, mas a democracia não ou jamais fomos ibéricos. *Paper* apresentado no 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, GT35 – Teoria política e pensamento político brasileiro: normatividade e história. Caxambú, 2011, *Anais...* Caxambú: **Portal ANPOCS**, 2011.

MAIA, Adriana Silva. Efeitos do Programa Bolsa Família na redução da pobreza e distribuição de renda. **URCA/IPC/UNPD/MDS**. Disponível em www.ipc-undp.org/publications/mds/46p.pdf ou <http://www.scielo.br/pdf.spp/v18n2/a02v18n2.pdf>. Acesso em: 01/06/2016.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Anpocs Publicações**, p.1-22. 2013. Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm. Acessado em 01/06/2016.

MARENCO DOS SANTOS, André. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. **RBCS**, v. 27, n. 80, out, 2012.

MARENCO DOS SANTOS, André. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-20, jun, 2013.

MARQUES, Rafael. Reciprocidade e Confiança em Contextos de Escassez: O Caso do *Blat*. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, Portugal, v. XVI, p. 117-145, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539975007>. Acesso em 26/03/2014.

MATOS, Heloiza. **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

MELO, Carlos Ranulfo de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, pp. 13-41, jul-dez, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo de; CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n.1, p. 71 a 117, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo de. As instituições políticas brasileiras funcionam? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 199-203, nov, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Sorteios e representação democrática. **Lua Nova**, n. 50, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 483 - 511, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Quanto vale uma valência? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 165-178, mai-ago, 2015.

MIGUEL Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Orgs. **Mídia: representação democrática**. São Paulo: Hucitec, 2010.

NASCIMENTO, Ederson. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana**: uma análise da região metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de inclusão e exclusão social. 2013. 273 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da UNICAMP. Campinas.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. *In*: Biblioteca da Universia, Coimbra. *Anais. . . Fundación Dialnet*, 2004, disponível em [http:// biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/participa%C3%A7%C3%A3o-eleitoral-brasil-evid%C3%A2ncias-caso-brasileiro/id/58239465.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/participa%C3%A7%C3%A3o-eleitoral-brasil-evid%C3%A2ncias-caso-brasileiro/id/58239465.html). Acesso em [2015].

NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, n. 7, jan-jun, 2015.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

OLIVEIRA, Homero Costa. **A alienação eleitoral no Brasil**: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). 2006. 219 folhas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - PUC-SP, São Paulo.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade de caso. **São Paulo em perspectiva**, On-line version, São Paulo, v. 13, n. 4, out-dez, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a15.pdf> acessado em 31/10/2015

PILLATI, Adriano. **A constituinte de 1987-1988** – progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: PUC Rio, Lumen Juris, 2008.

PINTO, Virgílio Noya. Das estradas persas as rodovias da informação. In: MATOS, Heloiza Org. **Mídia, eleições e democracia**. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994, p.1-11.

PNUD-ONU; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2003-2013.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 3-16, 2004.

POCHMANN, Marcio; GUERRA, Alexandre & ALDRIN SILVA, Ronnie. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do Voto**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

POWER, Timothy. A institucionalização desigual do sistema partidário brasileiro. Juiz de Fora, ICH/UFJF/PPGCSO - **Chá das Cinco e Meia** - 30/09/2015 (Comunicação oral).

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antônio & LIMONGI, Fernando. O que mantém as democracias? **Journal of Democracy**, p. 39-55, jan, 1996.

PRZEWORSKI, Adam; LIMONGI, Fernando. Regimes políticos e crescimento econômico. **Novos Estudos**, n. 37, p. 174-189, nov, 1993.

RADIOGRAFIA do Novo Congresso: Legislaturas 2007-2011, 2011/2015 e 2015/2019. **DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**, Brasília, Série Estudos Políticos, 2006, 2010 e 2014.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Ir para casa em paz: a economia das virtudes, e a apatia como direito. *Paper* apresentado no 26º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, GT19 – República e cidadania: teorias e debates. Caxambú, 2002, *Anais...* Caxambú: **Portal ANPOCS**, 2002.

REIS, Fábio Wanderley. Org. **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

REIS, Fábio Wanderley. O tabelão e a lupa: teoria, método generalizante e idiografia no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 6, n. 16, p. 27-42, jun, 1991.

REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e utopia**: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado de. Democracia, civismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade. **RBCS**, [S.l.], v. 16, n. 45, 2001.

RENNÓ, Lucio. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 721-755, 2007.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 1976.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1990.

ROCHA, Enivaldo Carvalho da; CARMO, Erinaldo Ferreira do. A participação do eleitorado Pernambucano nas eleições proporcionais (Câmara e Assembleia). **IPEA - PPP - Planejamento e Políticas Públicas**, [S.l.], n.30, 2007.

ROCHA, Marta Mendes da. Representação, deliberação e estudos legislativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out, 2010.

RODDEN, Jonathan. The geographic distribution of political preferences. **Annual Reviews**, 13: 321-340, 2010, acessado pelo Portal da CAPES via UFJF.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. **Novos Estudos**, 89, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do contrato social**: Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Nova Cultural – Os pensadores, 1991.

SANTOS, Fabiano. Reforma política: notas de cautela sobre os efeitos de escolhas institucionais. **Plenarium**, ano IV, n. 4, p. 60-69, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Crise e castigo**: partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice e Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Dois escritos democráticos de José de Alencar**: Sistema representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poliarquia em 3D. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Versão On-line, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000200001&script=sci_arttext.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Org. **Votos e partidos, almanaque de dados eleitorais**: Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Governabilidade e democracia natural**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do Desejo**: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Conversa com o autor. Palestra no 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisadores em Ciências Sociais, Caxambú, 2006. Caxambú: **Portal ANPOCS**. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Eu_9kfdgNL8. Acesso em 08/2012.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Unb, 1982.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento Bauru: EDUSC, 2001.

SCALON, Celi; FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Desigualdades, classes e estratificação social. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena Souza. Orgs. **Horizonte das ciências sociais no Brasil** – sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Unb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Rafael; GIMENES, Éder Rodrigues; BORBA, Julian & RIBEIRO, Ednaldo. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**. [S.l.], v. 23, n. 2, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Desigualdades eleitorais no Brasil**. Revista de ciência política, vol. 7, nº 1, pág. 25-48, 1973.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia & ALKMIN, Antonio Carlos. Quem manda? Governador ou prefeito? Uma análise com base nas eleições 2008, 2010 e 2012. < disponível em https://www.academia.edu/6895933/Capitulo_Quem_manda_Governador_ou_Prefeito_Revis%C3%A3o_p%C3%B3s_parecer> Acesso em 06/04/2016.

SOARES, Murilo César. Televisão e democracia. In: MATOS, Heloiza. Org. **Mídia, eleições e democracia**. 1 ed. São Paulo: Página Aberta, 1994, p. 111-132.

SOLDATI, Franklin. O voto em Juiz de Fora. *Paper* apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, GT 11, Democracia, comunicação política e eleições, Caxambu, Anais... Caxambú: **Portal ANPOCS**, 2009 a.

SOLDATI, Franklin. Juiz de Fora e o comportamento eleitoral. *Paper* apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2009, São Paulo, *Anais...* São Paulo: **Portal Compolítica**, 2009 b.

SOLDATI, Franklin. O comparecimento eleitoral em Juiz de Fora. *Paper* apresentado no V Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, 2009, Recife, *Anais...* Recife, **SCPRI/UFPE**, 1 CD, 2009 c.

SOLDATI, Franklin et al. **Banco de dados secundários**. Juiz de Fora, 2009 d. Visual-Basic. PC486 ou mais. Windows 2003.

SOLDATI, Franklin. A utilização das estatísticas no Brasil após a constituição de 88: persuasão, razoabilidade e acordo. *Paper* apresentado no II Seminário de Pós-Graduação em Ciências Sociais do PPGCSO-UFJF, 2010, Juiz de Fora, *Anais...* Juiz de Fora: **SPGCS/UFJF**, 1 CD, 2010.

SOLDATI, Franklin. **O eleitorado juizforano nas eleições de 2006 e 2008 para o executivo**. 2011 a. 79 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)— PPGCSO-UFJF, Juiz de Fora.

SOLDATI, Franklin. **O diagrama de significâncias como instrumento de avaliação de tendências**. 2011 b. 44 folhas. Monografia (Especialização em Estatística) - Pós-graduação em Métodos Estatísticos Computacionais, ICE-UFJF, Juiz de Fora.

SOLDATI, Franklin. **Reconduzindo a localidade à centralidade nas campanhas eleitorais**. *Paper* apresentado no IV Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, Curitiba, 2012, *Anais...* Curitiba: **Portal SNSP/UFPR**, 2012 a.

SOLDATI, Franklin. Potencializando a participação do eleitorado nos Programas de Governo. *Paper* apresentado na I Jornada de Ciências Sociais da UFJF, 2012, *Anais...* da **JCSO/UFJF**, 1 CD, 2012 b.

SOLDATI, Franklin. Reforma política e eleitorado brasileiro: em busca de coerência política e geográfica. *Paper* apresentado no VII Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE, *Anais...* Recife: **Portal CDP-UFPE**, 2013 a., v. 01., p. 47-61.

SOLDATI, Franklin. Qualidades do urbano. 2013. *Paper* apresentado no **XXIX Congresso ALAS CHILE**. Santiago do Chile, 2013 b.

SOLDATI, Franklin. Considerações sobre a alienação eleitoral – das eleições para o executivo no Brasil entre 1996-2014. *Paper* apresentado no **Seminário da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, no GT 07 / Mídia e Política: “São Paulo: a cidades e seus desafios”, 2015 a.

SOLDATI, Franklin. Participação eleitoral nas eleições para o executivo no Brasil entre 1996 e 2014 – alguns apontamentos. *Paper* apresentado na 4ª **Jornada de Ciências Sociais da UFJF**, no GT 1 Democracia e instituições, 2015 b. *Anais...* http://media.wix.com/ugd/5a29af_2847a677408e4f4caac223cbeebf461e.pdf Acesso em [dez 2016].

SOLDATI, Franklin. Comparecimento e alienação eleitoral e o índice de fracionalização. *Paper* apresentado no 7º Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, 2016, no GT 12 – Instituições Políticas, *Anais*: Curitiba, **Portal SNSP/UFPR**, 2016 a.

SOLDATI, Franklin. Requisitos para uma região urbana. Comunicação oral no Seminário Dimensões do Desenvolvimento, Juiz de Fora, **UFJF-INOVAÇÃO/CRITT/INCT-PPED**, 2016 b.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e saúde coletiva**, 7(3), p. 431-442, 2002.

SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. Orgs. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Unb, 2006.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2015.

SOUZA, Maria do Carmo Carvalho Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930 a 1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SOUZA, Reinaldo Castro; CAMARGO, Maria Emília. **Análise e previsão de séries temporais: os modelos ARIMA**. Ijuí: Sedigraf, 1996.

SPSS for Windows. **Statistical package for the social sciences**. Versão 15.0.0: SPSS Incorporation, c1989-2006. Configuração mínima 586 ou mais avançado.

TARDE, Gabriel de. **As leis da imitação**. Lisboa: RES Editora, 2000.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TELLES, Helcimara de Souza. Uma eleição de manutenção do *status quo*. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, 01 de jul 2010.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, p. 123-148, jun, 2005.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, 67, p. 262-269, 2006.

VARGAS, Eduardo Vianna. **Antes Tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2000.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WRIGTH, Erick O. et alii. **Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ANEXOS

expectativas de sobrevivência

KMO 0.839

1 eixo 81,337, 2 eixo 10,863, 3 eixo 4,785

ESPVIDA	0,98	Esperança de vida ao nascer	Esperança de vida ao nascer	Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.
MORT1	-0,975	Mortalidade infantil	Mortalidade até um ano de idade	Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.
MORT5	-0,975	Mortalidade até 5 anos de idade	Mortalidade até cinco anos de idade	Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.
RAZDEP	-0,893	Razão de dependência	Percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais em relação à população de 15 a 64 anos	Razão de dependência é medida pela razão entre o número de pessoas com 14 anos ou menos e de 65 anos ou mais de idade (população dependente) e o número de pessoas com idade de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa) multiplicado por 100.
SOBRE40	0,975	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 40 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.
SOBRE60	0,971	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até os 60 anos, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo.
T_ENV	0,477	Taxa de envelhecimento	Taxa de envelhecimento	Razão entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população total multiplicado por 100.

medida de escolaridade

KMO 0.892

1 eixo 57,118, 2 eixo 12,375, 3 eixo 6,199

E_ANOSESTUDO	0,886	Expectativa de anos de estudo	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade	Número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade, se os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.
T_ANALF11A14	-0,788	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos	Taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos de idade	Razão entre a população de 11 a 14 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF15A17	-0,799	Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos	Taxa de analfabetismo da população de 15 a 17 anos de idade	Razão entre a população de 15 a 17 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF15M	-0,813	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 15 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF18A24	-0,843	Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos	Taxa de analfabetismo da população de 18 a 24 anos de idade	Razão entre a população de 18 a 24 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF18M	-0,815	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF25A29	-0,845	Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos	Taxa de analfabetismo da população de 25 a 29 anos de idade	Razão entre a população de 25 a 29 anos de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ANALF25M	-0,813	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais	Taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que não sabe ler nem escrever um bilhete simples e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_ATRASO_0_BASICO	0,897	% de 6 a 17 anos no básico sem atraso	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que não tem atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) sem atraso idade-série e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada], na qual o número da série frequentada é 10, 11 e 12 para as pessoas que frequentam a 1ª, a 2ª e a 3ª séries do ensino médio, respectivamente. Foram consideradas sem atraso não só as pessoas para as quais o resultado dessa fórmula foi igual a zero, mas também aquelas para as quais o resultado foi menor do que zero, ou seja, as pessoas com adiantamento idade-série. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.
T_ATRASO_0_FUND	0,868	% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que não tem atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado sem atraso idade-série e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada] e foram consideradas sem atraso não só as pessoas para as quais o resultado dessa fórmula foi igual a zero, mas também aquelas para as quais o resultado foi menor do que zero, ou seja, as pessoas com adiantamento idade-série. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_ATRASO_0_MED	0,734	% de 15 a 17 anos no médio sem atraso	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que não tem atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado sem atraso idade-série e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 14) - número da série frequentada] e foram consideradas sem atraso não só as pessoas para as quais o resultado dessa fórmula foi igual a zero, mas também aquelas para as quais o resultado foi menor do que zero, ou seja, as pessoas com adiantamento idade-série. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.

T_ATRASO_1_FUND	-0,477	% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que tem 1 ano de atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado com atraso idade-série de 1 ano e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada]. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_ATRASO_1_MED	-0,495	% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que tem 1 ano de atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado com atraso idade-série de 1 ano e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 14) - número da série frequentada]. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.
T_ATRASO_2_BASICO	-0,899	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso	Percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico regular seriado (fundamental + médio) com atraso idade-série de 2 anos ou mais e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada], na qual o número da série frequentada é 10, 11 e 12 para as pessoas que frequentam a 1ª, a 2ª e a 3ª séries do ensino médio, respectivamente. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.
T_ATRASO_2_FUND	-0,869	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino fundamental que tem 2 anos ou mais de atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado com atraso idade-série de 2 anos ou mais e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 5) - número da série frequentada]. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_ATRASO_2_MED	-0,528	% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino médio que tem 2 anos de atraso idade-série.	Razão entre o número de pessoas de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado com atraso idade-série de 2 anos e o número total de pessoas nessa faixa etária frequentando esse nível de ensino multiplicado por 100. O atraso idade-série é calculado pela fórmula: [(idade - 14) - número da série frequentada]. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.
T_FBFUND	-0,4	Taxa de frequência bruta ao fundamental	Taxa de frequência bruta ao ensino fundamental	Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino fundamental regular seriado e a população na faixa etária de 6 a 14 anos multiplicado por 100. As pessoas de 6 anos ou mais frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_FBMED	0,751	Taxa de frequência bruta ao médio	Taxa de frequência bruta ao ensino médio	Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino médio regular seriado e a população na faixa etária de 15 a 17 anos multiplicado por 100. As pessoas frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como tendo concluído esse nível de ensino.
T_FBPRE	0,531	Taxa de frequência bruta à pré-escola	Taxa de frequência bruta à pré-escola	Razão entre o número total de crianças de até 5 anos de idade (somente 5 anos em 1991) frequentando a pré-escola e a população nessa mesma faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 6 anos ou mais frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_FBSUPER	0,784	Taxa de frequência bruta ao superior	Taxa de frequência bruta ao ensino superior	Razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e a população na faixa etária de 18 a 24 anos multiplicado por 100.
T_FLBAS	0,546	Taxa de frequência líquida ao básico	Taxa de frequência líquida ao ensino básico	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 17 anos frequentando o ensino básico (fundamental ou médio - regular ou seriado) e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 6 a 17 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental. As pessoas de 6 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.

T_FLFUND	0,501	Taxa de frequência líquida ao fundamental	Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 6 a 14 anos frequentando a pré-escola foram consideradas como se estivessem no 1º ano do ensino fundamental.
T_FLMED	0,909	Taxa de frequência líquida ao médio	Taxa de frequência líquida ao ensino médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio regular seriado e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 15 a 17 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como já tendo concluído esse nível de ensino.
T_FLPRE	0,571	Taxa de frequência líquida à pré-escola	Taxa de frequência líquida à pré-escola	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 4 e 5 anos (somente 5 anos em 1991) frequentando a pré-escola e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100.
T_FLSUPER	0,778	Taxa de frequência líquida ao superior	Taxa de frequência líquida ao ensino superior	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ0A3	0,5	% de 0 a 3 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos de idade	Razão entre a população de 0 a 3 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100. Dado não disponível para 1991.
T_FREQ11A14	0,613	% de 11 a 14 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 11 a 14 anos de idade	Razão entre a população de 11 a 14 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ15A17	0,532	% de 15 a 17 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos de idade	Razão entre a população de 15 a 17 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ4A5	0,495	% de 4 a 5 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 5 anos de idade	Razão entre a população de 4 a 5 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ4A6	0,558	% de 4 a 6 anos na escola	Percentual da população de 4 a 6 anos de idade frequentando a escola	Razão entre a população de 4 a 6 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ5a6	0,604	% de 5 a 6 anos na escola	Percentual da população de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola	Razão entre a população de 5 a 6 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ6	0,634	% de 6 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 6 anos de idade	Razão entre a população de 6 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ6A14	0,715	% de 6 a 14 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos de idade	Razão entre a população de 6 a 14 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQ6A17	0,703	% de 6 a 17 anos na escola	Taxa de atendimento escolar da população de 6 a 17 anos de idade	Razão entre população de 6 a 17 anos de idade que estava frequentando a escola, em qualquer nível ou série e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQFUND1517	-0,793	% de 15 a 17 anos no fundamental	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino fundamental	Razão entre a população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino fundamental regular seriado e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQFUND1824	-0,806	% de 18 a 24 anos no fundamental	Percentual da população de 18 a 24 anos de idade frequentando o ensino fundamental	Razão entre a população de 18 a 24 anos frequentando o ensino fundamental regular seriado e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQMED614	0,627	% de 6 a 14 anos no médio	Percentual da população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino médio	Razão entre a população de 6 a 14 anos de idade frequentando o ensino médio regular seriado e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FREQSUPER1517	0,462	% de 15 a 17 anos no superior	Percentual da população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino superior	Razão entre a população de 15 a 17 anos de idade frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND11a13	0,916	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	Percentual da população de 11 a 13 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental	Razão entre a população de 11 a 13 anos de idade que frequenta os quatro anos finais do fundamental (do 6º ao 9º ano desse nível de ensino) ou que já concluiu o fundamental e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND12A14	0,896	% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	Percentual da população de 12 a 14 anos de idade frequentando os anos finais do fundamental ou que já concluiu o fundamental	Razão entre a população de 12 a 14 anos de idade que frequenta os quatro anos finais do fundamental (do 6º ao 9º ano desse nível de ensino) ou que já concluiu o fundamental e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND15A17	0,935	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo	Razão entre a população de 15 a 17 anos de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

T_FUND16A18	0,946	% de 16 a 18 anos com fundamental completo	Percentual da população de 16 a 18 anos de idade com o ensino fundamental completo	Razão entre a população de 16 a 18 anos de idade que já concluiu o ensino fundamental em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND18A24	0,955	% de 18 a 24 anos com fundamental completo	Percentual da população de 18 a 24 anos com fundamental completo	Razão entre a população de 18 a 24 anos de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND18M	0,876	% de 18 anos ou mais com fundamental completo	Percentual da população de 18 anos ou mais com fundamental completo	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUND25M	0,83	% de 25 anos ou mais com fundamental completo	Percentual da população de 25 anos ou mais com fundamental completo	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu o ensino fundamental, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_MED18a20	0,907	% de 18 a 20 anos com médio completo	Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo	Razão entre a população de 18 a 20 anos de idade que já concluiu o ensino médio em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 18 a 20 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como o já tendo concluído esse nível de ensino.
T_MED18A24	0,928	% de 18 a 24 anos com médio completo	Percentual da população de 18 a 24 anos com ensino médio completo	Razão entre a população de 18 a 24 anos de idade que concluiu o ensino médio, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Foram consideradas como tendo concluído o ensino médio as pessoas frequentando a 4ª série desse nível.
T_MED18M	0,856	% de 18 anos ou mais com médio completo	Percentual da população de 18 anos ou mais com ensino médio completo	Razão entre a população de 18 anos ou mais de idade que concluiu o ensino médio, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Foram consideradas como tendo concluído o ensino médio as pessoas frequentando a 4ª série desse nível.
T_MED19A21	0,914	% de 19 a 21 anos com médio completo	Percentual da população de 19 a 21 anos de idade com o ensino médio completo	Razão entre a população de 19 a 21 anos de idade que já concluiu o ensino médio em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. As pessoas de 19 a 21 anos frequentando a 4ª série do ensino médio foram consideradas como o já tendo concluído esse nível de ensino.
T_MED25M	0,791	% de 25 anos ou mais com médio completo	Percentual da população de 25 anos ou mais com ensino médio incompleto	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu o ensino médio, em quaisquer de suas modalidades (regular seriado, não seriado, EJA ou supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Foram consideradas como tendo concluído o ensino médio as pessoas frequentando a 4ª série desse nível.
T_SUPER25M	0,744	% de 25 anos ou mais com superior completo	Percentual da população de 25 anos ou mais com superior completo	Razão entre a população de 25 anos ou mais de idade que concluiu pelo menos a graduação do ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100.

renda KMO 0,940 1 eixo 85,941 - 2 eixo 6,511 - 3 eixo 3,993				
CORTE1	0,963	Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita máxima do quinto mais pobre	Valor do 1º quintil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> , ou seja, valor máximo da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
CORTE2	0,977	Renda per capita máxima do 2º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita máxima do 2º quinto mais pobre	Valor do 2º quintil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> , ou seja, valor máximo da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 2º quinto mais pobre dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
CORTE3	0,979	Renda per capita máxima do 3º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita máxima do 3º quinto mais pobre	Valor do 3º quintil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> , ou seja, valor máximo da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 3º quinto mais pobre dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
CORTE4	0,968	Renda per capita máxima do 4º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita máxima do 3º quinto mais pobre	Valor do 4º quintil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> , ou seja, valor máximo da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 4º quinto mais pobre dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
CORTE9	0,943	Renda per capita mínima do décimo mais rico	Renda domiciliar per capita mínima do décimo mais rico	Valor do 9º decil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, ou seja, valor mínimo da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.
PIIND	-0,872	% de extremamente pobres	Proporção de extremamente pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PIINDCRI	-0,895	% de crianças extremamente pobres	Proporção de crianças extremamente pobres	Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PMPOB	-0,946	% de pobres	Proporção de pobres	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PMPOBCRI	-0,964	% de crianças pobres	Proporção de crianças pobres	Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles com até 14 anos e que vivem em domicílios particulares permanentes.
PPOB	-0,98	% de vulneráveis à pobreza	Proporção de vulneráveis à pobreza	Proporção dos indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PPOBCRI	-0,973	% de crianças vulneráveis à pobreza	Proporção de crianças vulneráveis à pobreza	Proporção dos indivíduos com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles com até 14 anos e que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN20	0,492	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com menor renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
RDPC	0,97	Renda per capita	Renda per capita média	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.
RDPC1	0,945	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita média do quinto mais pobre	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.

RDPC10	0,861	Renda per capita média do décimo mais rico	Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.
RDPC2	0,973	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita média do 2º quinto mais pobre	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 2º quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.
RDPC3	0,98	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita média do 3º quinto mais pobre	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 3º quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.
RDPC4	0,978	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre	Renda domiciliar per capita média do 3º quinto mais pobre	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao 4º quinto mais pobre da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.
RDPC5	0,905	Renda per capita média do quinto mais rico	Renda domiciliar per capita média do quinto mais rico	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> dos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Valores em reais de 01/08/2010.
RDPC7	0,966	Renda per capita, exceto renda nula	Renda domiciliar per capita média, exceto renda nula	Razão entre o somatório da renda domiciliar <i>per capita</i> de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes com renda não-nula e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.
RMPOB	0,793	Renda per capita média dos pobres	Renda domiciliar per capita média dos pobres	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> das pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, a preços de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
RPOB	0,942	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza	Renda domiciliar per capita média dos vulneráveis à pobreza	Média da renda domiciliar <i>per capita</i> das pessoas com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, a preços de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

características da casa

KMO não disponível

1 eixo 76,628 - 2 eixo 9,614 - 3 eixo 5,595

T_AGUA	0,941	% da população em domicílios com água encanada	Percentual da população que vive em domicílios com água encanada	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água canalizada para um ou mais cômodos e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa.
T_BANAGUA	0,949	% da população em domicílios com banheiro e água encanada	Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa. Banheiro exclusivo é definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário.
T_DENS	-0,838	% da população em domicílios com densidade > 2	Percentual da população que vive em domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com densidade superior a 2 e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. A densidade do domicílio é dada pela razão entre o total de moradores do domicílio e o número total de cômodos usados como dormitório.
T_LIXO	0,815	% da população em domicílios com coleta de lixo	Percentual da população que vive em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	Razão entre a população que vive em domicílios com coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.
T_LUZ	0,923	% da população em domicílios com energia elétrica	Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica	Razão entre a população que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. Considera-se iluminação proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor.
AGUA_ESGOTO INADEQUADO	-0,715	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provem de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
T_SLUZ	-0,923	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios sem energia elétrica e população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.

ocupação

KMO 0,844

1 eixo 78,020 - 2 eixo 12,856 - 3 eixo 4,444

T_ATIV	0,841	Taxa de atividade - 10 anos ou mais	Taxa de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade	Razão entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.
T_ATIV1517	0,732	Taxa de atividade - 15 a 17 anos	Taxa de atividade das pessoas de 15 a 17 anos de idade	Razão entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.
T_ATIV1824	0,942	Taxa de atividade - 18 a 24 anos	Taxa de atividade das pessoas de 18 a 24 anos de idade	Razão entre as pessoas de 18 a 24 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.
T_ATIV18M	0,957	Taxa de atividade - 18 anos ou mais	Taxa de atividade das pessoas de 18 anos ou mais de idade	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.
T_ATIV2529	0,925	Taxa de atividade - 25 a 29 anos	Taxa de atividade das pessoas de 25 a 29 anos de idade	Razão entre as pessoas de 25 a 29 anos de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo e o total de pessoas nesta faixa etária multiplicado por 100. Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

des-escolaridade domicílio

KMO 0,911

1eixo 76,367 - 2 eixo 8,713 - 3 eixo 6,985

P_FUND	-0,954	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com fundamental completo	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o ensino fundamental (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
P_MED	-0,919	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com médio completo	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas que já concluíram o ensino médio (regular seriado, regular não seriado, EJA ou supletivo) e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram consideradas como já tendo concluído o médio aquelas pessoas que frequentavam a 4ª série desse nível de ensino.
P_SUPER	-0,836	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com superior completo	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e que já concluíram a graduação do ensino superior e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
T_CRIFUNDIN_TODOS	0,965	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	% de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.	Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
T_FORA6A14	0,631	% de crianças de 6 a 14 fora da escola	% de crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola	Razão entre as crianças de 6 a 14 anos que não frequenta a escola e o total de crianças nesta faixa etária multiplicado por 100.
T_FUNDIN_TODOS	0,97	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo	% pessoas que vivem em domicílios em que nenhum morador tem o ensino fundamental completo.	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo e a população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.
T_FUNDIN_TODOS_MM	0,963	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.	Percentual de pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e em que ninguém tem o ensino fundamental completo. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
T_FUNDIN18MINF	0,953	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100. Ocupação informal implica que trabalham mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial.
T_NESTUDA_NTRAB_MI	0,724	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.	% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza.	Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população total nesta faixa etária multiplicado por 100. Define-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
T_RMAXIDOSO	0,746	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	Razão entre as pessoas que vivem em domicílios vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010) e nos quais a principal fonte de renda provém de moradores com 65 anos ou mais de idade e população total residente em domicílios particulares permanentes multiplicado por 100.

região com bx desenvolv / desocupação

KMO 0,887

1 eixo 68,291 - 2 eixo 9,561 - 3 eixo 8,210

EMP	-0,659	% de empregadores - 18 anos ou mais	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregadores	Razão entre o número de empregadores de 18 anos ou mais de idade e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
P_AGRO	0,81	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados no setor agropecuário	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas no setor agropecuário e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária.
P_COM	-0,556	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados no setor comércio	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas no setor de comércio e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
P_FORMAL	-0,903	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	Grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais formalmente ocupadas e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100. Foram considerados como formalmente ocupados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, os empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos, assim como os empregadores e trabalhadores por conta própria que eram contribuintes de instituto de previdência oficial.
P_TRANSF	-0,636	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados na indústria de transformação	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas na indústria de transformação e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
REN0	0,827	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados sem rendimento	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e sem rendimento do trabalho e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
REN1	0,937	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento mensal de todos os trabalhos inferior a 1 salário mínimo de julho de 2010 e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
REN2	0,932	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento mensal de todos os trabalhos inferior a 2 salários mínimos de julho de 2010 e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
REN3	0,902	% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com rendimento de até 3 salários mínimos	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento mensal de todos os trabalhos inferior a 3 salários mínimos de julho de 2010 e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
REN5	0,831	% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais	Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimos	Razão entre o número de pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas e com rendimento mensal de todos os trabalhos inferior a 5 salários mínimos de julho de 2010 e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.
RENOcup	-0,94	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais	Rendimento médio dos ocupados	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade. Valores em reais de agosto de 2010.
TRABCC	-0,871	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais	Percentual de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados com carteira	Razão entre o número de empregados de 18 anos ou mais de idade com carteira de trabalho assinada e o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária multiplicado por 100.

PEA - procurando emprego

KMO 0,776

1 eixo 77,362 - 2 eixo 11,759 - 3 eixo 5,497

T_DES	0,983	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais	Taxa de desocupação da população de 10 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
T_DES1014	0,683	Taxa de desocupação - 10 a 14 anos	Taxa de desocupação da população de 10 a 14 anos de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
T_DES1517	0,834	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos	Taxa de desocupação da população de 15 a 17 anos de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
T_DES1824	0,914	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos	Taxa de desocupação da população de 18 a 24 anos de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
T_DES18M	0,969	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.
T_DES2529	0,859	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos	Taxa de desocupação da população de 25 a 29 anos de idade	Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do Censo mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa.

contrastes de renda - riqueza pobreza

KMO 0,873

1 eixo 92,737 - 2 eixo 5,237 - 3 eixo 1,556

GINI	0,997	Índice de Gini	Índice de Gini	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN20RICOS	0,942	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos	Percentual da renda total apropriada pelos 10% da população com maior renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao _____ mais rico da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN20RICOS	0,984	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	Percentual da renda total apropriada pelos 20% da população com maior renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN40	-0,9	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	Percentual da renda total apropriada pelos 40% da população com menor renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN60	-0,978	Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres	Percentual da renda total apropriada pelos 60% da população com menor renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes aos três quintos mais pobres da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
PREN80	-0,987	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres	Percentual da renda total apropriada pelos 80% da população com menor renda domiciliar <i>per capita</i>	Percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes aos quatro quintos mais pobres da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.
THEIL	0,95	Índice de Theil - L	Índice de Theil - L	Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluídos aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre eles e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo.

população				
KMO não disponível				
1 eixo 91,547 - 2 eixo 7,204 - 3 eixo 0,759				
HOMEMTOT	0,997	População residente masculina	População residente masculina	População total do sexo masculino
MULHERTOT	0,996	População residente feminina	População residente feminina	População total do sexo feminino
PEA	0,995	PEA - 10 anos ou mais	População economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade	População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.
PEA1014	0,967	PEA - 10 a 14 anos	População economicamente ativa de 10 a 14 anos de idade	População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.
PEA1517	0,96	PEA - 15 a 17 anos	População economicamente ativa de 15 a 17 anos de idade	População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.
PEA18M	0,994	PEA - 18 anos ou mais	População economicamente ativa de 18 anos ou mais de idade	População economicamente ativa. Corresponde ao número de pessoas nessa faixa etária que, na semana de referência do Censo, encontravam-se ocupadas no mercado de trabalho ou que, encontrando-se desocupadas, tinham procurado trabalho no mês anterior à data da pesquisa.
PESORUR	0,539	População rural	População rural	População residente na área rural
PESOTOT	0,996	População total	População total	População residente total
PESOURB	0,992	População urbana	População urbana	População residente na área urbana
POP	0,996	População total em domicílios particulares permanentes	População total que reside em domicílios particulares permanentes	População residente em domicílios particulares permanentes. Exclui os residentes em domicílios coletivos, como pensões, hotéis, prisões, quartéis, hospitais.
POPT	0,996	População total em domicílios particulares permanentes, exceto com renda nula	População total que reside em domicílios particulares permanentes, exceto os com renda nula	Refere-se à população residente em domicílios particulares permanentes, excetuando-se aqueles com renda nula. População de referência do Índice de Theil-L.